



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FORMAÇÃO E DISSOLUÇÃO DA FRENTE POPULAR
EM PERNAMBUCO: ação e protagonismo do Partido
Comunista Brasileiro (1955 – 1962)

RODRIGO CÉSAR DE ARAÚJO DANTAS

RECIFE
2015

RODRIGO CÉSAR DE ARAÚJO DANTAS

**FORMAÇÃO E DISSOLUÇÃO DA FRENTE POPULAR
EM PERNAMBUCO: ação e protagonismo do Partido
Comunista Brasileiro (1955 – 1962)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro de Abreu e Lima.

**RECIFE
2015**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- D192f Dantas, Rodrigo César de Araújo.
 Formação e dissolução da Frente Popular em Pernambuco : ação e protagonismo do Partido Comunista Brasileiro (1955-1962) / Rodrigo César de Araújo Dantas. – Recife: O autor, 2015.
 264 f. : il. ; 30 cm.
- Orientadora: Profª. Drª. Maria do Socorro de Abreu e Lima.
 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.
 Inclui referências e anexos.
1. Brasil - História. 2. Frentes populares - Pernambuco. 3. Partido Comunista Brasileiro. 4. Nacionalismo. 5. Elites (Ciências sociais). 6. Proletariado. I. Lima, Maria do Socorro de Abreu e (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2015-127)

Rodrigo César de Araújo Dantas

**“FORMAÇÃO E DISSOLUÇÃO DA FRENTE POPULAR EM PERNAMBUCO:
ação e protagonismo do Partido Comunista Brasileiro (1955 – 1962)”**

Dissertação apresentada ao
**Programa de Pós-Graduação em
História** da Universidade Federal de
Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de **Mestre
em História**.

Aprovado em: **25/08/2015**

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro de Abreu e Lima
Orientadora (Departamento de História/UFPE)

Prof.^a Dr.^a Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Membro Titular Interno (Departamento de História/UFPE)

Prof. Dr. Luiz Anastácio Momesso
Membro Titular Externo (Departamento de Comunicação Social/UFPE)

A Yves Dowsley (*in memoriam*).
Meu mais antigo amigo, leal e
íntegro. Sempre jovial e alegre, foi
um ser humano como poucos, que
pude compartilhar inesquecíveis
momentos e que deixará grandes
saudades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, Alfred e Izabel, pelos constantes incentivos, amor e ternura, que me iluminaram ao longo deste trabalho.

À minha querida orientadora, Prof^a. Dr^a. Socorro Abreu, que desde quando a conheci, ainda na graduação, sempre tive imenso respeito e admiração, além de todo o apoio que me deu durante a elaboração desta dissertação, tanto em nível pessoal como acadêmico.

À Prof^a. Dr^a. Christine Dabat e ao Prof. Dr. Luiz Momesso, pelas críticas construtivas e sugestões importantes que forneceram durante o exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Ricardo Santiago, que foi meu orientador no trabalho de graduação e que me auxiliou para que eu enveredasse por esta linha de pesquisa, me incentivando para que eu seguisse aprofundando esta temática.

Agradeço também aos demais professores e funcionários da graduação e do mestrado da Universidade Federal de Pernambuco que contribuíram, direta ou indiretamente, no meu desenvolvimento intelectual e humano.

À Fundação Joaquim Nabuco, especialmente à pesquisadora Eliane Moury Fernandes, pelo importante acervo de entrevistas que tanto contribuiu para este trabalho.

Sou grato também ao Partido Comunista Brasileiro, que com seu exemplo, me motivou a me aprofundar na busca pelo conhecimento do nosso passado recente e da realidade que estamos inseridos.

Agradeço ao histórico militante comunista, José Maria, por nos ter disponibilizado seu tempo nos concedendo duas entrevistas, que foram de grande valor para nossa pesquisa. Também sou grato ao ex-deputado Clodomir Moraes, cuja entrevista que realizamos há alguns anos trouxe elementos relevantes.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por ter financiado esta pesquisa.

Ao amigo e camarada Bruno Torres, pela amizade verdadeira, tanto nos momentos bons como nos ruins, além da ajuda que me forneceu em alguns momentos para a elaboração desta dissertação. Gostaria também de agradecer a todos os demais amigos leais que conheci nas lutas políticas, além daqueles que convivi ao longo dos anos na UFPE.

Por fim, agradeço ao meu irmão Leo, que embora não tenha consciência disto, muito me inspirou com sua alegria e carinho.

RESUMO

O surgimento da frente popular em Pernambuco, no decorrer da década de 50, abrangendo diferentes classes e grupos políticos, esteve diretamente relacionado à expansão do movimento nacionalista no Brasil. O processo industrializante, que chegou ao apogeu no governo de Juscelino Kubistchek, criou as bases materiais para a disseminação das concepções desenvolvimentistas e nacionalistas, sem as quais seria improvável a associação entre uma fração da burguesia, potencialmente interessada em combater as desigualdades regionais e a dependência externa que prejudicava o livre desenvolvimento capitalista no país, e as classes trabalhadoras, organizadas nos sindicatos, ligas camponesas e associações de bairro, além dos partidos que compunham a coligação de esquerda intitulada de Frente do Recife. O enfoque especial é destinado à atuação do Partido Comunista, entendido como a organização que, além de se constituir como a principal força política entre as classes populares, era também a que mais eloquentemente defendia a aliança com a burguesia industrial, além de elaborar toda uma teoria e uma análise da realidade brasileira que fundamentava sua estratégica e tática de ação naquele período, contribuindo para impulsionar o nacionalismo como meio para conquistar as transformações democráticas inseridas na sua concepção da primeira etapa da revolução brasileira, de caráter gradual e pacífico. Em Pernambuco, a união entre burgueses e proletários não foi efetivada unicamente a partir de acordos das lideranças políticas, mas, sobretudo, devido ao papel ativo e consciente das classes sociais envolvidas. Batizada de Oposições Unidas, a frente popular venceu as eleições de 1958, elegendo Cid Sampaio para a chefia do executivo pernambucano, encerrando décadas de um governo controlado pelas oligárquicas rurais altamente repressoras e autoritárias, incapazes de imprimir uma modernização econômica ao estado. Em seguida, novos dilemas se apresentaram, envolvendo a polarização política nacional pela qual atravessa o país no início dos anos 60, o agravamento da guerra fria devido ao triunfo da Revolução Cubana, além do fortalecimento crescente das esquerdas e dos movimentos populares organizados, preocupando os setores mais vacilantes das classes dominantes. O rompimento da frente popular que se seguiu, se por um lado possibilitou uma alternativa mais autônoma e independente do proletariado, por outro, viria a dificultar ainda mais a edificação desta aliança em um nível mais amplo, estendendo-a para outros estados, impedindo quaisquer transformações sociais pela via pacífica e dentro da ordem institucional, como previsto e defendido pelo Partido Comunista.

Palavras-chave: Pernambuco, Frente Popular, Partido Comunista, Nacionalismo, Burguesia, Proletariado.

ABSTRACT

The emergence of the people's front in Pernambuco, during the 50's, covering different classes and political groups, was directly related to the expansion of the nationalist movement in Brazil. The industrialization process that reached its apogee in the government of Juscelino Kubitschek, created the material basis for the spread of developmental and nationalist conceptions, without which the association between a fraction of the bourgeoisie, potentially interested in combating regional inequalities and dependence would be unlikely external that hindered the free capitalist development in the country and the working class, organized in trade unions, peasant leagues and neighborhood associations, in addition to the parties that made up the left coalition titled The Recife's Front. The special focus is for the work of the Communist Party, seen as the organization that, besides being as the main political force among the working classes, it was also the most eloquently defended the alliance with the industrial bourgeoisie, and develop a whole theory and analysis of the Brazilian reality that underlay its strategic and tactical action in that period, helping to boost nationalism as a means to achieve democratic changes incorporated into conception of the first stage of the Brazilian revolution, a gradual and peaceful character. In Pernambuco, the union between bourgeoisie and proletariat was not honored only from the political leadership arrangements, but, above all, due to the active and conscious role of social classes involved. Named United Opposition, the people's front won the 1958 elections, electing Cid Sampaio as chief executive of Pernambuco, ending decades of a government controlled by the highly repressive rural oligarchic and authoritarian, unable to print an economic modernization to the state .rural oligarchy and authoritarian, unable to print an economic modernization to the state. Then, new dilemmas presented, involving the national political polarization in which crosses the country in the early 60s, the worsening of the Cold War because of the triumph of the Cuban Revolution, in addition to the growing strength of the left and popular movements organized, worrying more wavering sectors of the dominant classes. Disruption of the people's front that followed, on the one hand allowed a more autonomous and independent alternative of the proletariat, on the other, would further complicate the building of this covenant on a broader level, extending it to other states, barring any social change peacefully and within the institutional order, as provided for and defended by the Communist Party.

Key words: Pernambuco, People's Front, Communist Party, Nationalism, Bourgeoisie, Proletariat.

“É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.”

Vladimir Ilitch Ulianov (Lenin)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	18
1.1 Crítica historiográfica	18
1.2 Desenvolvimentismo e nacionalismo	21
1.3 A frente popular e a construção da Frente Única Nacionalista e Democrática no Brasil	27
1.4 Materialismo histórico, Estado, classes sociais e luta de classes	30
1.5 O populismo e o trabalhismo	35
1.6 Caráter, estratégia e tática da revolução brasileira.....	41
CAPÍTULO II – A INDUSTRIALIZAÇÃO, O NACIONALISMO E A FORMAÇÃO DA FRENTE POPULAR EM PERNAMBUCO	48
2.1 Antecedentes históricos e a força eleitoral dos comunistas no Recife e Região Metropolitana	48
2.2 As elites e seus partidos: o PSD e a UDN.....	52
2.3 O governo Juscelino Kubitschek e o processo industrializante	56
2.4 Os comunistas e o movimento nacionalista no Brasil.....	60
2.5 A formação da Frente do Recife (1955).....	74
2.6 A consolidação e o triunfo das Oposições Unidas (1958)	79
CAPÍTULO III – OS COMUNISTAS E OS DEMAIS ATORES DA FRENTE DO RECIFE	90
3.1. Os trabalhistas e socialistas	90
3.2. As Ligas Camponesas e os sindicatos rurais	102
3.3. O sindicalismo urbano	113
3.4. O movimento estudantil	122
3.5. As associações de bairro.....	127
CAPÍTULO IV – A FRENTE POPULAR NO GOVERNO, CRISE E DECOMPOSIÇÃO	132
4.1 Estruturação e primeiros anos do governo Cid.....	132

4.2	As eleições de 1959 e 1960: unidade e distanciamento	139
4.3	O V Congresso do PCB: a aposta na burguesia nacional e a cisão entre os comunistas brasileiros	148
4.4	O acirramento da polarização nacional e o aprofundamento do desgaste na frente popular	156
4.5	Os conflitos envolvendo a SUDENE e a ruptura definitiva da aliança	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS		180
REFERÊNCIAS		185
FONTES DOCUMENTAIS		190
LISTA DE ENTREVISTAS		194
ANEXO A		196
ANEXO B		199
ANEXO C		215
ANEXO D		242
ANEXO E		251
ANEXO F		261

INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar e compreender os processos políticos que culminaram na formação e rompimento das Oposições Unidas – uma ampla aliança política e eleitoral formada por sindicatos, associações de trabalhadores e partidos vinculados aos setores de esquerda, que compunham a Frente do Recife, e os grupos empresariais associados ao comércio e à agroindústria açucareira, e mais especificamente ao bloco liderado pela União Democrática Nacional (UDN), no período que se estende entre meados da década de 50 até o início dos anos 60, em consonância às análises e posições adotadas pelos comunistas pernambucanos. Desde sua fundação, evidenciamos que o Partido Comunista¹ (PCB) teve uma tendência constante de buscar alianças mais amplas, inclusive com o que denominava de “burguesia nacional”, ou seja, industriais e comerciantes que teriam interesse no desenvolvimento capitalista autônomo do país e que poderiam estar dispostos a defender reformas estruturais significativas para acelerar o desenvolvimento nacional, como a reforma agrária, a industrialização, a adoção de uma política externa independente e de medidas de proteção ao capital nacional, etc.

Com a cassação de seu registro eleitoral em 1947, bem como de seus parlamentares eleitos, e com a repressão desencadeada pelo governo federal às atividades do PCB, como consequência do realinhamento do Brasil no quadro da Guerra Fria que então se iniciava, o PCB optou por uma postura mais radical, de defesa da luta armada imediata e com isso se distanciava das propostas de frente ampla. Entretanto, logo após um abrandamento do quadro de repressão, e com o crescimento do trabalhismo e do nacionalismo, o PCB novamente colocou na ordem do dia a ideia de expandir seu campo de alianças, primeiro com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e demais forças de esquerda, e depois com outras classes e setores, propugnando então a criação de uma ampla frente popular, denominada pelos comunistas de “Frente Única Nacionalista e Democrática”, lutando para que o país superasse o seu atraso econômico, se desvencilhando das formas arcaicas de produção, baseadas na monocultura de

¹ Fundado em 1922, com a denominação de Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC-SBIC), mas sendo conhecido apenas por Partido Comunista do Brasil (PCB), ou “Partidão”, adotando seu nome atual, Partido Comunista Brasileiro, em 1960, devido ao intento de obter o registro eleitoral.

exportação, rompendo com o latifúndio e com a dependência e submissão aos ditames do imperialismo ianque. Em seu IV Congresso, realizado em 1954, o PCB apostava claramente que os setores mais “dinâmicos” da burguesia brasileira:

Diante do movimento revolucionário antiimperialista e antifeudal em avanço [...], da alternativa de tomar uma posição de traição aos interesses nacionais, de capitular por completo diante do opressor estrangeiro, ou de participar da revolução [...], não poderá objetivamente deixar de tomar pelo caminho da participação na luta ao lado da classe operária, dos camponeses, da pequena burguesia e da intelectualidade.²

O desenvolvimento capitalista observado durante o governo de Juscelino Kubitschek apresentou um dilema para os comunistas, em virtude da nova conjuntura que se configurava, com a participação dos setores industriais em um governo que não havia rompido com os interesses das oligarquias rurais e dos oligopólios internacionais. Por sua vez, o PCB reagiu apostando ainda mais na aliança com a burguesia e nas mudanças graduais e pacíficas pela via institucional e eleitoral, embora este cenário passasse a se tornar cada vez mais improvável.

Entretanto, alguns acontecimentos e processos que ocorreram na esfera nacional e local contribuíram para que a proposta de frente ampla do PCB fosse levada adiante em algumas situações, sendo o caso pernambucano evidentemente o mais emblemático. No estado, o movimento popular e as forças de esquerda gozavam de grande prestígio, principalmente nos centros urbanos, e mais especialmente na capital. Esta força possibilitava às esquerdas em geral, e ao Partido Comunista em particular, um cenário diferenciado, obtendo sucessivas vitórias eleitorais desde a queda do Estado Novo.

Com a conquista da autonomia do Recife em 1955, e com ela a alta probabilidade de uma vitória eleitoral dos grupos de esquerda, abria-se a possibilidade de maiores entendimentos destes para com os partidos mais conservadores – em alguns casos por mera conveniência eleitoral. Desta forma, foi formada a Frente do Recife, galvanizando já naquela oportunidade certo apoio extraoficial de setores da UDN e de empresários da cidade. Todavia, foi a reforma tributária (1956-1957) realizada pelo governo de Cordeiro de Farias do Partido Social Democrático (PSD) e o consequente locaute empresarial, junto ao apoio dos sindicatos e partidos de esquerda, que através da

² Imprensa Popular. 28 nov. 1954.

luta concreta por interesses comuns, possibilitou a construção da unidade entre trabalhadores e setores significativos da elite local.

Com a denominação de *Oposições Unidas*, a Frente Popular concorreu ao pleito estadual em outubro de 1958 e conseguiu se sair vitoriosa, derrotando a tradicional oligarquia latifundiária que, à frente do PSD, era – depois de décadas no poder – aliada do executivo pernambucano. A chapa foi encabeçada pelo presidente do Centro de Indústrias e da Cooperativa dos Usineiros, Cid Sampaio, filiado à UDN, e pelo então prefeito da capital Pelópidas Silveira, eleito pela Frente do Recife e filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Com a chegada dessa frente popular ao governo, no ano de 1959, surgiram dilemas e desafios ainda mais contundentes para os atores políticos nela inseridos, como o acirramento da Guerra Fria provocado pela vitória da Revolução Cubana (1959); o aflorar de contradições no projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1960), mais especificamente entre sua base nacionalista e sua política econômica atrelada ao grande capital internacional; e a intensificação dos conflitos no campo, principalmente em Pernambuco, com destaque para a criação das Ligas Camponesas e o avanço da sindicalização rural, agravando com isso os conflitos de classe entre proprietários de terra e não proprietários.

No presente trabalho, procuramos nos concentrar nas vicissitudes que levaram ao desgaste e à posterior ruptura da frente popular, sobretudo entre os setores burgueses reunidos em torno da UDN e os segmentos de operários e sindicatos de trabalhadores comprometidos com reformas estruturais e alinhados aos setores trabalhistas, nacionalistas e marxistas.

Esse período histórico compreendeu tempos de grande efervescência política, com a mobilização de diversas classes e segmentos sociais, que buscavam a ampliação de direitos e a conquista de ganhos sobretudo materiais, mas também simbólicos, estes últimos traduzidos na luta por reconhecimento, educação, cidadania e pela valorização da cultura nacional e popular.

Pesquisas relacionadas aos mais diversos processos ocorridos nesta época são sempre importantes por contribuírem para um entendimento mais aprofundado das

mudanças ocorridas e do ciclo democrático que se encerra com o golpe burguês-militar de 1964. As distintas abordagens históricas e sociológicas, bem como a sempre contínua produção científica que traz a tona novos aspectos e importantes contribuições acerca dos diversos temas que se conectam durante o período, deixam transparecer de forma evidente a importância e a atualidade do estudo destes anos. Além disto, com o crescente interesse pelo estudo da micro história e da história do cotidiano, os trabalhos que abordam classes, partidos e governos, tornaram-se, em geral, menos numerosos.

Sendo assim, acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir para o debate que continua muito presente acerca destes acontecimentos de nossa história recente. Com destaque para o papel de protagonismo que foi desempenhado pelas classes subalternas que, em Pernambuco, eram principalmente representadas e mobilizadas pelo PCB, no qual era particularmente numeroso e influente no estado. Neste sentido, apesar de muitos trabalhos tenham se destinados a abordar questões como a atuação do PCB em Pernambuco durante o período, ou as coligações eleitorais e a Frente do Recife, não encontramos pesquisas que direcionassem seu foco para abordar a ruptura da frente popular no estado concomitante às análises e reflexões que o Partido Comunista então realizava, justamente no momento em que aprofundava a sua concepção de união prioritária com a burguesia nacional, embora paradoxalmente esta posição entrasse em conflito direto com os insucessos da respectiva aliança em Pernambuco.

Clarificar tais questões, longe de ser uma tarefa simples, se constitui como um grande desafio, e acreditamos que além da importância acadêmica, este tema por nós apresentado se reveste de elevada importância social e política, apresentando um ponto de vista entre tantos outros possíveis, mas que dará a sua contribuição para o resgate histórico de um passado no qual o nível das lutas de classe e da participação política alcançou um patamar que merece um estudo contínuo e cada vez mais aprimorado.

Para a análise dos dados obtidos na pesquisa, iremos recorrer aos fundamentos teóricos do marxismo, mais particularmente aos conceitos de classe social, luta de classes e materialismo histórico, para assim podermos relacionar os interesses antagônicos entre as classes envolvidas e os conflitos deles derivados, que se gestaram no decorrer do governo de Cid Sampaio e que foram minando a continuidade da aliança policlassista. Entretanto, acreditamos ser pertinente também realizar uma discussão de

conceitos como o populismo e o próprio nacionalismo, entendendo o surgimento deste último e seu ápice na sociedade brasileira como sendo considerado como a base ideológica sobre a qual foi possível construir a unidade entre classes com interesses a princípio antagônicos dentro de uma sociedade capitalista ainda não plenamente desenvolvida.

Segundo Montenegro e Santos (2007), que também estudaram a Frente do Recife, se constitui como vital para a historiografia esta busca incessante por repensar e “reescrever” a história, trazendo novas formulações e questões para contribuir para a reflexão de determinado tema. Em suas palavras, “essa disputa de produção de significados em torno da Frente do Recife, [...] é, sem dúvida, uma das marcas do fazer historiográfico” (p.458).

Em nossa compreensão, acreditamos que esta pesquisa é relevante, pois, além de relacionar os aspectos que tanto em nível nacional como local influenciaram no rompimento da frente popular em Pernambuco, pôde também se defrontar com os dilemas enfrentados pelo PCB, diante de uma leitura teórica e uma opção tática que viriam a ser superadas pelo próprio desenvolvimento da luta de classes. Desenvolvimento este que foi levado a cabo pelo progressivo crescimento das organizações de trabalhadores, urbanos e rurais, do aumento de seus níveis de consciência e disposição para lutar por melhores condições de vida, questões que desde a fundação do PCB foram tanto almejadas quanto estimuladas pelos comunistas brasileiros, mas que em determinado momento viriam a entrar em conflito direto com suas concepções frentistas de aliança com a denominada burguesia nacional e com o caráter pacífico e gradual da revolução brasileira em sua primeira etapa.

Por isso cremos na importância de avaliarmos de uma forma mais específica a atuação do PCB, tanto pelo seu papel chave desempenhado no processo, enquanto principal força política com inserção nas camadas populares dos centros urbanos, como por ser “o núcleo ideológico mais organizado da Frente” (SOARES, 1979, p.73), sendo o principal defensor e ideólogo da tática de frente popular com a burguesia.

Nesta pesquisa, para além dos principais autores que estudaram o período, recorreremos de forma exaustiva às entrevistas disponíveis na Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) relativas aos projetos: “*O movimento político-militar de 1964 no Nordeste:*

catálogo da história oral” e “*Preservação da memória do Partido Comunista Brasileiro (PCB)*”, assim como às memórias escritas e os depoimentos coletados de militantes e personalidades que estiveram envolvidos nos processos políticos analisados. Entrevistas de campo com José Maria da Silva e Clodomir Santos de Moraes, ambos membros do Partido Comunista durante o período,³ também foram realizadas a fim de aprofundar o entendimento daquele momento histórico, contando com os depoimentos daqueles que participaram ativamente das disputas políticas analisadas neste trabalho. Estes testemunhos e relatos contribuíram para nos aproximarmos mais diretamente dos acontecimentos, possibilitando chegarmos com mais facilidade aos aspectos que consideramos mais importantes, além de fornecer detalhes mais específicos que não estão presentes nas principais obras e estudos que tratam dos temas abordados. Entretanto, estes relatos não podem deixar de ser confrontados com os estudos dos autores, de outros depoimentos e ainda dos documentos da época, tendo em vista as vicissitudes e limites do uso da memória e do testemunho vivo para um estudo científico, podendo incorrer em falhas ou em leituras enviesadas da realidade por apresentar um ponto de vista entre outros existentes.

Além da pesquisa em jornais nacionais e locais, analisamos também notas, manifestos e documentos do PCB, disponíveis na internet ou veiculados em periódicos que eram produzidos pelo Partido, como a *Voz Operária*,⁴ *Imprensa Popular*⁵ e a *Folha do Povo*,⁶ sendo este último de circulação apenas no estado de Pernambuco, e, portanto, sendo mais específico sobre os acontecimentos locais. Estes registros possibilitaram examinar os nuances táticos e estratégicos dos comunistas, assim como melhor compreender as reflexões e assimilar o entendimento da realidade brasileira e

³ José Maria da Silva ingressou no PCB no início da década de 50. Foi um militante de base, atuando mais diretamente junto às células partidárias, associações de bairro e à Liga de Emancipação Nacional, enquanto Clodomir Moraes chegou a ser deputado estadual e dirigente partidário, tendo em seguida rompido com o PCB devido a divergências no que tange à atuação do Partido frente às Ligas Camponesas, onde este se converteu no principal aliado e braço direito de Francisco Julião. Um breve resumo do histórico político de José Maria da Silva, escrito a próprio punho quando requereu ao Estado uma indenização em virtude das perseguições que sofreu durante a Ditadura Militar, está disponível no anexo F, na página 261.

⁴ Jornal semanal impresso pelo PCB em diversas capitais. Era considerado como o principal porta-voz do Partido. Circulou entre 1949 e 1959, e seu acervo está disponível na íntegra em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/voz-operaria/154512>>

⁵ Jornal periódico produzido pelo PCB e vendido em diversas capitais do país.

⁶ Este periódico era impresso diariamente pelo PCB em Recife, embora não estivesse oficialmente ligado ao Partido, podendo refletir posições mais amplas dentro do espectro político da esquerda nacionalista. Ele se encontra disponível para consultas no Arquivo Público de Pernambuco com todas suas edições até seu fechamento em 1960, motivado por problemas de ordem financeira.

pernambucana realizada pelo Partido. Damos maior ênfase aos informes, discussões e resoluções dos IV e V Congressos do Partido, realizados respectivamente em 1954 e 1960, sendo o primeiro de mais fácil acesso por ter sido publicado na íntegra pela revista *Problemas*.⁷ As dificuldades destes documentos é que muitas vezes eles revelam preocupações e posicionamentos da maioria dos órgãos dirigentes, não podendo assim expressar as posições divergentes existentes dentro do próprio Partido, inclusive devido ao seu funcionamento interno baseado no *centralismo democrático*.⁸ Para contar com estas abordagens necessitamos, via de regra, recorrer às entrevistas e depoimentos mencionados no parágrafo anterior.

No primeiro capítulo, abordamos os principais autores que estudaram o período e discutimos inicialmente as concepções sobre o caráter, a estratégia e a tática da revolução brasileira e a análise da sociedade e do desenvolvimento capitalista no país defendidas pelo PCB, e outros teóricos como Caio Prado Júnior e economistas ligados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como Nelson Werneck Sodré. Também avaliamos os conceitos de nacionalismo e populismo e seus impactos na sociedade brasileira durante o período estudado, assim como a origem da concepção frentista dentro do movimento comunista internacional.

No segundo capítulo, analisamos o processo de formação da frente popular em Pernambuco em paralelo com o contexto mais geral do país e do estado, elucidando os impactos provocados pelo processo industrializante durante o governo de Juscelino Kubitschek, a situação das elites econômicas e seus partidos políticos, assim como os processos eleitorais realizados no estado desde a redemocratização em 1945, dando destaque à participação dos comunistas e seus níveis de influência e prestígio no cenário local. Neste sentido, procuramos nos aprofundar no estudo do PCB em consonância

⁷ *Problemas: Revista Mensal de Cultura e Política*. Foi uma revista editada pelo PCB durante os anos de 1947 e 1956, refletindo as posições e preocupações teóricas do Partido na época, e cujo 50 dos 73 exemplares publicados foram transcritos e estão disponíveis em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/capas.htm>

⁸ Conceito de origem leninista e adotado por todos os partidos marxista-leninistas alinhados às posições da Internacional Comunista. Este conceito defende acima de tudo a unidade do Partido, proibindo a formação de tendências e facções, além de garantir o mais absoluto respeito à hierarquia e aos organismos dirigentes, prezando pelo livre debate de ideias desde que seja realizado internamente e sem expor publicamente as divergências existentes no seio do Partido. Ver mais em: *A Estrutura, os Métodos e a Ação dos Partidos Comunistas (III INTERNACIONAL COMUNISTA, 1921)*. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/tematica/1921/congresso/estrutura.htm>>

com a política nacional – suas inflexões táticas, sua estratégia revolucionária e seus intentos de construir e consolidar uma ampla frente política e policlassista, de caráter nacionalista e democrático, em meio à aproximação com o PTB e outros setores de esquerda. Além disso, também foi objetivo deste capítulo abordar a articulação e desenvolvimento da Liga de Emancipação Nacional (LEN) que, embora tenha sido criada apenas pelo PCB, serviu de importante instrumento aglutinador e catalisador do movimento nacionalista de esquerda em todo o país.

No terceiro capítulo, examinamos a atuação dos comunistas junto aos movimentos sociais e aos partidos com que procuravam costurar alianças mais duradouras. Serão alvos deste capítulo as relações entre o PCB e os trabalhadores e socialistas – seus principais aliados no período –, assim como as atividades das principais entidades de atuação popular e de esquerda no estado de Pernambuco. Avaliamos a ação dos sindicatos urbanos e a aliança entre os trabalhadores, os socialistas e os comunistas; o surgimento e proliferação das associações de bairro; o florescimento das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais e as disputas ideológicas e políticas envolvendo o movimento camponês.

No quarto e último capítulo, nos debruçamos sobre a dissolução da frente popular e as possíveis causas para este desfecho. Abordamos o governo Cid e suas contradições internas, assim como o acirramento dos conflitos de classe e da polarização política nacional e internacional, impossibilitando que a aliança multiclassista conseguisse se estruturar como uma estratégia mais geral para o país, em meio ao aprofundamento dentro do Partido Comunista das concepções reformistas que priorizariam a luta institucional e a aliança com a burguesia nacional, levando-o à cisão. Por fim, discorreremos sobre as consequências diretas e os possíveis erros e acertos da tática pecebista no plano político local;

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

1.1 Crítica historiográfica

Entre os estudos pioneiros sobre esta temática, se destaca a obra de José Arlindo Soares (1982), *“A Frente do Recife e o governo do Arraes”*. O autor caracterizou a união entre comunistas, trabalhistas e udenistas ocorrida no estado entre 1958 e 1962 como uma “aliança desenvolvimentista”, perpetrada entre as classes subalternas e setores da elite industrial e comercial. Segundo sua perspectiva, a causa fundamental para a ruptura desta frente política estaria na consequência da passagem da fase de euforia do “desenvolvimentismo-industrialista” para uma nova etapa, marcada pela hegemonia das concepções “nacionalistas-reformistas”, evidenciada a partir do fim do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, em 1961. Conforme o autor, a realização da aliança policlassista que se concretizou nas Oposições Unidas foi possível principalmente devido “ao aguçamento das divergências entre as duas principais frações das classes dominantes” (ibidem, p.73). Prosseguindo, argumentou que:

O suporte político mais profundo desta aliança estava menos no desdobramento da realidade concreta que se desenvolvia no país e no Nordeste, e mais na ideologia desenvolvimentista que tomava o processo de industrialização em curso como representativo de toda a nação ou pelo menos dos seus setores considerados mais dinâmicos: a burguesia industrial, o proletariado e as classes médias urbanas (ibidem, p.73).

Desta forma o autor concluiu que, posteriormente ao término do Plano de Metas do governo Juscelino, a burguesia agroindustrial pernambucana se decidiu pela completa adesão aos planos de desenvolvimento de um capitalismo associado, dependente e sem romper com o latifúndio. Segundo Soares (1982), para a burguesia brasileira esta opção, embora representasse uma perda de “qualquer perspectiva de autonomia”, ao menos garantiria a manutenção dos privilégios e da estrutura de dominação de classe existente, coisas que futuramente poderiam ser postas em risco devido à contínua ascensão das esquerdas e da mobilização das classes populares. Ainda na visão do autor, o Partido Comunista carecia de uma compreensão mais aprofundada das transformações econômicas levadas a cabo na sociedade brasileira, principalmente no que concerne ao impacto que estas tiveram diretamente nos interesses das “diversas

frações das classes dominantes” (ibidem, p.79). Todavia, acreditamos que o próprio desenvolvimento e expansão da ideologia nacionalista decorriam das transformações que se operavam na sociedade brasileira, em especial o avanço do processo industrializante e, por conseguinte, da urbanização. Sem uma unidade mínima de interesses materiais entre as classes envolvidas – que abordaremos mais adiante neste trabalho – a frente popular não poderia realizar-se e perdurar sequer por um dia.

Em suas memórias, Paulo Cavalcanti (1978) relatou estes acontecimentos a partir de estudos por ele realizados e, sobretudo, pela sua experiência vivida no período enquanto político e membro do PCB. Dentro desse aspecto, sua obra nos fornece importantes contribuições para a análise dos acontecimentos a partir da perspectiva dos comunistas pernambucanos. Segundo o mesmo, não obstante a eleição de Cid Sampaio tenha se constituído como um importante fato histórico, sendo sua campanha eleitoral uma das maiores já ocorridas na história republicana do estado, tendo o povo sepultado os anos de triculência do PSD, logo cedo a frente popular começaria a ruir. Embora as causas estivessem no caráter supostamente passageiro da mesma, seu insucesso foi favorecido segundo o autor devido ao sectarismo do PCB e aos posicionamentos anacrônicos das classes abastadas. Apesar de acreditarmos serem as causas evidentemente muito mais complexas, entendemos que as memórias de Cavalcanti (1978) nos trazem significativas contribuições acerca do período estudado, narrando diálogos e situações com minuciosa riqueza de detalhes.

Em contraste com as abordagens de Soares (1982) e Cavalcanti (1978), Roberto Aguiar (1993) questionou em sua obra *“Recife, da Frente ao Golpe: ideologias políticas em Pernambuco”*, a presumida “singularidade da vida política do Recife no período 1945-1964, (assim como) esta postura esquerdista de longa data do eleitorado da capital Pernambucana” (p.23). O autor enfatiza também que o avanço do nível de mobilização dos trabalhadores não era direcionado contra a expansão capitalista no país, assim como critica as análises “marxistas” e “estruturalistas” da época, que propugnavam a “unicidade da vida política de Pernambuco naquele período”, considerando-as como responsáveis pela superestimação do poderio das esquerdas e seu enraizamento concreto na sociedade. No entanto, também não podemos olvidar que a formação das Oposições Unidas – assim como da Frente do Recife – deveu-se em muitos aspectos às circunstâncias próprias da realidade política local, em que pese evidentemente as

influências da conjuntura e de acontecimentos regionais, nacionais e até internacionais, que também não deixaram de ser avaliados neste trabalho.

Também partindo de outra concepção, Flavio Brayner (1989) concentra seu estudo na atuação do Partido Comunista em Pernambuco entre 1956 e 1964. Segundo suas análises, o PCB havia passado a adotar as concepções teóricas elaboradas pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros, órgão que, segundo o mesmo, representaria os anseios da burguesia industrial do Centro-Sul. Sendo assim, a tática de frente popular empreendida pelos comunistas respondia não apenas aos interesses burgueses, como derivava desta classe sua construção teórica e ideológica. Discordamos, porém, destas conclusões obtidas por Brayner (ibidem), ao constatarmos durante nossa pesquisa de monografia que:

A apregoada revolução democrático-burguesa, defendida pelos comunistas e matriz ideológica do Partido durante todo o período abordado, tinha suas formulações bastante anteriores ao ISEB. Estão no próprio conceito de revolução por etapas, apontado como caminho para os países considerados “semicoloniais ou dependentes”, e no advento da tática da frente popular, formulada por Dimitrov em 1935. [...] Compunham partes fundamentais da plataforma revolucionária do PCB desde sua fundação” (DANTAS, 2012, p.55).

Outra pesquisa importante para este trabalho foi a desenvolvida por Luciana de Barros Jaccoud (1990), que realizou um estudo das lutas políticas no estado com um enfoque nos movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. Defendeu a tese de que o projeto nacional-desenvolvimentista estivera vinculado ao populismo, definido por ela como “um modo de inserção política das classes populares no pós-guerra, especialmente de suas camadas urbanas”, mas que ia além, representando a busca de hegemonia da burguesia industrial que tentava construir “as bases de sua dominação” (p.14). Através do tutelamento do sindicalismo e do movimento popular, que alternava a incorporação de aspirações e direitos dos trabalhadores com políticas coercitivas (como a repressão às greves e a supressão da legalidade do PCB), este “pacto populista” havia semeado as bases para a inserção das classes subalternas no cenário político – embora de forma condicionada – assim como para o próprio avanço do nacional-desenvolvimentismo na esfera política nacional.

Segundo a autora, houve no período um forte crescimento da mobilização popular, cada vez mais disposta a ultrapassar os limites impostos pela “democracia

populista”, paralelamente ao padrão de desenvolvimento capitalista, de tipo “associado e dependente”, que se processou no país na segunda metade dos anos 50. Neste sentido, esta nova etapa produtiva alcançada alterou as relações entre as classes sociais, e destas com o Estado. Por um lado, o capital externo e com ele a grande burguesia industrial ansiavam por medidas de arrocho salarial e restrição a greves, mais condizentes com o novo processo de acumulação do capital em expansão, e por outro, a disposição, cada vez mais obstinada, dos trabalhadores e do movimento popular de não apenas preservar os direitos e os canais de participação política adquiridos, como ampliá-los, tanto quanto possível. Neste momento teria ocorrido uma transição de projeto de desenvolvimento nacional por parte das camadas proletárias:

Não mais baseado nas expectativas de crescimento econômico, mas sim em propostas de transformações sociais. Colocavam-se problemas cujas respostas não podiam mais ser encontradas no limite do pacto populista. O caráter de classe do Estado começava a se desnudar e sobre ele precipitava-se a luta de classes (ibidem, p.17).

Desta forma, dava-se lugar ao que a autora caracterizou, corroborando com Soares (1979), como projeto “nacional-reformista” (JACCOUD, 1990). O cerne da divisão entre as esquerdas e a UDN, durante o Governo de Cid Sampaio (1959-1962) se deveria então, na compreensão de Jaccoud (1990), a este processo, que se manifestava nacionalmente, e não apenas em nível local:

O crescimento da atuação dos movimentos sociais em todo o estado – e em especial na Zona da Mata –, a proliferação dos movimentos grevistas, a evolução do quadro político nacional e as sucessivas crises aí geradas, provocaram um inevitável antagonismo entre o governo, a Frente do Recife e os movimentos populares a ela aliados (p.94).

1.2 Desenvolvimentismo e nacionalismo

Após as grandes baixas na produção industrial ocidental, motivadas principalmente devido à crise econômica mundial de 1929 e ao advento da Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou a oferecer incentivos para a industrialização nacional, não de uma forma sistemática e bem elaborada, mas tão somente como forma de substituir as importações e suprir a crescente demanda do mercado interno. O modelo econômico brasileiro agroexportador até então vigente parecia cada vez mais obsoleto e os anseios de industrialização ganhavam mais espaço na sociedade, principalmente

entre as camadas médias urbanas e a intelectualidade progressista. É desta forma que começaram a ganhar força os atores políticos engajados no processo de industrialização nacional, como os comunistas, os nacionalistas e a efêmera, mas promissora, burguesia industrial. Caio Prado Júnior (2008), importante intelectual brasileiro deste período, analisou que desde a década de 30 já se verificava uma acentuada crise na base econômica em que até então se assentava o país:

Tornara-se patente a incompatibilidade substancial entre o novo ritmo de existência e progresso material atingido pelo país, e sua modesta categoria de mero produtor de um punhado de matérias-primas destinadas ao comércio internacional. Sobre esta base estreita não era possível manter uma estrutura econômica e social imposta pelas novas condições do mundo de que o Brasil passara plenamente a participar (p.287).

É neste contexto que alguns intelectuais brasileiros, em grande parte influenciados pela CEPAL,⁹ se debruçaram sobre a teoria do desenvolvimento, caracterizada por Celso Furtado (1979) como “a tentativa de explicação das transformações dos conjuntos econômicos complexos” (p.XIII). Esta teoria se mostrava deficitária segundo Furtado, por se centrar quase que exclusivamente nos países desenvolvidos e em seus caminhos percorridos (ibidem). Às nações economicamente atrasadas não caberia senão trilhar estes mesmos trajetos, como se os contextos sociais, políticos e econômicos dos países latino-americanos de meados do século XX fossem semelhantes aos dos Estados Unidos da América (EUA) e dos países da Europa ocidental nos séculos XVIII e XIX. A doutrina desenvolvimentista surgiu então como uma resposta aos dilemas encontrados nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, onde seus percursos e dificuldades seriam distintos dos encontrados nas nações já industrializadas. O subdesenvolvimento, portanto, não se constituiria necessariamente em um estágio temporário, sendo preciso, pois, lutar contra ele para que fosse possível superá-lo.

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a natureza das atuais economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa peculiaridade” (ibidem, p.189).

⁹ Criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Realizou vários estudos econômicos com o objetivo de apontar os problemas estruturais dos países latino-americanos e desenvolver estratégias de superação de seus atrasos econômicos. Posteriormente, os países caribenhos também foram incorporados dentro da Comissão.

Ainda de acordo com o autor, o destino do Brasil caso continuasse com uma economia basicamente baseada na exportação de matérias primas, seria a estagnação e o desequilíbrio crescente da balança comercial. Furtado (1967) afirmou ainda que, tendo o processo industrializante no Brasil intensificado as disparidades regionais, apenas uma ação planejada e coordenada a partir do Estado poderia garantir o desenvolvimento das regiões mais pobres e proporcionar a integração do país, logrando um “aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia nacional” (p.252). É com base nestas perspectivas e na ação coletiva dos atores políticos envolvidos, mobilizando as classes populares dos estados nordestinos, que foi criada posteriormente a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), como veremos mais adiante.

Somando-se a isto, o processo de internacionalização da economia brasileira – ou seja, sua inserção dentro do mercado capitalista global – se realizou de forma subordinada aos interesses do capital externo e do imperialismo. De acordo com Caio Prado Júnior (2008):

O imperialismo atua como um poderoso fator de exploração da riqueza nacional; não é outro seu objetivo que acaparar em proveito próprio a mais-valia do trabalho brasileiro ao seu alcance [...] nesse processo não é apenas a classe trabalhadora que se desfalca, mais o país em conjunto que vê escoar-se para fora de suas fronteiras a melhor parcela de suas riquezas e recursos. As contradições da exploração capitalista tomam assim caráter muito mais agudo e extremo [...] falta assim ao país o elemento fundamental de progresso econômico (p.280).

E acrescenta:

A participação do capitalismo internacional na economia brasileira constitui assim um embaraço, e embaraço crescente à transformação da mesma economia e à libertação dela do seu passado colonial [...] que continua a mantê-la enquadrada num sistema em que ela figura como setor e elemento periférico e dependente (idem, 1978a, p.84).

O imperialismo é visto, portanto, como a principal barreira para que o Brasil alcançasse o progresso econômico e social. Para o PCB, a contradição principal da sociedade brasileira seria entre a nação e o imperialismo, sendo este considerado o principal inimigo tanto dos trabalhadores como também da “burguesia nacional”, pois somente superando as resistências da política externa norte-americana e o papel parasitário dos oligopólios transnacionais por eles sustentados, poderia a burguesia

brasileira desenvolver-se livremente, expandindo através dela a própria classe operária e eliminando as relações econômicas atrasadas existentes no campo. Discordando de Caio Prado Júnior, sustentava que no campo brasileiro ainda predominavam inclusive relações de caráter “semifeudal”, e que à burguesia brasileira interessava o estabelecimento de relações assalariadas e a realização da reforma agrária. Apesar das divergências entre o conjunto de teóricos e atores políticos dentro do movimento nacionalista, este se expande e começa a se propagar com muita força, inclusive entre as classes populares. Foi na campanha pela estatização do petróleo, em 1954, que marcou decisivamente a entrada das classes trabalhadoras no movimento nacionalista. O nacionalismo brasileiro se apresenta neste período como uma “ideologia indispensável à prática política preocupada e comprometida com o desenvolvimento econômico do tipo nacional, independente e auto-sustentado” (MOREIRA, 1998). Por sua vez o PCB, através da denominada *Declaração de Março de 1958*, assim definiu o movimento nacionalista em expansão no Brasil:

O movimento nacionalista vem exercendo influência para elevar a consciência antiimperialista das massas e para agrupar os setores nacionalistas dos partidos políticos, do Parlamento, das Forças Armadas e do próprio governo. Superando as divergências que existem entre os seus participantes, **o movimento nacionalista atrai para a sua frente de luta entidades, partidos, correntes e personalidades do mais variado caráter social e orientação política.** [...] O movimento nacionalista vem surgindo nas diferentes regiões com plataformas que, ao lado de pontos comuns, apresentam questões variadas, de acordo com a influência de determinadas forças políticas e da maior sensibilidade, por motivos locais, a esta ou aquela reivindicação antiimperialista. **Os comunistas consideram que é necessário tudo fazer, dentro do mais alto espírito de unidade, para impulsionar o movimento nacionalista,** ampliar seu caráter de massas e ajudar sua coordenação em escala nacional. Isto contribuirá para acelerar a **polarização em processo entre as forças antiimperialistas e democráticas, de um lado, e as forças entreguistas,¹⁰ do outro lado** (grifos nossos).¹¹

Contudo, foi ao longo dos anos 50, após a morte de Getúlio Vargas em 1954 e com a criação em 1955 do ISEB, e mais precisamente durante o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que o nacionalismo passou a dar o tom da política nacional, servindo como uma bandeira comum a unir diversas correntes políticas e classes sociais. Chilcote (1982) afirmou que o ISEB era “financiado pelo

¹⁰ Como eram denominados pelos setores de esquerda as pessoas e grupos que defendiam uma política econômica liberal (não protecionista) e com incentivos à vinda e participação do capital estrangeiro na economia nacional. Socialmente podem ser definidos como os agentes de negócios bancários e comerciais, latifundiários e grandes burgueses associados ao capital externo.

¹¹ Voz Operária. 22 mar. 1958.

governo federal, cuja finalidade era formular e implementar uma ideologia nacionalista desenvolvimentista através da pesquisa, do ensino e da publicação de diversas séries de livros” (p.116). Para os intelectuais isebianos, a sociedade brasileira era dividida entre dois grandes grupos antagônicos: os setores “dinâmicos” ou “produtivos”, representados pelo proletariado urbano e rural, a burguesia industrial e a classe média produtiva. Do outro lado, estariam os setores “estáticos” ou “improdutivos”, caracterizados pelos latifundiários, pela classe média improdutiva e pelo imperialismo. Esta dicotomia representaria respectivamente, em dois polos opostos, os conceitos criados de “nação” e “antinação”.

Dentro do ISEB, as concepções acerca do nacionalismo nem sempre eram completamente consensuais. Intelectuais como Nelson Werneck Sodré, compreendiam o nacionalismo brasileiro como ontologicamente distinto do nacionalismo fascista e xenófobo, e que, portanto, não apresentaria qualquer possibilidade de se converter em um movimento de caráter reacionário. Segundo Sodré (1978), “as forças econômicas que ajudaram o nazismo e o fascismo são as mesmas que se opõem, aqui, ao surto nacionalista” (p.181). Ainda segundo o autor, o nacionalismo contribuía para “superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora”, passando esta para “segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la” (ibidem, p.181).

Por sua vez, Hélio Jaguaribe apresentava o nacionalismo apenas como um meio pragmático, necessário para a industrialização nacional. Segundo ele, “o nacionalismo consiste, essencialmente, no propósito de instaurar ou consolidar a aparelhagem institucional necessária para assegurar o desenvolvimento de uma comunidade” (JAGUARIBE apud TOLEDO, 1977, p.134).

É importante salientar que, mesmo entre os principais atores políticos que construíam o movimento nacionalista, não havia uma definição única deste último, assim como um consenso acerca de suas propostas e objetivos políticos. Skidmore (1988) assinalou que, quando da projeção do nacionalismo na cena política brasileira, havia a existência de um “nacionalismo desenvolvimentista”, calcado em uma industrialização progressiva orientada pelo Estado com o apoio do capital estrangeiro, embora regulado, e o “nacionalismo radical” – ou “nacionalismo econômico”, segundo as definições de Moreira (1998) – que considerava a participação do capital externo

como nociva aos interesses nacionais, enfatizando a subserviência do país aos grandes oligopólios internacionais e o necessário enfrentamento com o imperialismo e seus agentes internos,¹² considerados responsáveis pelo atraso econômico e social vigente no país. Abreviado de nacional-desenvolvimentista, este primeiro grupo englobava o PSD, os setores mais moderados e pragmáticos do PTB, além dos intelectuais isebianos que elaboravam as teorias que legitimavam a intervenção estatal direta na economia, tendo o nacionalismo como meio e a industrialização como fim. Assim Soares (1982) definiu as concepções ideológicas nacional-desenvolvimentistas:

Sintetiza as concepções vigentes na época sobre o que seriam as necessidades históricas da sociedade brasileira. O esquema mais geral desta visão teórica propunha o desenvolvimento econômico, tendo por pressuposto: o pleno incremento das forças produtivas, o nacionalismo econômico e a incorporação de todas as classes sociais nos seus benefícios (p.41).

Por sua vez, os “nacionalistas radicais” correspondiam às alas mais ideológicas do PTB, além dos comunistas e dos intelectuais nacionalistas mais alinhados às classes populares, com concepções reformistas radicais ou até revolucionárias. No decorrer deste trabalho, veremos como estes segmentos vão se unificando à medida que um consenso mínimo começou a ser estabelecido através das alianças multiclassistas. Em nossa pesquisa utilizaremos a mesma concepção de nacionalismo que os atores envolvidos no contexto estudado – o Partido Comunista e demais integrantes da frente nacionalista –, apresentando as possíveis distinções quando necessário.¹³

Para Brayner (1989), a ideia de frente popular defendida pelo PCB teve sua elaboração ideológica no ISEB, pois o Partido não possuía autonomia ideológica, sendo a defesa dos interesses da “nação”, palavra de ordem dos comunistas para a construção da frente, uma mera defesa dos interesses da burguesia industrial sulista. Entretanto, esta colocação parte da premissa de que os interesses da burguesia industrial serão sempre, necessariamente, contrários ao dos trabalhadores, em qualquer contexto histórico. Não considera que a complexidade da luta de classes e a dinâmica política de cada país em determinado momento histórico podem envolver situações em que tais interesses não são absolutamente discrepantes, como veremos no caso pernambucano

¹² Seriam estes os latifundiários, o capital financeiro e a burguesia compradora.

¹³ Existia ainda um segmento da sociedade adepto de um nacionalismo conservador, de direita, de raízes integralistas ou simplesmente de natureza anticomunista e antipopular, muito presente entre a oficialidade militar, mas que não será abordado no presente trabalho, principalmente devido ao fato de se distanciarem do que estudamos e classificamos como “movimento nacionalista”.

quando da greve contra a aprovação de um novo Código Tributário, em que as classes empresariais e os sindicatos se uniram em uma luta comum, em prol tanto de seus interesses específicos como do desenvolvimento econômico do estado. Além disso, o autor ignora que uma frente política policlassista só é concebível com a unidade de interesses de todos os atores envolvidos, ao menos em curto prazo, e que a apregoada revolução democrático-burguesa, defendida pelos comunistas e matriz ideológica do Partido durante todo o período abordado, tinha suas formulações bastante anteriores ao próprio ISEB. Evidentemente, os comunistas brasileiros também foram bastante influenciados pelas posições e análises de outros setores do movimento nacionalista, assim como também foram responsáveis por influenciar os demais atores políticos deste amplo e heterogêneo movimento. Conclusão semelhante, embora analisando não o PCB, mas o ISEB, chegou Caio Navarro de Toledo, ao afirmar que: “é certo que o ISEB – na medida em que promoveu o nacionalismo – influenciou e sofreu influências de diversos movimentos e organizações políticas” (TOLEDO, 1977, p.175).

1.3 A frente popular e a construção da Frente Única Nacionalista e Democrática no Brasil

A tática de formação de frentes populares e frentes únicas pelos partidos comunistas começou no período de ascensão do nazi-fascismo durante os anos 30. Os comunistas espanhóis e franceses formaram as primeiras frentes populares, com o objetivo de barrar o avanço dos partidos de extrema-direita. Em 1935, durante o 7º Congresso do *Komintern*,¹⁴ Georgi Dimitrov, secretário geral da Internacional Comunista entre 1934 e 1943, pronunciou um célebre discurso conclamando os partidos comunistas do mundo inteiro a aderirem à tática frentista. Em seu informe ao congresso, denominado “*A Ofensiva fascista e as Tarefas da Internacional Comunista na luta da classe trabalhadora contra o fascismo*”, Dimitrov afirmou:

Declaramos que a internacional comunista e suas seções estão dispostas a entrar em negociações com a II internacional¹⁵ e suas seções respectivas para

¹⁴ Denominação que se refere à Internacional Comunista (IC), também conhecida por III Internacional, que existiu entre os anos de 1919 e 1943, com sede em Moscou, reunindo diversos partidos comunistas do mundo que eram alinhados às posições da União Soviética, e que, a partir de um plano de atuação comum, objetivavam a expansão do socialismo no mundo.

¹⁵ Dimitrov se referiu à denominada internacional socialista, entidade que congregava as partidos e organizações de caráter social-democrata.

a criação da unidade da classe operária na luta contra a ofensiva do capital, contra o fascismo e contra a ameaça de uma guerra imperialista.¹⁶

Ao convocar os socialistas moderados e os sociais-democratas reformistas para alianças conjuntas com os comunistas, Dimitrov defendia que fosse edificada nos distintos países a denominada “Frente Única Proletária”. A frente única seria, portanto, a aliança entre todos os partidos e organizações considerados de esquerda, ligados às classes trabalhadoras.

Por sua vez, a frente popular seria uma aliança ainda mais ampla, envolvendo outras classes e setores, como o campesinato, a pequena burguesia urbana, os liberais, os artesãos, os profissionais autônomos e a intelectualidade democrática.

Segundo Dimitrov, a consolidação da frente popular “ajuda a classe trabalhadora para evitar o isolamento político para o qual a burguesia propositadamente a impele [...]. A luta de classes entre explorados e exploradores, portanto, recebe uma base infinitamente mais ampla e um escopo forte”.¹⁷ Além disso, ele ressalta que a frente popular não é estática, variando sua composição social de acordo com a realidade de cada país ou região:

A Frente Popular será formada de uma maneira distinta em diferentes países, dependendo das peculiaridades histórica, social e política de cada país e da situação concreta neles existentes. Imitar acriticamente e transferir mecanicamente os métodos e formas da Frente Popular de um país para outro só pode complicar a sua formação, expansão e consolidação.¹⁸

Sendo assim, nos países caracterizados como coloniais, semicoloniais ou dependentes, onde o capitalismo não está suficientemente desenvolvido, esta frente poderia se tornar ainda mais abrangente, podendo reunir até mesmo partidos de direita de tendência liberal e modernizante, representando frações de uma burguesia progressista que não estivesse vinculada ao latifúndio ou aos interesses do capital financeiro e do imperialismo.

O secretário geral da IC também salientou, por fim, que os processos de construção de uma frente única e de uma frente popular estão imbricados e mantêm entre si uma relação de interdependência:

¹⁶ *Informe ante el VII Congreso Mundial de la Internacional Comunista*. 02. ago. 1935. Tradução nossa.

¹⁷ *The People's Front*. dez. 1935. Tradução nossa.

¹⁸ Idem.

Porque não pode seriamente se supor que é possível estabelecer uma verdadeira frente popular antifascista, sem garantir a unidade de ação da própria classe operária, a força principal desta Frente Popular contra o fascismo. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da frente única do proletariado depende, em grande medida, de sua transformação em uma Frente Popular contra o fascismo.¹⁹

Para Dimitrov, o Brasil é citado como um dos países pioneiros na construção da tática frentista. A criação da Aliança Nacional Libertadora é citada elogiosamente, enaltecendo os comunistas brasileiros que “estabeleceram um princípio acertado para o desenvolvimento da frente única antiimperialista.”²⁰ Durante os anos 50, o PCB voltou a utilizar de forma sistemática a tática frentista, com a criação da Liga de Emancipação Nacional e, em Pernambuco, da Frente do Recife. Passa também a propugnar o desenvolvimento de uma pretensamente incipiente *Frente Única Nacionalista e Democrática*, apresentada nos discursos realizados pelas lideranças partidárias e nos documentos publicados pelo PCB em fins dos anos 50 e início dos anos 60.

Tanto nos arquivos do PCB, como entre os autores abordados, o termo “frente única” é muitas vezes utilizado como que para se referirem a uma frente da classe trabalhadora com a “burguesia nacional”, ao mesmo tempo em que demonstram em algumas passagens conceber a “frente popular” como algo mais circunscrito às classes trabalhadoras e aos partidos de esquerda, embora muitas vezes de forma desordenada. Assim, a Frente do Recife é muitas vezes expressa em algumas passagens como uma “frente popular”, não obstante esta fosse mais restrita aos comunistas, socialistas e trabalhistas, enquanto que a aliança destes com os setores da burguesia liberal, materializada nas Oposições Unidas, é muitas vezes descrita como um embrião local da *Frente Única Nacionalista e Democrática*. Acreditamos ser importante realizar estas pontuações para evitar confusões terminológicas de análises mais meticulosas, embora o fundamental para nós não seja identificar a utilização adequada ou inadequada dos presentes conceitos, mas sim elucidar o surgimento e disseminação deles e, por conseguinte, da tática frentista dentro dos partidos comunistas. Neste sentido, nosso escopo consistiu em observar as diferenças metodológicas e conceituais das respectivas estratégias políticas – independentemente dos termos empregados nos mais diversos contextos –, fornecendo desta forma as condições necessárias para uma compreensão

¹⁹ *Concluding speech before the Seventh World Congress of the Communist International*. 13. ago. 1935. Tradução nossa.

²⁰ *Informe ante el VII Congreso Mundial de la Internacional Comunista*. 02. ago. 1935. Tradução nossa.

mais abrangente dos processos que envolveram a atuação dos comunistas brasileiros na formação das distintas frentes políticas e sociais analisadas no decorrer do período estudado.

1.4 Materialismo histórico, Estado, classes sociais e luta de classes

Para os comunistas, o processo histórico está ligado intimamente ao desenvolvimento do processo produtivo. As diferentes formas de produção material e seu contínuo progresso seriam o fator preponderante para explicar o estabelecimento de novas formações econômicas e sociais:

As relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser explicadas por si mesmas nem pelo chamado desenvolvimento geral do espírito humano [...] o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens o que determina seu ser; é inversamente seu ser social o que determina sua consciência (MARX, 1859, apud HARNECKER, 1983, p.258).

Isto não significa que os homens não teriam possibilidades de lutar por melhores condições de vida, mas sim que estas lutas serviriam para atrasar ou acelerar um processo cuja raiz está na esfera econômica, mais precisamente na contradição entre as forças produtivas que se desenvolvem e as relações sociais de produção. Estas últimas tendem a tornar-se continuamente defasadas à medida que se desenvolve a produção material, necessitando, portanto, serem substituídas e alteradas em cada etapa histórica específica, para se adequarem ao desenvolvimento das forças produtivas. Com base no materialismo histórico, desenvolvido por Karl Marx e Friedrich Engels, o desenvolvimento social implicaria justamente na transição, em uma escala evolutiva, das diferentes formações sociais²¹ já estudadas pela história. Estas mudanças sociais não ocorreriam de forma harmoniosa e consensual, mas através de prolongados conflitos de classe. Como descrito no Manifesto do Partido Comunista, “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história da luta de classes” (MARX & ENGELS, 2004, p.45).

²¹ De acordo com Harnecker (1983) por formações sociais se entende uma “totalidade social concreta, historicamente determinada” compostas por “uma estrutura econômica, uma estrutura ideológica, e uma estrutura jurídico-política” (p.141).

No caso do Brasil, o processo de industrialização e urbanização repercutiria em uma mudança significativa na esfera produtiva e, conseqüentemente, no grau de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que de acordo com a concepção marxista, resultaria necessariamente em algumas mudanças significativas nas outras esferas da vida social, refletindo nos hábitos, costumes, etc. De fato, o processo industrializante, longe de movimentar e levantar debates apenas na área econômica e política, gerou significativas conseqüências na cultura, nas artes e na vida social em geral.

Durante nosso trabalho utilizamos largamente os conceitos de classe social e de luta de classes, como premissa para compreendermos os interesses antagônicos e os conflitos inerentes a tais interesses que se gestaram no decorrer do período estudado, envolvendo os dilemas na construção da frente popular em Pernambuco. Embora o conceito de classe social seja central dentro da perspectiva marxista, tanto Marx como Engels não chegaram a utilizar uma definição mais concisa para o mesmo. Outros autores, partindo da tradição marxista, procuraram delimitar de forma mais precisa e sintética o conceito de classe social. Segundo Vladimir Lenin:

As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção historicamente determinado, pelas relações em que se encontram em face dos meios de produção (relações que as leis fixam e consagram), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho e, por conseguinte, pelo modo e pela proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem (LENIN apud HANECKER, 1983, p.157).

Todavia, para evitar análises simplistas, é mister relacionarmos sua definição em relação aos meios de produção com o contexto em que está inserida, sua formação social determinada e, além disso, com a sua conjuntura política específica.²² Como apontado por Harnecker (1983):

O conceito de classe social é um conceito que pode ser definido a um nível abstrato: ao nível de modo de produção, mas que para ser um instrumento de análise política deve ser concretizado estudando as novas determinações que adquire em uma formação social concreta e uma conjuntura política²³ determinada (p.156).

²² Esta questão se refere à distinção entre a *condição de classe*, já explicada na citação de Lenin, e a *consciência de classe*, que é influenciada por diversas questões, como o nível de organização, capacidade de mobilização e grau de polarização e acirramento entre as classes, quando os proletários compreendem o seu papel enquanto *sujeitos* do processo histórico (LUKÁCS, 2003).

²³ Por conjuntura política, Harnecker (1983) entende como o “momento atual” de uma determinada formação social em que se desenvolvem os conflitos de classe e as contradições sociais (p.145).

Existem ainda as frações de classes, que correspondem aos subgrupos de uma determinada classe e que se distinguem entre si em aspectos específicos.²⁴ Além disto, por estarem as classes sociais intimamente ligadas a determinadas formações sociais singulares, elas não são, portanto, estáticas, mas dinâmicas, surgindo, transformando-se ou até desaparecendo concomitante ao progresso material das sociedades e sempre que uma nova formação econômica e social se edifica. Neste aspecto, conforme o materialismo histórico, à medida que avançam as tecnologias e a capacidade produtiva de uma sociedade, se desenvolvem as lutas de classes para acelerar ou atrasar o estabelecimento de uma formação econômica com novas relações sociais de produção, mais adequadas ao estágio de progresso tecnológico alcançado nos meios de produção. Uma interpretação superficial destes conceitos pode levar a uma leitura mecanicista da história, olvidando-se de analisar o devido potencial dos atores políticos em disputa, e, sobretudo, a atuação das classes oprimidas que, mesmo com as limitações impostas ao seu avanço por atrasos econômicos, políticos e culturais de determinadas sociedades, já demonstraram diversas vezes no passado sua capacidade de transcender barreiras e os limites muitas vezes impostos pelos seus próprios partidos e entidades de representação de classe.

De acordo como historiador Edward Palmer Thompson (1987), a classe social é antes de tudo uma relação contínua, estando intrinsecamente relacionada com sua noção histórica, sendo, portanto, algo dinâmico, fluído, jamais estático ou reduzido a determinações simplificadas. Para entender o papel que desempenham as diferentes classes nas relações sociais é preciso antes compreendê-las como um fenômeno histórico, sendo a consciência de classe a forma como as experiências compartilhadas se apresentam nos moldes culturais da tradição, valores, ideias e identidades comuns. É em sua vivência cotidiana e em cada contexto particular que as classes sociais adquirem sua expressão mais nítida. Ainda segundo o autor, a classe não pode ser considerada como:

Uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. [...] A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais (ibidem, p.09-10).

²⁴ Neste trabalho iremos visualizar de uma maneira mais nítida as discrepâncias e divergências de interesses em determinado contexto entre a burguesia industrial – mais especificamente, açucareira e têxtil – e a burguesia latifundiária e compradora.

Para os marxistas, o Estado se constitui, portanto, como um produto da sociedade dividida em classes, fruto do antagonismo social e dos consequentes conflitos de classe. É, sobretudo, um instrumento de dominação de uma classe sobre as demais:

O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta, do exterior, à sociedade. Não é, tampouco, "a realidade da ideia moral", "a imagem e a realidade da Razão" como pretende Hegel. É um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entredorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da "ordem". Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado (ENGELS apud LENIN, 2010, p.26-27).

É no capitalismo que as classes adquirem seus contornos mais nítidos (e antagônicos), potencializando os conflitos de classe. Estas lutas se manifestam tanto no âmbito econômico – onde o paradoxo primordial reside no fato dos trabalhadores produzirem toda a riqueza, embora os lucros obtidos fiquem apenas com os proprietários dos meios produtivos – como no plano cultural, ideológico e político, neste último concentrando-se as disputas por projetos e espaços de poder. Destes embates nascem expectativas, seja para a manutenção ou para a superação tanto de determinada situação dada, como de uma realidade social concreta, levando inclusive a mudanças sociais nos sistemas e estruturas mais complexas da sociedade. Esta luta entre as classes antagônicas seria tão mais aguçada quanto maior fosse o nível de organização e mobilização dos trabalhadores, em consonância com o agravamento da contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e a manutenção de relações sociais de produção incompatíveis com os novos estágios de desenvolvimento econômico, social, cultural e político da sociedade. Segundo Bottomore (1988):

Em sentido estrito, as diferenciações sociais só assumem a forma de “classe” na sociedade capitalista, por que só nessa forma de sociedade é que o fato de se pertencer a uma dada classe social é determinado apenas pela propriedade (ou controle) dos meios de produção ou pela exclusão dessa propriedade ou desse controle (p.76).

Portanto, consoante o pensamento marxista, é no capitalismo que as classes sociais adquirem maior consistência. E data também deste sistema o surgimento da classe operária, classe desprovida de qualquer meio de produção e que tem as condições

objetivas de suprimir o capitalismo, tomar o poder liquidando a classe detentora dos meios de produção (burguesia) e construir o seu Estado, coletivizando os meios de produção e edificando a sociedade socialista.

Sobre os interesses de classe, Harnecker (1983) distingue os interesses espontâneos imediatos, “motivados por problemas atuais de sua existência” (p.165) e os interesses estratégicos em longo prazo, os quais “surgem da situação própria de cada classe na estrutura econômica da sociedade” (p.166). Para que possa ter uma visão estratégica sobre seu papel histórico a desempenhar, a classe operária, enquanto agrupamento mais avançado do proletariado, precisaria adquirir a consciência socialista, o mais elevado grau da *consciência de classe*, que lhe possibilitaria entender a si própria enquanto *sujeito* ativo e vanguarda da revolução. Todavia, não existe entre os autores marxistas uma posição uniforme. De acordo com Bottomore (1988), Lenin defendia a importância fundamental de um partido de vanguarda ao qual caberia o papel de esclarecer a classe operária de seus objetivos e fornecer-lhe a consciência revolucionária.²⁵ Apesar de que, ainda conforme o autor, alguns marxistas, como Rosa Luxemburgo, criticaram a doutrina de Lenin, afirmando que esta concepção poderia levar à substituição do papel da classe pelo partido, podendo resultar – se referindo à um regime já socialista – em uma ditadura partidária sobre a classe operária (ibidem). Não obstante, a concepção leninista prevaleceria dentro do marxismo, principalmente após o triunfo da Revolução Russa em 1917 e a criação da III Internacional e a disseminação dos partidos comunistas pelo mundo.²⁶

Harnecker (1983) relaciona a luta de classes “ao confronto que se produz entre duas classes antagônicas quando lutam por seus interesses de classe”, podendo ocorrer nas esferas econômica, ideológica e, quando mais desenvolvida, na esfera do poder político. Aplicados estes conceitos em uma realidade determinada, como o Brasil dos

²⁵ Embora seja corrente nos estudos acadêmicos, não se trata de interpretar tal concepção como algo puramente externo, no qual a classe operária cumpriria um papel puramente passivo. Para adquirir uma consciência de classe, ou seja, uma consciência revolucionária, a classe operária precisaria travar suas lutas contra a burguesia. Iniciando nos conflitos puramente econômicos, salariais, em nível sindical, a classe operária por si só teria avançado ao ponto de poder constituir seu próprio partido político, gerando também sua própria concepção de mundo, sendo esta o socialismo científico. O papel do Partido Comunista, neste caso, não é procurar esclarecer “de fora”, mas sim, atuar junto à classe operária e com ela participar dos mais árduos embates contra a burguesia e contra o Estado.

²⁶ Sendo o PCB herdeiro direto do leninismo, este acredita, portanto, que a consciência da classe operária deva ser transmitida e disseminada pelo Partido, considerado por si próprio como a *vanguarda do proletariado*, sendo sua máxima direção e representação política.

anos 50 e 60, por exemplo, cujo desenvolvimento econômico – relacionado à urbanização e à industrialização, que imprimiam significativas modificações ao capitalismo brasileiro – implicaria necessariamente em outras mudanças nas esferas da vida social e cultural da sociedade. Na leitura do PCB e de outros segmentos de esquerda, o conflito de classes se agravaria no país à medida que mais acentuada fosse a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas do país – como a industrialização vivenciada durante o período – e suas relativamente estacionárias relações sociais de produção, tidas em muitos aspectos como “pré-capitalistas” ou “semifeudais”. Sendo assim, os conflitos tidos como frutos da “contradição principal” não se dariam entre a burguesia e a classe operária, mas sim entre estas classes – interessadas no progresso econômico do país, em prol do pleno desenvolvimento do capitalismo – e as atrasadas relações de produção e o imperialismo, este último concebido como uma grande força interessada em manter o Brasil em uma posição subalterna no mercado internacional, concernente a um país essencialmente agrário e simples exportador de bens primários.

1.5 O populismo e o trabalhismo

O “populismo” enquanto conceito político foi disseminado inicialmente na Rússia, na segunda metade do século XIX. Denominados de *narodniks*, os populistas russos eram provenientes de uma classe média intelectual que se posicionava justamente contra a industrialização e o desenvolvimento capitalista na Rússia. Viam nas comunas camponesas, sobretudo, os verdadeiros embriões revolucionários. Após fracassarem no trabalho no campo, passaram a se dedicar a atividades de terrorismo e assassinato político. O desenvolvimento do marxismo na Rússia esteve profundamente relacionado à luta constante contra os populistas no campo teórico e político (COMITÊ..., 1999). No início do século XX, os populistas remanescentes e neopopulistas se aglutinaram no Partido Socialista Revolucionário, que a despeito de adotar o socialismo como sua bandeira política, rejeitava o marxismo como teoria e guia de ação, ignorando, portanto, as análises mais científicas e materialistas do processo de desenvolvimento histórico e

social. Neste sentido, seguiram rivalizando com os marxistas russos até a revolução socialista de 1917.²⁷

Na América Latina e especialmente no Brasil, o termo “populismo” adquiriu significados bastante distintos. Associado aos processos de industrialização e de urbanização – sendo também entusiasta destes –, o populismo caracteriza-se menos como uma corrente política propriamente dita – como foi no caso da Rússia – e sim como uma forma de atuação prática de lideranças políticas. A historiografia, por sua vez, costuma caracterizar o período político que vai de 1946, com o fim do Estado Novo, até o golpe burguês-militar de 1964, como “democracia populista”. Segundo Jaccoud (1990):

A “democracia populista” significou assim, desde o seu nascimento, um fenômeno complexo, de inserção das classes trabalhadoras, em especial do proletariado urbano, no processo político nacional. O crescimento da organização dos trabalhadores, a ascensão das lutas populares e a intensificação de seus movimentos reivindicatórios teceram um período de significativas conquistas democráticas, e de ampliação do espaço político de atuação popular (p.15).

Neste sentido, o populismo é apresentado como uma dualidade. Por um lado, representava um modelo de desenvolvimento voltado para a democratização do Estado e a participação política das classes proletárias. Por outro lado, representava também uma política de dominação ideológica, procurando conduzir as demandas populares nos limites estatais, impostos pela manipulação e conciliação política. Neste sentido, “combinou a participação e o pluralismo com a coerção e a restrição” (ibidem, p.15). Segundo a autora, a ambiguidade da “democracia populista” também pode ser constatada através da percepção do “caráter autoritário” de sua estruturação político-institucional, que pode ser percebida através do tutelamento do sindicalismo urbano, da cassação do registro eleitoral do PCB, assim como na resistência à organização dos trabalhadores rurais (ibidem). Todavia, este aspecto autoritário, coercitivo e restritivo também passou a ser colocado em xeque pelas classes obreiras, que cada vez mais se projetavam com maior autonomia, radicalizando suas pautas e procurando avançar em seus ganhos materiais e simbólicos. Também podemos atestar os aspectos ambivalentes do populismo brasileiro nas análises de Francisco Weffort (1980):

²⁷ Uma ala de esquerda do partido socialista revolucionário, já separada do partido antes da revolução socialista, decidiu apoiar a revolução bolchevique, mas sua participação no novo governo foi breve e logo viriam a romper com os comunistas russos (COMITÊ..., 1999).

Foi, ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano. Foi um dos mecanismos através dos quais os grupos dominantes exerciam seu domínio, mas foi também uma das maneiras através das quais esse domínio se encontrava potencialmente ameaçado (p.62).

Para Ianni (1968), o populismo brasileiro foi uma consequência direta da industrialização e urbanização, sendo associado diretamente aos processos de rompimento econômicos e políticos ocorridos no Brasil e no exterior. Com o esgotamento do processo desenvolvimentista baseado na substituição de importações, além do receio de que o populismo pudesse transcender as barreiras de manipulação política das massas trabalhadoras, projetando-as no cenário nacional com objetivos cada vez mais autônomos e contestadores da ordem social estabelecida. Com o crescimento do movimento nacionalista e o fortalecimento das organizações de representação das classes trabalhadoras e, por conseguinte, do próprio acirramento da luta de classes, o projeto de conciliação de classes começou a entrar em colapso, principalmente após a associação da grande burguesia nacional com o capital multinacional monopolista, no decorrer do processo industrializante:

A democracia populista, garantindo o progresso das conquistas democráticas, transforma-se no palco das conquistas democráticas, transformava-se no palco da apresentação das reivindicações econômicas e políticas das classes populares e da luta por suas conquistas. [...] O Estado populista ocupava, então, um papel cada vez mais ambíguo, pressionado pelas “organizações populares de esquerda” para uma ação política cada vez mais ideológica (JACOUD, 1990, p.19).

Com o aguçamento das contradições de classe, motivadas pelo fortalecimento das pautas reformistas na sociedade, o populismo começou a ruir, “não se mostrando mais capaz de superar os antagonismos entre os interesses das classes e facções de classe que pretendia conciliar” (ibidem, p.17). As possibilidades de canais de diálogo “direto” com as massas obreiras, e o atendimento parcial de suas demandas tornaram-se insuficientes para canalizar os anseios e aspirações das camadas subalternas dentro de um desenvolvimento econômico que não rompia com a herança colonial brasileira, sendo, portanto, incapaz de cooptar tanto o movimento camponês em ascensão e que se chocava cada vez mais com o latifúndio, como o próprio movimento nacionalista que ganhava força e expressão e, ao se radicalizar, entrava em conflito inconciliável com o imperialismo norte-americano, tido como principal inimigo da nação.

Entretanto, acreditamos ser fundamental o emprego com cautela do termo “populismo”, e inclusive em nosso trabalho o utilizaremos com pouca frequência. Primeiramente, acreditamos que o emprego do termo “democracia populista” para abranger todo o período desde a redemocratização em 1945 ao golpe burguês-militar em 1964, um tanto quanto impreciso. Isto porque em cada governo houve seu contexto bastante específico e em muitos aspectos até mesmo antagônico ao que o precedeu. As discrepâncias entre Eurico Gaspar Dutra e João Goulart, assim como deste último para com Jânio Quadros, são exemplos de como a caracterização de todo um período histórico tão diversificado não é uma tarefa das mais simples, sobretudo ao se atribuir uma pretensa generalização intrínseca ao estilo de governo, seus objetivos e trato com as massas trabalhadoras, assim como a hegemonia burguesa sobre o aparato estatal, que só foi se consolidando durante o governo de Juscelino Kubitschek, mas que posteriormente apoiaria massivamente a deposição do presidente João Goulart. Em segundo lugar, não se constitui como um encargo singelo definir quais políticos ou partidos merecem a denominação de “populistas”. Afinal, tais definições são continuamente empregadas para caracterizar tanto políticos considerados de direita, como Jânio Quadros e Ademar de Barros, como de esquerda, como João Goulart e Leonel Brizola. Com o advento da Ditadura Militar, o termo “populista” passou a ser considerado como sinônimo de demagogia e assistencialismo, tornando ainda mais difícil sua análise acadêmica independente das suas conotações políticas mais popularmente difundidas. Desta forma, e visto que não acarretará quaisquer prejuízos para nossa pesquisa, não afetando o trabalho em dimensão e profundidade, optamos pela utilização do termo de maneira mais restrita, limitando sua aplicação aos usos circunstanciais pelos autores estudados. Em contrapartida, o emprego do termo “nacionalismo” para nós é profundamente vital, pois acreditamos ter sido o verdadeiro arcabouço ideológico que possibilitou a formação da frente popular em Pernambuco.

Por sua vez, o conceito de trabalhismo enquanto corrente política nasceu na Inglaterra, nas décadas que se seguiram à industrialização, como produto do desenvolvimento político e da consciência de classe do movimento operário através das lutas de classe por ele travadas. O trabalhismo – enquanto corrente política e ideológica do movimento operário – se traduz na luta por melhores direitos para a classe trabalhadora, de maneira contínua e progressiva, embora abrindo mão de opções

revolucionárias ou que visem a abolição do capital e, como ato contínuo, do sistema de dominação de classe. Aproxima-se, neste sentido, da social-democracia europeia, com verniz socialista, mas procurando distanciar-se do comunismo e do bolchevismo soviético. Contudo, seu surgimento no Brasil esteve mais associado a um contexto inicial bastante diferenciado, sendo não um produto espontâneo das lutas operárias, mas sim através do sindicalismo oficial e do Ministério do Trabalho estadonovista,²⁸ comandado por Marcondes Filho, considerado principal articulador orgânico do Partido Trabalhista Brasileiro, seguido por Segadas Viana, seu principal assessor técnico, e sob a chancela do então presidente Getúlio Vargas (GOMES, 2005). O trabalhismo brasileiro nasceu, portanto, de dentro do Estado, fato que lhe conferiu desde o nascedouro uma profunda marca fisiológica e conciliadora (ou simplesmente “pelega”, de acordo com a linguagem política brasileira). Segundo o político nacionalista pernambucano Barbosa Lima Sobrinho, “havia em primeiro lugar os pelegos, porque todos os elementos trabalhistas, em geral, gravitam em torno do governo, do poder” (SOBRINHO, 1977, apud DELGADO, 2011, p.76).

Tendo como ponto de partida a formação de uma ampla máquina sindical corporativa, somada às conquistas progressivas de direitos trabalhistas pelas camadas populares – culminando na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943 –, e o ingresso definitivo do proletariado urbano na cena política nacional, o trabalhismo brasileiro surgiu no cenário nacional como uma alternativa não revolucionária e não comunista de representação política das camadas laboriosas, conciliando os conflitos entre capital e trabalho, e tendo como principal expressão retórica e prática a defesa intransigente da legislação trabalhista erguida durante o governo Vargas, sendo este a incontestável liderança política desta vertente ideológica. Esta nova corrente foi materializada na criação do PTB, elaborado, segundo Ângela de Castro Gomes (2005), como uma “proposta de criação de um partido nos moldes do Partido Trabalhista Britânico. Isto é, um partido com bases nas massas trabalhadoras e que deveria constituir-se em divisor de águas – entre a extrema esquerda e a extrema direita” (p.271). Neste aspecto, o partido cumpriria um papel fundamental para conciliar as lutas de classe no Brasil, sendo um contraponto à influência comunista no movimento

²⁸ Criado em 1930, agrupando também as atividades empresariais, era denominado de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, mantendo estas atribuições até 1960, quando foi transformado em Ministério do Trabalho e Previdência Social. Desde 1999, recebe a denominação de Ministério do Trabalho e Emprego.

operário. Entretanto, segundo Alberto Pasqualini, um dos principais representantes da ala ideológica do PTB, as diferenças entre o trabalhismo inglês e o trabalhismo brasileiro eram bastante nítidas, não se resumindo, portanto, ao contexto histórico e social distinto em que surgiram:

Não se pode assemelhar o trabalhismo nacional ao trabalhismo inglês. Este é de índole socialista, ao passo que o trabalhismo indígena (o programa nacional) é capitalista e, paradoxalmente, conservador. Isso se explica porque, na concepção desse programa, as aspirações máximas do trabalhismo encontraram sua realização no Estado Novo (PASQUALINI apud DELGADO, 2011, p.68).

O termo “conservador” utilizado por Pasqualini não se refere à adesão de posições antipopulares ou de matriz liberal. Embora alguns trabalhistas dissidentes do PTB participassem de composições eleitorais com agrupamentos de direita – como o caso da corrente janista, ligada a Jânio Quadros –, os trabalhistas, via de regra, se aproximavam dos setores nacionalistas e esquerdistas. Não obstante, não possuíam como objetivo estratégico, nem mesmo em longo prazo, a implantação de políticas de caráter socialista, como a abolição da propriedade privada dos meios de produção ou a socialização das riquezas nacionais, mas sim, o desenvolvimento autônomo do capitalismo, a expansão do parque industrial e a nacionalização dos recursos naturais considerados como estratégicos para o país. É dentro desta perspectiva que os trabalhistas brasileiros se somaram aos comunistas nas lutas queremistas e, posteriormente, pela nacionalização do petróleo. Com a organização de greves e passeatas conjuntas, conseguiram paulatinamente ir aprofundando relações entre si e, deste modo, passaram a se influenciar mutuamente, culminando nas alianças sindicais e eleitorais e nas campanhas unificadas pelas reformas de base na década de 60. Neste sentido, pesou decisivamente também a experiência prática de luta das massas proletárias que apostavam no trabalhismo como alternativa política. Longe de possuírem um papel passivo e absolutamente tutelado neste processo, os operários amadureciam politicamente, como exposto por Lucilia Delgado (2011), e passariam a usufruir de sua “autonomia potencial” para estimular e pressionar as lideranças sindicais e políticas para posições cada vez mais consequentes e reformistas no plano social, político e econômico.

Apesar de o trabalhismo do PTB ter buscado inspirar-se no *Labour Party* [Partido Trabalhista] inglês para elaboração de seu corpo doutrinário, no Brasil, o programa do partido também se sustentou em especificidades

peculiares à história política social brasileira. Ou seja, a defesa da legislação trabalhista e social da primeira era Vargas, a luta contra a pobreza, a resistência ao avanço imperialista e, por fim, o culto ao getulismo que, apesar de não uniforme, foi predominante no partido. O trabalhismo inglês seria tão só uma roupagem neutra, sem a expressão real que os fundadores do partido insistiram em dar ao PTB (DELGADO, 2011, p.77, grifo nosso).

Todavia, foi justamente esta roupagem ideológica que possibilitou a formação de uma ala mais ideológica entre os trabalhistas brasileiros. Apesar de no início serem numericamente reduzidos e em constante tensão com os segmentos mais oficialistas e pragmáticos, os setores mais reformistas terminariam se expandindo e se fortalecendo concomitantemente ao crescimento do movimento nacionalista, que à medida que vai se enraizando nas camadas populares, vai se radicalizando e ganhando conotações cada vez mais reformistas e contestadoras da ordem social vigente. Se as influências ideológicas do trabalhismo britânico para com o brasileiro foram superficiais e bastante limitadas, o mesmo não se pode dizer do movimento nacionalista no país, que exerceu uma poderosa ação progressista e catalisadora sobre os trabalhistas brasileiros durante aquele respectivo momento histórico.

1.6 Caráter, estratégia e tática da revolução brasileira

Para analisar as divergências teóricas sobre o caráter da revolução brasileira, é necessário antes, pois, realizar uma definição dos conceitos de tática e estratégia. Este último pode ser descrito como "o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final", tendo o partido revolucionário, portanto, o papel de "determinar com exatidão quais são as classes, as forças sociais que se enfrentam no terreno da luta política, como estão agrupadas umas contra as outras e quais são as formas mais gerais que adotam em seus enfrentamentos de classes" (HARNECKER, 2012, p.65-66).

A tática, por sua vez, corresponde à "ação específica, de acordo com as circunstâncias históricas concretas", (ibidem, p.109) tendo que "se adaptar a diversas situações. Cada vez que surge uma nova conjuntura política, a tática deve responder com formas de organização e de luta apropriadas à nova situação", sabendo organizar a mais decidida ofensiva política quando a correlação de forças lhe é propícia,

organizando uma retirada ordenada no terreno da luta popular quando a situação se torna desfavorável (ibidem, p.110).

Podemos então compreender a estratégia do partido revolucionário como a escolha do caminho a ser seguido para a tomada do poder político, enquanto que a tática se caracteriza pela definição da forma como este trajeto será percorrido. Neste sentido, a estratégia depende necessariamente dos adversários a serem combatidos como alvos prioritários, se modificando “quando os inimigos estratégicos ou os inimigos imediatos mudam”, enquanto que a tática, por outro lado, “não pressupõe uma mudança do inimigo imediato” (ibidem, p.109).

A estratégia do PCB desde sua fundação se baseava na defesa da revolução em duas etapas. Sendo assim, cada etapa demandaria uma estratégia diferenciada, pois para cada etapa haveria um inimigo principal diferente a ser superado. A primeira etapa, de caráter democrático, antiimperialista e antifeudal, denominada de revolução “democrática” ou “nacional-libertadora”, teria como foco central o fim do latifúndio e a superação da submissão econômica ao imperialismo. Apenas na segunda etapa do processo revolucionário brasileiro é que ocorreriam as transformações de caráter *socialista*, ou seja, a coletivização das terras e meios de produção, com o poder estatal passando para as mãos da classe operária. Esta segunda etapa seria denominada de revolução “proletária” ou “comunista”. O critério fundamental para a divisão da revolução em duas etapas distintas se refere à análise hegemônica dentro da Internacional Comunista para os países coloniais, semicoloniais ou dependentes, ainda predominantemente agrários e com uma indústria inexistente ou parcialmente desenvolvida. Nestes países, a composição das classes sociais seria desconforme e a contradição principal existente nestas sociedades não seria entre o proletariado urbano e a burguesia industrial, pois ambas as classes só poderiam alcançar seu estágio de desenvolvimento necessário para polarizarem todo o corpo social quando o capitalismo também se desenvolvesse suficientemente em todas as relações sociais de produção. Nos países semicoloniais ou dependentes, a contradição principal da sociedade seria entre as relações semifeudais (ou simplesmente pré-capitalistas) no campo e o imperialismo, de um lado, e a *nação* e seu consequente desenvolvimento econômico autônomo – em direção ao capitalismo – de outro.

A historiografia acadêmica realizou ao longo das décadas passadas inúmeras abordagens críticas a respeito das análises pecebistas empreendidas neste período. Se converteu em uma espécie de solução *mágica* e incontestável, onde todos os problemas de organização popular existentes e até mesmo o próprio golpe burguês-militar de 1964 derivariam da análise, tida como “errônea” e “mecanicista”, dos comunistas brasileiros em travarem uma luta contra os supostos “resquícios semifeudais” e em acreditarem na possibilidade de conformação de uma “burguesia nacional” que se unisse à luta dos trabalhadores pela emancipação nacional. Uma das principais expoentes desta perspectiva crítica é Anita Prestes, que assim procurou sintetizar suas posições:

Embora o PCB não adotasse explicita ou oficialmente a “doutrina desenvolvimentista”, foi sob sua influência que, na segunda metade dos anos 1950, alimentou ilusões na possibilidade de um **capitalismo autônomo** no Brasil. Imaginava-se que uma hipotética **burguesia nacional** estaria nele interessada, contrapondo-se inclusive à penetração do imperialismo norte-americano. Não se percebia que a burguesia industrial brasileira capitulara diante da pressão do capitalismo internacional, associando-se em posição subordinada às multinacionais (PRESTES, 2009, p.58, grifos da autora).

Associando diretamente o nacionalismo e o “etapismo”²⁹ com o abandono da via revolucionária pelos comunistas brasileiros, Anita Prestes (2012) afirmou que seria impossível “derrotar o imperialismo sem avançar no caminho da revolução socialista [imediata]. O problema era, e continua sendo, como empreender na prática tal caminho sem se desviar para o etapismo e o decorrente reformismo” (p.23).

Arlindo Soares (1982), por sua vez, também reforçou a superficialidade da análise teórica do PCB no que se refere ao processo de industrialização vigente na segunda metade da década de 50, encabeçado pelo presidente Juscelino Kubitschek. O próprio desenvolvimento capitalista no país, concomitante ao acirramento dos antagonismos de classe, teria levado os comunistas a uma revisão de sua tática, enfatizando as propostas mais nacionalistas. Ainda dentro deste aspecto, é interessante observar que este processo de industrialização no qual a burguesia aumentaria sua dependência ao capital internacional ao invés de entrar em contradição com este, já havia sido alvo de análise de importantes dirigentes da IC. O responsável pela secção latino-americana da IC, Jules Humbert-Droz, afirmara, ainda no final da década de 20, que “quanto mais capitais investe na América Latina o imperialismo, mais se

²⁹ Termo que se remete à concepção defendida pela maioria dos comunistas brasileiros na época de divisão da revolução em duas etapas.

desenvolve a industrialização e mais se desenvolve também a colonização destes países” (Op. Cit., ZAIDAN FILHO, 1988, p.35). Decorre daí a conclusão apontada pelo membro da IC de que:

Não há nestes países mais industrializados uma burguesia nacional autônoma; esta se encontra desde suas origens ligada ao imperialismo e, por isso, impossibilitada objetivamente de desenvolver um projeto revolucionário burguês antiimperialista. Da mesma forma, a burguesia industrial não se contrapõe aos latifundiários, mas tem seus interesses com os destes últimos intimamente imbricados (ibidem, p.35).

O próprio dirigente máximo do PCB, Luís Carlos Prestes, posteriormente realizou uma avaliação crítica – e, portanto, também autocrítica – das análises e posições defendidas pelo PCB naquele momento histórico, quando afirmou que “a burguesia brasileira nasceu dependente e vai morrer dependente, e que jamais foi contra o imperialismo” (PRESTES apud MORAES & VIANA, 1982, p.217).

Contudo, quem de fato foi pioneiro nestas posições críticas foi o economista e historiador Caio Prado Júnior (1978b), que já durante os anos 50 e 60 foi um ferrenho opositor da estratégia revolucionária do Partido, principalmente no que tange ao caráter democrático-burguês da revolução, que segundo o autor, entrava em conflito com a própria realidade brasileira, pois “o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como ‘restos feudais’ [...]. Ora um tal sistema feudal, semifeudal ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós” (p.39).

Assim, a industrialização e a urbanização, embora alterassem significativamente a estrutura econômica e social do Brasil, não viriam a romper com a estrutura agrária tradicional, que já seria – segundo o autor – desde sua origem capitalista, nem tampouco eliminaria o grau de dependência da burguesia brasileira em relação ao imperialismo. Segundo Mazzeo (2003), Prado Júnior, com base em uma análise marxista da peculiaridade do desenvolvimento econômico brasileiro, divergia do PCB em diversos aspectos, em que se ressalta:

A tática partidária – a política de alianças –, mas principalmente os elementos teórico-estratégicos que a informavam. Critica a visão positiva do partido sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro e a visão partidária do problema agrário, basicamente a questão do feudalismo [...]. Ataca o aspecto central da política do Partido Comunista, isto é, o caráter da revolução brasileira (p.161-162).

Neste sentido, concordamos com os autores na superficialidade da avaliação teórica do Partido referente ao projeto desenvolvimentista de Kubitschek, que subordinou a industrialização do país aos financiamentos do capital estrangeiro, culminando numa maior dependência da “burguesia nacional” frente aos interesses dos monopólios internacionais. Como veremos mais adiante, dentro do PCB ocorreram também grandes divergências no que tange à avaliação política do Partido em relação ao processo industrializante e suas consequências mais fundamentais. Estas divisões se acirraram no V Congresso do PCB, ocorrido em 1960, e culminaram numa cisão interna entre os comunistas brasileiros. No entanto, a separação da revolução em etapas, sendo a primeira de caráter democrático e antiimperialista – incluindo a possível aliança com os setores da “burguesia nacional” –, não foi questionada naquele período pelos comunistas brasileiros, e sim a questão própria do *poder*, e como ocorreriam as transformações desta primeira etapa, se de maneira revolucionária ou de forma gradual, pacífica e por dentro do regime legal instituído. Isto ocorria devido ao fato do Brasil não ter desenvolvido plenamente as relações econômicas capitalistas, sobretudo no campo, onde inexistiam os direitos trabalhistas e onde o coronelismo ainda era a principal expressão da autocracia latifundiária. É principalmente na teoria leninista da revolução em etapas que se apoiavam os comunistas brasileiros ao formularem suas posições:

É uma ideia **reacionária** procurar a salvação da classe operária nalguma coisa que não seja o desenvolvimento do capitalismo. [...] É absolutamente **vantajosa** para a classe operária a eliminação de todas as reminiscências do passado que entorpecem o desenvolvimento amplo, livre e rápido do capitalismo. A revolução burguesa é precisamente uma revolução que mais decididamente varre os restos do passado. [...] Por isso, a revolução **burguesa é vantajosa no mais alto grau para o proletariado** (LENIN, 1982, p.406, grifos do autor).

Dentro desta perspectiva, quanto mais “completa e decidida”, quanto mais “consequente”, for a revolução democrática, melhor será para os trabalhadores e para o próprio movimento revolucionário comunista (ibidem). Apesar disso, o aspecto vacilante da burguesia enquanto classe, assim como sua preferência pelas transformações graduais e dentro da ordem institucional estabelecida, são fatores que não podem ser ignorados dentro dos fundamentos da teoria da revolução em etapas. É questão de importância substancial para o proletariado que as transformações democráticas se processem pela via revolucionária, e não por meio de reformas que ocorrem dentro dos limites legais impostos pela estrutura social vigente.

É vantajoso para a burguesia que a revolução burguesa não varra demasiado resolutamente todos os restos do passado, mas deixe de pé alguns deles, que esta revolução não seja inteiramente consequente, não vá até ao fim, não seja decidida e implacável. Os sociais-democratas exprimem frequentemente esta ideia de modo um pouco diferente, dizendo que a burguesia se trai a si mesma, que a burguesia trai a causa da liberdade, que a burguesia é incapaz de um espírito democrático consequente. Para a burguesia é mais vantajoso que as transformações necessárias num sentido democrático-burguês se produzam mais lentamente, mais gradualmente, mais prudentemente, menos decididamente, pela via de reformas e não pela via da revolução; [...] Em contrapartida, é mais vantajoso para a classe operária que as transformações necessárias no sentido democrático-burguês se produzam precisamente não pela via de reformas, mas por via revolucionária, pois a via de reformas é a via das dilações, dos adiamentos, da agonia dolorosa e lenta das partes apodrecidas do organismo popular. Os que sofrem mais e em primeiro lugar com esta putrefação são o proletariado e o campesinato. A via revolucionária é a via da operação mais rápida e menos dolorosa para o proletariado, a via da eliminação direta das partes apodrecidas [...]. A própria situação da burguesia, como classe na sociedade capitalista, gera inevitavelmente a sua inconsequência na revolução democrática. A própria situação do proletariado, como classe, obriga-o a ser democrata consequente. A burguesia, temendo o progresso democrático que ameaça fortalecer o proletariado, volta os olhos para trás. O proletariado nada tem a perder a não ser as suas cadeias, mas, com a ajuda da democracia, tem todo o mundo a ganhar (ibidem, p.406-407).

O principal intelectual marxista brasileiro que defendia o caráter democrático da revolução em sua primeira etapa foi Nelson Wenerck Sodré. Até certo ponto ignorado pela historiografia contemporânea, principalmente pelos autores influenciados pelas obras de Caio Prado Júnior, o pensamento de Sodré nada possui de “mecanicista” ou “dogmático”. Com profunda preocupação em entender os aspectos diferenciados e específicos da realidade brasileira, Sodré criticou taxativamente os autores que ignoravam as características subdesenvolvidas da economia brasileira, bem como os que, em sua leitura, igualavam mecanicamente a conjuntura nacional e internacional do período com a conjuntura europeia dos séculos XVII e XVIII, onde ocorreram as primeiras revoluções burguesas:

A caracterização como democrática e nacional do tipo que pertence a Revolução Brasileira significa que se trata de enfrentar o imperialismo, para a libertação econômica e política, de enfrentar o latifúndio, para liberar as forças produtivas e possibilitar a ampliação da área democrática. E significa pois, que se trata, não de introduzir alterações socialistas, mas de ampliar relações capitalistas onde elas são ainda desconhecidas ou repelidas. A equiparação desse tipo ao primeiro é que leva à suposição de que essa ampliação de relações capitalistas terá, como corolário fatal, admitido a priori, o reforçamento da burguesia [...]. Mas a situação histórica é outra, as condições são inteiramente diversas, as externas como as internas. É errôneo estabelecer profeticamente, como premissa básica, aquilo que pertence à etapa futura do processo. O estabelecimento dessa premissa deriva da equiparação mecânica de situações históricas diferentes, separadas por mais de um século de lutas, de transformações, de profunda e essencial alteração

na correlação externa como na correlação interna das forças sociais. Equiparar a burguesia de países do tipo do Brasil à burguesia dos países em que se operou a revolução burguesa clássica, de outra parte, é deformação que indica desconhecimento histórico irremediável (SODRÉ, 1978, p.246-247).

Por outro lado, o autor destacou também o papel “subjetivo” desempenhado pelo imperialismo, que para tentar semear a divisão entre seus potenciais inimigos, propaga o anticomunismo, que se converte em um verdadeiro “produto embriagador” para a burguesia, fazendo com que a mesma se volte contra seus “aliados” nacionais. Contudo, esta situação não está objetivamente determinada, pois somente a ela, enquanto classe, competirá “escolher” qual será seu papel a desempenhar na evolução e desenvolvimento da sociedade brasileira:

Face às condições objetivas que a compelem a participar da frente que luta pela Revolução Brasileira, as condições subjetivas do anticomunismo poderão ceder, entretanto. A burguesia que, tacitamente, pelas suas atividades, pela sua parcela nacional, é claro, participa do processo histórico no sentido do avanço, tem condições para escolher o seu destino (ibidem, p.249).

Longe de idealizar a burguesia brasileira, Sodré salientou de forma categórica sua vacilação, afirmando inclusive que, para ela, “se o imperialismo lhe permitisse folga, certamente seria mais fácil acomodar-se com ele: sua resistência não chega ao rompimento, senão no extremo limite” (ibidem, p.248). Por fim, o autor também apresentou uma reflexão crítica sobre a atuação dos revolucionários na época, relacionando as idealizações e erros cometidos pelos comunistas nos processos que antecederam o golpe burguês-militar de 1964, não como fruto de seguirem uma estratégia equivocada – a da defesa da revolução democrática – mas justamente por não se debruçarem sobre a questão da tomada do *poder*, assim como a confusão e não diferenciação entre governo político e poder político, que também foram fatores fundamentais na divisão dos comunistas brasileiros que se processou no início da década de 60.³⁰ Neste sentido, Sodré apontou, também numa perspectiva relativamente autocrítica, que “trata-se, no fim de contas, de um dos problemas menos conhecidos e menos estudados, entre nós, – o problema do poder” (ibidem, p.252).

³⁰ Este tema será por nós mais aprofundado no capítulo IV, entre as páginas 148 e 154, quando analisamos as divergências que terminariam por cindir o Partido Comunista, onde a questão do poder e o contraste entre a via revolucionária e a via reformista e pacífica ocuparam o centro dos debates que antecederam o V Congresso do Partido em setembro de 1960.

CAPÍTULO II – A INDUSTRIALIZAÇÃO, O NACIONALISMO E A FORMAÇÃO DA FRENTE POPULAR EM PERNAMBUCO

2.1 Antecedentes históricos e a força eleitoral dos comunistas no Recife e Região Metropolitana

Pernambuco gozava de certo privilégio em relação aos seus vizinhos nordestinos. Por um lado, possuía uma história de lutas e revoluções³¹ que sempre foram muito vivas no imaginário social e motivo de orgulho para as camadas urbanas mais sensíveis aos problemas políticos locais e nacionais.³² Por outro, possuía um considerável desenvolvimento industrial, se comparado aos demais estados do Nordeste, que lhe permitia a formação de um proletariado urbano relativamente numeroso na região metropolitana da capital. As indústrias canavieiras, na Zona da Mata, e as indústrias têxteis, concentradas nos centros urbanos do Grande Recife, ofereciam as condições para a existência de conflitos de classe capazes de elevar a consciência de classe das camadas trabalhadoras e despontá-las para uma participação política mais organizada, diferentemente da realidade dos estados limítrofes. Conforme sintetizado por Clodomir Moraes, Recife era em essência uma “cidade operária”, onde “a classe operária influía muito no desenvolvimento da democracia popular. Era muito poderosa.”³³

De acordo com Soares (1982), a maioria do contingente de operários fabris era proveniente do campo, mais especificamente da região da Zona da Mata, na atividade de cultivo e processamento da cana-de-açúcar, onde prevalecia o trabalho coletivo através da proletarianização rural. A alta exploração da mão de obra e os conflitos de classe dela decorrentes possibilitaram que os trabalhadores que saíssem do campo para as cidades metropolitanas em busca de melhores condições de vida, já nelas afluíssem

³¹ Das quais podemos destacar a Revolução Pernambucana em 1817; a Confederação do Equador em 1824; e a Revolução Praieira em 1848.

³² Na Revolução de 1930, embora tenha sido o movimento liderado por frações descontentes da elite, com o apoio de militares ligados ao tenentismo e setores radicalizados da classe média urbana, conforme apontado por Skidmore (1988), ela foi deflagrada em Recife com a participação expressiva e entusiasta das camadas populares da cidade (CAVALCANTI, 1978).

³³ Clodomir Moraes. Entrevista concedida ao autor em 25/08/2011.

com nítidas rejeições aos usineiros e às demais oligarquias rurais. Ainda segundo o autor, os portuários, ferroviários e os operários das indústrias têxteis e alimentícias desenvolveram uma tradição de luta que facilitou a propagação das ideias de esquerda nestes segmentos.

Já em 1933, a legenda “Trabalhador, Ocupa teu Posto”, pertencente ao Bloco Operário e Camponês – organizado pelo Partido Comunista –, conseguiu ser a mais votada no Recife para a Assembleia Constituinte. O mesmo ocorreu para a Câmara dos Vereadores em 1935.³⁴ Em ambas, o importante líder popular Cristiano Cordeiro, um dos fundadores do PCB, teve uma atuação destacada (CAVALCANTI, 1978).

Com a redemocratização, em 1945, concomitantemente à legalização do PCB, os comunistas conseguiram multiplicar vertiginosamente seus quadros. De cerca de apenas 100 membros no estado em 1945, o Partido avançou para mais de 20 mil em meados de 1947, conforme apontado por Gregório Bezerra em entrevista a Soares (1982). Ainda de acordo com ele, nas eleições presidenciais realizadas em dezembro de 1945, o candidato do PCB, Iedo Fiúza obteve 40% dos votos no Grande Recife, com este percentual se elevando para 62,88% nas urnas existentes nos bairros operários da capital (ibidem). Nas eleições para a Câmara Municipal os comunistas ainda lograram serem os mais votados na capital. Em Jaboatão dos Guararapes, cidade vizinha à Recife, os comunistas conseguiram eleger o primeiro prefeito comunista do país a tomar posse, Manoel Rodrigues Calheiros (CAVALCANTI, 1978). Nas eleições estaduais, por sua vez, os comunistas e socialistas lançaram o nome de Pelópidas Silveira, que obteve dois terços dos votos na capital. Entretanto, devido à pouca penetração das esquerdas no Agreste e Sertão do estado, o candidato socialista terminou o pleito em terceiro lugar com 58.155, votos, sendo destes 44.846 só na Região Metropolitana do Recife (SOARES, 1982). Com apenas pouco mais de 500 votos de diferença para Neto Campelo, da UDN, Barbosa Lima Sobrinho do PSD é eleito, com um total de 91.985 votos. Apesar de seu perfil democrático e nacionalista, sua vitória representou a manutenção do poder nas mãos dos antigos burocratas e chefes políticos ligados ao Estado Novo (PANDOLFI, 1984).

³⁴ Ano em que ocorreu a rebelião da Aliança Nacional Libertadora, contra o governo de Getúlio Vargas e sua aproximação com o Eixo, tendo como palco as cidades do Rio de Janeiro, Natal e Recife. Na capital pernambucana, a ALN contava com uma grande influência, e que por pouco não deflagrou o levante armado três meses antes da data em que efetivamente ocorreu (VIANNA, 2003; BEZERRA, 2011).

Com a ilegalidade, o PCB naturalmente se enfraqueceu eleitoralmente, mas conseguiu manter a hegemonia política nos grandes centros urbanos em Pernambuco. Prejudicou-se, acima de tudo, nas arenas de disputa para as esferas legislativas, permanecendo em grande parte seu enorme poder eleitoral para os pleitos executivos. Segundo Soares (1982), a diluição das várias siglas partidárias e o crescimento dos trabalhistas e de alguns líderes “populistas” em determinadas localidades contribuiu bastante para minar a influência comunista nas candidaturas legislativas. Entretanto, pode-se concluir que havia uma latente manifestação antioligárquica – e que podemos inferir também como antipatronal – presente na capital, havendo a expressiva “tendência dos setores populares de manifestar seu apoio a uma organização e a líderes políticos que pelo menos se opusessem às classes dominantes locais e tivessem vínculos com a vanguarda sindical mais combativa” (ibidem, p.37).

Em 1950, Agamenon Magalhães, chefe do PSD pernambucano, se candidatou ao governo estadual, com o objetivo de utilizar todo seu histórico prestígio para manter a hegemonia pessedista no executivo local. A esquerda não apresentou candidatos, e o PCB decidiu pelo voto nulo, entendendo que os dois candidatos eram reacionários, seguindo a linha do Partido de verniz mais à esquerda, adotada após a ilegalidade e reformulada nos anos seguintes. Houve vários intentos prévios de união entre a UDN e o PSD, mostrando a disposição das elites locais de chegarem a um maior entendimento. No entanto, as conversações falharam e a UDN, conjuntamente com o apoio de vários partidos, incluindo os trabalhistas, tentaram derrotar o PSD lançando o usineiro João Cleofas³⁵ como candidato, mas acabaram novamente vencidos, desta vez por uma margem de cerca de 10 mil votos (PANDOLFI, 1984).

Todavia, o governador Agamenon Magalhães morreu antes de completar a metade do seu mandato. Como não havia, em Pernambuco, o cargo de vice-governador, novas eleições tiveram de ser convocadas. Segundo Dulce Pandolfi (1984), a UDN e os demais partidos a ela aliados aceitaram os apelos de Etelvino Lins do PSD, ex-secretário de segurança pública durante o Estado Novo, para que sua candidatura ocorresse sem concorrências devido às dificuldades econômicas vividas pelo estado. Porém, esta adesão se daria muito mais pelas próprias dificuldades de se lançar uma

³⁵ O próprio Getúlio Vargas veio a Pernambuco em apoio aos comícios do candidato udenista, chegando inclusive a nomeá-lo ministro da Agricultura quando assumiu novamente a presidência, em 1951 (PANDOLFI, 1984).

candidatura oposicionista em pouco tempo e que não estava programada na agenda udenista. Conforme a autora, esta coligação eleitoral era chamada como “união sagrada dos partidos”. A esquerda, por sua vez, denominou esta aliança entre os principais partidos do estado como “a frente dos magnatas” (SOARES, 1982), e decidiu lançar o jornalista Osório Borba, pelo PSB, e apoiado pelos comunistas. A campanha se desenvolveu em clima de grande radicalização política, contando, inclusive, com a ajuda expressiva da Liga Eleitoral Católica apoiando Etelvino Lins. Nota-se o grande fisiologismo dos partidos trabalhistas no estado (PTB, PST, PTN), que posteriormente ingressaram na frente situacionista (PANDOLFI, 1984). Embora contando com apenas 15 dias³⁶ de campanha, o candidato das esquerdas conseguiu sagrar-se vencedor na capital pernambucana e na cidade de Olinda. A vitória, contudo, ficou com Etelvino Lins, que venceu com larga margem de diferença no interior do estado, onde as esquerdas até então não possuíam qualquer penetração (SOARES, 1982). Entretanto, conforme nos contou José Maria, a vitória de Osório Borba no município de Olinda deu grande respaldo às forças de esquerda, pois naquele período a cidade era conhecida por ser um reduto conservador e de direita.³⁷

Durante a campanha sucessória em 1954, a frente das classes dominantes não conseguiu manter-se, a despeito do PSD ter feito esforços neste sentido, inclusive indicando um membro extrapartidário, o General Cordeiro de Farias. A conjuntura nacional estava completamente polarizada, aumentando ainda mais a tensão com o intento golpista de 24 de agosto e o consequente suicídio de Getúlio Vargas. Cleofas, ligado ao governo de Vargas, tentou lançar sua candidatura própria, divergindo de seu partido nacionalmente. A convenção local do partido terminou empatada em 136 votos a favor da candidatura de Cleofas e 136 para a de Cordeiro de Farias. Nova convenção foi marcada e várias cisões ocorreram dentro do partido, com a renúncia do presidente da sigla, Alde Sampaio, sendo acompanhado pelos irmãos Cid e Leal Sampaio. O diretório da UDN da Guanabara, enfurecido, chegou a pedir a expulsão de Cleofas e a dissolução imediata da direção estadual de Pernambuco. A direção nacional do partido não foi tão além, mas reivindicou o apoio a Cordeiro e defendeu que o assunto fosse resolvido em convenção nacional (PANDOLFI, 1984). Por sua vez, um grupo dos

³⁶ Segundo Paulo Cavalcanti, em termos práticos, teria sido apenas sete dias de campanha. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 03/06/1982.

³⁷ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 20/07/2014.

pessedistas mais antigos se voltou contra a decisão de uma candidatura não filiada ao PSD, angariando o apoio inclusive de Chico Heráclito, poderoso “coronel” no interior do estado. Desta forma, dentro de ambos os partidos abriram-se fissuras dissidentes que apoiaram os adversários, evidenciando assim as fragilidades partidárias e suas dissonâncias com suas agremiações em âmbito nacional – questão que, posteriormente, se tornaria ainda mais evidente quando da criação das Oposições Unidas (ibidem).

As esquerdas e os grupos mais nacionalistas declararam apoio a Cleofas. Mesmo que timidamente, o PCB decidiu apoiar a candidatura udenista devido a sua orientação nacional de apoiar os candidatos contrários aos intentos golpistas e ao governo de Café Filho.³⁸ Apesar de mais uma vez perder na capital, embora por uma ligeira diferença de apenas cinco mil votos, o PSD conseguiu vencer com boa margem no interior, auferindo ao total 239.315 votos contra 203.611 do candidato udenista (PANDOLFI, 1984).

Esta eleição inviabilizou os planos de Etelvino Lins, à frente do PSD de Pernambuco, de conseguir unificar o máximo de organizações partidárias para combater as esquerdas. Entretanto, as dissidências no seio dos dois principais partidos, sobretudo nas hostes udenistas, evidenciava que para muitos de seus integrantes lhes parecia muito mais cômodo marchar em conjunto com as oligarquias rurais do que se aliar à segmentos ligados às classes operárias e a um projeto de verniz nacionalista. Pelo que analisamos, pudemos inferir que não havia nenhuma predisposição natural da UDN, e dos segmentos sociais ligados à burguesia urbana e açucareira que ela representava, de promover uma profunda ruptura com os setores oligárquicos e coronelísticos, mais associados ao PSD. As circunstâncias em que tais processos viriam a ocorrer posteriormente – ao menos em aspectos mais aparentes do que essenciais – revelam causas muito mais contingenciais do que estruturais, como veremos no decorrer deste trabalho.

2.2 As elites e seus partidos: o PSD e a UDN

O Partido Social Democrático foi fundado em julho de 1945, reunindo os chefes políticos locais e interventores estaduais durante o Estado Novo (BENEVIDES, 1976). Segundo Delgado (2011), esta característica fez com que o partido se afastasse do

³⁸ Problemas: Revista Mensal de Cultura e Política. dez./fev. 1954-1955.

centralismo político ao se assentar a partir de bases estaduais que se tornariam mais independentes à medida que se consolidava o processo de redemocratização. A influência de Getúlio Vargas foi marcante, embora o partido estivesse muito distante ideologicamente do trabalhismo. Para Skidmore (1982), o PSD não tinha qualquer semelhança com os partidos social-democratas europeus, equiparando-se mais ao antigo Partido Republicano, que existira durante a República Velha. Segundo ele, “Os interventores, em muitos estados, pura e simplesmente, reuniram homens públicos governistas, pedindo-lhes para colher as assinaturas necessárias para a fundação de um partido de acordo com a nova legislação eleitoral” (p.83). O autor destacou ainda que, apesar de sua forte base ruralista, o partido também angariou, paradoxalmente, o apoio de alguns empresários que defendiam a intervenção estatal como fundamental para acelerar um processo industrializante, mas que em contraste com os outros segmentos, conferia ao partido uma “posição não-idelógica *suis-generis*” (ibidem, p.82).

Nas análises do PCB, do ISEB e de outros segmentos nacionalistas, os proprietários rurais não teriam interesses, e seriam inclusive fortemente contrários ao processo de industrialização. Porém, esta visão era distorcida. Segundo Vânia Moreira (2003), este setor “nada mais buscava do que a articulação, preservação e ampliação dos grandes interesses rurais durante o processo de industrialização”, e que, portanto, “julgar os ruralistas como segmentos anti-industriais, como fizeram tantos progressistas, foi um grande erro de cálculo político” (p.189). Ainda segundo a autora:

Vistas em conjunto, as aspirações ruralistas não eram contraditórias ou incompatíveis com o programa desenvolvimentista de JK. A oligarquia rural não se posicionava contra a industrialização [...]. A ideia sobre a incompatibilidade entre o projeto nacional-desenvolvimentista e os interesses agrários era uma ficção. E resultava, em grande medida, do desconhecimento sobre a real composição do setor rural nacional, interpretado como predominantemente exportador, quando, na realidade, a parte mais dinâmica do bloco ruralista só poderia crescer atendendo à ampliação da demanda interna, provocada pela própria industrialização (ibidem, p.182).

Percebendo a força crescente dos industrialistas, as oligarquias rurais trataram não de tentar impedir o processo industrializante, mas associar-se a este, garantindo a preservação de sua sobrevivência enquanto classe e de seus interesses correspondentes, ou seja, impedindo a reforma agrária e buscando promover a modernização e capitalização da agricultura e da grande propriedade rural. Desta forma, durante o governo pessedista de Juscelino Kubitschek, se conseguiu a sustentação de um novo

pacto político entre as elites, garantindo as transformações capitalistas em consonância com a preservação das estruturas latifundiárias e a ampliação, fortalecimento e modernização das oligarquias rurais no país (ibidem).

A União Democrática Nacional foi criada em agosto de 1945, surgindo inicialmente como uma ampla frente antivarguista (BENEVIDES, 1976). Para Skidmore (1982), a UDN defendia os princípios do liberalismo, tanto em matéria política quanto econômica. Os udenistas visavam abolir as barreiras que obstruíam o livre comércio e o espontâneo funcionamento da economia (ibidem). Foi formada pelas oligarquias destronadas do poder com a revolução de 1930; os antigos aliados desta revolução que foram marginalizados durante o processo ou com o golpe de 1937; os grupos de forte identificação regional; e alguns círculos intelectuais de esquerda não trabalhista e não comunista de um modo geral (PANDOLFI, 1984).

Nacionalmente, capitaneou a principal oposição ao getulismo e ao “populismo”, defendendo os interesses das elites liberais e das classes médias urbanas de perfil conservador. De forma recorrente, utilizou-se da defesa de saídas golpistas para conseguir enfrentar seus insucessos eleitorais. Em Pernambuco, a UDN angariou em suas fileiras os setores vinculados ao capital financeiro e industrial. Possuía grande influência na Zona da Mata (região de grande concentração de usinas e engenhos), chegando a ter relativa influência na região metropolitana e entre as facções não-dominantes do interior (ibidem). Logo de início, irromperam duas dissidências na UDN. Os adversários mais categóricos da Revolução de 30 deixaram o partido, cujo principal representante seria Eurico Souza Leão, que refundaria o Partido Republicano. As esquerdas seriam a segunda dissidência, organizando-se com a denominação de Esquerda Democrática,³⁹ posteriormente modificando-a para Partido Socialista Brasileiro.

Por sua vez, o PSD Pernambucano esteve profundamente ligado à imagem de Agamenon Magalhães (interventor durante o Estado Novo), sendo após seu falecimento dirigido por Etelvino Lins. Possuía uma forte marca “paternalista”, com o hábito de promover práticas assistencialistas no trato dos problemas sociais. Diferentemente de outros estados do país, conseguiu lograr significativa influência no movimento operário

³⁹ Pelópidas Silveira foi lançado inicialmente por esta legenda quando disputou o governo estadual em 1947.

em Pernambuco, devido à cooptação, por Agamenon Magalhães, do sindicalismo “oficial” ligado ao Estado Novo⁴⁰ (PANDOLFI, 1984). Apesar de também ter uma considerável base no funcionalismo público, era entre os grandes proprietários rurais que o partido tinha sua maior força, sendo efetivamente a representação política deste setor. Conforme apontado por Soares (1982), o PSD pernambucano era dirigido pelas oligarquias rurais ligadas à produção do algodão e aos fazendeiros pecuaristas. Para Brayner (1989), esta interpretação se caracteriza como uma “dualidade rígida”. Para ele, nem o PSD representava mecanicamente os setores oligárquicos coronelísticos, nem tampouco a UDN significava necessariamente uma corrente industrializante ligada à burguesia urbana. Discordou o autor também da tese mais aceita pela historiografia, de que as oligarquias rurais, por gozarem e dependerem das constantes benesses oriundas dos repasses fiscais do governo federal, não possuíam, portanto, interesse no desenvolvimento industrial da região, pois este poderia provocar o declínio de sua estrutura tradicional de poder e controle clientelístico. Segundo apontou, esta visão seria distorcida e se contrapõe ao apoio que alguns chefes políticos do interior chegaram a fornecer a candidatos com plataformas modernizadoras, como a de Cid Sampaio em 1958. Em suas palavras:

Pernambuco apresenta neste período (52/64) uma dinâmica de coalizões partidárias singular, que não pode ser aferida, nem segundo padrões dualísticos rigorosos, nem deduzido do sistema de alianças que se processa em nível nacional. Ademais, lembremos que ali onde havia um chefe político do PSD, também havia um da UDN, cujos interesses econômicos não estavam necessariamente atrelados à agroindústria (ibidem, p.98).

Brayner se baseou no depoimento do líder pessedista Jarbas Maranhão, reproduzido por Pandolfi (1984), para chegar a estas conclusões. Neste depoimento, o político afirmava que a composição do PSD local seria de juristas e homens de classe média, enquanto que a UDN, de usineiros, industriais e representantes do capital financeiro. Brayner (1989), entretanto, parece ter desconsiderado as conclusões apontadas pela autora, que atestam que:

⁴⁰ Dentro deste quadro de ações paternalistas, podemos destacar a propagação e institucionalização, pela interventoria de Agamenon Magalhães, dos Centros Educativos Operários, com o objetivo expresso de orientar e formar quadros operários fiéis ao governo, afastando-os da influência comunista, que passariam a compor uma “elite operária, que tinha como principal incumbência exercer uma constante doutrinação junto ao conjunto das classes trabalhadoras, utilizando-se basicamente dos sindicatos” (PANDOLFI, 1982, p. 58).

A participação deste setor da UDN [no caso, os “coronéis”] era bem menos expressivo do que no PSD. Em Pernambuco a UDN tornou-se a única alternativa para acomodar as frações desprestigiadas pelo governo estadual e que disputam o poder local com os chefes pessedistas, **estes geralmente com posições de dominação**. (PANDOLFI, 1984, p.106, grifo nosso).

Neste sentido, embora a UDN não tenha sido uma expressão homogênea da burguesia agroindustrial, e o PSD das oligarquias rurais, entendemos que, longe de adotarmos modelos mecanicistas e dualísticos, estes partidos refletiam, de forma geral, as aspirações das correspondentes frações de classe assinaladas. Não existe contradição em chegar a tais apontamentos compreendendo simultaneamente a existência de especificidades singulares que destoaram dos panoramas majoritários destes partidos no estado, tal como existiram destes para com suas posições e diretrizes nacionais. As particularidades não inviabilizam as acepções genéricas, e desta forma acreditamos que estes partidos representam segmentos sociais diferenciados, além de concepções ideológicas distintas, relacionadas ao liberalismo e ao intervencionismo estatal, concernente à UDN e ao PSD, respectivamente, paralelamente à polarização em torno da figura mítica de Getúlio Vargas. Todavia, estes últimos aspectos não podem ser aplicados à realidade local, como observaremos no decorrer deste trabalho, devido às enormes discrepâncias entre estas agremiações nacionais e suas bases locais. O fator preponderante a respeito do posicionamento político destes partidos, no contexto pernambucano, foram as discrepâncias entre as frações de classe, acirradas – como veremos adiante – pelo processo industrializante e suas implicações na realidade local, simultaneamente ao desenvolvimento dos movimentos sociais organizados e do movimento nacionalista.

1.7 O governo Juscelino Kubitschek e o processo industrializante

O governo JK foi responsável por fortes mudanças que refletiram na estrutura política e social do país. O processo de industrialização intensificou-se com toda a força, repercutindo diretamente nas análises e injunções político-partidárias. Em todo o período de seu governo, entre os anos de 1956 e 1960, a produção industrial do país cresceu cerca de 80%, com avanços ainda maiores nas áreas das indústrias de base, energia, comunicações e, sobretudo, transportes, que chegou a um crescimento de 600% no período (SKIDMORE, 1982). O processo de substituição de importações já existia,

mas através do Plano de Metas⁴¹ adotado por Juscelino Kubitschek, este foi intensificado a partir de uma ação decisiva e audaciosa orientada pelo governo central. Seu escopo continha aspectos de projetos anteriores inacabados ou não concretizados, conjuntamente com os estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do grupo conjunto envolvendo a CEPAL e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico⁴² (BENEVIDES, 1976).

Eleito no ano anterior, em uma situação de grande instabilidade política resultante da crise iniciada ainda durante o governo Vargas e agravada com seu suicídio, Juscelino encontrou grandes dificuldades até para conseguir tomar posse. A divisão no seio das Forças Armadas se acentuou, com uma grande parcela de militares, além de vários setores políticos, sobretudo ligados à UDN, contrários à posse do presidente eleito. Um golpe preventivo, liderado pelo General nacionalista Henrique Teixeira Lott, garantiu a posse de JK e de seu vice, João Goulart, conhecido popularmente como Jango, líder influente do PTB, eleitos ambos com cerca de um terço dos votos totais (SKIDMORE, 1982). Logo no início de seu governo uma rebelião militar, embora debelada com facilidade, tornou a situação ainda mais delicada. Entretanto, o estilo moderado de seu governo, e a garantia de anistia para os setores golpistas de direita, e a maior liberdade política concedida aos comunistas e ao movimento sindical em geral, ajudaram a atenuar os ânimos⁴³ (BENEVIDES, 1976). Sua política de conciliação conseguiu grande sucesso, garantindo a aplicabilidade do seu programa industrializante. Isto ocorreu porque o programa em si conseguia agradar e beneficiar de certa forma amplos setores da sociedade, especialmente as distintas frações das classes dominantes.

⁴¹ Elaborado desde a campanha eleitoral, o programa se dividia nas metas de desenvolvimento nas áreas de energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação, além da inclusão posterior da meta referente à construção de Brasília, para se tornar a nova capital da república. Ao todo, continha 31 metas (MOREIRA, 1998).

⁴² O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 1952 por Getúlio Vargas com o objetivo de ser o sustentáculo financeiro do desenvolvimento industrial do país.

⁴³ Embora tenha fechado a Liga de Emancipação Nacional, em 1956, e o Sindicato dos Trabalhadores Portuários, dirigido pelos comunistas, o PCB gozava de maior liberdade política, incluindo a revogação da prisão preventiva de Prestes e de outros dirigentes pecebistas durante a presidência de JK. Em contrapartida, o governo apreendeu em agosto de 1956 o jornal de extrema direita *Tribuna da Imprensa*, fundado e dirigido pelo jornalista Carlos Lacerda, que criticava fortemente a administração federa e foi um dos principais líderes políticos que tentou, fracassadamente, impedir a posse dos presidentes eleitos. (SKIDMORE, 1982; BENEVIDES, 1976).

Inicialmente, o governo buscou manter laços estreitos com o governo norte-americano, e concedeu grandes facilidades ao capital estrangeiro. Estas ações agradavam os grupos políticos liberais e deixavam mais tranquilos os setores anticomunistas presentes nas Forças Armadas. Por outro lado, a gestão de Juscelino incrementava a industrialização acelerada, recebendo dos setores industrialistas um apoio entusiasta. As posições democráticas do presidente, somada a uma política trabalhista conduzida pelo PTB amenizavam as críticas vindas da esquerda (SKIDMORE, 1982). Ao invés de se chocarem entre si, as frações da classe dominante foram conciliando seus interesses ao desenvolvimento capitalista do país, e tudo isso foi possível através de um processo desenvolvimentista que não entrou em contradição direta – como previam as análises do PCB – com a estrutura agrária e os interesses do imperialismo ianque.

Para tanto, entendemos que o governo JK lançou mão habilmente de dois dispositivos. Primeiramente, além de não tocar em temas sensíveis como a reforma agrária, o governo conseguiu conduzir o processo industrializante mantendo o controle coronelístico agrário. Sem isto, seria impossível conciliar o seu projeto desenvolvimentista até mesmo dentro de seu próprio partido, composto por uma expressiva base de proprietários rurais (BENEVIDES, 1976). Os grandes latifundiários exportadores, contrariando as teses do PCB e do ISEB, conseguiram se acomodar ao desenvolvimento urbano e industrial, diminuindo as possibilidades de acirramento entre estes e a burguesia industrial em expansão.

Em segundo lugar, a adoção por parte do governo federal de uma política de benefícios aos investidores estrangeiros⁴⁴, visando atrair o capital externo, buscava conciliar os interesses dos capitais privados internacionais e nacionais. Foram concedidas licenças de importação de maquinaria e equipamentos às empresas estrangeiras com isenção da cobertura cambial (com pagamento em moeda nacional), mas desde que estivessem associadas a empresas nacionais. Tal benefício, a despeito de desagradar a muitos empresários brasileiros, facilitava a associação entre as empresas

⁴⁴ Durante o governo JK cerca de 2.180 milhões de dólares foram investidos no país provenientes de empresas estrangeiras. Entretanto, nem tudo se deveu aos capitais norte-americanos. Houve participação importante de capitais japoneses, alemães, holandeses e franceses. Segundo Benevides (1976), este fato atesta que não havia completa sincronia entre as condições internas e externas, aproveitando o governo brasileiro das brechas existentes dentro do mercado internacional, possibilitado pelo crescimento econômico europeu e japonês.

brasileiras e as multinacionais. A expansão do capital externo no país, em consonância com o desenvolvimento capitalista brasileiro e a expansão do capital privado nacional, em grande parte coligado aos grandes trustes internacionais, viria a dificultar enormemente a possibilidade de rompimento da burguesia brasileira com o imperialismo. O modelo de expansão dependente e associado foi aceito pela burguesia brasileira sem grandes atritos, conforme apontado por Caio Navarro de Toledo (1977), ao analisar este tipo de progresso industrial nas nações economicamente atrasadas: “O desenvolvimento industrial na periferia se faz de forma dependente em virtude da estrita vinculação e associação entre os interesses das classes dominantes dos países metropolitanos e os das nações periféricas” (p.162).

Desta forma, o governo Kubitschek – iniciado sob grande tensão política e militar – conseguiu evitar a enorme polarização social crescente e implementar um plano desenvolvimentista baseado na conciliação e no pragmatismo tecnocrata. Sem embargo, ao final de seu governo os problemas econômicos decorrentes do desequilíbrio fiscal – oriundos do aumento do déficit da balança – emergiram. O resultado foi a escassez de financiamento, e que conjuntamente ao aumento considerável da taxa da inflação interna, colocavam em xeque a continuidade do processo industrializante. Os dilemas aprofundaram as divisões políticas, especialmente acerca das causas originárias do problema e sobre *quem* seriam os escolhidos que mais teriam que suportar as amargas consequências. As esquerdas e os nacionalistas de linha mais radical culpavam a política conciliatória com o capital estrangeiro, e se preocupavam com a progressiva deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores. A burguesia industrial e o governo federal, por sua vez, não queriam que a expansão industrial e o Plano de Metas fossem comprometidos, a qualquer custo. Depois de tentar, sem sucesso, uma ajuda do governo norte-americano e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que queriam impor ao país uma pesada política de austeridade, que comprometeria a continuidade dos investimentos essenciais ao programa desenvolvimentista, o governo decidiu romper as conversações com o FMI, e substituiu Lucas Lopes no Ministério da Fazenda e Roberto Campos, como presidente do BNDE, acusados pelos comunistas e pelos setores nacionalistas de sustentarem políticas de cunho “entreguista” (SKIDMORE, 1982).

Ao fim de seu governo, Juscelino deixou como legado um acentuado desenvolvimento industrial que, como resultado, longe de colocar setores da burguesia em rota de colisão com a estrutura agrária e o imperialismo, mostrou claramente a esta que era possível acomodar seus interesses específicos, embora em posição subordinada e dependente, aos interesses do imperialismo e da arcaica estrutura fundiária. Neste sentido:

O nacional-desenvolvimentismo incentivou a modernização da agricultura, a expansão das fronteiras agrícolas sobre bases oligárquicas e, sobretudo, um modelo de industrialização que, ao se eximir de qualquer política social reformista, criava laços estáveis entre os grandes interesses rurais e urbanos (MOREIRA, 2003, p.188).

Aceitando perder certa autonomia e influência política, mas garantindo a manutenção de alguns privilégios vitais, cada fração da elite concordaria, nos anos que se seguiriam, de forma praticamente uníssona, que os principais ônus do processo industrializante – inflação interna e desequilíbrio nas contas externas – deveriam ser arcados, sobretudo, pela classe trabalhadora.

2.4 Os comunistas e o movimento nacionalista no Brasil

Paralelamente ao início da queda do Estado Novo, as massas populares anunciavam sua participação definitiva – embora nem sempre autônoma – na política nacional. As campanhas *queremistas*⁴⁵ – traduzidas principalmente na defesa das conquistas sociais e trabalhistas dos anos anteriores – precipitavam a força crescente que as camadas laboriosas teriam dentro das novas disputas políticas. Dentro deste cenário, e com a influência decisiva do getulismo, é criado o Partido Trabalhista Brasileiro, que analisamos mais adiante no terceiro capítulo. Diante desta situação, e levando em consideração o contexto mais amplo, com o advento da anistia, da maior liberdade política e da aliança internacional contra o nazifascismo, os comunistas brasileiros optaram por uma política mais ampla possível, denominada de *União Nacional*, sintetizada pelo Partido nos seguintes termos:

⁴⁵ Movimento de massas, ocorrido em 1945, que reivindicava a constituinte com Getúlio Vargas na presidência, a fim de assegurar os direitos trabalhistas conquistados durante o Estado Novo. Teve a participação dos trabalhistas e também certo apoio dos comunistas (SKIDMORE, 1982).

A União Nacional é necessária e indispensável ao progresso do país. A União Nacional é, sem dúvida, possível nas condições atuais da nossa terra. É a grande aspiração das massas, trabalhadoras. E não são poucas nos últimos tempos as manifestações de homens de prestígio, dirigentes muitos deles das mais conhecidas e tradicionais associações patronais, reconhecendo a necessidade da União Nacional como único caminho acertado através do qual poderemos resolver os graves problemas da economia nacional (PRESTES, 1947).

O PCB decidiu por participar das campanhas *queremistas*, embora muito mais pela necessidade imperiosa de escolher o lado dos trabalhadores diante de um acirramento dos conflitos de classe e da polarização social. O contexto envolvia, por um lado, o desmantelamento iminente do Estado Novo e os temores que as camadas populares possuíam de que uma nova constituinte sem o presidente Vargas na presidência pudesse colocar em risco suas conquistas anteriores – principalmente a legislação trabalhista –, e por outro, o fim da política econômica nacionalista representada na aprovação da lei antitruste, aprovada em junho de 1945. Não foi fácil ao PCB tomar posição junto a Vargas naquele contexto, devido à sangrenta luta ocorrida em 1935.⁴⁶ No entanto, ela não partiu de acordos de cúpula, e sim das lutas de massa ocorridas nas ruas, em que os interesses da classe operária estavam em jogo, conjuntamente com a legitimidade do PCB – sobretudo enquanto “vanguarda do proletariado”⁴⁷ – em relação a este segmento.

Depois da queda de Vargas, em virtude de um golpe militar implementado pelos setores mais reacionários do meio político e militar, o processo eleitoral foi mantido. Segundo Segatto (1989), não havia condições para que as elites conservadoras e o imperialismo pudessem implantar outro regime ditatorial, impedindo assim um retrocesso político e garantindo-se – ao menos naquele momento – as conquistas democráticas e a liberdade política. Além destas, os direitos trabalhistas alcançados também foram mantidos, assim como a convocação de um processo para a elaboração de uma nova Carta Magna. Nas eleições que se seguiram para os órgãos legislativos e executivos, além da Assembleia Constituinte, o PCB demonstrou um gigantesco

⁴⁶ Referente à insurreição armada liderada pela Aliança Nacional Libertadora e pelo PCB, nas cidades de Recife, Natal e Rio de Janeiro, e que foi brutalmente reprimida pelo governo Vargas nos anos subsequentes, levando à desarticulação e destruição da maioria das bases partidárias (PACHECO, 1984).

⁴⁷ Concepção leninista, referente a um partido “de vanguarda”, cujo objetivo é dirigir e liderar a classe operária, através dos conhecimentos científicos da sociedade baseados no marxismo, para sua emancipação.

crescimento.⁴⁸ Prestes foi eleito o senador mais votado do país e os comunistas chegaram a eleger vários deputados e vereadores em todo o país. Entretanto, durante o governo Dutra o Partido foi novamente posto na ilegalidade. Curiosamente, o pedido de cassação partiu inicialmente de um membro do PTB, deputado Barreto Pinto.⁴⁹ O argumento utilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi o de que o PCB era um organismo “estrangeiro, a serviço da União Soviética” e que o partido exercia “ação nefasta, insuflando luta de classes, fomentando greves, procurando criar ambiente de confusão e desordem”.⁵⁰ Sem embargo, o principal objetivo era frear o crescimento eleitoral do Partido, bem como abrir caminho para intensificar a repressão sobre os movimentos sociais já iniciada pelo governo federal. Era também o alinhamento definitivo do Brasil aos Estados Unidos, dentro do quadro da Guerra Fria que se iniciava. Todos os mandatos comunistas foram cassados, excetuando-se apenas os que foram eleitos por outras legendas, como o próprio prefeito de Jaboaão, Manoel Rodrigues Calheiros. A Confederação dos Trabalhadores do Brasil foi igualmente declarada ilegal, e o governo interveio em 143 sindicatos, acusados de estarem “infiltrados” por comunistas, apenas em 1947, chegando ao total de 400 até o final do governo Dutra (SEGATTO, 1989).

Diante deste quadro, o Partido decidiu alterar sua política de “União Nacional”, lançando manifestos explicitando suas posições. O primeiro, lançado em 1948, apontava que era necessário:

Fazer uma autocrítica da política empregada no período anterior que, segundo o Manifesto, caracterizou-se como uma política de aliança com a burguesia-progressista e pela pouca atenção às lutas dos trabalhadores rurais que seriam os grandes aliados do proletariado (ASSIS & GONÇALVES, 2009).

Em agosto de 1950, o Partido lançou divulgou outra declaração, onde denunciava Vargas como “velho tirano”, bem como culpava o PSD e a UDN pelas políticas de “traição nacional”. O manifesto, escrito pelo secretário-geral Luís Carlos Prestes, assinalava a criação da Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN),

⁴⁸ O número de militantes do Partido em todo o Brasil chegou às incríveis cifras de, aproximadamente, 180 mil membros (SANTANA, 2003).

⁴⁹ Ironicamente, o próprio deputado também não terminaria seu mandato, se tornando o primeiro político brasileiro cassado por quebra de decoro parlamentar, apenas dois anos depois da cassação do PCB e de seus parlamentares.

⁵⁰ Tribunal Superior Eleitoral. Resolução 1.841 de 07 de maio de 1947. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb>>.

cujo objetivo era ser o embrião de uma nova ANL, destacando em várias passagens o papel de hegemonia e direção da classe operária:

Mas, para os senhores das classes dominantes – os grandes comerciantes e industriais, os banqueiros e latifundiários não há outra saída para os problemas brasileiros senão através dessa submissão crescente ao dominador americano [...] classes caducas e impotentes, incapazes de resolver qualquer problema nacional, [...] diante dos perigos que ameaçam os destinos da nação, apresentamos a única solução viável e progressista dos problemas brasileiros – a solução revolucionária – que pode e há de ser realizada pela ação unida do próprio povo com a classe operária à frente.⁵¹

Em nenhum momento o documento se refere aos setores “progressistas” da elite econômica, traduzindo desta forma uma radical mudança de sua política anterior. A posição do PCB adotada neste momento – e posteriormente avaliada pelos próprios comunistas como “sectária” – se motivava, sobretudo, pelo isolamento forçado a que foi submetido o Partido. As suas esperanças de construção de um bloco progressista e de “União Nacional” falharam, apontando-lhe claramente as debilidades do novo sistema democrático e as dificuldades de conseguir construir alianças políticas e sociais minimamente duradouras. O caminho da revolução brasileira passaria então pela “luta armada pela libertação nacional, contra a ditadura terrorista”.⁵²

No entanto, no início da década de 50 a conjuntura do país começou a mudar e uma nova polarização social e uma divisão inter-burguesa começavam a se gestar durante o segundo governo Vargas. Estes fatores foram motivados pelo crescimento do movimento nacionalista e a iminência de um golpe militar apoiado pela UDN e pelos Estados Unidos, culminando no suicídio de Vargas, que se negou a renunciar.

Foi durante as mobilizações em prol da estatização do petróleo que as posições acerca de como deveria ocorrer o desenvolvimento nacional deixaram de ser debatidas apenas por intelectuais e políticos, passando a envolver as mais amplas massas populares. A campanha que teve o slogan “O petróleo é nosso” envolveu milhões de pessoas em debates e manifestações de rua, além de representar definitivamente a consolidação do nacionalismo, enquanto concepção de desenvolvimento econômico e social, na cena política brasileira (CAVALCANTI, 1978). Para Skidmore (1988), “o nacionalismo econômico [...] poderia ser muito útil como meio de edificar um consenso

⁵¹ Problemas: Revista Mensal de Cultura e Política. ago./set. 1950.

⁵² Idem.

popular. O nacionalismo era um sentimento que podia unir brasileiros de diversas classes e setores, dar-lhes um senso de comunidade” (p.143). Ainda segundo o autor, a expressiva participação popular na campanha teria demonstrado pela primeira vez a força do proletariado urbano, gerando em consequência certos temores nas classes médias e nas elites econômicas de que este se projetasse com maior autonomia (ibidem). Porém, como já observamos, esta efervescência política do proletariado brasileiro começara anos antes nas campanhas *queremistas*, sendo as jornadas pela nacionalização do petróleo uma nova evolução deste quadro, onde desta vez a ascensão do nacionalismo poderia demonstrar a possibilidade real de uma união mais duradoura e consistente entre distintas classes sociais e segmentos políticos. Em 1953, a Petrobras foi criada, garantindo uma vitória ao movimento. Para Cavalcanti (1978), a consequência mais direta e o resultado mais importante da campanha foi a criação de uma ampla consciência nacionalista no seio de todo o povo, criando as bases concretas para a consolidação de uma expressiva frente popular e de massas. Desta forma, podemos afirmar que, se o processo industrializante estabelecera as condições *objetivas* para a constituição da frente popular, foi o nacionalismo que, potencialmente, criava suas bases *subjetivas*.

Foi neste contexto que o PCB começou a reformular sua atuação, criando a Liga de Emancipação Nacional, através da Convenção pela Emancipação Nacional ocorrida em 05 de abril de 1954, com o objetivo de aglomerar os setores patrióticos e nacionalistas em torno de uma luta única. Seu documento final, a *Carta da Emancipação Nacional*, se converteu em um verdadeiro apelo à construção de uma ampla frente multiclassista:

A bandeira da mais ampla unidade está assim desfraldada. Com base nesta unidade, todas as forças democráticas e patrióticas de nosso povo são concitadas, **acima dos horizontes partidários e concepções particulares de cada um**, para a realização do grande esforço comum, capaz de emancipar econômica e politicamente nossa querida pátria [...]. Conclamamos finalmente todo o povo brasileiro – industriais, funcionários, intelectuais, operários, profissionais liberais, camponeses, comerciantes, militares, estudantes, donas de casa e magistrados – a manifestar o seu apoio a este patriótico movimento (grifo nosso).⁵³

⁵³ Carta da Emancipação Nacional. 05 abr. 1954. Seu conteúdo foi reproduzido na íntegra no anexo A, na página 196, e também está disponível em: <<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL103P2.pdf>>.

No IV Congresso do PCB, ocorrido em novembro do mesmo ano, os comunistas realizaram um balanço positivo de sua atuação e os êxitos da LEN. Segundo Luís Teles, dirigente do Partido, com a LEN elevou-se a um novo patamar a luta do povo brasileiro pela sua libertação, “materializando o sentimento de orgulho nacional, que desperta nosso povo para a unidade e para a ação, a LEN coordenou, numa única organização, a poderosa corrente do movimento antiimperialista que vinha se desenvolvendo no Brasil”.⁵⁴

Segundo nos informou José Maria, a Liga de Emancipação Nacional atuava em consonância com a comunidade e os poderes públicos, discutindo projetos voltados à questão da soberania nacional.

A Liga de Emancipação juntava aproximadamente, sobre qualquer assunto, qualquer projeto do governo ou de índole que chegava no congresso [...] eles desciam para o estado fazer uma palestra sobre aquele projeto, se era bom ou mau. Daí, colhendo as informações de pessoas do estado, do bairro, da cidade, eles iam propor modificações naquela proposta [...]. A Liga de Emancipação era uma fábrica de projetos, qualquer assunto nacional era discutido coletivamente com a comunidade, no sindicato, nas associações.⁵⁵

Podemos então observar claramente uma nova mudança tática no PCB, entendendo que não apenas deveria apoiar o movimento nacionalista em avanço, como contribuir decisivamente em sua direção. Os comunistas novamente passaram a defender a construção de uma ampla frente policlassista, em paralelo às discussões da realidade brasileira e o caráter da revolução que almejavam. Contudo, em seu IV Congresso, ocorrido em 1954, surgiram inquietações sobre o completo entendimento pelo conjunto do Partido das análises e posições adotadas, em especial sobre o papel da burguesia nacional no desenvolvimento do processo revolucionário no país. Para melhor exemplificarmos tais questões, reproduziremos a preocupação de Diógenes de Arruda Câmara, dirigente nacional do PCB, em seu informe no IV Congresso do Partido:

Estão equivocados os que supõem que, para ganhar a burguesia nacional para a Frente Democrática de Libertação Nacional, deve ser amainada a luta de classes. [...] Unir-se com a burguesia nacional, sem deixar de lutar contra ela, é uma parte importante da linha do Partido. Na defesa de seus interesses de classe, o proletariado e a burguesia nacional se chocam, mas o proletariado e a burguesia nacional têm interesses comuns na luta contra o

⁵⁴ Voz Operária. 18 dez. 1954.

⁵⁵ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 20/07/2014.

imperialismo norte-americano e contra o regime de latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos Estados Unidos.⁵⁶

Para Arruda, esta incompreensão das análises nas fileiras do Partido ocorria, acima de tudo, pela não assimilação de que a luta de classes não se dava apenas no terreno econômico, mas também no ideológico e político – sendo este o espaço último e decisivo, por se tratar da luta pelo *poder*. Ademais, o não entendimento também seria derivado da falta de compreensão sobre o caráter heterogêneo da Frente Democrática de Libertação Nacional – tal como a LEN –, embora o papel de direção coubesse inquestionavelmente à classe operária.⁵⁷

Neste sentido, a aliança com o PTB era não apenas uma opção tática, mas um caminho crucial para que o Partido conseguisse transcender os limites impostos pelos preconceitos ideológicos existentes e pudesse contribuir na edificação de uma ampla frente nacionalista. O PTB era justamente o partido que, além de contar com forte inserção nos meios operários e também nas classes médias urbanas, contava com a simpatia de certos círculos industriais, sendo o ponto de partida para que os comunistas brasileiros chegassem às mais amplas camadas sociais. Com a crise política que culminou no suicídio de Vargas, multidões saíram às ruas contra possíveis intentos de golpe de Estado, tendo a carta testamento de Vargas dado uma grande contribuição para as posições nacionalistas (SKIDMORE, 1988). Getúlio Vargas era uma figura bastante odiada pelo conjunto dos militantes pecebistas, e sua morte possibilitou um maior entendimento entre o PCB e os setores trabalhistas, bem como com as massas proletárias que reivindicavam o legado getulista. Carlos Marighela, dirigente do PCB, assim se expressou no IV Congresso do Partido acerca dos acontecimentos e da nova conjuntura que se apresentava para os comunistas brasileiros:

Os acontecimentos de 24 de agosto⁵⁸ trouxeram, porém, um novo reforço à nossa tática de frente única. Em consequência do golpe de Estado e da deposição e morte de Vargas, surgiram no país novas condições que facilitavam uma estreita ligação com as massas getulistas [...]. A aliança entre comunistas e getulistas era justa e necessária, era exigida pelas massas.⁵⁹

⁵⁶ Problemas: Revista Mensal de Cultura e Política. dez./fev. 1954-1955.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Data do suicídio de Vargas, seguido pela posse de Café Filho na presidência e de vários protestos populares em fúria contra a UDN, veículos de imprensa e personalidades antigetulistas, como o jornalista e político udenista Carlos Lacerda.

⁵⁹ Problemas: Revista Mensal de Cultura e Política. dez./fev. 1954-1955.

Consolidava-se a aliança no terreno essencialmente prático, nas ruas, entre o PCB e o PTB. A força da luta objetiva das massas nas praças e avenidas dos grandes centros urbanos do país passava por cima das resistências de alguns setores das cúpulas partidárias. Segundo Marighela, houve certas objeções tanto de membros da executiva nacional do PTB, quanto de vários setores do PCB, que não conseguiram “compreender e realizar com rapidez essa mudança tática. Houve vacilações e resistências, difíceis de vencer no curto prazo de que dispúnhamos para nos movimentar.”⁶⁰ Em seguida, concluiu o dirigente que, apesar das dificuldades, sobretudo se tratando da campanha eleitoral de 1954, o resultado foi positivo, tendo o PCB orientado suas bases para formar alianças com o PTB onde fosse possível:

A frente única com as massas getulistas e com o PTB trouxe grandes vantagens políticas. Inúmeros diretórios do PTB passaram a colaborar com os comunistas, nossas palavras de ordem puderam se estender a setores populares mais amplos e o trabalho de organização das massas se ampliou. [...] O fio condutor da nossa tática eleitoral em face dos candidatos a governadores foi o da aliança com o PTB ou com aqueles que, seja qual for o Partido, se colocaram em oposição ao golpe de 24 de agosto e em defesa da Constituição.⁶¹

Foi dentro deste contexto que o PCB declarou seu apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek, do PSD, em 1955. A coligação PSD-PTB contou com o apoio ativo dos comunistas, que esperavam vencer os intentos golpistas e estreitar os laços com os trabalhistas e as massas operárias defensoras do legado getulista, garantindo também, conforme exposto por Gregório Bezerra, o abrandamento da repressão sobre o PCB e maior liberdade de ação para o Partido.⁶²

Não obstante, em que pese os avanços do governo observados no período, tanto no programa industrializante como no abrandamento da repressão sobre o PCB, o governo de Juscelino desagradou aos comunistas em alguns aspectos importantes. O processo industrializante de cunho desenvolvimentista era alicerçado fortemente em capitais estrangeiros, indo de encontro à plataforma nacionalista. Outra atitude que causou muita insatisfação dentro do Partido foi o próprio fechamento da Liga de Emancipação Nacional, ordenado pelo presidente com base na Lei de Segurança Nacional, em 1956. Para o PCB, a medida foi totalmente inesperada e causou “uma

⁶⁰ Problemas: Revista Mensal de Cultura e Política. dez./fev. 1954-1955.

⁶¹ Idem.

⁶² Gregório Bezerra. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/05/1982.

profunda e penosa repercussão”, sendo esta ação um “atentado à Constituição [e que] serve ao imperialismo americano”.⁶³ A proibição da LEN provocou protestos não apenas dos comunistas, como também de vários políticos e parlamentares nacionalistas que a viam com simpatia. Embora não tenha sido fácil para boa parte das bases pecebistas assimilarem as mudanças táticas, e inclusive delas discordarem, o fechamento da LEN⁶⁴ ocorrido no governo de Juscelino apenas comprovava seu enorme sucesso político alcançado.⁶⁵

De fato, houve um grande esforço da direção nacional do Partido para tentar explicar a linha política e combater as posições mais hostis à unidade com os setores trabalhistas ou diretamente ligados às classes dominantes. Já no IV Congresso do PCB, os comunistas avaliaram criticamente sua atuação dentro da Liga, não tendo o Partido jogado “todas as suas forças para ajudar a transformar a LEN na poderosa organização patriótica e de massas que deve e pode ser”, reconhecendo que o sectarismo ainda seria a principal dificuldade dos comunistas para atuarem dentro desta ampla frente social e política, dificultando assim “o desenvolvimento da frente única e a ligação mais estreita do Partido com as massas.”⁶⁶

Dentro do Partido, as disputas ideológicas em torno das novas concepções táticas e estratégicas são arrefecidas pelos contínuos sucessos que o PCB obteve através dos processos eleitorais. Contribuindo para recuperar a confiança de atuação dos comunistas brasileiros junto ao Congresso Nacional, em 1956 foi criada a Frente Parlamentar Nacionalista, praticamente no mesmo período em que a LEN foi fechada, reunindo os parlamentares adeptos das posições patrióticas e antiimperialistas. Segundo Lucília Delgado (1994), esta aliança institucional visava lutar, dentro dos espaços legislativos, pela aprovação de leis e medidas favoráveis às pautas nacionalistas, até então em auge no cenário nacional. Conta a autora que, na declaração oficial de

⁶³ Imprensa Popular. 14 jun. 1956.

⁶⁴ Segundo o relato de José Maria, mesmo fechada formalmente, a Liga de Emancipação Nacional continuou existindo extraoficialmente no estado, reunindo as personalidades e os partidos de esquerda e em colaboração direta com a Frente Parlamentar Nacionalista, discutindo com os setores populares as propostas mais relevantes de desenvolvimento nacional e regional, inclusive e exaustivamente o projeto da SUDENE. Entrevista concedida ao autor em 20/07/2014.

⁶⁵ José Maria também reforçou que, mesmo na ilegalidade, a Liga seguiu mantendo sua amplitude, contando com a participação de políticos até mesmo da UDN, como Dias da Silva, e que, mesmo depois do rompimento entre Cid Sampaio e as esquerdas, este não deixou de participar da LEN e de apoiar o movimento nacionalista. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

⁶⁶ Voz Operária. 18 dez. 1954.

princípios da Frente, constavam temas como a “revisão de acordos comerciais que prejudicassem o país; estímulo a criação de indústrias de base de capital nacional [...], intervenção do Estado na economia [...], controle da remessa de lucros” (p.65). A Frente Parlamentar Nacionalista era composta de políticos dos mais variados partidos, mas principalmente pelo PTB, mas havendo também membros até da UDN. Sua fundação inicial contou com a adesão de 67 deputados, um número bastante considerável (DELGADO, 1994).

Ainda no ano de 1956 ocorreu um acontecimento de significativa repercussão na atuação dos comunistas em todo o mundo, e o Brasil não foi exceção. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), sob a liderança de Nikita Krushev, decidiu por romper com o legado de Josef Stálin, dirigente soviético entre 1922 e 1953. A principal mudança sinalizada foi na orientação para o movimento revolucionário mundial, na possibilidade e no desejo da evolução ao socialismo pela via gradual e pacífica.

A violenta luta interna que se seguiu dividiu o Partido em praticamente três grupos. Os primeiros, denominados de “renovadores”, defendiam posições mais reformistas, condenavam o “culto à personalidade” de Prestes, combatiam a rígida hierarquia e disciplina e propunham uma relativização mais ampla em relação aos princípios do marxismo-leninismo. Um segundo grupo, de tendência mais conservadora, defendia categoricamente a manutenção da via revolucionária e de luta armada para a conquista do poder político e não aceitava as novas orientações vindas do XX Congresso do PCUS, rejeitando o relatório de Krushev. As principais lideranças de ambos os grupos terminaram posteriormente rompendo com o Partido.⁶⁷ A terceira tendência, vitoriosa, agrupava-se em torno de Prestes, criticando as posições de ambos os grupos e defendendo o realinhamento do Partido em torno das novas posições da União Soviética. Depois de acirrados debates entre os que defendiam a manutenção integral das posições anteriores e os que defendiam uma reforma radical nas concepções e formas de atuação partidárias, o Comitê Central decidiu intervir, adequando-se às novas posições dos soviéticos, substituindo vários membros da direção nacional, mas não permitindo críticas que comprometessem a legitimidade dos organismos dirigentes

⁶⁷ Estas divergências culminaram na criação do PCdoB, em 1962, pelos militantes que defendiam a manutenção da linha anterior e a defesa do legado stalinista e da revolução armada (PACHECO, 1984). Este tema será novamente abordado no capítulo IV, a partir da página 148.

e as concepções ideológicas mais caras (PACHECO, 1984). A partir de então, o PCB resolveu aprofundar ainda mais sua penetração dentro do Estado, para isso privilegiando fortemente sua participação nos processos eleitorais, apoiando os candidatos mais comprometidos com a luta pelas liberdades democráticas e pelo desenvolvimento nacional (SOARES, 1982).

Estas posições são aprofundadas e oficializadas em 1958, através de um documento aprovado pelo CC, que ficou conhecido como a *Declaração de Março*⁶⁸. Neste documento, são abordados temas como o desenvolvimento econômico do país, a democratização da política nacional, a luta contra o imperialismo, o papel e os objetivos da *Frente Única Nacionalista e Democrática*, o parlamento e os meios e possibilidades da revolução brasileira. O termo “burguesia nacional”, antes utilizado com frequência para separar as frações burguesas potencialmente interessadas em um desenvolvimento econômico independente, nem sequer é mencionado. A burguesia é analisada praticamente como uma força revolucionária e já integrante, enquanto classe, da frente nacionalista. É entendida como uma classe completamente “interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional”, embora seja considerada “inconsequente”, pois estaria sujeita a momentos de vacilação e temeria a ação independente das massas.⁶⁹ Sobre o desenvolvimento econômico e a luta contra o imperialismo, assim exprime o documento:

Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana, aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano que obstaculiza a sua expansão. Nestas condições, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal da sociedade brasileira. [...] A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil.⁷⁰

A frente nacionalista é entendida como possuindo contradições em virtude de seu próprio caráter heterogêneo, mas a contradição principal seria desta contra o imperialismo e seus agentes internos. Para torná-la mais consistente, os seguintes pontos eram defendidos como objetivos políticos para a frente popular, ou como era

⁶⁸ Denominado de *Declaração Sobre a Política do PCB*, este histórico documento pode ser visto na íntegra no anexo C, a partir da página 215.

⁶⁹ Voz Operária. 22 mar. 1958.

⁷⁰ Idem.

denominada, *Frente Única Nacionalista e Democrática*: política externa independente; desenvolvimento econômico autônomo; medidas de reforma agrária (de forma lenta e gradual, sem expropriação de terras); melhoria da qualidade de vida; e o fortalecimento do regime democrático (ibidem). Neste último ponto os comunistas revelaram sua mais consistente mudança de avaliação em relação ao período anterior. A democratização da vida política nacional não era nem sequer uma bandeira possível a ser conquistada em um futuro próximo, mas uma realidade já perceptível e em expansão, devendo-se a mesma ao próprio desenvolvimento do capitalismo no país. Em uma conclusão um tanto absurda, deduzia o Partido que, quanto mais capitalismo, maior será a democratização política do país. Uma semana após a publicação da *Declaração*, o PCB divulgou uma publicação de Luís Carlos Prestes, seu secretário-geral, exortando todo o Partido a uma profunda autocrítica para que pudesse aplicar esta nova orientação política. Contrariando as posições anteriores que, nas palavras de Prestes, eram baseadas em uma “tese errônea, de caráter fatalista, sobre a colonização crescente do Brasil”, que terminaria levando os comunistas “para a concepção da revolução a curto prazo e para a prática de uma política profundamente sectária.”⁷¹ Neste momento o PCB reconhecia o desenvolvimento do capitalismo ocorrido no Brasil, entendendo, entretanto, que este levaria inexoravelmente a uma cada vez maior abertura democrática, embora sofresse pressões – sobretudo externas, do imperialismo – para que isto não ocorresse. Nota-se claramente a relação estabelecida pelo partido entre o desenvolvimento econômico do capitalismo e a participação da burguesia dentro do Estado, com a consequente expansão e fortalecimento da democracia, como podemos observar nesta passagem:

O desenvolvimento capitalista do país não podia deixar de refletir-se no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político e na composição do governo [...]. As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país [...] no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas. [...] As forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país. Para atingir este objetivo, as forças progressistas têm interesse em defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrática.⁷²

Embora reconhecendo que ainda existissem restrições antidemocráticas nos processos eleitorais, o Parlamento é apontado como um importante instrumento de

⁷¹ Voz Operária. 29 mar. 1958.

⁷² Voz Operária. 22 mar. 1958.

atuação, por intermédio do qual o povo brasileiro já teria obtido grandes vitórias, como a conquista do monopólio estatal do petróleo e a derrota dos acordos comerciais com os Estados Unidos acerca dos minerais atômicos. Para tanto, os comunistas deveriam se esforçar por apoiar todos os candidatos comprometidos com as posições nacionalistas, independente de suas concepções ideológicas ou filiações partidárias.⁷³

Por fim, o Partido declarava ser possível o triunfo da revolução brasileira pelos meios legais e pacíficos:

O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país [...]. O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário, pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício das massas.⁷⁴

Desta forma, de críticos da “farsa democrática” e dos governos de “traição nacional” dos grandes capitalistas e latifundiários, como apontado nos anos anteriores, o PCB passou a uma postura de defesa da Constituição, do regime e da ordem legal. Os caminhos táticos para o triunfo da revolução estariam sistematizados no crescimento da frente nacionalista em sua vitória nos pleitos eleitorais, bem como na pressão pacífica das massas para aprofundar as reformas nacionalistas e impedir intentos golpistas de setores ligados ao imperialismo norte-americano (ibidem). Como vimos no primeiro capítulo, estas concepções se chocavam profundamente com os fundamentos da teoria leninista que afirmava que a burguesia temeria o avanço do processo democrático na medida em que poderia fortalecer o proletariado.⁷⁵

Para Anita Leocádia Prestes (2011), o PCB não percebia a vinculação direta da burguesia brasileira em ascensão, em posição subalterna, com os grandes monopólios internacionais. Segundo a autora, com o governo de Juscelino florescia a ideologia desenvolvimentista que “empolgava amplos setores sociais e exercia forte influência sobre os comunistas” (ibidem). Ela entende, porém, que não houve uma mudança significativa, de caráter estratégico, entre as posições adotadas pelos comunistas desde sua fundação, simbolizada na defesa, mesmo nos períodos de maiores tendências à luta

⁷³ Voz Operária. 22 mar. 1958.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Ver páginas 45 e 46.

armada – como em 1935 e no Manifesto de 1950 –, da revolução em etapas, sendo a primeira de caráter nacional-libertador, que defenderia a edificação de um capitalismo autônomo e democrático, e apenas a segunda de caráter socialista. Para ela, tal concepção, designada como “etapista”, não seria revolucionária, mas reformista, sendo ainda um reflexo da ideologia burguesa e pequeno-burguesa no seio do Partido Comunista (idem, 2013). No entanto, discordamos em absoluto desta análise. A *Declaração de Março*, longe de apresentar uma continuidade, expressou um rompimento significativo com a linha política que era adotada pelo Partido, e não apenas em relação às posições já anteriormente questionadas do manifesto de 1950, como do próprio IV Congresso realizado em 1954. Ao passar a acreditar que transformações tão radicais na estrutura da sociedade, mesmo que não fossem de caráter socialista, pudessem vir a ser efetivadas de maneira evolutiva, através de um caminho pacífico e gradual, os comunistas brasileiros passaram por uma mudança de perspectiva muito mais expressiva do que uma mera “mudança tática”. Como consequência, o PCB teve abalada sua capacidade de dar respostas mais rápidas às necessidades conjunturais, prejudicando sua compreensão dos fenômenos políticos. Só assim poderíamos compreender como o Partido aprofundou suas expectativas na burguesia e na institucionalidade mesmo após os insucessos registrados no rompimento da Frente do Recife com o governo de Cid Sampaio e com as classes empresariais, em decorrência do próprio acirramento da luta de classes que se processava.

A autora também citou que as causas principais para esta mudança na linha política do PCB residiriam, em parte, nos impactos provocados pela própria mudança de orientação do Partido Comunista da União Soviética, após o XX congresso, e em outra, no desenvolvimento da ideologia nacionalista, que passaria a contagiar o próprio Partido. Contudo, acreditava que o peso deste último fator teria sido muito maior, como podemos observar nesta passagem:

O nacionalismo, mais uma vez, levava a melhor entre os comunistas brasileiros. E tal situação resultava muito mais da pressão ideológica exercida pela corrente hegemônica no pensamento político brasileiro da época do que de possíveis influências do stalinismo ou das teses defendidas pelo PCUS e o movimento comunista internacional (PRESTES, 2009, p.71).

Entendemos que, inegavelmente, a euforia do movimento nacionalista influenciou o PCB, assim como influenciou diversos outros atores políticos durante este

período. Entretanto, não nos parece correto identificar que este tenha cumprido o papel principal nas ilusões e distorções que foram realizadas pelo Partido, sobretudo após 1958. A propagação do nacionalismo desempenhou um papel importante para impulsionar o movimento de massas e a politização de setores sociais marginalizados, mas o uso de seu potencial reformista, ou até mesmo revolucionário, caberia aos atores envolvidos na luta política. Acreditamos, pois, que se o PCB passou a ter idealizações da realidade política nacional e local, disso não se pode culpar o movimento nacionalista em si, mas sim as análises e lições que deste movimento o PCB tirou, olvidando o caráter de classe do Estado, passando a ter ilusões de um desenvolvimento capitalista autônomo e que dele inevitavelmente se ampliaria a democratização da política brasileira, e com isso negligenciando as limitações da via eleitoral e de se auferir transformações tão sensíveis e profundas na estrutura econômica, política e social pela via institucional e pacífica. Estas ilusões tiveram, com efeito, um início na *Declaração de Março*, representando uma verdadeira guinada na atuação dos comunistas brasileiros, com a modificação profunda de sua estratégia política.

Neste sentido, embora discordemos nas causas e no verdadeiro impacto que representou a *Declaração de Março* de 1958, concordamos com a autora acerca das consequências que irremediavelmente recaíram sobre os comunistas após a aprovação e publicação deste documento:

Finalmente, cabe destacar que as tendências reformistas presentes na Declaração de Março de 1958 contribuíram para que se difundisse a ideia de que, com a aprovação desse documento, os comunistas teriam passado a valorizar a luta pela democracia, em contraposição a posições anteriores, quando defendiam o caminho armado para a revolução brasileira. Na realidade [...] pois, segundo o marxismo, não existe uma democracia pura, uma democracia que não tenha caráter de classe. A presença de tais ilusões de classe ajudam a compreender a derrota sofrida pelos comunistas e pelas “esquerdas” no Brasil, com o golpe de 1964 (ibidem).

2.5 A formação da Frente do Recife (1955)

Em meio à ebulição do sentimento nacionalista, disseminado fortemente entre as mais diversas classes sociais, foi realizado em Pernambuco o Congresso de Salvação do

Nordeste (CSN), em agosto de 1955.⁷⁶ Trazendo a tona temas sensíveis como a seca, o latifúndio e o desenvolvimento industrial, este congresso conseguiu reunir tanto trabalhadores da cidade e do campo, assim também como intelectuais, políticos, industriais e comerciantes. Segundo Moraes (1959), esse encontro “abriu perspectivas para posteriores contatos e entendimentos entre operários e industriais, ou seja, entre as classes trabalhadoras e as classes conservadoras sempre que isso se tornasse necessário à defesa dos altos interesses da comunidade pernambucana” (p.27). Para Francisco Julião,⁷⁷ o CSN já era o prenúncio da aliança eleitoral para o governo do estado:

Teve como resultado a unidade de todas as forças: oposicionistas e progressistas em torno da candidatura de Cid Sampaio. Pode-se dizer que foi o primeiro grito contra esse estado de coisas que parecia inalterado em nossa região. O congresso teve, por conseguinte, a conotação de despertar a consciência do Nordeste para os seus problemas mais graves: o problema da terra, da miséria, da concentração da miséria em torno da cidade do Recife e a discriminação do Nordeste pelo Sul. Foi um passo que considero gigantesco para criar uma consciência e levar a nossa região por caminhos mais audazes. Cid representa uma resultante desse congresso.⁷⁸

Existem controvérsias acerca dos idealizadores e organizadores iniciais do evento. Aguiar (1993) alegou que nunca foram provadas as teses que diziam que o congresso foi inicialmente projetado pelo Partido Comunista. Segundo atestou, a convenção recebeu apoio oficial do governo do estado, então chefiado por Cordeiro de Farias, ligado ao PSD *etelvinista*⁷⁹. Além disto, a Assembleia Legislativa de Pernambuco e a Câmara de Municipal do Recife solidarizaram-se com o evento (ibidem). Neste sentido, de apoios institucionais o CSN não podia queixar-se, pois conforme mencionou Paulo Cavalcanti (1978), até o presidente da República Juscelino Kubitschek enviou uma saudação ao conclave em mensagem especial. Entretanto, em que pese a adesão dos órgãos governamentais, o congresso foi de fato inicialmente projetado pelo Partido Comunista. A participação de tantos políticos e industriais não

⁷⁶ Ocorrido no Clube Português, na cidade do Recife, entre os dias 20 e 27 de agosto. Sua solenidade de encerramento contou com a participação de mais de 3.000 pessoas (MORAIS, 1959; p.23).

⁷⁷ Francisco Julião Arruda de Paula era na época do CSN deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro. Como advogado e parlamentar, assessorou os camponeses do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão (Pernambuco), e atuou com destacada influência e liderança junto às Ligas Camponesas (PAGE, 1972; SANTIAGO, 2004).

⁷⁸ Francisco Julião. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

⁷⁹ O PSD era dirigido na época por Etelvino Lins de Albuquerque, ex-governador de Pernambuco em 1945, e entre 1952 e 1955. Etelvino era conhecido pelo seu autoritarismo e pelo ferrenho anticomunismo que fazia questão de propagar abertamente (MORAIS, 1959; CAVALCANTI, 1978).

conflitava com as diretrizes nacionalistas e reformistas do encontro. A hegemonia dos comunistas nos principais espaços da convenção tampouco foi acidental.

Muito embora tenha havido a participação no conclave das diversas correntes políticas ligadas às classes conservadoras, o Partido Comunista e os nacionalistas mantiveram a hegemonia nas comissões, na definição do temário e, em consequência, nas resoluções (SOARES, 1982, p.45).

O encontro foi oficialmente organizado pela Liga de Emancipação Nacional (CAVALCANTI, 1978; SOARES, 1982). Não obstante, a LEN, embora contasse com a participação de trabalhistas, nacionalistas e democratas, sempre foi fortemente influenciada pelos Comunistas⁸⁰ (AGUIAR, 1993, p.152). Já em seu IV Congresso, ocorrido em 1954 – um ano antes, portanto, da realização do CSN –, o PCB, através de Luís Teles, já falava na necessidade da LEN realizar semelhante empreendimento:

Iniciativas como um Congresso de Salvação do Nordeste, para discutir e apontar soluções adequadas às questões relacionadas com as secas e com a energia elétrica de Paulo Afonso [...] teriam uma enorme importância para esclarecer, mobilizar e organizar as massas para fortalecer a Liga e para ampliar ainda mais a luta pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo dos Estados Unidos.⁸¹

Além de publicamente a iniciativa ter partido da Liga de Emancipação Nacional, um dos principais organizadores do CSN, o então deputado Clodomir Moraes, nos contou em entrevista que a decisão de realizar o conclave partiu de fato do Comitê Central (CC) do PCB.⁸²

Embora a Liga tenha sido fechada por Juscelino Kubitschek no ano seguinte,⁸³ o objetivo do congresso foi totalmente alcançado, fortalecendo bastante as ideias nacionalistas e reformistas e ampliando o campo de diálogo do PCB com os segmentos trabalhistas e nacionalistas no estado:

O CSN representou um enorme impulso para a **esquerda** em Pernambuco. Sem dúvida alguma, o encontro ajudou decisivamente, comunistas, socialistas e nacionalistas, a alcançarem um acordo político no Recife. Pouco depois da realização do congresso, foi formada a Frente do Recife, que lançou o líder socialista Pelópidas da Silveira como candidato à Prefeitura [...]. De fato, o CSN tornou ainda mais estreita a relação entre velhos companheiros – comunistas e socialistas – e abriu caminho, simultaneamente,

⁸⁰ Sobre o papel do PCB na fundação da Liga de Emancipação Nacional, ver páginas 64 e 65.

⁸¹ Voz Operária. 18 dez. 1954.

⁸² Clodomir Moraes. Entrevista concedida ao autor em 25/08/2011.

⁸³ Ver páginas 67 e 68.

para que a **esquerda** chegasse a um acordo com novos aliados, os trabalhistas e nacionalistas (AGUIAR, 1993, p.153, grifos do autor).

Para Moraes (1959), a aliança entre os trabalhadores e a burguesia urbana foi uma consequência direta do Congresso de Salvação do Nordeste, onde “a frente única dessas classes em torno da candidatura de Pelópidas, nada mais era que o resultado da convivência pacífica em que as mesmas trabalharam no CSN⁸⁴” (p.30). Além da criação da Frente do Recife, Moraes também apontou como resultado da convenção a criação da SUDENE:

A Frente do Recife era a confluência das forças políticas ao redor de um denominador comum, que era o progresso, a superação dos problemas sociais mais graves. Essas forças iam desde os camponeses aos produtores agrícolas do Grande Recife e dos municípios vizinhos à capital, até a nossa burguesia. A Frente do Recife teve seu ninho no Congresso de Salvação do Nordeste, no Recife. [...] A Carta de Salvação do Nordeste⁸⁵ era um embasamento teórico sério em que se inspiraram mais tarde os fundadores da SUDENE. A Frente do Recife se alimentou dos princípios expressos na Carta.⁸⁶

Cavalcanti (1978) também fez referência à criação da SUDENE como decorrência direta do CSN. Ele frisou que, além da questão política e eleitoral, o evento teve como resultado a elaboração pelo poder executivo federal da Operação Nordeste (OPENO) e, posteriormente, do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO) e que, como ato contínuo, resultariam na formação da SUDENE, em 1959,⁸⁷ já durante o governo de Cid Sampaio.

Outra consequência do conclave, e que trouxe impactos políticos futuros para as lutas políticas no estado, foi a forte contribuição que forneceu para a reorganização do movimento camponês e a consolidação das Ligas Camponesas (SOARES, 1982). Moraes também destacou como terceira consequência do CSN esta questão:

O princípio foi o Congresso de Salvação do Nordeste. Mas já havia uma organização camponesa, a da Iputinga. Já a de Galileia também, mas muito débil. Muito débil. Mas no momento em que eles participaram do Congresso

⁸⁴ Clodomir Moraes (1959) alegou que boa parte dos delegados do CSN que não residiam em Recife, que ele atribuiu serem cerca de 400, de um total de 1.400 delegados, ficaram hospedados em hotéis pagos pelos Lundgren e pelos Bezerra de Melo, grandes proprietários das indústrias têxteis de Pernambuco.

⁸⁵ Documento lançado ao final do congresso, contendo as análises e reivindicações sobre os temas mais sensíveis a respeito da seca e do desenvolvimento econômico e social do estado. Está disponível no anexo B, a partir da página 199.

⁸⁶ Clodomir Moraes. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 25/11/1982.

⁸⁷ Após os esforços desenvolvidos por Celso Furtado à frente do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (AGUIAR, 1993).

de Salvação do Nordeste, eles passaram a perder medo dos adversários que eram [os] latifundiários.⁸⁸

Todavia, foi no plano eleitoral que seus resultados imediatos mais se fizeram sentir. Desta aproximação entre os setores trabalhistas, socialistas e comunistas surgiu a Frente do Recife, que disputou e venceu com facilidade as eleições para a Prefeitura da cidade do Recife, que ocorreram dois meses após a realização do Congresso de Salvação do Nordeste. Como demonstrou Santos (2008), desde a conquista da autonomia da cidade do Recife⁸⁹ – cujos parlamentares que a defendiam, ligados ao PTB e à UDN, através do Movimento Popular Autonomista,⁹⁰ naturalmente conflitavam com o PSD –, foram iniciadas conversações entre as cúpulas partidárias. O deputado e presidente do diretório regional do PTB, Antônio Barros de Carvalho, autor do projeto de lei que concedeu autonomia política à cidade, tentou articular sua candidatura, mas a convenção local do PTB decidiu pela adesão à Frente do Recife, cujo nome de Pelópidas Silveira já era consenso entre comunistas e socialistas. Além disto, Pelópidas estava presidindo a Liga de Emancipação Nacional durante o Congresso de Salvação do Nordeste,⁹¹ aumentando bastante seu prestígio, além de já ter tido uma curta passagem pela Prefeitura em 1945, e ter sido candidato a governador nas eleições de 1947, lançado simultaneamente pelo PCB e pelo PSB, recebendo a maioria dos votos do eleitorado da capital (CAVALCANTI, 1978; SOARES, 1982).

A incipiente Frente do Recife não conseguiu um nome de consenso para disputar a vice-prefeitura,⁹² e com isso os trabalhistas (PTB e PTN) lançaram João Vieira de Menezes, que foi apoiado pelos comunistas. O PSB, por sua vez, lançou Sócrates Times de Carvalho. Esta divergência interna entre as esquerdas anunciava claramente a inconstância e fragilidade da recém formada aliança. Sem embargo, a vitória de Pelópidas foi avassaladora. Com 81.499 votos, foi eleito com praticamente

⁸⁸ Clodomir Morais. Entrevista concedida ao autor em 25/08/ 2011.

⁸⁹ A força das esquerdas na capital pernambucana era tanta que a grande imprensa local se posicionava fortemente contra a autonomia política da cidade. O *Diário de Pernambuco*, influente jornal no estado, afirmou no dia 02 de janeiro de 1955 que a autonomia concedida à cidade não poderia ser outra coisa que não “uma legítima conquista vermelha” (Op. Cit., MONTENEGRO; SANTOS, 2007, p.469).

⁹⁰ De acordo com José Maria, membro do PCB, o movimento autonomista era dirigido pelos comunistas, que conseguiram conquistar importantes aliados junto aos partidos oposicionistas. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

⁹¹ O presidente da LEN, Miguel Arraes, estava licenciado devido ao exercício de seu mandato como deputado estadual.

⁹² Na época, as eleições para prefeito e vice eram distintas, conforme ocorria nas eleições presidenciais e para governadores dos estados.

dois terços dos votos válidos. João Vieira de Menezes foi eleito vice-prefeito, seguido por Sócrates de Carvalho que ficou em segundo lugar, demonstrando mais uma vez a grande força do eleitorado de esquerda na capital (SOARES, 1982).

O PCB optou pelo nome de Vieira de Menezes não por julgá-lo mais progressista que o candidato socialista, mas sim em virtude de buscar ampliar seu campo de alianças, trazendo não apenas os trabalhistas para a Frente do Recife como, sobretudo, angariar o apoio da burguesia recifense, como podemos comprovar no fragmento abaixo:

Burgueses e operários pela vez primeira colocavam em segundo plano os interesses peculiares às suas classes e juntos porfiaram em favor do interesse comum do povo do Recife. Essa mútua confiança nos bons propósitos e a justeza dessa frente única foram tão evidentes que a classe operária e as porções mais pobres da população não hesitaram em votar no candidato a vice-prefeito, deputado Vieira de Menezes, conhecido na imprensa parlamentar como **político ultra-direitista**, mas que alguns setores da burguesia viam com bons olhos. [...] Se bem que o Sr. Vieira de Menezes fosse do Partido Trabalhista Brasileiro, que por várias vezes já tem exercitado frente única com os setores esquerdistas da população, comunistas e Partido Socialista, **a sua presença na chapa popular viria justificar a votação da burguesia e da pequena burguesia no nome de Pelópidas da Silveira** (MORAIS, 1959, p.30, grifos nossos).

Nesta passagem fica claro que os comunistas pernambucanos não mediram esforços no sentido de atrair as camadas médias e a burguesia urbana para a construção de um projeto político comum, visando imediatamente sua construção em um nível mais amplo, visto que a candidatura de Pelópidas não dependia do apoio dos trabalhistas e da burguesia para ser vitoriosa. O PCB nitidamente já buscava costurar uma aliança capaz de derrocar o PSD e os “coronéis” do Agreste e Sertão no plano estadual.

2.6 A consolidação e o triunfo das Oposições Unidas (1958)

Mesmo com a antiga rivalidade entre a UDN e o PSD, a participação conjunta no Congresso de Salvação do Nordeste dos setores industriais e das classes proletárias, além da vitoriosa eleição de Pelópidas Silveira com a criação da Frente do Recife, não eram fatores suficientes para edificar uma frente tão abrangente para as eleições estaduais. Faltava ainda uma situação concreta de ruptura definitiva entre o governo

pessedista e as chamadas classes produtoras,⁹³ que possibilitasse aos trabalhadores e burgueses travarem uma experiência compartilhada de luta por interesses comuns. Esta situação surgiu com a reforma do Código Tributário, realizada pelo governo de Cordeiro de Farias, em 1956. Conforme dito por Moraes (1959), “as classes populares, de há muito, não mais alimentavam ilusões. Faltava, pois, desiludir-se por completo apenas a alta burguesia industrial e comercial” (p.44). Segundo o autor, havia ficado acordado entre os empresários e o governo que o projeto seria elaborado em conjunto com os técnicos da Federação das Indústrias e da Associação Comercial, chegando-se até a assinarem um documento. No entanto, o governo resolveu anunciar unilateralmente que o novo Código Tributário já estava para ser aprovado, faltando apenas alguns detalhes, tendo a notícia caído “como uma bomba nos círculos industriais e comerciais do estado. Os homens de empresa consideravam-se traídos ignominiosamente” (ibidem, p.46). Sobre esta questão, Cid Sampaio, na época o presidente do Centro das Indústrias de Pernambuco (CIEPE), declarou que:

O governo do estado, do então general Cordeiro de Farias, [...] se deixando levar inteiramente pelas correntes políticas que então dominavam o estado, houve por bem, fazer aprovar um novo Código Tributário, tributarista e policialesco, antidesenvolvimentista, um Código Tributário que era contrário ao que nós vínhamos pregando no Centro das Indústrias e no meio das associações de classe.⁹⁴

O novo Código Tributário não desagradava somente as classes empresariais. Os trabalhadores sabiam que, naquele momento, onde estava em efervescência as pautas de industrialização e desenvolvimento para a região nordestina, tal medida iria justamente na contramão da Carta de Salvação do Nordeste e do que reivindicavam as organizações de esquerda no estado. Os trabalhadores percebiam que o aumento na taxação poderia acarretar em desemprego e aumento no preço dos produtos. Já os industriais e comerciantes sabiam que, mesmo que aumentassem os preços – o que naturalmente fariam –, ocorreria uma queda nas vendas e, como ato contínuo, uma diminuição nos lucros e na produção em geral. Uma das primeiras entidades de classe de trabalhadores a prestar apoio às classes patronais foi o Sindicato dos Comerciantes. Seu presidente em exercício na época, João Barbosa de Vasconcelos,⁹⁵ que participou das primeiras

⁹³ O termo, muito comum na época, remetia-se à burguesia industrial e canavieira.

⁹⁴ Cid Sampaio. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 22/04/1984.

⁹⁵ João Barbosa chegou a ser preso pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), conjuntamente com outros sindicalistas e líderes camponeses, como o então deputado Francisco Julião,

reuniões do movimento contra a rígida reforma tributária, assim relatou estes acontecimentos:

Quando Cordeiro, inabilmente, com o pessoal que estava a seu serviço fez, numa época imprópria e inadequada, o Código Tributário do estado, isso foi um estopim [...] O respaldo político nós demos, nós os trabalhadores fomos os responsáveis por esse respaldo político [...] Não era pra eleger ninguém, a luta era contra o Código Tributário do estado. Eu lembro-me [...] como nesta reunião, na qualidade de convidado como presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Recife, eu dei a declaração: “tendo em vista ser o Código Tributário do estado, decretado como está, ofensivo aos interesses dos trabalhadores, dos comerciários e de toda a população do Recife nós, os dirigentes sindicais da classe comerciária, damos pleno apoio ao movimento pela derrubada do Código Tributário do estado.”⁹⁶

Porém, a ruptura definitiva das classes abastadas com o governo não ocorreu tão rapidamente. A luta contra o novo Código Tributário era uma luta econômica, sendo ainda preciso que ela se radicalizasse para que se convertesse em uma luta verdadeiramente política. Podemos atestar facilmente isto ao analisarmos o memorial das classes produtoras entregue ao governo pernambucano, solicitando a abertura de diálogo. Na petição, reconhecia-se que, de fato, era necessário reajustar os salários do funcionalismo público, inclusive classificando tal demanda como uma “necessidade imperiosa”, mas suplicando, entretanto, que este ônus não caísse em cima da indústria e do comércio, algo que, segundo os mesmos, poderia provocar a ruína completa da economia pernambucana através da fuga de capitais e investimentos. Vejamos este trecho do requerimento reproduzido por Moraes (1959):

Snr. governador Cordeiro de Farias, V. Excia., **que é um homem de Estado forjado fora do âmbito das contingências de facção e senhor de um passado todo devotado no serviço da pátria comum**, não há porque assumir a inglória responsabilidade de inspirador de uma reforma tributária de aspectos que [...] será capaz de relegar Pernambuco a um plano de inferioridade [...]. Em plena consciência de seus deveres, as classes produtoras, **que jamais negaram ao governo o apoio merecido, neste momento, pedem vênias para recorrerem a V. Excia.**, a fim de que lhes conceda o prazo necessário para, em conjunto com os departamentos técnicos do estado, ser possível a objetivação de uma reforma tributária matura que, assegurando o desenvolvimento econômico do estado, não sobrecarregue a sua produção (p.59, grifos nossos).

durante a reação do governo contra o movimento que se iniciou contra o novo Código Tributário (CAVALCANTI, 1978, p. 272). Interessante observar que os líderes empresariais, embora fortemente criticados pelo governo, jamais chegaram a ser coagidos ou reprimidos pela força policial.

⁹⁶ João Barbosa. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 30/10/1985.

O tom cordial, e até certo ponto adulativo, em que as classes empresariais trataram com o poder público estadual, demonstram nitidamente que, naquele momento, o único objetivo era que os novos encargos não recaíssem na classe patronal, não havendo indícios de intenções de maiores rupturas entre elas e o governo.

No entanto, o governo decidiu levar em frente a reforma do Código Tributário, sendo este aprovado pela Assembleia Legislativa na madrugada do dia 04 para o dia 05 de abril do mês de novembro de 1956. Um novo pronunciamento das elites econômicas mostrava claramente a mudança no tom do discurso em relação ao governo:

As classes produtoras estão convencidas de que tudo fizeram para evitar que se consumasse o mal, representado por uma legislação fiscal que perturba a livre produção do estado [...]. Os poderes públicos estaduais [...] terão de suportar perante a opinião pública e o futuro econômico de Pernambuco, a responsabilidade pelos resultados dessa errônea política fiscal. Formulando o seu veemente protesto contra o novo Código Tributário que considera prejudicial aos interesses da economia pernambucana e especialmente contra o modo antidemocrático e irregular com que foi ele votado no plenário da Assembleia Legislativa” (ibidem, p.95).

A classe empresarial decidiu então, em assembleia que contou com a participação de mais de mil pessoas pertencentes à burguesia e à pequena burguesia, paralisar todas as atividades comerciais durante o dia 09 de novembro (CAVALCANTI, 1978). Em decorrência desta conjuntura, os comunistas pernambucanos acreditavam que estaria ocorrendo um verdadeiro choque entre as oligarquias rurais e seus resquícios semifeudais e uma ascendente burguesia modernizadora. A comprovação da tese da união entre a burguesia nacional e a classe operária parecia confirmar-se em Pernambuco:

E foi como se todos estivessem imbuídos no mesmo espírito que realizara a revolução de 1789 com a qual a burguesia francesa assumira o poder. [...] Uns cento e cinquenta anos separam os burgueses pernambucanos daqueles que liquidaram o feudalismo em França. Século e meio não lhes pareceram bastante para que armazenassem experiência e ensinamentos necessários à realização das tarefas da Revolução Francesa, [...] que levam até à mudança da estrutura agrária que sem dúvida entrava o desenvolvimento da própria indústria. Aqui ainda subsiste o feudo com todas as suas retrogradas relações de produção. O tempo que distancia os homens da revolução de 1817 também não foi suficiente para cristalizar o conteúdo libertário e patriótico da Revolução Francesa no espírito dos homens de hoje. Dificilmente [...] a nossa burguesia industrial e comercial poderá proceder a mutações qualitativas de uma nova infra-estrutura econômica, sem, antes, realizar a emancipação econômica do país (MORAIS, 1959, p.84-85).

Os trabalhadores aderiram em peso às mobilizações da classe empresarial, conjuntamente com a Frente do Recife, interessada em desgastar o governo *etelvinista*, aprofundando fissuras no seio da elite pernambucana, possibilitando assim que uma fração tida como “progressista” desta mesma elite cerrasse fileiras ao lado da classe obreira. Segundo Soares (1982), 44 organizações de trabalhadores se manifestaram apoiando a greve burguesa. Em março de 1957, decretaram novo locaute – desta vez de três dias – para o setor produtivo e comercial do Grande Recife, chegando até mesmo em algumas cidades do interior. Nas palavras de Cavalcanti (1978), “a paralisação foi geral. A cidade parecia morta. Não se tinha como adquirir sequer um maço de cigarro. Tudo fechou, da grande indústria ao compartimento do mercado público. O mesmo se verificava no interior” (p.272). O governo reagiu acusando os empresários de estarem se aliando aos comunistas para provocar a subversão e prendendo líderes sindicais e camponeses. Conforme expresso por Moraes (1959), Etelvino Lins, líder do PSD, chegara a declarar melancolicamente que “nem haveria prato mais apetitoso para as forças dissolventes do que contarem com a nossa elite econômica para [a] desmoralização dos poderes constituídos e dos partidos tradicionalmente empenhados na defesa de nossa formação cristã”, finalizando catastroficamente que “estavam a se romper, por inexorável fatalidade, as últimas resistências que se opunham ao domínio das esquerdas nesta Catalunha⁹⁷ brasileira em que se vai transformando Pernambuco” (p.118).

Fortemente atacados por lutarem em conjunto com os trabalhadores e as esquerdas, os industriais e comerciantes não se intimidaram, pois estavam convictos que lutavam pelos seus próprios interesses materiais que estavam ameaçados. Cid Sampaio assim descreveu como pensavam as classes produtoras dentro daquele contexto específico:

A intransigência do governo na elaboração do novo Código, cada vez fazia prevalecer a característica de um organismo repressivo, meramente policialesco, que representava a condição do governo representativo dos grandes proprietários de terra do Agreste e do Sertão, representativo do atraso que, através da violência, da força, pretendia impor o seu mando e seu domínio [...]. Para quebrar toda essa estrutura semifeudal, o trabalho haveria de ser grande. A luta foi difícil, o governo não cedia. Então, os empresários

⁹⁷ Em referência à comunidade autônoma da Catalunha, uma região que se converteu em um dos principais bastiões republicanos durante a Guerra Civil Espanhola, sendo famosa por ser um tradicional reduto separatista, com fortes raízes contestadoras no imaginário popular e onde os grupos de esquerda sempre tendem a possuir significativa influência.

daquela época, diante dos dados expostos e coletados, passaram a compreender que era necessária uma outra estrutura que fosse compatível com um processo de desenvolvimento econômico e de industrialização que se expandisse para a região do Nordeste.⁹⁸

Em muitas cidades do interior, onde parte do comércio havia aderido à greve, já começavam a funcionar pequenos embriões de frentes populares (MORAIS, 1959). Na capital, um grande comício na Avenida Dantas Barreto foi realizado, onde participaram no mesmo palanque, em pé de igualdade, líderes da burguesia e da classe operária. Liberais, trabalhistas, socialistas e comunistas discursavam juntos pela primeira vez em um comício em Pernambuco⁹⁹ (CAVALCANTI, 1978). A partir daí a luta começava a “assumir conotações eleitorais. Formalizava-se, então, a unidade de forças centristas com forças progressistas” (ibidem, p.272).

Em todo o estado se propagava a aliança policlassista entre patrões e empregados. Isolado, o governo do PSD havia dado a contribuição decisiva para a concretização desta frente popular, tanto pelo seu autoritarismo exacerbado,¹⁰⁰ como pela sua intransigência em dialogar com as elites pernambucanas, travando tanto quanto podia a industrialização e a modernização econômica da região. A construção da frente popular foi realizada não meramente a partir de simplórios acordos cupulistas e com fins eleitorais entre as lideranças partidárias, mas, acima de tudo, a partir da luta concreta, da ascensão do movimento de massas e dos conflitos de classe, colocando uma fração mais dinâmica e modernizadora da burguesia contra outra, ligada à zona rural e mais confinada aos vínculos coronelistas, clientelísticos e despóticos de governo. Estes embates possibilitaram que, em determinado momento específico da singular conjuntura pernambucana, a alta burguesia industrial e comercial, em conjunto com o proletariado, os camponeses e a pequena burguesia urbana, se lançassem a uma luta comum e prolongada, fornecendo-lhes o temperamento e a maturidade necessária para edificarem uma aliança eleitoral unificada para as eleições estaduais que se

⁹⁸ Cid Sampaio. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 22/04/1984.

⁹⁹ Cavalcanti (1978) relatou que, em discurso neste comício, representando o PCB, foi aplaudido pela grande massa de populares e ouvido em silêncio pelos membros da Associação Comercial, retratando as fortes desconfianças que ainda nutria a burguesia pernambucana para com os comunistas.

¹⁰⁰ Os comunistas foram bastante reprimidos durante o governo de Cordeiro de Farias, especialmente nos anos de 1956 e 1957. Segundo informações fornecidas por Clodomir Moraes, o PCB contava com cerca de três mil e duzentos militantes no início de 1956, logo antes da intensificação da escalada repressiva, que também se voltou contra os movimentos sociais em geral. Entrevista concedida ao autor em 25/08/2011.

aproximavam, construindo assim a frente popular, tão aspirada e tão eloquentemente propagada nos discursos e nos documentos emitidos pelo PCB.

A participação dos comunistas no processo eleitoral de 1958 foi significativa. Os comunistas influíram desde a consolidação do nome do industrial Cid Sampaio como candidato ao governo estadual,¹⁰¹ como contribuíram decisivamente para garantir a unidade da Frente do Recife (MORAIS, 1959; SOARES, 1982). Além disto, o PCB foi responsável – como ressaltado por José Maria – por “popularizar a campanha”, fazendo com que as classes trabalhadoras participassem dos comícios e demais atividades relacionadas às eleições.¹⁰² O PTB acenou com uma candidatura própria¹⁰³ e uma ala dissidente do PSB rompeu com este, fundando a Ação Socialista, declarando apoio ao candidato opositor, Jarbas Maranhão.¹⁰⁴ Inclusive, dentro do próprio PCB surgiram dificuldades e divergências em relação à tática eleitoral:

Nos debates internos do PC, David Capistrano da Costa, seu dirigente máximo, defendia a tese de que se devia sair imediatamente com o nome do industrial Cid Sampaio, deixando os trabalhistas e socialistas para trás. O que importava – dizia – era a aliança com a burguesia. Eu e Hiran Pereira [...] ao contrário, reivindicávamos, primeiro, a consolidação da frente popular e de esquerda, antes de marchar-se para a candidatura de Cid – tese, aliás, vitoriosa no comitê estadual do PC (CAVALCANTI, 1978, p.273).

Segundo nos contou José Maria, houve maior aceitação da candidatura udenista entre os núcleos sindicais, mas houve grande resistência de certos estratos sociais, especialmente no tocante ao “trabalhador rural, do Agreste e Sertão, [que] não aceitava aproximação com a UDN, porque era um partido ultradireitista, reacionário”.¹⁰⁵ A

¹⁰¹ Setores das classes produtoras chegaram a tentar retirar a indicação de Cid Sampaio, mas os comunistas alegaram que, se o candidato não fosse Cid, eles “não poderiam apoiar a coligação eleitoral” (BEZERRA, 2011). Dado o peso eleitoral do PCB, este fator foi levado em consideração e a candidatura foi mantida.

¹⁰² José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

¹⁰³ Segundo Paulo Cavalcanti, a adesão do PTB à frente popular só se deu a partir de uma vultosa quantia paga aos cofres do partido no estado, de cinquenta milhões de cruzeiros (moeda da época), além de várias concessões, mandatos e apoios a candidaturas proporcionais. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 03/06/1982. De acordo com José Maria, esta quantia foi arrecadada pelas classes produtoras, que “praticamente compraram o apoio do PTB”, não tendo a Frente do Recife tido qualquer relação com esta negociação, que ocorreu diretamente entre o PTB e os emissários de Cid. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

¹⁰⁴ Pertencente à Frente Parlamentar Nacionalista, e tido como democrata e patriota, sua escolha para o pleito já se deveu a um intento do PSD de explorar a tendência esquerdista e reformista do eleitorado, bem como utilizar-se do fato de que Cid Sampaio era um usineiro e representante direto das classes abastadas.

¹⁰⁵ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 20/07/2014.

principal reivindicação das forças de esquerda seria, de acordo com ele, o fim da repressão aos movimentos sociais:

As forças populares de Esquerda de Pernambuco apoiariam e trabalhariam pela eleição de Cid Sampaio desde que ele como governador não usasse a polícia nas questões trabalhistas e sindicais, usasse o diálogo. Então as lideranças da UDN na época assinaram o acordo. Dentro deste princípio foi feita a união destas classes de esquerda [para que] trabalhassem por Cid Sampaio para elegê-lo.¹⁰⁶

Denominada de *Oposições Unidas*, a aliança eleitoral policlassista lançou uma lista única de candidatos, com a indicação de Pelópidas Silveira, prefeito do Recife, para vice-governador, e Barros de Carvalho e Antonio Baltar, do PTB e do PSB, para senador e suplente ao senado, respectivamente (MORAIS, 1959). Todos os setores da Frente do Recife participaram ativamente e com muito entusiasmo da campanha,¹⁰⁷ embora não tenha sido fácil convencer as bases e a população pobre a votar em um candidato usineiro. Segundo exposto por Soares (1982), o dirigente comunista Gregório Bezerra alegou “que em determinados setores da população, foi necessário um paciente trabalho para explicar a validade da participação no processo eleitoral e principalmente da necessidade em apoiar um representante das classes produtoras” (p.75).

A primeira ação do PCB para buscar inserir o nome de Cid nas ruas foi através da organização de um comício em prol do alistamento eleitoral, onde o candidato subiria ao palanque. Este comício, conforme exposto por José Maria, foi no bairro do Cordeiro, e os comunistas tiveram papel decisivo em sua organização e divulgação.¹⁰⁸ Clóvis do Rêgo Melo, que pertenceu ao PCB e foi jornalista e advogado de associações sindicais e também das Ligas Camponesas de Abreu e Lima, assim explanou sobre como os comunistas procuraram popularizar o nome de Cid Sampaio:

Na eleição de Cid o peso das forças de esquerda não se traduziu tanto em votos, mas foi mais na arregimentação. Porque as classes produtoras dispunham de dinheiro; mas não dispunham do poder de arregimentação e também, por sua vez, não possuíam credibilidade perante as massas. Cid era um usineiro [...] naquela época, se chamava uma ‘mancha’ no fato de uma

¹⁰⁶ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 20/07/2014.

¹⁰⁷ A Frente do Recife participou ativamente da campanha eleitoral. Um dos principais líderes populares, Miguel Arraes, que viria a ser governador pela Frente do Recife após o mandato udenista, sequer conseguiu se reeleger deputado devido ao fato de se descuidar de sua própria candidatura em prol da de Cid (CAVALCANTI, 1978).

¹⁰⁸ José Maria também afirmou que os quadros do PCB também deram valiosas instruções para Cid Sampaio sobre como discursar e interagir com as massas populares, visto que este não possuía experiências neste sentido. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

pessoa ser usineiro em Pernambuco. Então, nós adotamos em propaganda chamá-lo “o engenheiro Cid Sampaio” e não “usineiro Cid Sampaio” porque não seria bem recebido no meio dos trabalhadores.¹⁰⁹

Este aspecto foi bastante utilizado pelos governistas, com o objetivo de criar “fronteiras entre a burguesia e a esquerda” (CAVALCANTI, 1978, p.277). O grupo dissidente do partido socialista tentou ao máximo utilizar-se da inclinação esquerdista do eleitorado recifense. Para tanto, utilizaram-se de um discurso que continha, segundo Moraes (1959), um tom bastante esquerdista, “mais revolucionário do que os comunistas de 1935”¹¹⁰ (p.160). Os comunistas rebateram estes argumentos, em matéria divulgada em seu jornal *Folha do Povo*, intitulado “*A Classe Operária e a Burguesia na Luta Pelo Progresso*”, onde ressaltaram a importância da tática de aliança com os setores tidos como “progressistas” da burguesia pernambucana:

Suscitando a questão do “usineiro”, insinuando o patrão, pretendendo desta forma, explorar o ódio de classe não a serviço da classe operária, é claro, mas dos latifundiários mais retrógrados e dos agentes imperialistas, de quem se faz portador o etelvinismo. Dentro da atual conjuntura econômica, só a aplicação de um programa progressista, que leve em consideração o desenvolvimento do capitalismo e os interesses da classe operária, poderá tirar Pernambuco da tremenda crise que o abala econômica e politicamente [...]. O único caminho que tem a seguir a classe operária, nessa hora é aliar-se à burguesia, para, numa frente única, industrializar Pernambuco e levá-lo a uma fase de prosperidade. Por isto a classe operária votará sem medo, no usineiro Cid Sampaio, tão interessado quanto ela, na industrialização de nossa terra (Op. Cit., MORAIS, 1959, p.163-164).

Dentro de uma coligação de tamanha amplitude, Cid Sampaio adotou como tática não focar em discursos mais ideológicos, se atendo, sobretudo, ao programa político, baseado essencialmente na industrialização do estado e no combate aos métodos policialescos e autoritários utilizados com frequência pelos sucessivos governos do PSD. Desde o início, o candidato das Oposições Unidas deixou claro que “não se faria, na campanha, o proselitismo de doutrinas. Os comícios deviam se cingir à defesa do programa [...]. Os palanques não iriam servir para a defesa de teses partidárias ou ideológicas. E assim transcorreu a campanha”.¹¹¹

¹⁰⁹ Clóvis Melo. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 20/11/1984.

¹¹⁰ Em referência ao levante armado deflagrado pela *Aliança Nacional Libertadora*, dirigida pelo Partido Comunista, em novembro de 1935, devido à crescente aproximação do governo de Getúlio Vargas com os integralistas e os países nazifascistas.

¹¹¹ Cid Sampaio. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 22/04/1984.

Esta suposta “neutralidade” ideológica, com uma retórica basicamente focada no programa desenvolvimentista, dificultava a adesão popular à candidatura oposicionista. Embora Moraes (1959) relatasse que a classe operária tinha plena ciência dos “bons propósitos” da aliança com a burguesia, como foi anteriormente exposto, ele próprio admitira as dificuldades que o PCB teve no convencimento das camadas proletárias para apoiarem um candidato burguês:

O simples fato dos comunistas terem estado, até aquele momento, à frente dos comícios da capital, não fora suficiente para convencer a toda massa esquerdista da capital de votar em um nome das classes produtoras, um usineiro, enfim um patrão. O velho líder popular Gregório Bezerra já parecia rouco de tanto explicar ao povo a importância da aliança da classe operária com a burguesia nacional, nessa etapa histórica do país em que o fundamental reside na criação de uma indústria nacional robusta e desenvolvida (p.175).

No entanto, aos poucos o candidato opositor foi ganhando simpatia e confiança das massas. Porém, cerca de 20% do eleitorado ainda estava indeciso até os últimos dias que antecederiam a eleição. Foi quando o PCB decidiu pela vinda de seu dirigente máximo, Luís Carlos Prestes, para participar dos comícios eleitorais, ocasionando alguns atritos dentro da coligação oposicionista (BEZERRA, 2011). As classes empresariais – assim como o próprio Cid Sampaio – se mostraram bastantes insatisfeitas com esta decisão dos dirigentes pecebistas. Raciocinavam que o apoio dos comunistas deveria ser unicamente “pragmático”, e a vinda de seu dirigente máximo à Pernambuco não apenas não ajudaria na campanha eleitoral como favoreceria a ideologização da campanha, possibilitando a criação de fissuras dentro da frente popular. A mais forte delas ocorreria com o deputado e usineiro José Lopes de Siqueira Santos,¹¹² que ameaçou abandonar o apoio a Cid Sampaio caso ele respaldasse o comício que contaria com a presença de Prestes. Segundo Bezerra (2011), os comunistas não ofereceram meios termos. Os comícios ocorreriam de qualquer forma, pois contribuiriam eleitoralmente e que se o deputado José Siqueira Santos abandonasse a frente, seria ainda melhor, pois se “perderia alguns votos de cabresto do usineiro mais

¹¹² Segundo Cavalcanti (1978), o deputado era um ferrenho anticomunista e que os “combatia de armas nas mãos, em seus feudos do interior” (p.275). Embora em seguida diminuísse a relevância destas questões, afirmando que as divergências do usineiro, neste caso, tinham apenas a “finalidade de manter as aparências de inimigo dos ‘vermelhos’, da boca para fora” (ibidem, p.275), o que evidentemente não correspondia aos fatos. Posteriormente, em 1963, este latifundiário participou ativamente do assassinato de cinco camponeses que reivindicavam o pagamento do 13º salário, na Usina Estrelana, localizada na cidade de Ribeirão, no interior de Pernambuco, episódio que ficou conhecido como o *Massacre da Usinha Estrelana*.

reacionário, mais cruel, tirânico e explorador de camponeses, mas, em compensação, ganharia dezenas de milhares de votos dos camponeses e operários agrícolas” (p.488).

Com a vitória de Cid cada vez mais perto, os setores governistas passaram a uma tática desesperada, engendrando discursos de ódio e proferindo acusações de que Cid Sampaio teria se aliado ao comunismo. Ciente da vinda de Prestes, a Arquidiocese de Olinda e Recife publicou uma nota nos principais jornais do estado, reproduzida na íntegra por Moraes (1959), recomendando que, durante os comícios, os sinos das igrejas fossem dobrados, enquanto que nos colégios católicos fossem hasteadas as bandeiras a meio pau, em sinal de luto, por estar “morrendo a vossa fé [...] e vossa convicção cristã” (p.179). A aliança da burguesia com os comunistas também foi lamentada enfaticamente pela Cúria Metropolitana, que afirmou que “Prestes virá, não com o dinheiro dos pobres, mas com o das classes abastadas a quem ele se aliou. Evidentemente, é preciso chorar de revolta” (ibidem, p.178).

Sendo informado que multidões se aglomeravam nos comícios, Cid decidiu, enfim, participar, mas buscou atenuar os ânimos dentro da coligação e procurou refutar a forte pressão no eleitorado católico que, contra ele, foi imposta pela Igreja. Sendo assim, ele fez questão de declarar publicamente em seu discurso que “era contrário à ideologia comunista, que estava ali defendendo um programa, que daquele programa não [se] afastaria, porque era católico e, portanto, contrário a uma ideologia materialista”.¹¹³ Quase 100 mil pessoas compareceram ao comício principal, no bairro de Casa Amarela. Os outros comícios, nos bairros da Encruzilhada, Beberibe e Santo Amaro também foram massivos (MORAIS, 1959). Com efeito, a frente permaneceu unida, e a vitória de Cid, absolutamente encaminhada. Ele venceu com mais de 100 mil votos de diferença contra o candidato opositor, ganhando inclusive no interior do estado, tradicional reduto do PSD (SOARES, 1982; AGUIAR, 1993).

¹¹³ Cid Sampaio. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 22/04/1984.

CAPÍTULO III – OS COMUNISTAS E OS DEMAIS ATORES DA FRENTE DO RECIFE

3.1. Os trabalhistas e socialistas

Fundado em agosto de 1945, o PTB nasceu praticamente em paralelo ao movimento queremista. Um dos principais líderes deste último, o empresário Hugo Borghi, foi um personagem proeminente na organização do partido em São Paulo (SKIDMORE, 1982). Com os objetivos de defender a legislação trabalhista, mas também relacionando-a diretamente ao legado do governo varguista, o queremismo coincidia em seus fins com o nascente partido trabalhista, contribuindo de forma fundamental para a união entre o getulismo e o trabalhismo, conforme apontado por Delgado (2011). Segundo a mesma, tanto o queremismo como o PTB tiveram em suas origens o apoio maciço dos sindicatos oficiais e, conseqüentemente, do Ministério do Trabalho. Posteriormente, ao fim do movimento – com a deposição de Getúlio Vargas da presidência da nação – os trabalhistas foram orientados a converter os comitês queremistas que se multiplicavam em diretórios do PTB ou em comitês eleitorais de apoio aos candidatos deste partido. E cabe salientar que, embora desde sua fundação o PTB tivesse uma íntima ligação indissolúvel com a figura de Getúlio Vargas, canalizando seu prestígio pessoal, o partido não se resumia a ele. Apesar do PTB ter se proposto a ser uma segunda vertente do continuísmo varguista inserida no processo de transformação em curso ocasionado pelo fim do Estado Novo e pela abertura democrática, levando consigo todas as influências típicas do getulismo – como o nacionalismo; o paternalismo; o assistencialismo; o controle e conciliação social –, o partido teve desde o seu surgimento uma facção reformista que lutava internamente contra os segmentos mais moderados. Esta disputa derivava das discrepâncias sociais, políticas e de ideais existentes entre os adeptos do pragmatismo getulista e os mais vinculados ideologicamente às concepções trabalhistas e reformistas¹¹⁴ (ibidem).

Segundo Delgado (2011), o setor getulista era composto originalmente de sindicalistas, burocratas do Ministério do Trabalho e da Previdência Social, empresários

¹¹⁴ O principal expoente desta linha reformista mais ideológica seria o político Alberto Pasqualini (DELGADO, 2011).

favoráveis a medidas industrializantes, além de políticos ligados a Getúlio Vargas. Esta corrente centrava seus esforços em um projeto continuísta de poder em torno de Vargas, explorando seu carisma pessoal em prol da mobilização ordenada e institucionalizada dos trabalhadores em seu apoio, costurando alianças eleitorais em função de possibilitar a efetivação deste projeto. A ala reformista – também chamada pela autora de doutrinária ou programática –, por sua vez, era integrada inicialmente por intelectuais, profissionais liberais e alguns políticos que defendiam pautas de caráter progressista, visando a implementação de reformas econômicas e sociais, buscando fortalecer ideologicamente o partido – recusando, portanto, alianças puramente pragmáticas – e apoiando a mobilização dos trabalhadores de forma independente às estruturas estatais atreladas ao Ministério do Trabalho. A princípio, a fração getulista foi predominante, mas gradativamente foi se enfraquecendo, especialmente após a morte de Vargas em 1954. Sem o carisma pessoal de Getúlio e sua incontestada liderança política, a corrente pragmática perdeu grande força interna, embora tenha permanecido viva, assim como suas características mais fundamentais – convertidas em chagas indeléveis do PTB e das demais agremiações trabalhistas que dele surgiram –, ou seja, o oficialismo, o fisiologismo e o “peleguismo”¹¹⁵ no meio sindical (ibidem).

Desta forma, o PTB, originalmente ligado ao pragmatismo getulista, passou por transformações que culminam na redefinição de sua atuação, adotando um projeto social reformista, mas que ainda não se dissociava completamente dos antigos hábitos clientelistas e fisiológicos. Assim, o partido “caminhou em direção a uma maior autonomia em relação ao Estado, mas sua independência [deste] jamais chegou a consolidar-se como uma característica marcante do partido” (ibidem, p.78).

Nascido da articulação direta dos burocratas do Ministério do Trabalho em conjunto com a máquina sindical ligada ao getulismo, o PTB procurou desde o início angariar o apoio das camadas trabalhadoras. Devido ao crescimento cada vez mais significativo do operariado urbano, a criação do PTB serviria para conquistar o apoio

¹¹⁵ A autora não generaliza este termo a todos os sindicalistas que eram ligados ao Ministério do Trabalho, (uma vez que a outra corrente reformista do PTB também o era), mas aos que eram contrários às propostas mais combativas e que “vinculavam-se a uma fração do partido que não encampava propostas de reformas econômicas e sociais” (ibidem, p. 237-238), embora saliente que o peleguismo foi para todo o PTB uma “cicatriz permanente e histórica” (ibidem, p.76). Em Pernambuco, segundo o sindicalista trabalhista Miguel Batista, este termo era utilizado para designar os sindicalistas associados ao PSD. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 19/02/1987.

deste setor cada vez mais importante aos projetos de Vargas, como também impedir que esta massa proletária se aproximasse do PCB, também em franco crescimento após o fim da Segunda Guerra Mundial (ibidem). O anticomunismo foi uma marca profunda presente desde as origens do PTB, sendo os pecebistas, além do mais, seus concorrentes diretos dentro das disputas sindicais. Para a autora, este esforço do presidente Vargas de manter e cultivar laços com os trabalhadores urbanos e os sindicatos, gerava certas ambivalências:

Se, por um lado, a natureza desse vínculo do governante com trabalhadores transpareceu como definidora de um forte caráter de manipulação dos assalariados pelo presidente, por outro, não deixou de ser uma possibilidade de maior participação desses mesmos trabalhadores no contexto político nacional, tendo como suporte o PTB (ibidem, p.39).

Assim, o partido trabalhista brasileiro, embora despontasse com uma estratégia atrelada aos planos eleitorais varguistas e com objetivos explícitos de garantir certo controle e cooptação dos trabalhadores, contribuiu também para que estes pudessem alçar projeções mais autônomas – além do fato disto repercutir diretamente nas próprias hostes petebistas, possibilitando, como já observamos, o ingresso e fortalecimento de quadros partidários mais afinados com as demandas reformistas e nacionalistas. Neste aspecto, embora as duas alas partidárias se conflitassem, e Lucilia Delgado (2011) tenha apontado o triunfo paulatino da facção reformista sobre a pragmática no decorrer da década de 50, entendemos que a existência de ambas as vertentes dentro de um mesmo partido, e as relações dialéticas entre elas que isso implica, geraram naturalmente uma troca mútua de influências que impediu completamente que o partido rompesse, ou sequer cogitasse romper, em essência, com as características do espólio político getulista.

Neste sentido, entendemos o desenvolvimento do PTB e de sua práxis política como um processo de avanço gradativo dos setores mais ideológicos, em meio ao próprio desenvolvimento do reformismo e do nacionalismo no país, e não como um processo de ruptura e exclusão, que não ocorreu nem mesmo em 1954 com a morte de Vargas. Embora a autora tenha se preocupado em salientar mais os aspectos de modificação da política partidária, defendendo uma mudança de orientação interna dos petebistas, indo do getulismo ao reformismo, ela não deixou de apontar por diversas vezes as características, já anteriormente mencionadas, que evidenciam a força

considerável que este primeiro sempre teve dentro do PTB – de certa forma intrínseco às duas tendências e, portanto, absolutamente enraizado dentro do partido –, onde “a estratégia e marca do varguismo jamais se apagaram por completo na face e na prática política petebista” (ibidem, p.258). Assim, concluiu a autora que:

Todavia, a vertente reformista do PTB padeceu de uma limitação estrutural afeita à sua origem getulista e à prática política que o vinculou desde os primeiros anos de sua existência ao Estado. [...] O vínculo com o Estado permeou a vida do partido, constituindo-se em um obstáculo definitivo à incorporação pelo próprio PTB do projeto reformista democrático que a maior parte dos petebistas defendia para a nação brasileira (ibidem, p.263).

Para Aguiar (1993), durante o final dos anos 50 e início dos anos 60 o PTB apresentou uma ideologia mais consistente, tendo o nacionalismo, o desenvolvimentismo e a assistência social norteado sua atuação política. Não obstante, o mesmo salientou que o populismo não estava erradicado do partido. Para tanto, argumentou que para conseguir seu triunfo eleitoral o partido dependia muito mais de líderes carismáticos, além dos sindicatos e dos institutos previdenciários, do que de sua consistência ideológica. Além disto, destacou os vínculos do partido com o PSD, partido de conhecida conexão com as oligarquias rurais. Aprofundando este aspecto, exemplificou como inclusive o próprio PTB, internamente, possuía ligações com os grandes proprietários de terras e o coronelismo em geral:

Fora do Rio de Janeiro e São Paulo, onde o PTB desfrutou de, inquestionavelmente, um forte apoio entre a classe trabalhadora urbana, este partido esteve incansavelmente envolvido com a política dos chefes locais, os coronéis, no caso do Nordeste. No Rio Grande do Sul, onde o trabalhismo era forte, desde a sua origem, o PTB era organizado e dirigido por latifundiários que se opunham às velhas oligarquias. Três destes grandes proprietários gaúchos – Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola – tornaram-se os mais importantes líderes do PTB nacional (ibidem, p.99).

De fato acreditamos que o PTB sempre carregou contradições desse tipo, envolvendo sua consistência ideológica (trabalhista) e os segmentos sociais que se aliava ou que dele faziam parte. Entretanto, acreditamos que os exemplos citados não significam que o partido estivesse comprometido com estas camadas sociais (“coronéis” e proprietários de terra), uma vez que, majoritariamente, defendia propostas de reforma agrária e planos nacionalistas e industrializantes que, em muitos aspectos, entravam em choque com as demandas agroexportadoras deste segmento social.

O crescimento do PTB foi expressivo durante os anos que se seguiriam entre sua fundação e o golpe burguês-militar em 1964, passando de 22 deputados federais em 1945 para 66 em 1958, no auge do desenvolvimentismo industrialista, chegando a 116 em 1962, durante o fortalecimento dos sindicatos e dos movimentos sociais (BENEVIDES, 1976). Este progresso eleitoral – conforme apontado por Benevides (1976) – se deveu ao fortalecimento da mobilização política das classes subalternas; ao processo de urbanização e industrialização; e à aliança entre o PTB e o Partido Comunista, que por estar na ilegalidade, tendia a apoiar os candidatos trabalhistas – evidentemente, os mais alinhados com as pautas nacionalistas e reformistas.

Desta aliança com o PCB, destacou-se como primeiro contato o próprio movimento queremista, do qual os comunistas participaram, embora não estivessem vinculados aos planos continuístas de Vargas. Os entendimentos sofreriam resistências devido ao forte anticomunismo deste último, por um lado, e as resistências de algumas bases pecebistas, por outro, como já mencionamos anteriormente. Porém, no plano concreto da luta de classes, comunistas e trabalhistas foram gradativamente se convencendo da necessidade de aprofundarem relações mais amistosas entre si. Esta aproximação ocorreria, a priori, no movimento operário e sindical.

Já em 1952 os comunistas decidiram por voltar a atuar nos sindicatos oficiais, priorizando a aliança com o PTB. Os trabalhistas também acenaram com uma flexibilização ao autorizar no mesmo ano, via resolução do Ministério do Trabalho chefiado por Danton Coelho, a extinção do atestado ideológico para os dirigentes sindicais, contribuindo para a volta do PCB aos sindicatos. Como ato contínuo, houve uma grande greve geral em São Paulo em 1953 dirigida pelos comunistas e trabalhistas, que contou com a adesão de mais de 300 mil trabalhadores (SANTANA, 2003). Após a morte de Getúlio e o fortalecimento gradativo da tendência reformista dentro do PTB – que era muito menos avessa a um acercamento com o PCB –, este partido passou cada vez mais a atuar em associação com os comunistas, estendendo a aliança que ocorria no movimento sindical e de massas, para o plano político e eleitoral.

A unidade entre PCB e PTB possibilitava aos primeiros um aliado poderoso – e em crescimento – dentro do plano institucional, capaz de ser um elo importante entre os comunistas e os outros setores do movimento nacionalista, contribuindo para poder

ampliar a frente popular a estratos cada vez mais amplos do campo político e social. Para os petebistas, a união com o PCB garantiria maior tranquilidade para manterem a hegemonia dentro dos espaços sindicais, assim como uma ajuda substancial nas campanhas eleitorais.

Acreditamos que, nos períodos que se seguiram, estes partidos sofreram fortes influências recíprocas, e no nosso entendimento, os resultados mais concretos desta aliança foram, para o PTB, a expansão progressiva do reformismo no seu discurso político, em que a unidade com os comunistas contribuiu decisivamente, e para o PCB, o aumento gradativo tanto da participação eleitoral como da adoção de um discurso mais moderado e confiante na institucionalidade, no qual a frente única com o PTB – e como consequência, as lutas cotidianas ombro a ombro com os trabalhistas – também foi um fator que merece ser levado em consideração.

Em Pernambuco, a força do PTB sempre foi consideravelmente menor do que a que possuía no cenário nacional. Segundo Pandolfi (1984), as lideranças sindicais ligadas ao Estado Novo foram cooptadas por Agamenon Magalhães, e dada à força expressiva que os comunistas possuíam na região metropolitana, as disputas sindicais se resumiam praticamente ao PSD e o PCB. Nas primeiras eleições após o fim do Estado Novo, os candidatos petebistas ao Senado obtiveram votações irrisórias. Mesmo lançando Getúlio Vargas como candidato, o PTB pernambucano foi ultrapassado até pelo PR, totalizando apenas 9.025 votos com seus dois candidatos.¹¹⁶ Para a Câmara Federal, recebeu apenas 2,4% dos votos e não conseguiu sufragar nenhum deputado, logrando eleger apenas um parlamentar para a Assembleia Legislativa de Pernambuco. Nos anos que se seguiram o desempenho eleitoral do PTB local começou a melhorar significativamente, acompanhando em parte seu crescimento nacional, elegendo três deputados federais no estado em 1954, entre eles Josué de Castro, conhecido intelectual que presidia o Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e havia publicado importantes trabalhos sobre a temática da fome.¹¹⁷ Chegando a ser o terceiro principal partido no estado, o PTB obteve o maior número de vereadores para as eleições municipais na capital

¹¹⁶ Seu outro candidato ao pleito, Segadas Viana, auferiu os inexpressivos 1.930 votos, ficando em último lugar. Getúlio Vargas obteve 7.095, muito atrás dos candidatos lançados pela UDN, PSD e PCB (PANDOLFI, 1984).

¹¹⁷ Os mais conhecidos foram *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951).

pernambucana em 1955, quando nasceu a Frente do Recife, elegendo também o vice-prefeito, João Vieira de Menezes, com o apoio do PTN e do PCB. E nas eleições de 1958, como integrante das Oposições Unidas, o PTB assegurou a eleição de seis deputados federais e 13 deputados estaduais, além do senador Antônio Barros de Carvalho, sendo o segundo partido mais votado no âmbito legislativo, perdendo apenas para o PSD¹¹⁸ (ibidem).

Justamente devido à sua pouca inserção social, o PTB pernambucano padecia, em grau ainda mais elevado, das mesmas máculas que caracterizavam o partido desde sua fundação. Aguiar (1993) salientou que, praticamente em todo o Nordeste, o PTB surgia das querelas entre o PSD e a UDN, e que em Pernambuco o partido só começou a exercer alguma influência na política local quando um grupo de dissidentes pessedistas ingressou em suas fileiras. Segundo ele, “a principal característica ideológica do partido em Pernambuco permaneceu indefinida, pois o PTB dependia primordialmente de egressos dos outros partidos, mesmo para suas lideranças” (ibidem, p.100). O autor citou ainda como exemplos o fato do usineiro José Lopes de Siqueira Santos, conhecido direitista, além do empresário José Ermírio de Moraes,¹¹⁹ proprietário do maior conglomerado industrial do país, terem se filiado e, conseqüentemente, se convertido em duas lideranças influentes do PTB pernambucano. No entanto, este caráter difuso e contraditório do partido não impedia que sua ala mais ligada ao sindicalismo possibilitasse o florescimento de lideranças de fato mais compromissadas com as reformas sociais e as demandas trabalhistas. Estes candidatos apoiavam de forma entusiasta a Frente do Recife e eram inclusive frequentemente apoiados pelo Partido Comunista, como veremos mais adiante.

Durante os governos pessedistas, o PTB sempre se manteve na oposição, inclinando-se diversas vezes no apoio à UDN. Neste sentido, o suporte oficial com que geralmente podiam contar os trabalhistas em sua inserção sindical não ocorria no estado. Desta forma, torna-se um fator ainda mais significativo para o partido em Pernambuco a aliança desenvolvida nacionalmente com o PCB. O apoio dos comunistas foi decisivo para que o PTB pernambucano pudesse conseguir crescer tanto

¹¹⁸ Obteve o maior número de deputados eleitos entre a coligação, contra apenas três da UDN e um do PSB. Entretanto, o PSD ainda conseguiu eleger mais deputados federais, com um total de 10 (PANDOLFI, 1984).

¹¹⁹ Ele que chegou a ser eleito senador pelo PTB pernambucano em 1962 (AGUIAR, 1993).

eleitoralmente como dentro dos sindicatos, vencendo as resistências dos sindicalistas governistas ligados ao PSD. Contudo, o PTB não possuía na região a exclusividade do apoio dos comunistas. Estes colaboravam com candidatos de vários partidos, desde que estivessem comprometidos com a plataforma nacionalista e democrática. Mesmo assim, muitos foram os candidatos do PTB que puderam contar com a ajuda pecebista. Para ilustrar melhor este aspecto reproduzimos o depoimento de Miguel Batista, sindicalista, membro do diretório regional do PTB e um dos vereadores eleitos por este partido em 1955, quando do surgimento da Frente do Recife:

Sempre tive nas minhas eleições que disputei o apoio dos comunistas, que era uma legenda que estava na ilegalidade, mas que sempre escolhia entre os candidatos dos diversos partidos aqueles, assim, mais vinculados aos interesses dos trabalhadores e do povo. **Nesse particular sempre tive a honra de receber o apoio dos comunistas** em todas as eleições que eu disputei no estado de Pernambuco (grifo nosso).¹²⁰

Como mostraremos logo abaixo, as deficiências existentes dentro do PTB não eram desconhecidas dos comunistas pernambucanos, conforme o relato de Paulo Cavalcanti sobre as disputas internas com o PTB dentro da Frente do Recife – mais especificamente sobre a possibilidade do PTB indicar o candidato da chapa popular às eleições para a Prefeitura do Recife, em 1959:

Os candidatos de Barros [de Carvalho, líder estadual do PTB] eram a sua imagem e semelhança; quer dizer, tinha os vícios do PTB, o empreguismo... Quer dizer, entregar a Prefeitura do Recife ao PTB daquela época era retalhar a Prefeitura, os Departamentos, o Instituto de Previdência, dar a cada elemento do PTB os cargos; os elementos do PTB eram os mais facinorosos possíveis; [...] Haviam uns tipos realmente muito comprometidos com a política. Quer dizer, com o que havia de pior na política. E então, houve uma resistência nata, de princípio, das Forças do Recife contra o PTB [...] o tipo de política que as lideranças do PTB faziam era o mais reprovável, era um negócio totalmente amoral, aético.¹²¹

Podemos assim observar como o caráter fisiológico do PTB não era desprezado pelos comunistas pernambucanos, mas dentro de sua tática de frente popular o PTB não era um aliado que poderiam desconsiderar, ainda mais levando em conta a dimensão de seu poder sindical e eleitoral no cenário nacional. O PCB compreendia bem como os partidos políticos brasileiros careciam de unidade política e ideológica, e que, portanto, era preciso edificar “amplas coligações eleitorais, que levem à vitória os nacionalistas e

¹²⁰ Miguel Batista. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 19/02/1987.

¹²¹ Paulo Cavalcanti. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 03/06/1982.

os democratas”, mas sendo “necessário ter em vista a composição de classe mais ou menos heterogênea dos partidos políticos brasileiros, sem, entretanto, estabelecer identidade entre eles.”¹²²

Das demais agremiações trabalhistas, podemos citar o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Partido Social Trabalhista (PST). O primeiro foi fundado ainda em 1945, mantendo a inspiração varguista característica do trabalhismo brasileiro. Abrigou os primeiros dissidentes do PTB – como o empresário Hugo Borghi – e possuía uma linha mais centrista, tendo pouca expressão nacional, praticamente se resumindo ao estado de São Paulo. Mais tarde, acolheu em suas fileiras o então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, que havia deixado o Partido Democrata Cristão (PDC), e encampou suas campanhas vitoriosas para o governo paulista e, posteriormente, para a presidência do país, disputando diretamente contra a coligação PSD-PTB, de Henrique Teixeira Lott e João Goulart. Chegou a eleger um deputado estadual em Pernambuco em 1958 e dois em 1962.

Já o PST foi fundado em 1946, também por egressos do PTB. Em 1947, Armando Mazzo, conhecido líder operário e militante comunista se elegeu prefeito da cidade de Santo André (SP), após a cassação do registro eleitoral do PCB. Ele e Manoel Rodrigues Calheiros, em Jaboatão, foram os primeiros prefeitos comunistas eleitos no Brasil. Todavia, Mazzo não conseguiu tomar posse, em virtude de uma decisão do TSE que invalidou as candidaturas do PST na cidade, devido ao fato de terem emprestado sua legenda ao PCB, que havia sido proscrito pela Justiça Eleitoral. A própria direção nacional do PST foi favorável a este desfecho.¹²³ De maneira geral, este partido teve pouca expressão nacional, mas em Pernambuco conseguiu alcançar triunfos consideráveis que, em grande medida, deveram-se principalmente ao apoio que lhe foi fornecido pela Frente do Recife, além do carisma do líder político Miguel Arraes, cuja legenda lhe foi cedida pelo dirigente do partido no estado, Barros Barreto, para disputar

¹²² Voz Operária. 22 mar. 1958.

¹²³ Foi deste modo que o próprio Armando Mazzo relatou o que ocorreu com ele e seus companheiros quando tentaram assumir seus cargos: “Então, no dia da nossa posse, com a presença de umas três mil pessoas, fomos impedidos de entrar. Não havia nem suplentes suficientes para nos substituir. Subi em cima de uma mesa para fazer um discurso e me deram voz de prisão. [...] Santo André foi transformada em uma praça de guerra com muita gente ferida. Fui preso durante uns oito ou dez dias e levei muita pancada...” Teoria e Debate. Jun. 1988. Para mais informações, acessar: <<http://imaginariosantoandre.wordpress.com/2011/04/27/o-primeiro-prefeito-comunista-do-brasil-era-de-santo-andre/>>

as eleições. Conforme nos contou José Maria, Barros Barreto e Miguel Arraes sempre mantiveram relações muito próximas com os comunistas e foram bastante importantes nos processos de articulação da Frente do Recife.¹²⁴ Foi com esta legenda que Miguel Arraes chegou à Prefeitura do Recife e ao governo de Pernambuco, sendo sempre apoiado pela Frente do Recife e, principalmente, pelo PCB. O PST teve no estado uma postura mais à esquerda que os trabalhistas do PTB, chegando a eleger oito deputados estaduais em 1958 e treze em 1962 (PANDOLFI, 1984). Entretanto, devido ao empréstimo da legenda para as personalidades influentes da Frente do Recife e até para o próprio PCB, é de se supor que a maioria destes deputados tivesse muito pouca ou nenhuma vida orgânica efetiva dentro do partido.

O Partido Socialista Brasileiro, como já foi falado anteriormente, teve suas origens ligadas à Esquerda Democrática e, antes disto, à UDN. Em decorrência disto, suas relações com o PTB eram muito escassas. A aproximação do PSB com as correntes trabalhistas ocorreu fundamentalmente em virtude do fortalecimento das pautas ideológicas de esquerda e de seu conteúdo reformista, bem como pela polarização política que foi se gestando ao longo dos anos 50. Foi devido à sua herança antivarguista que o PSB optou pelo apoio a Juarez Távora ao invés de Juscelino Kubitschek, nas eleições presidenciais de 1954. A base do PSB era muito débil no movimento operário e sindical, tendo pouca expressão nas massas populares. Segundo Antônio Bezerra Baltar, líder local do partido durante o período abordado, o PSB pernambucano possuía certa representatividade em setores da classe média progressista e um grande apoio na intelectualidade,¹²⁵ englobando políticos e personalidades favoráveis à implantação de um regime socialista por vias graduais e institucionais. Este caráter legalista do partido pode ser explicitado nos dizeres de Pelópidas da Silveira, político de destaque do partido e que foi prefeito do Recife e vice-governador do estado durante a gestão de Cid Sampaio. Segundo descreveu, o PSB “sempre defendeu que se chegue ao socialismo democraticamente. O que nós defendemos é o socialismo democrático, embora eu reconheça as dificuldades que há [...] mas não aceito a solução violenta, porque sempre defendi o socialismo com liberdade.”¹²⁶

¹²⁴ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 20/07/2014.

¹²⁵ Antônio Baltar. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 06/08/1984.

¹²⁶ Pelópidas Silveira. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 23/01/1985.

Esta posição não era, todavia, unânime entre os socialistas. Francisco Julião, primeiro deputado eleito pelo partido em Pernambuco, no ano de 1954, e líder influente das Ligas Camponesas, defendia que dificilmente a reforma agrária ocorreria por vias pacíficas, devido à resistência das classes conservadoras (PAGE, 1972). Embora não houvesse total consonância nos meios para se chegar ao socialismo, era consenso no partido as críticas em relação ao modelo tido como rígido e centralista adotado internamente pelo Partido Comunista, além das queixas – conforme salientado por Antônio Baltar – contra certas atitudes “sectárias” destes para com seus aliados.¹²⁷ Francisco Julião ainda foi mais severo, acusando o PCB de realizar leituras “mecânicas” e “dogmáticas” da realidade nacional, além de interferir na autonomia dos movimentos populares.¹²⁸

Como apontado por Antônio Baltar, o PSB “tinha pouca base, da massa, mas tinha um apoio na intelectualidade de Pernambuco muito grande, quase dominante”.¹²⁹ Corroborando com Baltar, Paulo Cavalcanti, membro do PCB, declarou que o PSB “tinha raízes, assim populares, uma linha de ação paralela à nossa, não se confundiam, mas se aproximavam, mas só de influências intelectuais, era um partido que não existia nas bases”.¹³⁰ Ainda segundo ele, enquanto os comunistas eram um “partido sem legenda”, os socialistas do PSB se resumiam a uma “legenda sem partido”.¹³¹ Neste sentido, a aliança com o PCB viabilizou aos socialistas pernambucanos poderem sair de seus restritos espaços acadêmicos e intelectuais, conseguindo assim atingir as camadas subalternas, alcançando votações significativas nas eleições disputadas na capital pernambucana, como nas eleições envolvendo o jornalista Osório Borba e o engenheiro Pelópidas da Silveira.

Em Pernambuco, o PCB e o PSB já se aliavam desde o início da redemocratização, na segunda metade da década de 40, possibilitando que, em âmbito local, a esquerda não apenas se manifestasse nos pleitos eleitorais como conquistasse significativas vitórias na capital. Nas palavras de Jaccoud (1990):

Essa aliança de comunistas e socialistas na cena política-eleitoral de Pernambuco, ainda que não se configurasse numa frente permeada por um

¹²⁷ Antônio Baltar. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 06/08/1984.

¹²⁸ Francisco Julião. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

¹²⁹ Antônio Baltar. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 06/08/1984.

¹³⁰ Paulo Cavalcanti. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 03/06/1982.

¹³¹ Idem.

projeto político ou mesmo pela possibilidade de se transformar numa alternativa de poder, sem dúvida constitui-se em importante, se não único canal de manifestação oposicionista às oligarquias dominantes. Canalizando a votação das classes populares urbanas, o PCB, e em menor escala o PSB, contribuíram expressivamente para a crescente inserção das classes dominadas no cenário político (p.83).

O PSB ainda conseguiu projetar uma grande liderança política no cenário local e nacional, o advogado Francisco Julião, que conforme já exposto mais acima, foi um dos líderes – convertendo-se, no final dos anos 50, no principal – das Ligas Camponesas, tendo também conseguido ser eleito deputado federal pelo PSB. Estes sucessos eleitorais do partido sempre se deviam ao carisma pessoal de determinadas personalidades, como Julião ou Pelópidas, ou ao forte poder de arregimentação eleitoral do Partido Comunista – geralmente, ambos combinados – que, mesmo na ilegalidade, conseguia obter uma significativa quantidade de votos na região metropolitana. Sem embargo, esta aliança entre o PCB e o PSB esteve longe de ser tão harmoniosa. Conforme sublinhado por Baltar, os comunistas se manifestavam, por várias vezes, demasiadamente “sectários”, e se aproveitando da “grande capacidade de trabalho junto à massa eles tratavam de eliminar os companheiros da luta e tirar proveito máximo para eles [...] mas isso não impediu que tivéssemos uma boa relação, altamente eficiente, com os comunistas.”¹³²

Por outro lado, os comunistas não nutriam grandes confianças para com os socialistas. Para Brayner (1989), o ponto central neste aspecto foi a acusação de que os comunistas utilizar-se-iam de forma instrumental de seus aliados táticos, denominando o autor de “cinismo revolucionário” as ressalvas que o PCB tinha sobre determinados membros do partido socialista, apontando-os como “elementos mais reacionários, policiais e agentes de Etelvino Lins, do tipo de Baltar, Glauco, etc., do PSB”¹³³ (LIMA apud Brayner, 1989, p.96). Estas divergências existiam no âmbito da Frente do Recife, evidenciando que, naturalmente, as relações entre os partidos que compunham a aliança

¹³² Antônio Baltar. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 06/08/1984.

¹³³ Documento escrito por um militante comunista que foi apreendido pela polícia e publicado em 1958 pela delegacia auxiliar em livro escrito pelos próprios policiais responsáveis pela repressão ao comunismo e combate ao PCB, como o então delegado do DOPS Álvaro da Costa Lima, sendo o principal responsável pela forte repressão que sofreu o Partido durante o ano de 1956, onde ocorreu inclusive a queda de seu Comitê Regional e centenas de militantes foram presos. Embora tenha sido citado por Brayner (1989), não pudemos comprovar a autenticidade deste documento, que mesmo que tenha sido verídico, não serve para generalizar a opinião do Partido sobre o tema. Ver mais em: *Aspectos da Atividade do Comunismo em Pernambuco* (LIMA; LIMA; SAMICO, 1958).

nem sempre eram amistosas. Todavia, é inegável que, principalmente o Partido Socialista e o Partido Comunista conformavam, nas palavras de Aguiar (1993), um polo que constituía:

A principal expressão da esquerda, tanto do ponto de vista ideológico como do eleitoral. Outras forças à esquerda do espectro político sempre se viram obrigadas a aceitar a liderança, ou mesmo a hegemonia, que aqueles partidos exerciam sobre os eleitores de esquerda, mesmo depois de o Partido Comunista ter sido proscrito (ibidem, p.113).

3.2. As Ligas Camponesas e os sindicatos rurais

O desenvolvimento da organização camponesa ocorreu em meio a uma agudização dos conflitos sociais no campo, derivados dos impactos econômicos ocorridos na zona açucareira do estado. A valorização do açúcar ao final da Segunda Guerra mundial e o acirramento da competitividade provocada pela grande expansão produtiva no sul do país faziam com que a disputa pelo mercado adquirisse conotações cada vez mais desesperadas para as classes produtoras pernambucanas (PAGE, 1972). Nos estados do Centro-Sul a produção se expandia com muito mais velocidade que no nordeste, devido à sua elevada mecanização e incremento tecnológico. Neste sentido, os usineiros pernambucanos necessitavam cada vez mais ampliar sua produtividade, o que amiúde ocorria à custa da expulsão dos camponeses das terras e da superexploração cada vez mais acentuada da mão de obra rural proletarizada, aproveitando-se da desorganização dos trabalhadores do campo – sobretudo se comparado aos trabalhadores da região metropolitana – e da omissão do Estado para com os direitos sociais dos camponeses, assim como sua conivência e ajuda direta na repressão a qualquer descontentamento que fosse de encontro aos interesses das camadas proprietárias (ibidem).

Além disto, o Estado frequentemente intervinha com políticas protecionistas e outros benefícios. Através do Instituto do Açúcar e do Alcool o governo federal amparava os proprietários, ajudando a sustentar a indústria canavieira nordestina e, conseqüentemente, permitindo a manutenção de “seus trabalhadores num estado de semi-inanição” (ibidem, p.38). É inegável que a mobilização das classes proprietárias, inclusive sua adesão ao Congresso de Salvação do Nordeste, tinham como objetivo a preocupação principal com seus interesses específicos, buscando canalizar a

sensibilidade das camadas médias e o sofrimento dos camponeses para conseguir angariar cada vez mais auxílios governamentais para contrabalancear sua insuficiência tecnológica dentro da disputa com os concorrentes do sul. Para Brayner (1989), esta “crise”¹³⁴ foi o fator fundamental – em conjunto com as rupturas internas entre o PSD e alguns “coronéis” do interior, após a morte de Agamenon Magalhães – para a formação da aliança entre a UDN e as classes oprimidas, formando as Oposições Unidas, devido à necessidade crescente do setor agroindustrial de utilizar o Estado para lhe conceder incentivos fiscais e modernizar a economia açucareira na região.

Esta perspectiva, não obstante parta de pressupostos corretos, relega a segundo plano o espetacular fortalecimento dos movimentos sociais durante o período, tornando possível a conformação de uma *aliança*, na verdadeira acepção do termo, e não simplesmente de uma adesão das esquerdas aos programas e posições udenistas, como alegou erroneamente o autor. Dentre estes movimentos em franca expansão e desenvolvimento, o movimento camponês foi sem dúvida o que, nas palavras de Soares (1982), “mais abalou as instituições políticas nacionais e mais pânico provocou nas classes dominantes [...] e mais questões colocou para as direções das classes populares” (p.111). Neste sentido, é possível evidenciar como a questão agrária no Brasil, longe de poder dividir parcelas significativas das classes dominantes, as unificava em torno de questões essenciais como o direito de propriedade e os temores de que agitações camponesas pudessem precipitar revoluções como as que ocorreram na China e em Cuba, onde a participação camponesa foi mais que decisiva para seus triunfos.

Como bem definiu o político Maurílio Ferreira Lima – que até por herança familiar compreendia bem como pensava a aristocracia pernambucana¹³⁵ –, “qualquer discurso em prol da reforma agrária” era entendido pelas elites locais como sinônimo de algo com “conotação altamente subversiva”, porque como ele bem resume, em Pernambuco não havia:

¹³⁴ Embora não concordemos que existisse concretamente uma crise econômica no setor, visto que entre 1946 e 1961 a produção de açúcar no Nordeste dobrou, cabe ressaltar que, no mesmo período a produção no sul do país decuplicou, e em 1960 a produção por hectare nesta região era cerca de 50% mais elevada que a do Nordeste (PAGE, 1972). Ainda que seja exagero falar em crise, entendemos que de fato se configurava em uma situação que despertava temores e incertezas entre a burguesia canavieira local.

¹³⁵ Filiado ao PTB e filho de proprietários que exerciam forte influência na cidade de Timbaúba, no interior de Pernambuco. Contudo, Maurílio era ligado às correntes de esquerda no estado, e defensor da reforma agrária, dissociando-se dos interesses tradicionais de sua família.

Nenhuma facção da classe dominante que pretendesse a reforma agrária como uma modernização. As classes dominantes aqui eram de tal maneira ligadas a propriedade rural, ligadas ao latifúndio, e um latifúndio sobretudo habituado a viver, não de uma produção racional, mas da administração de um crédito favorecido pela administração, pelo governo [...]. Então, a luta pela reforma agrária, numa sociedade como Pernambuco, ela chocou muito, abalou muito as classes dominantes, porque a quase totalidade das classes dominantes de Pernambuco são vinculadas à propriedade rural, e elas são vinculadas a uma propriedade rural que pouco mudou desde a época do império, desde a época dos escravos.¹³⁶

As Ligas Camponesas foram organizadas diretamente pelos comunistas logo após o fim do Estado Novo, como uma forma de mobilização social no campo devido às dificuldades impostas à sindicalização dos trabalhadores rurais. Todavia, esta tática encontrou fortes entraves depois da cassação do registro eleitoral do Partido e a repressão sistemática que se seguiu durante o governo Dutra. A atuação no campo arrefeceu significativamente, ficando restrita, conforme relatado por Clodomir Moraes, a algumas regiões como o interior dos estados de Goiás e Paraná, assim como na região rural do Recife, com a Liga Camponesa da Iputinga.¹³⁷

Em Pernambuco, o movimento camponês só começou a se reorganizar a partir de 1954 e 1955, tendo como ponto de partida a Liga da Iputinga, ligada ao PCB, e com a posterior fundação da Liga Camponesa da Galileia.¹³⁸ Diante da ameaça iminente de expulsão de suas terras, os camponeses foram buscar a ajuda do deputado e advogado Francisco Julião. A disputa entre os camponeses e o proprietário perdurou, segundo exposto pelo próprio Julião, estendendo-se até depois do Governo de Cid Sampaio – onde o terreno foi desapropriado em prol dos camponeses¹³⁹ – devido à problemática envolvendo a divisão das terras e o desfecho da questão.¹⁴⁰ Impulsionado pelo PCB, Julião se destacou e se tornou uma figura de renome nacional ligado à causa dos camponeses e da reforma agrária. Nelson Rosas Ribeiro, militante do movimento estudantil no período e membro da Juventude Comunista (ligada ao PCB), afirmou que Julião “soube encarnar, ou personificar todas aquelas aspirações dos camponeses [...] [se convertendo] em líder incontestável do movimento e da organização das Ligas

¹³⁶ Maurílio Ferreira Lima. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 22/02/1985.

¹³⁷ Clodomir Moraes. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 25/11/1982.

¹³⁸ Criada com a denominação de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP), inicialmente funcionava como uma sociedade de ajuda mútua entre os moradores do engenho, localizado na cidade de Vitória de Santo Antão, cerca de 50 km de distância de Recife.

¹³⁹ Este assunto será analisado mais pormenorizadamente no capítulo IV, nas páginas 136 e 137.

¹⁴⁰ Francisco Julião. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

Camponesas”.¹⁴¹ Segundo Gregório Bezerra, o PCB teve uma contribuição significativa neste aspecto, realizando “muitas promoções da sua figura para o movimento nacional das Ligas”.¹⁴² De acordo com José Maria, Julião só foi eleito deputado estadual pela primeira vez, em 1954, devido ao apoio do PCB. Os candidatos comunistas, mesmo inscritos por outras legendas, eram frequentemente vetados pela Justiça Eleitoral, fazendo com que o Partido muitas vezes apoiasse os candidatos mais progressistas e que melhor pudessem contribuir na luta popular.

Foi isso que fizemos com Julião [...]. Neste caso nós vamos lançar toda essa votação em cima de Julião. Julião era um advogado novo, que estava começando e estava atuando no campo. Então vamos jogar a votação nele. De maneira que ele foi bem eleito, bem votado. E outra mágoa que nós temos, é que ele nunca disse isso¹⁴³ [...]. Foram os comunistas que carregaram a campanha dele [...]. Primeira vez que foi candidato a deputado estadual. Porque a gente precisava de uma voz para defender os presos políticos quando eram presos pela polícia.¹⁴⁴

Segundo Clodomir Moraes, Julião teria sido escolhido pelo PCB, que o promoveu, mas, por outro lado, o Partido também teria sido bastante ajudado por este, ao menos na fase inicial de expansão das esquerdas na zona rural. Sendo assim, os comunistas foram:

Buscar um aliado [...] [e que queria] arrumar prestígio. Seu pai era latifundiário; ele é socialista, um homem honesto que quer uma transformação. Enfim, um cara bom, já envolvido nos movimentos pela paz e pela legalidade, etc. Além do mais é um excelente advogado, sabe Direito Civil, eu não sei [...]. Julião tomou a sério a proposta. Estava encontrada a personalidade da organização camponesa, que iria mais tarde se transformar na figura central do movimento camponês e permitir que o Partido fosse, a cada dia, ampliando sua estrutura no setor camponês. Isso funcionou na Zona da Mata, sobretudo nas posteriores eleições da Frente do Recife.¹⁴⁵

Já em 1954, buscando reforçar seus intentos de retomar e ampliar seus trabalhos de mobilização no campo, os comunistas criaram a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Antes da fundação da entidade propriamente dita, o PCB realizou vários encontros e conferências preparatórias, como as duas Conferências Nacionais de Trabalhadoras Agrícolas – sendo na segunda criada

¹⁴¹ Nelson Rosas. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 01/08/1985.

¹⁴² Gregório Bezerra. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/05/1982.

¹⁴³ Segundo o próprio Julião, este teria recebido com enorme incredulidade sua eleição para deputado em 1954, afirmando na ocasião que: “não é possível, essa coisa não se faz por milagre”. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

¹⁴⁴ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

¹⁴⁵ Clodomir Moraes. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 25/11/1982.

oficialmente a ULTAB –, além do Congresso Nordestino de Trabalhadores Rurais, realizado na cidade de Limoreiro,¹⁴⁶ interior de Pernambuco. As Ligas camponesas foram criadas em decorrência destes intentos, a partir de uma opção tática delimitada diretamente pelo PCB no sentido de assegurar a aliança operário-camponesa, essencial para a estratégia revolucionária do Partido de revolução agrária antiimperialista e antifeudal. As Ligas se desenvolveram ajudadas também pela expansão das ideias desenvolvimentistas no governo JK, e pelo avanço das ideias nacionalistas e das temáticas regionais, disseminadas, em especial, no Congresso de Salvação do Nordeste. Logo em seguida ao respectivo conclave, ocorreu o I Congresso Camponês em Recife, em setembro de 1955, criando a diretoria estadual das Ligas Camponesas e definindo sua estrutura interna (JACCOUD, 1990). Este encontro contou com a participação de cerca de três mil camponeses, que desfilaram pelas ruas de Recife, marcando concretamente a entrada desta classe na cena política local. Para a presidência do congresso camponês foi eleito José Ayres dos Prazeres,¹⁴⁷ da Galileia, mas que também já havia dirigido a Liga Camponesa da Iputinga, demonstrando de fato o papel desta última como ponto de partida para a grande expansão do movimento no estado.

No congresso, a estrutura orgânica e os estatutos da organização são delimitados, favorecendo a expansão de outras Ligas quando já filiadas à entidade estadual. Segundo Clodomir Moraes, que foi dirigente das Ligas Camponesas, e inicialmente ligado ao PCB, Prazeres também havia pertencido ao Partido e era ainda de certa forma ligado a este, e devido a sua grande capacidade como líder camponês provada na Liga Camponesa da Iputinga, foi orientado diretamente pelos comunistas para a criação da SAPPP, demonstrando que sua criação naquele período não partiu de uma ação espontânea como a historiografia tradicionalmente aponta, mas sim a partir de uma ação coordenada e planejada pelo Partido Comunista.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Conforme apontado por Moraes, este congresso não transcorreu normalmente, devido à forte repressão imposta pelas autoridades policiais. De acordo com ele, “a polícia estava muito prevenida e a fim de impedir a sua realização. As delegações chegaram, mas não pôde ser realizado totalmente e a resposta teve que ser dada em Goiana, depois, com manifestações.” Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 25/11/1982.

¹⁴⁷ Embora alguns autores, como Jaccoud (1990), tenham afirmado que José dos Prazeres havia sido eleito como presidente da direção estadual das Ligas, Francisco Julião contestou esta versão, afirmando que o mesmo havia sido eleito presidente do congresso, e não das Ligas Camponesas. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

¹⁴⁸ Clodomir Moraes. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 25/11/1982.

Ainda de acordo com Moraes, as propostas principais das Ligas não estavam completamente elaboradas, principalmente a de reforma agrária. Segundo disse, “as Ligas não tiveram tempo de criar um instituto de pesquisa [...] de modo que não havia um modelo, mas era um princípio. A Liga pregava a distribuição da terra para os camponeses sem terra”.¹⁴⁹ Não obstante, lutava também por suas pautas mais imediatas, como “satisfazer as necessidades técnicas e eliminar as formas indiretas de exploração da terra. Consistia em acabar com o foro, com o cambão, e [conseguir] uma extensão da legislação laboral aos trabalhadores agrícolas.”¹⁵⁰

Com forte e decisivo impulso do PCB, as Ligas começaram sua expansão em Pernambuco, tendo um grande salto a partir da vitória obtida pelos camponeses do Engenho Galileia. Esta êxito, fortemente propagado pelas esquerdas entre as massas urbanas e rurais, demonstrou claramente que a mobilização e organização dos camponeses poderia sim dar frutos e ganhos imediatos, vencendo os receios e temores que possuíam em decorrência da repressão e crueldade contínua praticada pelos proprietários¹⁵¹ – com a conivência e apoio das autoridades policiais do estado –, diante daqueles que ousavam reivindicar melhores condições de trabalho e de vida.

No entanto, começaram a haver algumas divergências táticas entre Francisco Julião e boa parte dos comunistas que atuavam junto às Ligas, e o Comitê Estadual do Partido, a partir das concepções sobre o sindicalismo rural e a tática adotada referente aos métodos e bandeiras principais de luta. A posição que podemos considerar como “majoritária” dentro do PCB defendia que, com a maior liberdade de atuação e flexibilidade governamental, era preciso organizar sindicatos rurais, sendo este a expressão mais elevada de organização dos trabalhadores, além de ser mais abrangente e condizente com o avanço do desenvolvimento capitalista no campo. Além disto, acreditavam que no movimento camponês, as bandeiras principais deveriam ser a luta por conquistas imediatas e passíveis de serem alcançadas em curto prazo, como a expansão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais e a garantia de direitos básicos aos camponeses contra despejos e truculências policiais ou dos proprietários.

¹⁴⁹ Clodomir Moraes. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 25/11/1982.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Como prova deste avanço, foi organizado em Recife em 1958 o I Congresso dos Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco, com a presença de cinco mil delegados, conforme exposto por Francisco Julião. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

Segundo Ivo Valença, dirigente do PCB, “as Ligas Camponesas foram um trabalho quase nosso, iniciamos. Depois fomos descobrindo que nas próprias leis, do próprio regime, existiam condições mais amplas que era a sindicalização.”¹⁵² Segundo ele, Julião reagiu porque queria continuar como único líder do movimento camponês. Sintetizando, Ivo Valença considerava que os sindicatos eram “um passo muito mais avançado que as Ligas Camponesas”,¹⁵³ que era a posição do PCB no período. Gregório Bezerra, que lutou ativamente na construção tanto das Ligas, inicialmente, como dos sindicatos rurais, também forneceu mais detalhes acerca da posição hegemônica dentro do PCB:

As Ligas lutavam mais pela reforma agrária que era a reivindicação específica dos trabalhadores, mas não tinham condições de dar uma assistência à massa trabalhadora. Ao passo que o sindicato é uma organização de massa mais elevada do que qualquer outra [...] fora disso só o Partido Comunista. Portanto, os sindicatos, principalmente naquele período, eram muito poderosos, davam uma assistência eficiente aos trabalhadores [...]. Por isso se agigantaram e muitos elementos das Ligas Camponesas deixaram elas e foram para os sindicatos rurais, porque eles ofereciam mais.¹⁵⁴

Por sua vez, os partidários das teses de Julião e de outros dirigentes das Ligas defendiam que as mesmas expressavam posições mais autônomas, e que os sindicatos tendiam a atrelar as lutas de classe no campo às vicissitudes da institucionalidade governamental. Ainda indo de encontro às posições pecebistas, argumentavam que a luta pela terra, e pela reforma agrária radical - nem gradativa e nem parcial, sendo estas, portanto, incapazes de suprimir completamente o latifúndio – deveriam ser as principais pautas e palavras de ordem capazes de unificar a massa camponesa, preparando-a para conquistar seus objetivos sem depender ou esperar nada dos governos.¹⁵⁵ Resumindo as posições críticas acerca da atuação dos comunistas por parte dos principais dirigentes das Ligas Camponesas, Julião assim se expressou sobre o PCB e sobre a ULTAB:

Não conheci uma só dirigente da ULTAB que fosse camponês [...]. Só a Liga Camponesa de Pernambuco congregou muito mais camponeses do que a ULTAB em todo Brasil, que tinha o jornal, uma máquina, mas não chegou

¹⁵² Ivo Valença. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 06/06/1986.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Gregório Bezerra. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/05/1982.

¹⁵⁵ Apesar desta descrença nas vias institucionais, as Ligas não deixavam de atuar nas esferas legais, sendo o próprio Francisco Julião deputado federal, acionando frequentemente os poderes judiciais e legislativos para assegurar medidas em prol dos camponeses, como a disputa envolvendo o Engenho Galileia. Além do fato de que era objetivo de Julião e de outros líderes das Ligas a criação de um partido agrário, sendo este capaz de melhor lutar, pelas vias legais e políticas, pela aprovação da reforma agrária e de outras leis e ações que beneficiassem as camadas rurais menos favorecidas.

até o camponês por causa do sectarismo, da forma como o Partido [PCB] o conduzia. Todo mundo estava percebendo que a ULTAB não era mais que um apêndice do Partido Comunista, que pretendia chegar ao campo através desta organização e não chegou, porque ela estava completamente fora da realidade, da cultura e da vida dos camponeses [...]. Realmente os comunistas não tiveram um papel destacado, nem predominante na luta pela organização do camponês brasileiro.¹⁵⁶

Estas divergências se acentuaram especialmente após a realização, em 1961, do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em Belo Horizonte, onde as teses das Ligas de reforma agrária radical foram aprovadas, apesar da resistência enérgica do PCB e da ULTAB. Como frisado por Gregório Bezerra, paralelamente outros atores começaram a atuar dentro do movimento camponês, como a Igreja Católica, através do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE),¹⁵⁷ a POLOP¹⁵⁸ e alguns jovens militantes de matriz trotskista.¹⁵⁹ O despertar do movimento camponês passou a preocupar até mesmo o governo norte-americano, sobretudo após a Revolução Cubana em 1959. Dentro da tática de frente ampla adotada pelo PCB, os comunistas tentaram na medida do possível buscar a união com estes setores, mas esbarraram muitas vezes nas distintas concepções políticas e ideológicas, especialmente no que tange ao posicionamento do Partido – bastante contestado pelas Ligas e por outras agremiações mais à esquerda da linha oficial pecebista – a respeito de se procurar evitar acirrar os conflitos de classe de uma forma que pudesse vir a prejudicar a unidade dentro da frente popular. Ainda segundo Bezerra, o radicalismo das Ligas Camponesas derivava de uma percepção equivocada da realidade, imaginando seus dirigentes que poderiam iniciar a revolução contando unicamente com eles próprios, partindo do campo para a cidade,¹⁶⁰ proposição que foi categoricamente admitida por Francisco Julião, que alegava que “a maior quantidade de habitantes está constituída por

¹⁵⁶ Francisco Julião. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

¹⁵⁷ Por meio do SORPE, criado em 1961, a Igreja Católica procurou intervir decididamente na Organização dos Camponeses em Pernambuco, projetando lideranças e atuando a partir de uma intervenção paroquial direta, como nos casos do Padre Crespo e do Padre Melo. Segundo Jaccoud (1990), o SORPE “procurou diminuir a importância e o impacto da campanha pela reforma agrária, dando apoio, basicamente, às reivindicações trabalhistas” (p.49). Neste sentido, o sindicalismo rural cristão contrastava muito mais com as posturas das Ligas Camponesas do que com as posições da ULTAB e do PCB.

¹⁵⁸ A Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (POLOP), criada em janeiro de 1961 com jovens dissidentes do PSB e da Mocidade Trabalhista (juventude ligada ao PTB). Em Pernambuco, teve pouca influência na política local durante o período estudado, se fortalecendo nos anos imediatamente anteriores e posteriores ao golpe burguês-militar de 1964.

¹⁵⁹ Gregório Bezerra. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/05/1982.

¹⁶⁰ Idem.

trabalhadores do campo”.¹⁶¹ Os comunistas contra-argumentavam replicando que – nas palavras de Gregório Bezerra –, “nenhum partido, por bem organizado que fosse [...] não faria uma revolução vitoriosa. Era necessário a participação não só da classe operária como também de todas as forças progressistas e democráticas, e que as Ligas Camponesas não podiam fazer a revolução sozinhas.”¹⁶²

Jáder Figueiredo de Andrade, economista que trabalhou na SUDENE, apresentava a polêmica dentro do ponto de vista dos intelectuais ligados ao desenvolvimentismo, concordando em praticamente todos os aspectos essenciais com as ideias adotadas pelo PCB:

Nas reuniões com Julião, nós explicávamos a ele que a proposição da Liga Camponesa era uma posição arcaica, para uma zona que estava num processo de desenvolvimento capitalista, e que a proposição dele, da Liga Camponesa, era justa para aquelas áreas de relações de produção arcaicas, como era na zona da própria cana em Vitória de Santo Antão e outras partes, onde a Liga era forte [...] porque lá não pagava salário, não tinha relações assalariadas, mas sim eram relações de condição, era o cambão; e aí, onde predominava este tipo de relações de produção, a vigência da Liga era, naturalmente, a organização mais adequada para combater este tipo de relação de produção que prejudicava os camponeses; E aí o problema da reivindicação da terra, terra para o camponês como palavra de luta, aí ela tinha vigência; mas terra para o camponês, numa região como a Zona da Mata de assalariados, aí não tinha vigência, porque eles sabiam que não era através da terra que eles podiam melhorar as suas condições e sim da organização sindical.¹⁶³

De acordo com Soares (1982), a ULTAB não conseguiu exercer grande influência no Nordeste, onde prevaleciam justamente as relações de trabalho não capitalistas. Discordando da afirmativa anterior, o autor sublinhou que o PCB apenas teve uma contribuição inicial na formação das Ligas, sendo incapaz de conseguir liderar o movimento camponês a partir das “rígidas” estruturas sindicais. Em suas análises, houve uma transferência do foco das lutas do plano institucional para a luta aberta das massas, que ocorreu devido à própria estrutura latifundiária, incapaz de admitir qualquer concessão social ao campesinato.

Para Brayner (1989), as convicções das Ligas e do PCB eram ambas reformistas, visto que ele, o autor, analisava a defesa da reforma agrária unicamente de seu ponto de vista econômico, desconsiderando sua empregabilidade como forma de conscientizar e

¹⁶¹ Francisco Julião. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

¹⁶² Gregório Bezerra. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/05/1982.

¹⁶³ Jáder de Andrade. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 18/04/1990.

mobilizar a massa camponesa por seus direitos sociais e políticos. Contudo, ele salientou que, embora não em princípios, as Ligas e o PCB tiveram divergências categóricas no que concerne à tática e as formas de luta. Enquanto o PCB defendia um acúmulo de ganhos parciais dentro da legalidade, subordinando a luta camponesa ao seu projeto político, as Ligas adotariam métodos mais radicais e a defesa da principalidade da questão agrária na luta revolucionária. Jaccoud (1990), por sua vez, apesar de ter admitido que os sindicatos e as Ligas disputassem abertamente os espaços políticos no campo, discordou de Soares no que se refere à força de aglutinação dos sindicatos rurais, enfatizando que estes se fortaleceram e que aos poucos foram conquistando uma “indiscutível hegemonia dentro do movimento camponês em Pernambuco” (p.45).

Sem embargo, entendemos que diferentemente do que destacaram os autores abordados, as posições entre as Ligas e os sindicatos rurais não eram absolutamente discrepantes, e suas convivências estiveram longe de ser sempre conflituosas. É preciso observar que as Ligas eram compostas de várias correntes, assim como os sindicatos rurais. Muitas vezes a rivalidade existente era muito mais ideológica entre alguns grupos ligados às Ligas e entre alguns sindicatos ligados a outros grupos políticos. O desentendimento entre as Ligas e os sindicatos rurais, portanto, nada mais era que apenas uma consequência circunstancial das divergências políticas e ideológicas entre o PCB – e suas posições institucionalistas e legalistas oriundas, sobretudo, da *Declaração de Março* de 1958 – e as outras agremiações de esquerda mais radicais.

Clodomir Moraes, que foi encarregado pelo PCB de atuar junto às Ligas Camponesas e terminou sendo expulso do Partido por assumir posições contrárias às diretrizes pecebistas, afirmou taxativamente que as Ligas “sempre foram dirigidas pelos comunistas”. Para ele, os desacordos não foram entre “as Ligas e o Partido, porque eles eram uma coisa só. Houve uma separação entre os diferentes enfoques dos comunistas que trabalhavam dentro das Ligas e os que não trabalhavam”.¹⁶⁴ Defendendo seu ponto de vista, argumentou que a relação de oposição entre Ligas e sindicatos rurais – em grande parte assimilada pela historiografia – não correspondia à realidade. Segundo exemplificou, o presidente do sindicato rural de Palmares¹⁶⁵ pertencia às Ligas e era apoiado pelo PCB. Alegou também que muitas vezes um membro do PCB dirigia um

¹⁶⁴ Clodomir Moraes. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 25/11/1982.

¹⁶⁵ Este sindicato chegou a ter, até o golpe burguês-militar em 1964, 45.000 filiados (JACCOUD, 1990).

sindicato e que também era auxiliado pelas Ligas. Ainda de acordo com Moraes, a divergência entre eles só começaria a ocorrer somente a partir do V Congresso do PCB, em 1960, onde a tese defendida pelos comunistas que militavam dentro das Ligas foi derrotada, mas que este fato não teria significado grandes fricções entre os comunistas que atuavam nas Ligas e os que não atuavam.¹⁶⁶ Esta tese, segundo Jaccoud (1990), refletia a decisão do PCB de dar prioridade aos sindicatos, aos assalariados e semi-assalariados e, por conseguinte, às lutas em defesa das conquistas imediatas e dos direitos sociais e trabalhistas, afastando-se das posições mais ligadas às influências da Revolução Cubana, da reforma agrária radical e da não subordinação da luta contra o latifúndio à luta antiimperialista e ao projeto revolucionário de caráter nacional e democrático.

Discordamos, porém, da afirmação de que as Ligas e o PCB eram “uma coisa só”, como foi declarado por Clodomir Moraes, nem tampouco concordamos com a subestimação das divergências existentes que foram se gestando entre a direção das Ligas e o PCB, já abordadas neste trabalho. Contudo, corroboramos que não se pode atribuir uma oposição tão rígida como costuma ser realizada entre as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais, entendendo que as opiniões dissonantes existentes relacionavam-se muito mais aos projetos políticos e ideológicos defendidos em níveis partidários, envolvendo os que concordavam com as análises e atuações do PCB e dos demais segmentos hegemônicos do movimento nacionalista, e os que delas dissentiam, adotando posições mais radicais e menos conciliatórias com as classes mais conservadoras e com os limites da ordem legal e institucional.

Por fim, tal como nos foi exposto por Moraes, as Ligas Camponesas tiveram uma vinculação profunda com a frente popular, a despeito de sua força corresponder mais como um grupo de pressão do que do ponto de vista eleitoral.¹⁶⁷ As Ligas ajudaram na vitória de Cid Sampaio em 1958, conforme relatado por Francisco Julião, apoiando o candidato usineiro com base na promessa de se pôr um fim definitivo à repressão policial no campo.¹⁶⁸ Embora não tenha podido colaborar tanto na arregimentação eleitoral, devido ao elevado índice de analfabetismo na zona rural do estado, as Ligas contribuíram no pleito na medida em que quebraram os controles coronelísticos,

¹⁶⁶ Clodomir Moraes. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 25/11/1982.

¹⁶⁷ Clodomir Moraes. Entrevista concedida ao autor em 25/08/2011.

¹⁶⁸ Clodomir Moraes. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 25/11/1982.

abrindo o caminho para que a população interiorana obtivesse maior sentido de autonomia no processo eleitoral (SOARES, 1982). Sintetizando, Moraes enfatizou este papel, afirmando que: “o movimento camponês ajudou a criar e a dirigir a frente popular. Permitia que a frente popular do Recife não se limitasse às fronteiras do município, senão que se estendesse pelo Grande Recife, que ainda hoje é agrícola, pela parte sul.”¹⁶⁹

3.3. O sindicalismo urbano

O sindicalismo brasileiro durante o fim dos anos 50 e início dos anos 60 teve uma profunda marca oficialista, como já abordamos, atrelado ao Ministério do Trabalho e à herança getulista. Entretanto, esta situação de relativa dependência contrastava com o avanço do movimento nacionalista, assim como da ala reformista do PTB e a respectiva aproximação deste partido com o PCB. Neste último aspecto, entendemos que a aliança entre estes dois partidos teve, no âmbito do movimento sindical, tanto sua expressão primeira como a de maior significância para o cenário político nacional.

Depois da cassação do registro eleitoral do PCB e da repressão desencadeada sobre o movimento sindical autônomo,¹⁷⁰ os comunistas se voltaram para a construção de sindicatos paralelos, rejeitando completamente a cooperação com os sindicatos oficiais getulistas. Esta posição foi expressa nos manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950.¹⁷¹ Porém, as novas diretrizes encontraram muita dificuldade para serem assimiladas pelas bases partidárias. Foi especialmente sua base sindical que resistiu à aplicação de uma linha política que considerava os setores trabalhistas e getulistas, de maneira generalizante, como “pelegos” e inimigos do movimento operário. Conforme analisado por Santana (2003), foi por pressão direta dos segmentos sindicais do Partido que o Comitê Central do PCB convocou um ativo sindical em julho de 1952, que embora mantivesse a mesma análise no que tange à política nacional, mantendo total oposição a Getúlio Vargas, então na presidência da república, preconizava o retorno às

¹⁶⁹ Clodomir Moraes. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 25/11/1982.

¹⁷⁰ Neste aspecto, podemos destacar as investidas suscitada pelo governo Dutra, que interveio em mais de 143 sindicatos (de um total de 944 oficialmente registrados), banindo a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) (SKIDMORE, 1982), além do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), ambos fundados e dirigidos pelos comunistas.

¹⁷¹ Os impactos destes documentos para a orientação partidária foram abordados no capítulo II, nas páginas 62 e 63.

estruturas sindicais oficiais, defendendo a unidade da classe trabalhadora nas lutas pelas suas reivindicações mais imediatas. Para esta nova orientação contribuiu o fim dos atestados ideológicos no movimento sindical, em lei sancionada pelo presidente Vargas em maio, dois meses antes do ativo sindical comunista.¹⁷²

Acreditamos que as motivações principais para a resistência das bases sindicais às posições mais sectárias aprovadas no período pós-ilegalização do PCB deveram-se justamente às dificuldades de sua implementação prática, além das nítidas consequências negativas para o conjunto do trabalho sindical do Partido. Grande parte das massas proletárias que lutavam pelos seus direitos enxergava os trabalhistas como aliados importantes, além da figura mítica de Getúlio como referência simbólica, e a oposição sistemática do PCB a ambos prejudicava bastante sua inserção nas lutas dos trabalhadores, encontrando forte relutância até mesmo dos próprios militantes pecebistas ligados às lutas sindicais. Com a volta do PCB aos sindicatos oficiais e a progressiva aliança tática com as correntes progressistas do PTB – que cada vez mais se fortaleciam dentro de seu partido –, os resultados começariam logo a se fazer sentir, e já no ano seguinte ambos participaram e dirigiram de forma coordenada a greve geral dos 300 mil em São Paulo, em 1953, e que gerou como consequência o Pacto de Unidade Intersindical (PUI)¹⁷³ (DELGADO, 2011). Os comunistas e trabalhistas, contudo, não se limitariam aos sindicatos oficiais, fomentando a criação de estruturas intersindicais que floresceram em conjunto com o desenvolvimento do movimento operário. Desta forma, ao participarem dos sindicatos oficiais, os comunistas contribuíram no diálogo e no convencimento de amplas parcelas combativas da classe obreira acerca das próprias limitações dos organismos sindicais oficiais, fazendo com que vários trabalhadores mais engajados apoiassem as iniciativas de construção de associações para além do sindicalismo vinculado ao Ministério do Trabalho.

Para o presidente do Sindicato dos Comerciários, João Barbosa de Vasconcelos – que era um sindicalista independente, embora partícipe do movimento nacionalista –, a finalidade central destas entidades paralelas consistia em “agrupar não apenas as classes, de um modo geral, mas sobretudo, os dirigentes sindicais [...] mais com fins

¹⁷² Ver página 94.

¹⁷³ Em 1961, outro compromisso entre os partidos foi gestado, atendendo especialmente as categorias do serviço público, gerando o Pacto de Unidade e Ação (PUA).

políticos que propriamente administrativos sindicais.”¹⁷⁴ Segundo ele, os sindicalistas “autênticos” eram acusados de subverter a ordem, sendo muito difícil de manterem-se na estrutura oficial sem uma ampla reforma na organização sindical brasileira. A resolução dos sucessivos congressos de várias categorias de trabalho, conforme destacou, era em prol da luta por autonomia sindical: “foi quando as classes, por sua independência, começaram, como nos idos de 50, a criar as organizações paralelas que tinham independência em suas administrações”.¹⁷⁵

A síntese de João Barbosa demonstra como as entidades paralelas, à margem do sindicalismo oficial e “pelego”, não foram estimuladas apenas pelos comunistas, mas derivavam também de um entendimento mais amplo de determinados setores sindicais em função de suas experiências reais de luta. Para ele, foi o sindicalismo tutelado pelo Ministério do Trabalho, e não suas entidades paralelas, o responsável por incitar a divisão no movimento sindical:

A organização sindical legalista, por assim dizer, atida à legislação propriamente dita, privatizada, do Ministério do Trabalho, sujeita àqueles ditames da aprovação de contas, das eleições em períodos certos, da condição de atestados de ideologias para concorrer a pleitos [...] foi o que causou a maior disparidade e divisionismos no seio dos trabalhadores brasileiros.¹⁷⁶

Organizando comissões de fábrica e conselhos sindicais nas empresas, os comunistas e os trabalhistas foram construindo uma unidade capaz de, se não extinguir, ao menos relevar a segundo plano as rivalidades que marcaram o início da atuação de ambos dentro do movimento operário no pós-guerra. O crescimento e radicalização da ala reformista dentro do PTB, e a reformulação da linha política do PCB que apontou para posições mais moderadas e legalistas, ambas levadas a cabo no decorrer dos anos 50, além da expansão do movimento nacionalista durante o período, contribuíram decisivamente para solidificar esta unidade, garantindo para estas duas agremiações a hegemonia da maior parcela do movimento sindical brasileiro, além de sua elevação a um novo patamar, capaz de influenciar consideravelmente os rumos políticos do país nos anos subsequentes.¹⁷⁷ Nas palavras de Paulo Cavalcanti:

¹⁷⁴ João Barbosa. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 30/10/1985.

¹⁷⁵ Idem.

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Santana (2003) sublinhou que a aliança envolvendo o PCB e os setores progressistas do PTB chegou a dirigir quatro das seis principais confederações existentes – dos trabalhadores na indústria (CNTI); nos

Nós lutávamos contra dois adversários dentro do movimento sindical, o pelego representando o Ministério do Trabalho e o patrão. Mesmo assim nós tínhamos influência, elegíamos. Não elegíamos candidato comunista, para ser presidente de sindicato, era muito difícil chegarmos a tê-lo; mas nós fazíamos aliança com o PTB, participávamos da chapa, e em cargos, eles nos davam secretarias, vice-presidências e tal. Esse era o quadro daquela época.¹⁷⁸

Outra corrente sindical relevante foi o Janismo,¹⁷⁹ que apesar de ser inicialmente ligada ao trabalhismo, passou posteriormente a se defrontar com a aliança PCB-PTB. Segundo Benevides (1976), o movimento janista, que nasceu durante o governo JK, conseguiu “ameaçar seriamente” o bloco PCB-PTB, chegando a ter quatro dos dez dirigentes na greve dos 400 mil em São Paulo, ocorrida no ano de 1957. Também a Igreja Católica, tal como no campo, procurou inserir-se no movimento proletário, através da Ação Católica Operária (ACO) e da Juventude Operária Católica (JOC), embora não tenha conseguido imprimir uma atuação de maior envergadura neste setor (JACCOUD, 1990).

Durante a presidência de Juscelino Kubitschek, a aliança sindical entre PCB e PTB foi estruturada em nível de governo, priorizando ambos os partidos a busca pela estabilidade social – para não favorecer os segmentos golpistas de direita –, apesar das greves terem se desencadeado no decorrer do mandato de JK devido à crescente queda do salário real dos trabalhadores e ao aumento da carestia de vida. O avanço acelerado da industrialização e da urbanização contribuiu para um grande impulso na sindicalização, através da considerável ampliação do número de trabalhadores urbanos, principalmente os de operários industriais (DELGADO, 2111). Segundo Benevides (1976), o PCB procurava não agravar naquele momento os conflitos de classe, principalmente no âmbito da indústria nacional, buscando não inviabilizar seu projeto de aliança com a burguesia. Somando-se a este fator, é preciso sublinhar que, durante os primeiros anos do governo desenvolvimentista, os comunistas avaliavam que a instabilidade política anterior à posse de JK não estava ainda superada, sendo necessário lutar para defender e consolidar o regime democrático e evitar ações que pudessem precipitar um intento golpista ou o recrudescimento de uma escalada repressiva contra os setores mais ativos do movimento operário e popular.

estabelecimentos de créditos (CONTEC); dos marítimos, fluviais e aeronáuticos (CNTMFA); e a dos trabalhadores na agricultura (CONTAG).

¹⁷⁸ Entrevista consultada no arquivo FUNDAJ.

¹⁷⁹ Corrente ligada a Jânio Quadros, que foi governador de São Paulo e depois presidente da República, renunciando ao cargo em agosto de 1961.

Em Pernambuco, como relatado pelo sindicalista Miguel Batista, o movimento sindical começou a se reestruturar entre os anos 50 e 52, depois da opressão e perseguição generalizada ocorrida durante o governo Dutra, vencendo as barreiras do sindicalismo atrelado ao governo pessedista.¹⁸⁰ O marco de ressurgimento das lutas trabalhistas foi a greve dos operários das indústrias têxteis na Região Metropolitana do Recife – paralisando por volta de 37 mil trabalhadores e 22 fábricas, abrangendo oito cidades no estado (JACCOUD, 1990). Segundo Socorro de Abreu e Lima (2004), a mobilização foi intensa, chegando a ocorrer uma passeata no Recife com cerca de dez mil operários grevistas. O movimento terminaria aparentemente vitorioso, com a promessa dos patrões em aceitar as reivindicações da categoria, que incluía um aumento de 50% no salário. Contudo, não houve nenhum acordo escrito e muitas fábricas negaram-se a pagar o aumento combinado, além de perseguir e demitir muitos trabalhadores que se envolveram com o movimento paredista.

Com a eleição de Pelópidas e a chegada ao governo municipal da Frente do Recife, o movimento operário mais progressista começou a conquistar os espaços antes dominados pelos sindicalistas associados ao governo estadual. Para Miguel Batista, o apoio dado pelo executivo municipal para a realização de congressos e outras atividades contribuiu fortemente para o desmanche gradativo da máquina sindical financiada e submissa ao pessedismo.¹⁸¹ Um exemplo nos foi fornecido pelo presidente do Sindicato dos Comerciários, João Barbosa de Vasconcelos, que afirmou que, ao final de sua gestão, a categoria que representava conseguiu do prefeito, depois de diversas passeatas no centro da cidade, a aprovação da lei da “semana inglesa”,¹⁸² contribuindo para que o sindicalismo ligado à Frente do Recife ganhasse ainda mais prestígio e influência entre os trabalhadores.¹⁸³

Não obstante o apoio do movimento sindical mais combativo à gestão municipal de Pelópidas, os sindicalistas não deixaram de defender os interesses das classes trabalhadoras mesmo quando surgissem questões que poderiam gerar embaraços e prejudicar a popularidade do governo da Frente do Recife. Um exemplo bem expressivo

¹⁸⁰ Miguel Batista. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 19/02/1987.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² De acordo com João Barbosa, esta reivindicação, sobretudo do setor comerciário, pleiteava o encerramento do trabalho aos sábados ao meio-dia. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 30/10/1985.

¹⁸³ João Barbosa. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 30/10/1985.

se pode verificar quando a Prefeitura decidiu aumentar o preço das tarifas de ônibus, em virtude de uma pressão dos empresários do setor. Através da *Folha do Povo*, os comunistas realizaram uma série de entrevistas com diversas pessoas de bairros proletários – entre os dias 19 e 22 de novembro de 1958 – e divulgaram a opinião dos populares sobre o respectivo reajuste. Além do enfático apelo dos entrevistados para que a passagem não aumentasse os comunistas também deixaram clara sua posição, sem se preocupar com possíveis prejuízos nas suas relações com os socialistas e com a administração municipal. Na edição de 20 de novembro, o PCB estampou na capa de seu periódico: “Para quê mais aumentos? O povo deve protestar”.¹⁸⁴ Na mesma matéria, em um dos depoimentos transcritos, um cidadão afirmou:

O aumento pretendido para as passagens de ônibus é mais um atentado, na minha opinião, contra as economias do povo, já enormemente minguadas nos últimos tempos. A Prefeitura do Recife, que foi eleita pelo povo, não pode estar conivente com tal medida *amentista* (grifo nosso).¹⁸⁵

Nesta edição, os comunistas divulgaram também que os sindicatos que faziam parte do Pacto de Unidade Intersindical estavam mobilizados contra a majoração das tarifas.¹⁸⁶ No dia 22, publicaram na capa de seu jornal: “Sindicatos não aprovam o aumento de passagem”, e relataram que “os líderes classistas [...] não se conformaram [...] e exigiram ponderação por parte da Prefeitura na questão do aumento de passagem”.¹⁸⁷

Se por um lado estas atuações poderiam gerar alguns desgastes dentro da frente única, por outro, contribuiriam para elevar ainda mais o respaldo popular do sindicalismo “autêntico”.

Temendo este avanço do movimento sindical opositor, bem como das Associações de Bairro, o governo de Cordeiro de Farias promoveu uma contínua repressão contra estes movimentos. De acordo com Moraes (1959), vários dirigentes sindicais foram presos, principalmente durante a luta contra a reforma do Código Tributário.¹⁸⁸ O conselho sindical foi reaberto, encabeçado por Wilson de Barros Leal, presidente do Sindicato dos Tecelões, acusado pelas esquerdas de ser ligado ao governo

¹⁸⁴ Folha do Povo. 20 nov. 1958.

¹⁸⁵ Idem.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ Folha do Povo. 22 nov. 1958.

¹⁸⁸ O próprio João Barbosa, dirigente do Sindicato dos Comerciantes, foi um dos presos, junto ao bancário Gilberto Azevedo, o gráfico Wilson Carvalho e o garçom Manuel Vicente (MORAIS, 1959).

estadual.¹⁸⁹ Em 21 de janeiro de 1958, uma greve foi deflagrada pelo sindicato. Os operários têxteis reclamavam um aumento salarial de 25%, conseguido junto ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), mas os empresários só estavam dispostos a fornecer um reajuste de 15%. O movimento enfrentou uma violenta resistência da classe patronal, sendo encerrado através de um acordo após 42 dias de paralisação. No entanto, ao final o Tribunal Superior do Trabalho (TST) concederia um reajuste de apenas 18%, inferior ao conquistado no TRT (ABREU E LIMA, 2004).

De acordo com Moraes (1959), o principal objetivo do sindicato era tentar provocar uma greve geral para acirrar a luta de classes entre a burguesia pernambucana e a classe operária, inviabilizando as possibilidades destas classes conseguirem concretizar um projeto de frente popular contra o governo vigente. Conforme relatou, os sindicalistas ligados à Frente do Recife, entretanto, não ignoraram seus companheiros em luta e buscaram com afinho participar das suas batalhas, embora lhes explicando os objetivos escusos da direção sindical que visava dividir o movimento opositor. Para o autor, a paralisação interessava também a uma parcela de industriais associados ao governo estadual que, recusando-se a conceder o aumento salarial dos operários determinado por ordem judicial, provocou o desencadeamento da greve, esperando com isso que o aumento dos conflitos de classe despertasse os temores nas demais camadas burguesas do que representaria uma aliança com as esquerdas. O plano atingiu relativo sucesso, pois possibilitou a demissão dos operários mais combativos, mas não conseguiu, todavia, fazer com que a paralisação dos tecelões se convertesse em uma greve geral capaz de cindir as hostes oposicionistas, permanecendo relativamente intacto o processo de construção da frente popular para as eleições estaduais que se avizinhavam. Contudo, entendemos que, sem a motivação econômica, de caráter objetivo, reforçada pelo contexto geral de carestia em que vivia o país, como destacado por Socorro de Abreu e Lima (2004), jamais os operários têxteis teriam conseguido prolongar uma luta árdua por 42 dias, enfrentando as investidas agressivas da reação patronal e conseguindo uma ampla mobilização e apoio da categoria, em que pese quaisquer intenções subjetivas de caráter político que tivessem a direção sindical e os empresários do setor. Não obstante, podemos inferir, a partir destes fatos, como em

¹⁸⁹ Júlia Santiago, militante do PCB, afirmou que era até impedida de falar dentro do Sindicato dos Tecelões, e que o próprio governador em exercício, Cordeiro de Farias, tinha acesso livre dentro do sindicato e que várias vezes para lá se dirigiu para tentar ludibriar os sindicalistas mais neutros. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 02/12/1983.

algumas situações a própria luta de classes pode alcançar níveis de complexidade que fogem ao alcance dos observadores mais distanciados das sutilezas da luta política.

Esta divisão no movimento operário pernambucano teve como consequência a realização, em agosto de 1958, de dois congressos de trabalhadores distintos. Apesar dos sindicalistas agrupados em torno do Pacto de Unidade Intersindical do estado – ligado à Frente do Recife –, haverem defendido e não terem medido esforços para a realização de um só conclave, os sindicalistas minoritários, coligados a Wilson de Barros Leal e ao Conselho Sindical – de orientação governista –, decidiram por realizar um congresso à parte,¹⁹⁰ denominado de “independente”¹⁹¹ (ibidem). Segundo Jaccoud (1990), as divergências principais se baseavam na realização do congresso antes das eleições estaduais em outubro de 1958, posição que não era aceita pelos sindicalistas governistas. Sem embargo, podemos deduzir sem qualquer dúvida que este motivo foi alegado apenas com o intuito de atrasar, ao máximo possível, o conclave, pois naquele momento o sindicalismo oposicionista já era hegemônico no estado, como atesta claramente a baixa expressividade alcançada pelo congresso dos sindicalistas mais simpáticos a Barros Leal em detrimento da adesão recebida pelo congresso dos sindicalistas alinhados à Frente do Recife. Este último, denominado de I Congresso dos Trabalhadores de Pernambuco, contou com a presença de 300 delegados, assim como a participação de 34 entidades sindicais, transformando o Pacto de Unidade Intersindical no Conselho Sindical dos Trabalhadores do estado de Pernambuco (CONSINTRA), cuja força só fez aumentar nos anos seguintes, liquidando gradativamente a influência do sindicalismo mais conservador e “pelego”. A grande influência do PCB no CONSINTRA era indubitável, como podemos observar nas palavras do líder popular Gregório Bezerra:

Os sindicatos urbanos estavam numa situação privilegiada. O Partido tinha uma liderança sindical muito grande [...]. Aqui em Pernambuco tinha o CONSINTRA, por exemplo, que era uma organização que superintendia todo o movimento sindical em Pernambuco e era muito forte.¹⁹²

¹⁹⁰ Segundo Moraes (1959), tantos foram os esforços por parte dos sindicalistas oposicionistas, que o congresso marcado para maio só terminou realizando-se no mês de agosto.

¹⁹¹ Moraes (1959) afirmou que este congresso teve como patrocinadores muitos investigadores da polícia política, embora não nos tenha sido possível confirmar estas informações.

¹⁹² Gregório Bezerra. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/05/1982.

Paulo Cavalcanti, no entanto, alegou que a direção hegemônica do Partido no meio sindical se resumia mais aos “sindicatos da pequena burguesia, como o Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Comerciários...”, e na aliança com o PTB, dependendo da inserção no meio mais especificamente operário, caberia aos comunistas um papel menos preponderante.¹⁹³ Não obstante, é importante ressaltar que, muitas vezes, embora muitos presidentes de sindicatos não fossem organicamente ligados ao Partido Comunista, ou até mesmo pertencessem ao partido trabalhista brasileiro, podemos verificar que, de certa forma, eram fortemente influenciados pelo PCB – que inclusive os apoiava em eleições legislativas, como o caso de Miguel Batista, operário metalúrgico e membro do PTB, mas que, segundo ele próprio, sempre foi apoiado pelos comunistas nas duas vezes em que se elegeu vereador da cidade do Recife.¹⁹⁴ Outro exemplo nos foi cedido por José Maria, que afirmou que o líder sindical Manuel Vicente era membro do PCB, mas havia também se filiado ao PTB para evitar perseguições mais incisivas da polícia política.¹⁹⁵ Pode-se, portanto, concluir que o PCB efetivamente dirigia a maior parcela do movimento sindical em Pernambuco.¹⁹⁶ É partindo deste pressuposto que Gregório Bezerra declarou taxativamente e sem receio de estar equivocado que “toda a cúpula sindical, naquele período, principalmente os sindicatos urbanos, eram dirigidos por nós” – referindo-se ao PCB.¹⁹⁷

O CONSINTRA participou da campanha eleitoral de 1958, apoiando entusiasticamente as Oposições Unidas. Durante o governo de Cid Sampaio, foi criada a Assessoria Sindical, que contava com a participação de lideranças sindicais responsáveis por trazer as demandas trabalhistas para o governo estadual. Segundo João Barbosa de Vasconcelos, que foi um dos assessores, o primeiro ano do governo foi o único em que a Assessoria efetivamente funcionou, tendo mais tarde o governo Cid terminado por se distanciar do movimento sindical.¹⁹⁸

¹⁹³ Paulo Cavalcanti. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 03/06/1982.

¹⁹⁴ Miguel Batista. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 19/02/1987.

¹⁹⁵ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 20/07/2014.

¹⁹⁶ Outro exemplo encontramos na entrevista prestada à FUNDAJ por Júlia Santiago, na qual cita um caso específico de um sindicalista que não era comunista, mas que seguia fielmente às orientações do PCB: “Quem estava no sindicato era o Nelson que tinha sido feito por nós. Não era propriamente um comunista, mas era um homem que fazia o que a gente mandava”. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 02/12/1983.

¹⁹⁷ Gregório Bezerra. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/05/1982.

¹⁹⁸ João Barbosa. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 30/10/1985.

3.4. O movimento estudantil

O movimento estudantil também se constituiu como um ator político importante, tomando parte em acontecimentos sociais e políticos bastante relevantes envolvendo o período estudado. Em 1938 foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), buscando organizar os estudantes de ensino superior de todo o país, ainda durante o Estado Novo. Até então bastante embrionária e com escassos recursos, a entidade conseguiu aos poucos adquirir certa autonomia em relação ao governo de Getúlio Vargas. Em seguida foram criadas as Uniões Estaduais dos Estudantes. Em 1944, foi finalmente fundada a União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), cujo primeiro presidente foi o ativista Odilon Ribeiro Coutinho. Em 1945 foi assassinado no Recife, em protesto contra Vargas,¹⁹⁹ o líder estudantil Demócrito de Souza Filho,²⁰⁰ acadêmico da Faculdade de Direito do Recife (FDR), contribuindo decisivamente para a ruptura da entidade com o governo getulista, já em acentuado declínio (CAVALCANTI, 1978). Posteriormente, em 1948, também foi fundada a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), com o fito de representar todos os alunos de escolas do ensino fundamental, médio e técnico. Particularmente em Pernambuco, o movimento estudantil teve muita força, até por ser o estado um importante polo universitário nordestino.

Diferentemente dos sindicatos e do movimento camponês, pela própria natureza de classe de parcela considerável dos estudantes – oriundos das camadas médias e da pequena burguesia urbana – o movimento estudantil brasileiro teve uma presença mais significativa de grupos considerados de direita. Fernando Brito, estudante da FDR entre 1959 e 1963, assim discorreu sobre esta questão:

A política estudantil naquela ocasião era muito bem definida. Era desenvolvida em torno de dois polos. Direita, representando um grupo reacionário, e de esquerda representando uma parcela considerável da classe estudantil, defendendo os princípios progressistas e até certo ponto, associado

¹⁹⁹ Segundo Cavalcanti (1978), a repressão policial comandada pelo Secretário de Segurança Pública, Etelvino Lins, começou durante a fala de Odilon Ribeiro Coutinho. Os ativistas, entretanto, permaneceram na passeata, que havia se transformado em comício. Demócrito de Souza Filho foi atingido enquanto estava, junto a outros líderes, na sacada do jornal *Diário de Pernambuco*, em frente à Praça da Independência.

²⁰⁰ Posteriormente, os estudantes da Faculdade de Direito do Recife, ao fundarem seu Diretório Acadêmico, o denominaram de *Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho*, em homenagem ao ativista assassinado. Esta designação se mantém até os dias atuais.

a grupos considerados radicais [...] como, sobretudo, [o] Partido Comunista.²⁰¹

Apesar de polarizado, o movimento estudantil brasileiro conseguiu atuar de forma unificada em algumas questões, como na campanha pela estatização do petróleo, já durante o segundo governo Vargas. Em Pernambuco, mais especificamente dentro da Faculdade de Direito, o grupo mais à esquerda era denominado de “renovadores”²⁰² e o grupo mais direitista de “populistas”.²⁰³ Um dos fundadores do “populismo estudantil”, cujo grupo dirigiu o movimento estudantil na faculdade e no estado por 11 anos, foi Olímpio de Mendonça, vinculado à UDN. Segundo o mesmo, entretanto, ele e seu grupo apoiaram a campanha “o petróleo é nosso”, em defesa da criação da Petrobras.²⁰⁴ Estes grupos de direita conseguiram dirigir a UNE e a UEP durante o início da década de 50, quando as esquerdas começaram a se fortalecer e, paulatinamente, conquistar estes espaços. Neste momento, os grupos de direita e associados à UDN começaram a perder considerável força, se enfraquecendo progressivamente e na proporção mesma em que passaram a tomar uma posição mais aberta de combate ao nacionalismo e se aproximando de grupos como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ligado ao governo dos Estados Unidos.²⁰⁵ Não por acaso, a UNE passou para o controle dos grupos de esquerda na segunda metade da década de 50, durante o governo JK e a progressiva expansão e radicalização do movimento nacionalista no país.

Os comunistas militavam dentro do movimento estudantil através da União da Juventude Comunista (UJC). Um de seus membros na época, Nelson Rosas Ribeiro, estudante da Escola de Engenharia,²⁰⁶ declarou que naquele período a UEP despontava como uma entidade “forte” e “disputada por todos os partidos”. Segundo ele, não havia

²⁰¹ Fernando Brito, inclusive, se identificava como ele mesmo disse, ao “grupo considerado de direita”. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/11/1984.

²⁰² Derivando de seu nome, batizado de Movimento Renovador Independente (MRI).

²⁰³ Embora recebesse esta denominação, tal grupo nunca teve qualquer ligação com as organizações trabalhistas.

²⁰⁴ Olímpio Mendonça. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 17/05/1985.

²⁰⁵ Falaremos mais sobre o IBAD e seus impactos na política nacional e local no transcorrer do capítulo IV.

²⁰⁶ Os trotes ocorridos na Escola de Engenharia, nas palavras de Nelson Rosas Ribeiro, eram bastante irreverentes e politizados, com críticas a questões de ordem política ou até mesmo aos altos salários dos oficiais do Exército. Sendo o quartel do IV Exército sediado nas proximidades da Escola, as atitudes eram muitas vezes encaradas como “provocação”, rendendo até mesmo uma intervenção das tropas militares federais em um dos trotes organizados pelos alunos, esmagando as alegorias com um carro de combate. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 01/08/1985. Este incidente ocorreu durante o governo de Cid Sampaio, já envolto em constantes atritos com os setores populares e partidos de esquerda.

partido algum que “não tivesse interesse de ter um certo controle sobre a UEP”. Ainda de acordo com ele, os comunistas e a esquerda em geral lutavam para “tomar a União dos Estudantes de Pernambuco que estava já há muito nas mãos da direita e se travava a luta pelo controle, recuperação dessa União, que se conseguiu efetivamente”. Nelson Rosas também sublinhou que a princípio os comunistas não se importavam por disputar os Diretórios Acadêmicos e os Diretórios Centrais das Faculdades, mas que posteriormente retificaram esta posição e também passaram a disputá-los.²⁰⁷

Outro grupo bastante importante no período foi a Juventude Universitária Católica (JUC), grupo de esquerda e que costumava participar de frentes políticas com os comunistas, sendo fundamentais para a conquista da UNE e da UEP. Conforme descrito por Paulo Rosas – ex-militante da JUC e posteriormente coordenador da divisão de pesquisas do Movimento de Cultura Popular (MCP) –, esta era, “como toda Ação Católica²⁰⁸ na época”, concebida com o objetivo de “complementar o trabalho formal da igreja”, e que envolvia “a participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja”.²⁰⁹ A JUC – prosseguindo com Paulo Rosas – se preocupava com a realidade concreta em que “vivíamos, na qual estávamos inseridos”, buscando “analisar cada problema, cada tema bíblico ligando-o à realidade”. Ainda consoante o mesmo, “essas reflexões ligadas ao contexto histórico em que vivíamos nos levavam obrigatoriamente a uma posição política”.²¹⁰

Segundo Nelson Rosas Ribeiro, a JUC era o principal aliado dos comunistas no movimento estudantil. Todavia, salientou que era “aliado por um lado e opositor por outro”. As maiores divergências ocorriam nos intentos de formação de uma ampla frente de esquerda, denominada de “grupão”, englobando os comunistas, a esquerda independente e os católicos de esquerda. Consonante com seu relato, as chapas para disputar as associações estudantis não poderiam conter um comunista “na cabeça”. Sendo assim, geralmente se indicava um membro da JUC ou da esquerda independente,

²⁰⁷ Nelson Rosas. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 01/08/1985.

²⁰⁸ Havia também outros grupos da Ação Católica, como a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Operária Católica (JOC). Sem embargo, foi a JUC que dentre todas mais se destacou, formando várias lideranças e quadros políticos para as direções da UEP e da UNE. Nos anos que se seguiram, parte destes grupos ligados à Ação Católica viriam a romper com a Igreja, se aproximando do marxismo – sem dúvida, bastante influenciados pelas alianças e convivências cotidianas com os comunistas, seus principais aliados –, fundando a Ação Popular (AP), em 1962.

²⁰⁹ Paulo Rosas. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 06/09/1984.

²¹⁰ Idem.

devido as próprias reticências contra os comunistas por parte dos demais membros do “grupo”.²¹¹

Jarbas de Holanda Pereira, também na época membro da UJC – e que, segundo ele próprio, chegou a ser expulso do colégio em que estudava devido às atividades políticas, tendo posteriormente ingressado na Faculdade de Direito –, declarou que o movimento estudantil tinha uma plataforma de lutas específicas, em que a principal delas era a “representação dos estudantes nos conselhos universitários”.²¹² No início da década de 60 os estudantes organizaram a *Greve do um Terço*, exigindo que os alunos possuísem “um terço de peso na formação dos conselhos, na direção e na gestão dos órgãos da universidade”. Além destas, havia as lutas “de caráter democrático geral”, onde participaram intensamente do “processo de democratização de Juscelino e da derrubada do governo do [...] PSD de Pernambuco”, tomando parte ativa no “amplo movimento para a eleição de Cid Sampaio, em 1958, o único movimento democrático que teve uma participação significativa dos estudantes.”²¹³

Desde que passou a ser dirigida pela esquerda, a UNE passou a envolver-se ativamente com o movimento nacionalista. No decorrer do início da década de 60 a UNE organizou o Seminário de Estudos do Nordeste, onde os temas discutidos coincidiam com as pautas principais da esquerda nacionalista – consoante o relato de Nelson Rosas Ribeiro –, como “a reforma agrária, a defesa do petróleo, a defesa dos minérios” além de questões mais específicas do movimento estudantil, como a “reforma universitária, que era a grande batalha da ocasião, a democratização da universidade, a participação dos estudantes nos órgãos de direção da universidade”.²¹⁴ Ainda segundo o mesmo, “a UNE nos anos 1960 tinha uma forte participação, sem nem nenhuma dúvida, nas questões nacionais fundamentais do país, uma participação bastante ativa não só no plano do debate científico, mas também ao nível da cultura”.²¹⁵ Neste último aspecto, destaca-se a criação do Centro Popular de Cultura (CPC),²¹⁶ cujo objetivo era propagar

²¹¹ Nelson Rosas. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 01/08/1985.

²¹² Jarbas de Holanda. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 27/05/1986.

²¹³ Idem.

²¹⁴ Nelson Rosas. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 01/08/1985.

²¹⁵ Idem.

²¹⁶ Fundado em 1961, o CPC procurou organizar projetos itinerantes, desenvolvendo todo o tipo de atividades artísticas, entre peças de teatro, música, livros, revistas, etc. Foi extinto em 1964, com o advento do golpe burguês-militar e o fim do regime democrático.

uma arte popular revolucionária, combatendo a alienação e o conformismo, associando a arte às lutas políticas que sacudiam o país.

Neste período, a UNE lançou uma palavra de ordem em defesa da “aliança estudantil-operário-camponesa”, buscando agrupar estes três segmentos sociais em defesa das transformações democráticas e nacionalistas. Apesar de reconhecer certo caráter ingênuo naquelas proposições, devido às dificuldades práticas de sua efetivação naquelas circunstâncias, Nelson Rosas afirmou que em Pernambuco ela “não ficou no papel”.²¹⁷ Segundo ele, houveram muitas ocasiões em que dirigentes sindicais estiveram presentes em assembleias estudantis, além de estudantes que, em contrapartida, participaram de atividades operárias e também foram até o campo, atuando em contato direto com as Ligas Camponesas e os sindicatos rurais. Finalizando, evidenciou que, ao menos em Pernambuco, este bloco:

Assumiu aspectos de concretização pela participação de pessoas em reuniões ou estudantis ou operárias. Mas não foi só isso, frequentemente eram feitos manifestos de protestos contra determinadas coisas que ocorriam e nesses manifestos viam-se com frequência assinaturas de sindicatos operários e de organizações estudantis. Frequentemente havia manifestos e documentos conjuntos assinados por operários-camponeses ou por organizações camponesas pelo movimento estudantil.²¹⁸

Embora ocorresse mais comumente em nível de dirigentes e militantes políticos, esta articulação conjunta viria a ter sua expressão mais nítida e abrangente durante a greve dos estudantes universitários de Pernambuco, em junho de 1961, que começou com a ocupação dos prédios da Faculdade de Direito e das Escolas de Veterinária e Agronomia – com reivindicações de ordem exclusivamente acadêmicas –, e a posterior intervenção das tropas militares federais com a autorização do então presidente Jânio Quadros. Os estudantes contaram com a solidariedade ativa do movimento sindical, enquanto setores sensacionalistas da imprensa conservadora chegaram a especular – sem qualquer embasamento concreto – que as Ligas Camponesas marchariam sobre a capital (CÉSAR, 2009). Apesar do nítido alarmismo, uma passeata entre estudantes e trabalhadores chegou a ser convocada pelo CONSINTRA, que se declarou em assembleia permanente durante dois dias, além de ter alguns de seus líderes presos pelo IV Exército (ibidem). Uma luta tipicamente estudantil foi então convertida em uma luta

²¹⁷ Nelson Rosas. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 01/08/1985.

²¹⁸ Idem.

política envolvendo trabalhadores e organizações de esquerda. Era justamente através do movimento nacionalista e, por conseguinte, da Frente do Recife, que o movimento estudantil se conectava aos operários e camponeses.²¹⁹

Nas palavras de Nelson Rosas, esta situação era favorecida pelo fato dos estudantes comporem parte do segmento denominado como “pequena burguesia”, e que acompanhavam, portanto, o “processo de radicalização desta camada social”. Ainda segundo ele:

O conhecimento e o contato com os problemas do país e o desejo de participar nas suas soluções [...] levou o movimento estudantil a se colocar do lado daquelas forças sociais que estavam empenhadas na luta pela solução desses problemas. Foi assim que o movimento estudantil se aproximou do movimento operário e do movimento camponês.²²⁰

Para Marcelo Mário de Melo, na época militante do movimento estudantil secundarista e membro da UJC, os estudantes se engajaram em lutas importantes, participando das disputas eleitorais envolvendo a Frente do Recife e as eleições de Arraes e Pelópidas, além das campanhas de solidariedade à Revolução Cubana e em defesa da legalidade democrática, em prol da posse de João Goulart como presidente da nação, após a renúncia de Jânio Quadros. Ademais, os estudantes forneceram uma considerável contribuição ao MCP – criado na gestão de Arraes na Prefeitura do Recife–, abrangendo a educação e conscientização cívica de jovens e adultos, além de programas que englobavam idas à zona rural para auxílio aos camponeses. Suas atividades iam desde intervenções legais, como palestras e encontros, até ações mais arrojadas, como protestos ou pichações de rua, a favor das campanhas acima citadas.²²¹

3.5. As associações de bairro

As associações de bairro surgiram no Recife na segunda metade dos anos 50, após a chegada ao governo municipal da Frente do Recife. Suas origens remontam a intentos embrionários organizados pelo PCB na cidade após a redemocratização que, todavia, não resistiram à ilegalização do Partido em 1947. Associações semelhantes já

²¹⁹ Este tema relacionado à greve estudantil, pelo próprio impacto que teve nas relações políticas locais, especialmente entre o governo Cid e as esquerdas, será abordado mais detalhadamente no capítulo IV, entre as páginas 160 169.

²²⁰ Nelson Rosas. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 01/08/1985.

²²¹ Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 26/08/1993.

existiam em São Paulo com o nome de Sociedades Amigos de Bairro (SAB), que conseguiram sobreviver à repressão desencadeada no final dos anos 40 (JACCOUD, 1990). De acordo com Paulo Cavalcanti (1978), ao conhecer tais entidades em São Paulo Pelópidas Silveira entusiasmou-se e decidiu incluí-las em seu projeto de campanha eleitoral em 1955, contribuindo decididamente para a criação das mesmas quando foi eleito para a Prefeitura. Segundo Jaccoud (1990), a própria gestão municipal elaborou um modelo de estatuto, além de um guia de orientações para explicar a utilidade e o funcionamento das mesmas, participando ativamente – em conjunto com os setores mais engajados da Frente do Recife, em especial o PCB, – da construção destas associações. Nos dizeres da autora, as reivindicações principais das associações se traduziam em lutas “por infra-estrutura urbana e por acesso a serviços públicos”, chegando a “englobar uma ampla mobilização contra a carestia de vida e mesmo incorpora-se em lutas políticas gerais” (p.56).

As associações uniam o caráter reivindicativo de luta por melhores condições de vida com outras atividades que estimulavam o espírito comunitário, como festas, jogos, etc. (ibidem). Ainda segundo a autora, as associações de bairro batalhavam principalmente por melhorias nos sistemas que iam desde a rede elétrica e iluminação pública, passando por “calçamento de ruas, postos de saúde, escolas e transportes coletivos, solução de problemas de alagamento, deslizamento de morros, aterros, à arborização, à construção de praças e mercados públicos”, destacando ainda e, sobretudo, os problemas referentes ao uso do solo e às invasões urbanas, ambos derivados do próprio crescimento e concentração populacional na capital e nos centros urbanos adjacentes (ibidem, p.56).

Para Maurílio Ferreira Lima, político ligado ao PTB durante o período estudado, as associações de bairro nasceram e se expandiram muito mais em decorrência da urbanização do que de uma intervenção decidida do ponto de vista do governo municipal ou dos partidos envolvidos na Frente do Recife. Para ele, o crescimento das cidades ocasionou um consecutivo aumento populacional nas mesmas, e que, como consequência, provocou “uma ruptura da capacidade das prefeituras das capitais de

atender às necessidades dessa população”.²²² Ele explicou também porque a grande incidência das associações se dava, especialmente, nos bairros pobres e periféricos:

Você nunca ouviu falar em associação de bairro das Graças, Torre, Madalena, de Boa Viagem, porque [...] elas se vinculam com a administração diretamente. [...] Então, esses bairros ricos, eles não sentem necessidade de associações de bairros; mas quem mora numa periferia, passou a ter essa necessidade, porque não tinha meios de atingir à Administração, para solicitar aquilo que era necessário: a limpeza das ruas, o recolhimento do lixo. Então, as associações de bairro eu acho que surgiram em função desse processo de urbanização e em cima dessas reivindicações específicas de uma população que se sentia enteada da Administração.²²³

Como podemos observar, as associações de bairro se enquadravam como mais um novo mecanismo de luta da classe trabalhadora, inserindo-se plenamente dentro do contexto de desenvolvimento da mobilização popular e dos conflitos de classe.

José Maria, que foi membro da Associação do Bairro do Zumbi, contou que havia também uma Federação das Associações – da qual fez parte na qualidade de dirigente, atuando em conjunto com outros ativistas no setor de relações públicas – responsável por coordenar suas atividades em um nível mais geral, promovendo maiores entendimentos e unificando as lutas das diversas associações da cidade, onde cada uma delas elegia um membro para representá-las na Federação. Ainda de acordo com seu relato, o PCB ministrava cursos de políticas de massas para seus quadros, orientando-os no trabalho político nas comunidades, para poderem dirigir as parcelas oprimidas da população sem necessariamente estarem em evidência máxima. Isto ocorria em virtude da contínua perseguição e estigma que sofria o PCB e que, em consonância com a necessidade de trabalhar de forma ampla e em política de frente, este não se preocupava em ter seus militantes nos cargos máximos das associações, contanto que, na prática, as mesmas seguissem a linha política que o Partido julgava acertada:

Se aparecesse um nome de um comunista, ia complicar [...]. Inclusive lá na nossa área, Associação do Prado, Associação do Zumbi, Associação [do] Cardoso, Associação do Cordeiro, Associação da Iputinga, Várzea... Toda Associação era organizada pelos comunistas, mas ninguém era presidente não. Ficava como secretário. [...] Era sempre um cara de massa lá, [...] conhecido no bairro. Agora essas pessoas quando chegavam lá se sentiam incapazes de dirigir o negócio, e aí a gente chegava e dava as instruções que o Partido mandava para a gente dirigir corretamente.²²⁴

²²² Maurílio Ferreira Lima. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 22/02/1985.

²²³ Idem.

²²⁴ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

Conforme apontado pelo membro do PCB, Nelson Rosas Ribeiro, as associações de bairro tinham tanta importância para as esquerdas que suas direções costumavam ser “disputadas fortemente pelos partidos” – como ocorria no movimento estudantil ou sindical –, e que nas campanhas eleitorais elas desempenhavam um papel significativo. Ainda segundo ele, o Movimento de Cultura Popular, estabelecido durante a gestão municipal de Miguel Arraes, possuía fortes vínculos com as associações de bairro, tendo a grande maioria das escolas funcionado na sede das mesmas, e o próprio MCP tinha como objetivo geral contribuir no fortalecimento delas.²²⁵

Durante o governo de Pelópidas, as associações se proliferaram e acirraram os conflitos entre o prefeito e a Câmara Municipal. Conforme descrito pelo próprio Pelópidas, o ponto crucial do confronto residiu no fato de que os vereadores se consideravam os únicos capazes de levar as demandas das comunidades e procurar solucionar seus problemas.²²⁶ Evidentemente, o objetivo de sufocar em críticas a administração municipal se devia também ao fato da esmagadora maioria dos mandatários – 19 de um total de 21 –, não estarem ligados à Frente do Recife. Segundo ele, as associações de moradores foram “de grande ajuda” na luta contra a forte bancada oposicionista, porque permitia à Prefeitura chegar até as comunidades e resolver boa parte de suas demandas, ganhando o apoio popular em detrimento da insatisfação opositora.²²⁷ Como explicado por Paulo Cavalcanti, isto era levado a cabo a partir de um paciente e laborioso empenho, onde semanalmente o prefeito e seu secretariado se reuniam e debatiam diretamente com as associações, procurando o próprio executivo municipal resolver suas demandas sem passar pela Câmara dos Vereadores. Devido à escassez de recursos, muitas das obras eram realizadas em regime de mutirão, envolvendo amplamente a participação coletiva dos cidadãos e aprimorando os vínculos comunitários.²²⁸ Além disto, a cada quinzena a Prefeitura e seu secretariado realizavam audiências públicas no Teatro Santa Izabel, dialogando abertamente com os moradores dos subúrbios da cidade (CAVALCANTI, 1978).

As associações de bairro não incomodavam apenas a maioria dos vereadores, mas preocupavam também o governo estadual e as autoridades policiais em decorrência

²²⁵ Nelson Rosas. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 01/08/1985.

²²⁶ Pelópidas Silveira. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 23/01/1985.

²²⁷ Idem.

²²⁸ Paulo Cavalcanti. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 03/06/1982.

das novas possibilidades criadas para a organização da classe trabalhadora. Em virtude disto, a generalizada repressão contra o PCB ocorrida no início de 1956²²⁹ abateu-se também contra as associações de bairro. Após a investida inicial contra as células do Partido e os sindicatos, as associações começaram a ser duramente atacadas pelo governo de Cordeiro de Farias, chegando o apogeu da escalada repressiva ao fim do respectivo ano. Segundo Moraes (1959), dezenas de associações foram fechadas pelo DOPS, enquanto que a maioria de seus membros foi presa ou, no mínimo, obrigada a prestar depoimento nas delegacias. Conforme denunciou, os “ataques da ação policial, o medo que antes o governo procurara infundir nos operários organizados em sindicatos, atingia [agora] os bairros, aterrorizando o povo pobre dos morros, dos córregos e dos mangues”, ressaltando enfaticamente que “por mais que o prefeito defendesse as associações de bairro com pronunciamentos corajosos, nada impedia a ofensiva policial” (p.38).

Contudo, a vinculação estreita das associações com a Frente do Recife impediu que estas continuassem a ser reprimidas nos anos seguintes, na medida em que a Frente se ampliava e se fortalecia com o apoio de amplos setores da sociedade pernambucana. As associações continuaram em crescimento e participando de forma engajada nas eleições seguintes, sempre acolhendo os candidatos pertencentes à Frente do Recife ou por ela apoiados. Para Cavalcanti (1978), o próprio êxito do primeiro governo da Frente do Recife não teria sido possível sem o apoio das associações de bairros. Segundo ele, o trabalho delas foi decisivo, onde a cooperação entre a população do Recife e os poderes públicos ocorria em graus nunca antes vistos. Como principal consequência, destacou que as associações de bairro conseguiram criar na população “a consciência de sua força, que se tornava mais viva à medida que tomava conhecimento dos problemas do governo, das possibilidades administrativas ou de suas dificuldades” (p.258).

²²⁹ Segundo dados apresentados por Brayner (1989), 550 militantes do PCB foram presos e a Comissão Sindical do Partido foi completamente desarticulada, além da queda do Comitê Regional. A repressão começou a partir do dia 06 de janeiro de 1956, aproveitando-se da decretação do estado de sítio anterior à posse de Juscelino Kubitschek. Entretanto, mesmo após a posse de JK e a ampliação das liberdades democráticas que se seguiu, a investida desencadeada contra os movimentos sociais em Pernambuco se prolongou durante todo o ano de 1956. Segundo José Maria, a perseguição política posteriormente se ampliou, atingindo as esquerdas em geral, chegando inclusive a prender membros da UDN, como o político nacionalista Dias da Silva. Entrevista concedida ao autor em 20/07/2014.

CAPÍTULO IV – A FRENTE POPULAR NO GOVERNO, CRISE E DECOMPOSIÇÃO

4.1 Estruturação e primeiros anos do governo Cid

Após a vitória das Oposições, o governador Cordeiro de Farias renunciou ao mandato, assumindo o vice, Otávio Corrêia de Araújo, ligado ao PSD. Nomeações em massa foram realizadas, efetivando cargos antes comissionados, ou seja, temporários, e promovendo a tentativa de criar um Tribunal de Contas, onde seriam indicados para juízes da respectiva Corte diversos deputados da base pessedista que não conseguiram se reeleger. Em resposta, as classes produtoras e as classes trabalhadoras promoveram um grande comício, e seus segmentos mais populares e radicalizados prometeram uma grande passeata em direção à Assembleia Legislativa. Na edição de 18 de novembro de 1958, os comunistas declararam em seu periódico que “o povo irá às ruas, se for criado o Tribunal de Contas”.²³⁰ Na publicação seguinte, no dia 19, os comunistas classificaram de “criminosa imoralidade” a criação da Corte, e alertaram para o fato de que esta contaria com 11 juízes, quando o próprio Tribunal de Contas da União possuía apenas nove juízes, enquanto que São Paulo e a capital federal dispunham ambos de sete juízes.²³¹

O próprio Cid Sampaio, em viagem pelos Estados Unidos, Europa e China, retornou apressadamente e em negociações com o então governador Otávio Correia, logrou diminuir o clima de tensão, assinando publicamente o “Protocolo da Paz” – na véspera da marcha popular que se havia programado –, pelo qual o governo e líderes do PSD e de sua bancada parlamentar se comprometiam a não criar o Tribunal de Contas e a parar as nomeações sem concurso. Assim Cid Sampaio narrou os acontecimentos, demonstrando claramente seus temores quanto à mobilização popular autônoma e destacando sua preocupação principal em evitar qualquer turbulência política antes de sua posse:

O povo foi se preparando, foi se criando um estado de tensão. Os homens do governo riram e acharam graça na ameaça, mas a força popular era tal [...] que quando se foi aproximando a data da passeata marcada, os sargentos da

²³⁰ Folha do Povo. 18 nov. 1958.

²³¹ Folha do Povo. 19 nov. 1958.

Polícia Militar de Pernambuco declararam que não sairiam às ruas contra o povo, para proteger deputados que destruíram o estado e, um dia depois, saía um manifesto dos oficiais da Polícia Militar. [...] Se a luta se acirrasse, não houvesse a possibilidade de um entendimento posterior, fatalmente nós teríamos uma intervenção federal. [...] Então, procurei o governador, fiz ver a ele que se haveria de fazer um acordo e que esse acordo haveria de ser público, para conter a população. [...] Pela rádio, foi lido o protocolo e foi feito um apelo para que o povo continuasse ordeiro. Qualquer movimento resultaria, provavelmente, em intervenção e nós não íamos ter um governo que tinha sido eleito. Apelei para que todos ficassem em suas casas e que a proteção do estado estava assegurada. Não houve a marcha.²³²

Com o sucesso das negociações, que se deveu fundamentalmente ao grau de mobilização popular que se insurgia de forma cada vez mais radicalizada, conseguia-se lograr até o dia da posse a estabilidade política e social necessária para a transferência relativamente tranquila do poder para as mãos das Oposições Unidas, e mais especificamente, para as da UDN, liderada por Cid Sampaio. Todavia, o mesmo não ocorreu com o vice-governador eleito, Pelópidas da Silveira, em razão deste ainda possuir um ano de mandato à frente da Prefeitura de Recife, e os deputados e vereadores das casas legislativas, ambas de maioria oposicionista à Frente do Recife, terem exigido sua renúncia do cargo de prefeito para que assim pudesse ser empossado como vice-governador do estado, de acordo com o princípio da acumulação.²³³ Pelópidas e as esquerdas estavam decididos a não perder a Prefeitura, e procuraram ao máximo encontrar brechas jurídicas para ganhar o tempo necessário até o fim de sua gestão na municipalidade, que terminaria em dezembro de 1959.

Os motivos para tanta resistência residiam no fato do vice-prefeito, Vieira de Menezes, já ter assumido por cinco dias à chefatura municipal, e embora tivesse sido eleito com o apoio dos comunistas e trabalhistas, se associou aos vereadores oposicionistas e realizou uma “série de medidas que iam de encontro às resoluções até então empreendidas por Pelópidas” (SANTOS, 2008). Com cerca de seis meses de mandato, Pelópidas se licenciou do cargo para participar de uma banca examinadora de um concurso na Faculdade de Arquitetura de São Paulo. Segundo Moraes (1959), Vieira de Menezes demitiu sem quaisquer motivos que justificassem o jornalista Carlos Luiz de Andrade, líder local do partido socialista, da Secretaria de Administração, provocando como consequência a renúncia coletiva de todo o secretariado, sendo a

²³² Cid Sampaio. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 22/04/1984.

²³³ De acordo com a constituição do estado de Pernambuco, seria vedado ao governador ou vice-governador exercerem qualquer outra função pública ou administrativa (SANTOS, 2008).

mesma aceita prontamente pelo prefeito em exercício. Declarou ainda ter encontrado nas gavetas dos auxiliares de Pelópidas “farto material de propaganda comunista”, relacionando-os com as Associações de Bairro, apontadas pelo novo mandatário municipal como autênticas “células vermelhas” (ibidem, p.39). De acordo com Pelópidas, mais de 40 nomeações para altos cargos foram realizadas, além da imediata substituição de todo o secretariado.²³⁴ Conforme apontado por Cavalcanti (1978), Vieira de Menezes chegou a procurar maneiras de se fixar definitivamente no posto, apelando para discursos anticomunistas e alegando motivos de segurança nacional, chegando inclusive a procurar envolver o Exército que, entretanto, negou-lhe a possibilidade de qualquer ingerência em assuntos de natureza civil. Ainda consoante o autor, a capital viveu um clima de grande apreensão:

À véspera da chegada de Pelópidas Silveira, a cidade viveu horas de expectativa, não se sabendo o que faria o prefeito ao chegar ao Recife. Mobilizadas, as correntes políticas que compunham a frente popular marcaram um grande comício na Avenida Dantas Barreto, pela manhã, à chegada do prefeito. Mais de vinte mil pessoas concentraram-se, com faixas e cartazes, contra aquilo que o povo batizou de “vieirada” (p.259).

Embora tenha sido informado pelos seus aliados da situação, Pelópidas só pôde retornar após o fim do concurso, tendo voltado apressadamente para o Recife. Ao chegar, reassumiu a Prefeitura, readmitiu seu secretariado e desfez as nomeações em massa. Segundo ele, depois deste incidente, “tornou-se perigoso que eu deixasse a Prefeitura em janeiro e entregasse ao vice-prefeito, que ia fazer uma política arrasadora”,²³⁵ já relacionando o fato com sua luta para não entregar o cargo a Vieira de Menezes quando da iminência de sua diplomação como vice-governador.

Com forte pressão dos vereadores oposicionistas, do vice-prefeito João Vieira de Menezes, e com o pronunciamento da Assembleia Legislativa de que não seria permitido a Pelópidas acumular os dois cargos, este decidiu entrar no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), conseguindo um mandado de segurança que garantia um efeito suspensivo, postergando a decisão final sobre sua posse como vice de Cid (SANTOS, 2008). Durante os meses que se seguiriam, os tribunais foram ratificando o impedimento, e com os recursos o caso chegou até o Supremo Tribunal Federal (STF). O objetivo de Pelópidas e da Frente do Recife residiam principalmente em buscar

²³⁴ Pelópidas Silveira. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 23/01/1985.

²³⁵ Idem.

ganhar tempo, visto que ainda no ano de 1959 ocorreriam novas eleições municipais. Estas transcorreram no mês de agosto, e possibilitaram a continuidade do governo popular, através da vitória de Miguel Arraes. Em dezembro, com o caso ainda transitando no STF, Pelópidas solicitou a retirada de seu mandato de segurança, perdendo a disputa do ponto de vista jurídico, embora a tenha vencido politicamente, logrando terminar seu mandato na Prefeitura para em seguida ser finalmente empossado como vice-governador. No dia 10 de dezembro, entregou o cargo ao presidente da Câmara de Vereadores,²³⁶ e horas depois este o transmitia a Miguel Arraes (ibidem).

Após a posse de Cid, as secretarias do novo governo foram estruturadas de forma a assegurar um razoável controle udenista em vários postos-chaves, deixando para as esquerdas apenas o controle da Secretaria da Fazenda, através da nomeação de Miguel Arraes, ligado à Frente do Recife, e da Assessoria Sindical, criada pelo governo Cid com o objetivo de utilizar a aliança com os movimentos populares para garantir uma política trabalhista menos conflituosa, impedindo ao máximo as greves que tão fortemente sacudiram e debilitaram o governo anterior. De forma massiva, houve um aumento substancial na indicação de personalidades apartidárias, conferindo ao governo uma roupagem tecnocrata, que se em parte contribuía para desgastar o coronelismo e a máquina clientelista do PSD, fornecendo características mais modernizantes à burocracia estatal, por outro, limitava a influência das esquerdas na condução do governo. Nos dizeres de Arlindo Soares (1982), Cid Sampaio era “sabedor da força eleitoral e da capacidade de mobilização das esquerdas”, e por isso na estruturação de seu governo procurou “ganhar tempo a fim de solidificar uma base própria de sustentação e assim não comprometer seu futuro político” (p.77). Conforme dito por João Barbosa, um dos assessores sindicais do governo de Cid Sampaio, este último teria, ao formar sua equipe de administração, não procurado absorver os “elementos mais atuantes no meio político de esquerda, ou do político sindical”, priorizando um perfil “técnico”.²³⁷ Empenhando-se em equilibrar suas singelas concessões à esquerda com os setores mais direitistas e conservadores que o apoiavam, Cid Sampaio indicou para a Secretaria de Segurança Pública o Capitão do Exército José Costa Cavalcanti,

²³⁶ Vieira de Menezes se recusou a assumir o cargo no mesmo dia em que teria de entregá-lo a Arraes (SANTOS, 2008).

²³⁷ João Barbosa. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 30/10/1985.

que logo ao assumir o cargo declarou publicamente “ter sido nomeado com a missão específica de combater o comunismo” (BEZERRA, 2011, p.506).

Apesar do perfil anticomunista do chefe de polícia, o aumento significativo da liberdade política – sobretudo se comparada aos anos de repressão intensa do governo de Cordeiro de Farias – assegurou o êxito e a unidade da aliança no primeiro ano de mandato da frente popular. Como primeiro teste do novo governo, uma greve dos portuários foi deflagrada, e a recém-criada Assessoria Sindical atuou com certa eficácia, dialogando com o movimento paredista e conseguindo uma solução negociada para o litígio (SOARES, 1982). Outra questão a ser destacada ainda no primeiro ano de governo udenista foi a desapropriação do Engenho Galileia, alvo de forte tensão e mobilização camponesa, já anteriormente mencionada, que ao ser aprovada na Assembleia Legislativa e sancionada por Cid, contribuiu bastante para o prolongamento da aliança entre a Frente do Recife e a UDN, apostando as esquerdas na possibilidade de seguir avançando ainda mais na democratização do governo e na conquista das principais demandas das classes laboriosas. De acordo com o relato de Francisco Julião, o governo estadual, através da criação da Companhia de Revenda e Colonização (CRC), buscava, contudo, remanejar cerca de dois terços das famílias residentes do Engenho Galileia para outras áreas rurais, o que provocou atritos e disputas entre o executivo estadual e o movimento camponês dirigido pelas Ligas Camponesas, que defendiam a permanência de todas as famílias na propriedade, como meio para manter ativa a coesão e a forte mobilização política alcançada. Ainda segundo o dirigente socialista:

Cid queria que cerca de cem famílias [...] deixassem o Galiléia, queria dividi-lo em parcelas de dez hectares. Criou um plano agrário para propiciar, pouco a pouco, terra a esses camponeses. Queria também tirar o foco dali porque se preocupava muito. Ele estava propondo que estas famílias fossem transladadas para Rio Branco, Arcoverde, onde havia terras do estado sem água, esses camponeses estavam acostumados com a Zona da Mata e não com aquela região.²³⁸

A CRC tinha como objetivos basilares facilitar o acesso à terra aos trabalhadores do campo, comprando e parcelando as mesmas, e intervir diretamente no mercado de cereais para favorecer a aquisição destes últimos pelos camponeses pobres, estendendo também alguns de seus benefícios financeiros aos demais produtores rurais com o fito de elevar a produção agrícola. As Ligas, por sua vez, acreditavam que a CRC possuía

²³⁸ Francisco Julião. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

“objetivos muito limitados” e que as demandas dos camponeses relacionadas à terra eram por demais elevadas para que a Companhia pudesse suprir suas urgentes necessidades, conforme apontado por Julião. Para ele, a desapropriação do Engenho Galileia foi conquistada mediante uma forte pressão e mobilização camponesa, e a transferência de boa parte das famílias camponesas lá residentes não passava de um estratagema do governo para enfraquecer a Liga Camponesa da Galileia, que era a mais atuante e que, de acordo com suas próprias palavras, “tinha ali sua matriz, seu exemplo, o seu centro permanente de inspiração”,²³⁹ havendo por este motivo as divergências com o governo. Este desgaste foi posteriormente aprofundado pelo não cumprimento da promessa eleitoral de Cid de não reprimir o movimento camponês e não permitir que a Polícia Militar seguisse sendo utilizada como força auxiliar dos proprietários de terra contra os trabalhadores rurais. Ainda segundo Julião, inicialmente Cid manteve sua palavra, suportando nos primeiros seis meses de governo “as pressões dos grandes senhores de engenho, dos próprios usineiros [...] até que chegou o momento que ele não pôde mais suportar as pressões”.²⁴⁰ Este período sem repressão policial contribuiu para um acentuado desenvolvimento e expansão das atividades das Ligas Camponesas no estado, conjuntamente com a vitória obtida com a desapropriação do Engenho Galileia, mostrando em termos práticos os ganhos possíveis que poderiam ser alcançados pelos camponeses, desde que se organizassem e lutassem por melhores condições de vida.²⁴¹

Outro fator, este no plano internacional, mas que não pode deixar de ser mencionado devido ao grande impacto que causou, especialmente no meio rural, foi a revolução Cubana, que triunfou em janeiro de 1959. Ela, por sua vez, não apenas contou com o apoio e participação fundamental dos *guarijos*²⁴² cubanos como também levou a cabo um audacioso plano de reforma agrária, extinguindo a grande propriedade rural e coletivizando as terras entre os camponeses. Neste sentido, o exemplo do ocorrido no país caribenho – potencializado tanto pela proximidade temporal, como pela geográfica

²³⁹ Francisco Julião. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ De acordo com Francisco Julião, o impasse envolvendo os camponeses da Galileia, que defendiam sua permanência naquelas terras, e o governo Cid, que tentando desmobilizá-los politicamente queria o remanejamento de dois terços das famílias para outras áreas mais distantes, no sertão do estado, perdurou durante todo seu mandato. Apenas com a chegada ao governo do estado de Miguel Arraes, em 1963, que o assunto foi resolvido, com a vitória dos camponeses da Galileia e a entrega definitiva das terras do engenho para estes, não havendo o remanejamento de nenhuma família. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

²⁴² Como são popularmente denominados os camponeses cubanos.

e cultural – entusiasmava os camponeses pernambucanos, facilitando o trabalho de propagação das Ligas, ao mesmo tempo em que aumentava a degraus alarmantes o temor e a reação enérgica e enfurecida dos proprietários rurais, acirrando os conflitos de classe no campo em níveis nos quais se inviabilizava qualquer política minimamente conciliatória, ao ponto do governo udenista ser impelido a se colocar definitivamente ao lado das classes proprietárias, sobretudo dos senhores de engenho e usineiros – como o era o próprio Cid –, embora não tergiversando em absoluto no que tange ao combate aos setores mais retrógrados e coronelísticos do interior do estado.

Para Francisco de Oliveira – sociólogo que trabalhou ao lado de Celso Furtado na SUDENE – a partir de 1961, quando o governo udenista passou a se distanciar de forma mais significativa das esquerdas, Cid “passou a contraditar-se muito violentamente com o movimento camponês. Houve não só repressão como, muito comum, tentativas [...] de esvaziar, a meu ver, o movimento das Ligas Camponesas, através dos projetos que ele chamava de colonização.”²⁴³ Foi neste período que, segundo ele, Cid teria se aliado também à USAID,²⁴⁴ o programa norte-americano cujo objetivo consistia em “esvaziar as tensões sociais no Nordeste, [e] implementar uma [...] solução conservadora para os problemas agrários.”²⁴⁵ De acordo com o Padre Crespo, diretor do SORPE, a repressão aos camponeses foi bastante considerável:

O instrumento de tudo isso foi o Coronel da Secretaria de Segurança Pública, que chegou a constituir volantes policiais para caçar os camponeses, pretensos incendiários ou julgados assim, em áreas de canaviais, na Zona Canavieira de Pernambuco. Muitas vezes, esses incêndios eram ocasionais ou programados para o corte de cana, porque se corta muita cana queimada, mas sempre acusavam os trabalhadores de serem os incendiários. Isso era um pretexto para que a polícia andasse vasculhando toda a Zona Canavieira, prendendo e amedrontando terrivelmente os trabalhadores. Estive várias vezes no Palácio [de governo] para dizer que isso era um absurdo. [...] As reações eram sempre muito fortes e repressivas, de ameaças, de mandar prender, inclusive, nós mesmos da Igreja fomos ameaçados por esse coronel [Costa Cavalcanti]. Dr. Cid Sampaio sempre me recebia com muita gentileza, prometia tomar providências, mas, ao mesmo tempo, dizia que não podia admitir incendiários nos canaviais.²⁴⁶

No que tange ao seu programa industrializante, o governo Cid tomou algumas iniciativas significativas, criando uma fábrica de borracha sintética, intitulada

²⁴³ Francisco Julião. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

²⁴⁴ *United States Agency for International Development* (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), foi criada em 1961 pelo então presidente dos EUA, John Kennedy.

²⁴⁵ Francisco Julião. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 21/09/1982.

²⁴⁶ Ennes Paulo Crespo. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 10/07/1985.

Companhia Pernambucana de Borracha (COPERBO), além do Banco de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, que posteriormente passou a ser chamado de BANDEPE, ambos com o objetivo de viabilizar as divisas necessárias para impulsionar o desenvolvimento econômico e industrial do estado e não perder de vista as regiões do Sul e Sudeste do país, que eram as mais privilegiadas com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubistchek. Também foi responsável pela construção da Companhia de Armazéns Gerais do Estado de Pernambuco (CAGEPE) e de uma fábrica de leite (CILPE), além de promover a vinda da empresa AÇONORTE para o estado. Contudo, a medida de maior impacto foi sem dúvida a criação do Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CODEPE), incumbido de planejar e coordenar o progresso econômico no estado.

Foi também no governo Cid que foi instalada a SUDENE. Esta última, embora tenha partido de uma iniciativa do governo Juscelino e como resultado de uma pressão conjunta dos governos estaduais do Nordeste e dos movimentos sociais de esquerda, contou com o inegável apoio do governo Cid.²⁴⁷ A SUDENE representou um marco significativo na luta pelo desenvolvimento regional, embora o próprio Cid e a UDN tenham posteriormente rompido com as políticas empreendidas por Celso Furtado à frente da autarquia, como parte do processo de afastamento entre a UDN pernambucana e a esquerda nacionalista, processo que será mais bem analisado no decorrer deste capítulo.

4.2 As eleições de 1959 e 1960: unidade e distanciamento

Desde os primeiros meses do governo de Cid Sampaio, a atenção principal da Frente do Recife, e mais especificamente do PCB, se voltou para a capital pernambucana e as eleições municipais que se aproximavam, datadas para agosto de 1959. Gregório Bezerra (2011) afirmou que já no dia da posse do governador eleito, realizada na Faculdade de Direito do Recife, foi distribuído um panfleto intitulado “Cid no governo, Arraes na Prefeitura”, escrito e impresso pelo Comitê Eleitoral do Partido (p.496). A preocupação em não deixar a Prefeitura cair em mãos oposicionistas, já assinalada neste capítulo, se somava à definição e preparação de um novo candidato,

²⁴⁷ Para mais detalhes, ver o depoimento de Cid Sampaio em entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 22/04/1984.

alinhado aos setores nacionalistas, para substituir Pelópidas. Desde cedo, o PCB escolheu Miguel Arraes, com quem possuía bastante familiaridade. Arraes havia se destacado ao liderar as classes populares na luta contra a aprovação do novo Código Tributário do governo de Cordeiro de Farias e possuía uma boa relação com alguns círculos empresariais devido a sua atuação neste movimento, inclusive sendo também cunhado do próprio Cid Sampaio. Apesar da grande respeitabilidade dentro do movimento nacionalista, Arraes não era tão conhecido entre as massas trabalhadoras e, conforme já dito anteriormente, havia se descuidado de sua reeleição para o legislativo estadual, como consequência de seu empenho na eleição de Cid mais que em sua própria, recebendo apenas cerca de 500 votos do eleitorado recifense (CAVALCANTI, 1978). A esquerda nacionalista conseguiu lograr do novo mandatário eleito a indicação de Arraes para a Secretaria da Fazenda, algo que foi realizado sem maiores complicações.²⁴⁸ Em seguida, buscaram convencê-lo a se lançar candidato e promoveram a criação de comitês de apoio à sua candidatura que, embora tivessem a aparência de serem “espontâneos”, eram desde o princípio articulados direta e indiretamente pelo PCB. Este partido, ciente de sua força e de seu papel organizador dentro da Frente do Recife, não mediu esforços para lançar o nome de Arraes sem nem mesmo esperar pelos diálogos de cúpula entre as lideranças partidárias (CAVALCANTI, 1978; BEZERRA, 2011). Ao buscar popularizar o nome de Arraes, o PCB sabia que a melhor forma de convencer politicamente seus aliados seria pressionando-os através da sucessão dos próprios acontecimentos, que iam tomando corpo até a candidatura de Arraes se converter em um fato irreversível.

Cid Sampaio, alertado pelos círculos udenistas, procurou conter a especulação em torno do nome de Arraes, inclusive chegando a sugerir-lhe que declarasse publicamente que não seria candidato, para que posteriormente os partidos integrantes das Oposições Unidas discutissem um nome em conjunto partindo da “estaca zero”, o que não foi aceito (CAVALCANTI, 1978). Com certas ressalvas iniciais, sobretudo em virtude de sua baixa votação na capital e arredores, Arraes aceitou posteriormente sua indicação, que contou de imediato com a adesão de 30 entidades sindicais e de uma ala do PTB, dirigida por Arthur Lima Cavalcanti, que mais tarde terminaria sendo

²⁴⁸ Segundo nos contou José Maria, a indicação de Arraes partiu de uma “exigência da Frente”, tendo como base os argumentos de que Arraes havia dado uma contribuição “muito importante à campanha de Cid, inclusive com os *coronéis*”, além de “já ter experiência nisso, já que ele foi secretário da Fazenda no governo de Barbosa Lima Sobrinho” Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

designado como vice-prefeito da chapa popular (JACCOUD, 1990). Em uma reunião de Cid com líderes da Frente do Recife, mais uma vez o governador se mostrou contrário à indicação de Arraes, desta vez de uma forma bem mais direta, alegando que o nome de Arraes não seria aceito pelas principais lideranças nacionalistas no governo nacional, mais especificamente o vice-presidente João Goulart e o ministro da Guerra General Lott – e que já eram apontados como possíveis candidatos pela chapa nacionalista nas próximas eleições presidenciais, em 1960. Goulart preferia um candidato do PTB, enquanto Lott possuía certas ressalvas que resultavam de seus posicionamentos anticomunistas – sabendo-se que Arraes era conhecido nos círculos políticos do país como simpático à ideologia comunista, quando não um comunista não declarado. Apesar da resistência do governador, Pelópidas da Silveira e seu partido concordaram com o nome de Arraes, assentindo com as argumentações pecebistas de que Cid Sampaio estaria a interpretar equivocadamente estas possíveis restrições de Lott e Goulart.²⁴⁹ Logo os demais partidos da Frente do Recife, com exceção do PTB, cujas alas não estavam chegando a um consenso, perceberam que não haveria outra opção a não ser marchar com Arraes (CAVALCANTI, 1978). Pressionado ante a possibilidade de uma ruptura prematura com as esquerdas, e sem qualquer possibilidade de apoiar outro candidato com chances reais de vitória, Cid Sampaio e a UDN declararam – a menos de um mês do final da campanha eleitoral – sua adesão à chapa da Frente do Recife,²⁵⁰ garantindo a continuidade da aliança entre a UDN e as esquerdas, mesmo já se fazendo notar nitidamente os primeiros sinais de desgaste.

A eleição se processou com muitas dificuldades para a Frente do Recife, principalmente do ponto de vista financeiro. Segundo definiu Gregório Bezerra (2011), era a disputa do “candidato do tostão contra o candidato dos milhões” (p.499). A entrada de Cid Sampaio na campanha resultou também em reações de políticos que respaldavam a candidatura de Antônio Pereira – concorrente direto de Arraes, apoiado pelo PSD –, que tentaram junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) impedir a

²⁴⁹ Nesta reunião estavam presentes Pelópidas da Silveira, Carlos Luiz de Andrade e Newton Cardoso, pelo Partido Socialista; Cid Sampaio e João Cleofas pela UDN, e Paulo Cavalcanti pelos comunistas. Segundo Cavalcanti (1978), foi a primeira vez que Cid, como governador do estado, se reunia com as lideranças de esquerda. A ausência do PTB era sintomática e refletia naquele momento as rejeições de Antônio Barros de Carvalho, senador e líder do PTB local, ao nome de Arraes, preferindo um nome de seu próprio partido.

²⁵⁰ Nesta ocasião, para oficializar seu apoio e convencer as classes que efetivamente sempre representou, Cid Sampaio convocou cerca de 500 industriais e comerciantes do estado, para comunicar-lhes sua decisão e buscar deles a compreensão e o apoio político para a eleição de Arraes (CAVALCANTI, 1978).

participação do líder udenista nos comícios eleitorais, devido ao fato deste ser o governador em exercício (SANTOS, 2008). Todavia, o engajamento do mandatário do executivo pernambucano foi muito importante para a coligação.²⁵¹ Com o pleito bastante acirrado, o seu prestígio político influenciou bastante no resultado final, mesmo tendo aderido tardiamente à campanha, tal como sublinhou Gregório Bezerra:

Faltando um mês ou menos para o término da campanha eleitoral Cid resolveu apoiar. E foi muito bom. Confesso que sem o seu apoio talvez Arraes não fosse eleito. [...] Porque Antônio Pereira, capitalista, industrial, apoiado pelas forças econômicas do estado, estava na iminência de vencer. [...] Depois que Cid, realmente, começou a defender com força a candidatura de Arraes, ajudou muito.²⁵²

Miguel Arraes venceu a eleição com 82.812 votos, pela legenda do PST, sendo a frente popular apoiada pelo PSB, pela UDN e pelo Partido Social Progressista (PSP), além de, evidentemente, pelo PCB, embora seguissem sem possuir o registro eleitoral. Antônio Pereira, lançado pelo PRT e defendido por setores do PTB e, principalmente, pelo PSD, obteve 57.331, e um terceiro candidato, Ernani Seve, do PR, logrou apenas 6.285 votos. A esquerda nacionalista ainda conseguiu vencer as eleições para vice-prefeito com Arthur Cavalcanti que, cindindo com o PTB, foi lançado pelo PSB e PSP, e atingiu 72.731 votos. Os trabalhistas do PTB, que negaram apoio a Arraes e apoiaram Antonio Pereira, lançaram Eládio de Barros Carvalho na candidatura a vice, que ficou em segundo com 44.930 votos, ainda à frente de Sócrates Times de Carvalho pelo PR e Antônio Batista pelo Partido Liberal (PL), que ficaram em terceiro e quarto lugares, respectivamente (AGUIAR, 1993). A composição da Câmara Municipal ficou bastante equilibrada, havendo uma ligeira maioria situacionista a depender de poderem contar com os quatro parlamentares eleitos pela UDN (PANDOLFI, 1984).

Destas eleições cabe ressaltar que foram as primeiras onde a UND declarou oficialmente apoio à Frente do Recife em uma posição subordinada, contribuindo em certa medida para diminuir certos antagonismos e contradições que começavam a

²⁵¹ Segundo Gregório Bezerra (2011), durante os comícios de apoio a Arraes, Cid Sampaio “queria só falar em palanques, ainda que fossem modestos, e queria um conjunto musical, ainda que composto por cangaceiros do baião ou violeiros repentistas”. Depois de não ter recebido muitos aplausos em um comício na Rua da Lama, foi convencido pelos comunistas a finalmente falar em cima dos dois caminhões que eram utilizados como palanques pela campanha de Arraes, conseguindo assim recuperar “a mesma veemência, no mesmo tom de voz da época em que era candidato”, obtendo mais sucesso e receptividade entre as massas populares (p.498-499).

²⁵² Gregório Bezerra. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/05/1982.

florescer no seio da frente popular. No entanto, no interior do estado o contexto era um tanto diverso do vivido na capital, onde mais especificamente no campo, as contendas entre PSD e UDN se resumiam basicamente ao plano político-eleitoral, insuficientes para que se precipitassem situações mais conflitivas entre as frações da classe dominante, impossibilitando aos setores nacionalistas e de esquerda poderem consolidar no plano da luta de classes a aliança que existiu durante a luta contra o Código Tributário e que resultou na frente eleitoral que alçou Cid ao governo estadual.

Por outro lado, o não alinhamento do PTB demonstra os desafios e dificuldades que existiam, a cada eleição, para que a Frente do Recife marchasse de forma unificada. Já no pleito de 1955 houve divergências que resultaram na divisão entre PCB e PTB por um lado, e PSB por outro, no que tange aos candidatos lançados ao cargo de vice-prefeito. Desta vez, em 1959, o PTB decidiu não integrar a Frente do Recife, atestando o fato de que, apesar do insistente esforço recíproco de se manter a unidade nas fileiras esquerdistas do estado, sua concretização prática variava de acordo com as injunções eleitorais e os objetivos específicos de cada partido político envolvido, levando sempre em consideração seus interesses corporativos específicos, que nem sempre estavam em consonância com as aspirações e anseios das demais organizações do bloco nacionalista.

Na Prefeitura, logo ao início de seu mandato, Arraes inaugurou um projeto audacioso, criando o Movimento de Cultura Popular, sendo este o principal legado de sua administração.²⁵³ O projeto possuía como objetivo inicial a alfabetização de adultos e jovens que não tiveram acesso à educação fundamental. Entretanto, seguindo o método elaborado pelo educador Paulo Freire, o programa logo se voltou para a busca pela formação intelectual com base em um ideário que, fugindo da simples perspectiva formal voltada para a capacitação técnica orientada exclusivamente para o mercado de trabalho, procurou sensibilizar e proporcionar um trabalho pedagógico direcionado para a assimilação de um senso crítico e cidadão. Nos dizeres de Paulo Cavalcanti (1978), o MCP buscava:

²⁵³ Quando Miguel Arraes se elegeu governador do estado, substituindo Cid Sampaio, este programa, inicialmente circunscrito ao âmbito da capital pernambucana, expandiu-se para outras cidades e ganhou os investimentos necessários para conseguir alcançar a dimensão no qual é atualmente reconhecido. Foi fechado com o advento do golpe burguês-militar de 1964, e seus principais inspiradores e organizadores foram perseguidos pelo novo regime.

Alcançar uma meta mais ligada à vida, o homem reencontrando na escola as suas raízes telúricas e culturais adormecidas, dentro de um mundo social alienante, aprendendo a ler realisticamente, a educação como fulcro para elevar e projetá-lo no seu meio. Até então a escola fora utilizada para divorciar o homem da vida, na adoção de conhecimentos que lhe não serviam socialmente à existência. Que adiantava, por exemplo, à criança do interior decorar o nome das ilhas do arquipélago das Filipinas, a distância entre a Lua e a Terra, a engrenagem do sistema solar, se não lhe era ensinada a dura realidade do seu mundo agrário? Que utilidade havia, para o adulto dos centros urbanos, saber na “ponta da língua” o nome dos ex-presidentes da República, de Deodoro a Getúlio, se lhe ocultavam as explicações necessárias ao exercício democrático do direito de voto? (p.286).

Pouco a pouco o MCP foi se tornando mais complexo e abrangente, envolvendo escolas radiofônicas e o desenvolvimento de todo o tipo de atividade ligada ao aprendizado e ao conhecimento, como a organização de galerias de arte, peças de teatro, parques de recreação, mesas-redondas sobre cultura popular, etc. (ibidem).

Segundo José Maria, o MCP foi também uma ideia originada da Conferência Municipal do PCB, onde o sindicalista portuário e dirigente partidário Amaro Valentim discorreu sobre a necessidade de se criar uma “universidade do povo”. Quando eleito, Arraes teria sido convencido pelos comunistas a apoiar o projeto, que foi aprimorado em conjunto com técnicos, especialistas e militantes de esquerda. Ainda de acordo com José Maria, foi nesta conferência também que teria partido a decisão do PCB de apoiar o nome de Miguel Arraes para prefeito, antes mesmo – e independentemente – de qualquer entendimento prévio com os demais grupos políticos da Frente do Recife.²⁵⁴

Apesar de ser acusado de “subversivo” pelos setores políticos conservadores, o MCP possuía em seus quadros vários ativistas católicos de esquerda, como Paulo Freire e Germano Coelho, que embora não fossem comunistas, defendiam a tese de que a educação e a cultura deveriam servir para a conscientização crítica da população, contribuindo assim para uma mudança social qualitativa.²⁵⁵ Para Paulo Rosas, que foi coordenador da divisão de pesquisas do MCP, este não tinha qualquer finalidade eleitoral ou “subversiva” em seu sentido pejorativo. Conforme salientou, o MCP não buscava apenas “alfabetizar por alfabetizar”, mas sim “alfabetizar para a cidadania, para que a pessoa tivesse meios de exercer livremente sua cidadania”, almejando converter o ensino pedagógico em um instrumento emancipatório, capaz de propiciar tanto um

²⁵⁴ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

²⁵⁵ Para uma análise mais aprofundada na relação entre católicos de esquerda e comunistas dentro do MCP, ver Roberto Aguiar (1993).

“crescimento das pessoas de um lado” como também uma “valorização do cultural, de toda a cultura regional”,²⁵⁶ resgatando o orgulho das raízes históricas e tradições populares. Sem dúvida, havia uma influência significativa do movimento nacionalista de esquerda, preocupado em erradicar o analfabetismo assim como desenvolver a consciência crítica e o resgate do orgulho de nossa herança cultural. Rebatendo mais especificamente as acusações que foram lançadas contra o MCP, Paulo Rosas afirmou que:

Toda educação que se preze é subversiva. Porque a educação não pode ser para conservar o que está aí, em qualquer tempo. A educação, se for correta, não pode ser só do presente, ela é para o futuro. [...] pretendia subverter entre aspas, pretendia educar, pretendia desenvolver o sentimento de consciência, de conscientização. Portanto, de consciência do poder de cada um. [...] Acho que se houvesse um processo de conscientização amplo na sociedade, ia ser muito difícil manter um certo estado de coisas. [...] Dentro deste sentido, o MCP foi subversivo.²⁵⁷

Nem sempre a convivência dentro do MCP foi harmoniosa, pois nele atuavam professores, estudantes, artistas e intelectuais de ideologias políticas distintas e com finalidades e métodos tampouco consensuais. No entanto, tal como ocorria na Frente do Recife em geral, havia concordâncias mínimas que, em meio ao crescimento do movimento nacionalista em todo país e à polarização social que se acentuava, forneciam as condições necessárias para suplantar ou ao menos minimizar as divergências existentes, perante a tarefa mais urgente de defender o programa das investidas contrárias dos setores reacionários da política e da imprensa.²⁵⁸

Foi, no entanto, nas eleições presidenciais de 1960 que as discrepâncias entre o governo de Cid Sampaio e as esquerdas tornaram-se mais evidentes, com o alinhamento da UDN pernambucana às suas diretrizes nacionais, em face do aguçamento da polarização política em curso no país em detrimento das querelas regionais. Neste momento, o general Henrique Teixeira Lott, nacionalista convicto, sendo indicado como sucessor de Juscelino, em que pese ser declaradamente adversário do comunismo, recebeu o apoio entusiasta da esquerda nacionalista e do PCB, tendo como candidato a vice o ex-ministro João Goulart, líder trabalhista vinculado ao PTB. A UDN, tanto em

²⁵⁶ Paulo Rosas. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 06/09/1984.

²⁵⁷ Idem.

²⁵⁸ Sobre algumas das divergências internas existentes dentro do MCP, ver: Roberto Aguiar (1993); Paulo Cavalcanti (1978); Flávio Brayner (1989); e também o depoimento de Rômulo Fernando Lins, que foi dirigente do Partido Comunista (entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 15/10/1986).

nível nacional como local declarou seu apoio a Jânio Quadros, que embora trabalhista, se alinhava aos setores mais conservadores e liberais, convertendo-se no único adversário capaz de derrotar eleitoralmente os setores nacionalistas mais comprometidos com a intensificação do projeto nacional-desenvolvimentista.

Em Pernambuco, a campanha ocorreu com muitas dificuldades. Conforme exposto por Gregório Bezerra (2011) – que dirigiu o Comitê Eleitoral da candidatura de Lott na Região Metropolitana do Recife –, amplos setores do PSD local, e até mesmo do PTB, não corroboravam com a vitória do militar nacionalista. O próprio Juscelino Kubitschek, então presidente do país, só tardiamente manifestou seu apoio a Lott, e pouco fez pela sua eleição. Os motivos, segundo apontou Bezerra, estão nos posicionamentos radicais de Lott na defesa das posições nacionalistas em prol da reforma agrária, chocando-se com os setores mais conservadores do PSD, que possuía – como já analisamos neste trabalho – uma profunda base rural alicerçada no latifúndio. Por outro lado, vários setores do PTB participavam do movimento “Jan-Jan”, defendendo Jânio Quadros para a presidência e Jango para vice, devido ao fato de ambos serem oriundos do trabalhismo,²⁵⁹ embora já associados a setores sociais e políticos bem opostos. Sendo assim, os diferentes projetos se apresentaram claramente durante a campanha eleitoral. Enquanto Lott falava na continuidade do processo de industrialização e no desenvolvimento autônomo do país, Jânio concentrava suas propostas no combate à corrupção, sendo esta, historicamente, uma das principais bandeiras ritualisticamente defendidas pela UDN, tanto nas tribunas das casas legislativas como nos palanques dos comícios eleitorais, tendo este recebido bastante apoio financeiro dos “círculos milionários e de organizações ligadas ao imperialismo” (ibidem, p.505).

Jânio e Goulart foram vencedores e, devido às dificuldades que salientamos logo acima, Lott foi derrotado também no Recife, recebendo 49.764 votos contra 68.985 de Jânio (AGUIAR, 1993). No quadro geral do país, Jânio venceu com 48% dos votos, contra 28% de Lott e 23% para Ademar de Barros, lançado pelo PSP (SKIDMORE, 1988). Sua vitória forneceu ao governo Cid um importante aliado que lhe proporcionaria ainda mais possibilidades de autonomia e independência perante a

²⁵⁹ Sobre este aspecto, Gregório Bezerra (2011) relatou as dificuldades no apoio logístico disponibilizado pelo PTB local, mais especificamente de seu líder Barros de Carvalho, assim também como materiais que chegavam ao comitê de Lott, mas que na verdade eram propaganda conjunta de Jânio e Jango.

Frente do Recife. Ainda mais significativa do ponto de vista simbólico foi a derrota do candidato apoiado pelo PCB na capital, constituindo-se no primeiro insucesso das esquerdas no Recife desde a redemocratização. O triunfo de Jânio Quadros – que embora do PTN, era emblematicamente abraçado pela UDN, que era o principal partido de sustentação de sua campanha – no coração eleitoral dos comunistas e da esquerda nacionalista, representou uma vitória moral significativa, aumentando a confiança do governo estadual em suas próprias forças, precipitando-se o seu realinhamento aos setores considerados pelas esquerdas como “entreguistas”, “reacionários” e “associados ao imperialismo”.

O avanço da mobilização e da organização das classes trabalhadoras rurais e urbanas, no período, levou-as a um natural afastamento do projeto político implementado pelo governo do estado, particularmente na medida em que a conjuntura política nacional, com seus reflexos na conjuntura estadual, forçava uma definição, cada vez mais marcada, dos limites e alcances da atuação política das forças sociais em embate (JACCOUD, 1990, p.95).

Paralelamente, a UDN trabalhava arduamente para debilitar os redutos pessedistas no interior, buscando expandir sua força política e influência, tornando-a hegemônica no estado (ibidem). Segundo sintetizou Soares (1982), Cid “ampliou as divergências entre os partidos tradicionais ao desprestigiar os coronéis pessedistas do interior do estado, substituindo a máquina do velho partido majoritário por uma outra udenista, que até então estivera em segundo plano” (p.79). Este propósito servia muito bem às esquerdas, interessadas na manutenção e aprofundamento da divisão entre os dois principais partidos da elite econômica pernambucana. Este aspecto foi posteriormente admitido por alguns membros do PCB, como Gregório Bezerra²⁶⁰, Ivo Valença²⁶¹ e José Maria²⁶², como sendo o principal ponto positivo do governo Cid, sendo inclusive mencionado como a razão predominante para a decisão da direção do Partido de apoiar um candidato usineiro e udenista,²⁶³ esperando um progressivo enfraquecimento do aparato pessedista e de seus “currais eleitorais”, praticamente impenetráveis, espalhados pelo Agreste e Sertão do estado. Embora agindo evidentemente em proveito de seu próprio partido, o governo de Cid Sampaio aprofundou o processo de maior democratização e transparência eleitoral iniciado com a

²⁶⁰ Gregório Bezerra. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/05/1982.

²⁶¹ Ivo Valença. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 06/06/1986.

²⁶² José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

²⁶³ Esta questão será melhor abordada entre as páginas 177 e 179.

introdução da cédula única e do retrato de cada cidadão no seu respectivo título de eleitor, ambos adotados pela primeira vez no pleito de 1958 (SOARES, 1982) – onde o PSD surpreendentemente também perdera no interior do estado, sendo este seu principal reduto eleitoral (PANDOLFI, 1984). Sua contribuição neste sentido se deveu, sobretudo, ao impedir o uso frequente das polícias militar e civil em questões eleitorais, que foram outrora largamente utilizadas para impedir propagandas e comícios políticos de candidatos de oposição durante os sucessivos governos pessedistas.²⁶⁴

Este declínio do PSD, por outro lado, viria a equilibrar ainda mais a correlação de forças entre os três principais agrupamentos políticos do estado, enquanto as esquerdas aspiravam elevar seu crescimento político e eleitoral no interior, aproveitando os espaços e as oportunidades ocasionadas pelo aumento das disputas e das hostilidades entre udenistas e pessedistas. Neste aspecto, concordamos com Jaccoud (1990), que assim analisou o legado substancial e as principais consequências políticas imediatas do governo Cid:

Politicamente, a grande meta do governo foi instrumentalizar a UDN com canais políticos e institucionais, azeitando sua máquina partidária e tornando-o um partido apto aos grandes embates eleitorais no estado. Em todo o interior, nesse período, a luta entre os dois grandes partidos políticos de Pernambuco foi ferrenha, o que preparou o terreno para uma possível aliança entre todas as forças que então dissentiam do governo estadual (p.95).

4.3 O V Congresso do PCB: a aposta na burguesia nacional e a cisão entre os comunistas brasileiros

Em março de 1960 o Comitê Central do PCB iniciou as discussões para um novo congresso partidário, lançando as teses e uma proposta estatutária, assim como abrindo a tribuna de debates, que foram divulgados abertamente no semanário *Novos Rumos*. O V Congresso do PCB ocorreu em setembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro, em um clima de semilegalidade, divulgado como uma “Convenção dos Comunistas” em virtude da proibição ainda em vigor no que tange à “reorganização” do Partido Comunista. O

²⁶⁴ Na eleição para o executivo pernambucano em 1958, Cid relatou que em diversos comícios seus no interior do estado, sofreu fortes intimidações de autoridades policiais e capangas que tentavam prejudicar a campanha opositora em diversos municípios. Cid contou também que ele e seus aliados compareciam armados nestas cidades e que tais comícios só puderam ser realizados de “arma na mão”, desafiando as ordens policiais e de jagunços a serviço dos latifundiários locais. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 22/04/1984.

congresso ocorreu em meio à campanha eleitoral para a sucessão de Juscelino Kubitschek e ao fortalecimento do movimento nacionalista e sindical em todo o país (PRESTES, 2012). No entanto, o PCB continuava envolto em fortes disputas internas referentes às divergências relacionadas aos impactos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Em todo o mundo este tema provocava acirradas discordâncias, sendo ainda mais intensificadas pelo crescente desgaste das relações sino-soviéticas que começaram a se gestar precisamente na divulgação do relatório de Krushev e nas novas concepções defendidas pelo PCUS. Nas fileiras do PCB, a luta interna que se seguiu culminou na *Declaração de Março* de 1958,²⁶⁵ representando um giro significativo nas análises e nas perspectivas de atuação política, anulando na prática os eixos principais do programa aprovado pelo IV Congresso ocorrido em 1954 (SEGATTO, 1989).

Apesar das querelas internas e da forte polarização que se acentuava, o V Congresso ocorreu em um momento de grande fortalecimento dos setores que defendiam a nova linha política adotada. Os chamados “renovadores”, críticos das posições que denominavam de “dogmáticas” e “sectárias” resultantes do IV Congresso, haviam rompido com o Partido em 1957. Entretanto, embora se mantivessem articulados durante um curto período, editando a revista *Novos Tempos* e um semanário no Rio de Janeiro intitulado *O Nacional*, estes dissidentes terminaram por desistirem de construir um novo partido, facilitando sua dispersão. Com a publicação da *Declaração de Março* em 1958, a linha política oficial do PCB aproximou-se da corrente “renovadora”, e muitos dos militantes adeptos das ideias deste grupo que não haviam deixado o Partido se reconciliaram com a direção e viram com muito entusiasmo a nova orientação política, agravando ainda mais os atritos entre a nova cúpula e os antigos dirigentes contrários à reformulação tática e estratégica (PACHECO, 1984).

Os dirigentes considerados como “conservadores”, permaneceram no PCB, embora cada vez mais isolados. Já em agosto de 1957, em reunião do CC, quatro dos nove membros da Comissão Executiva foram substituídos, abrindo o caminho para a revisão das diretrizes políticas e ideológicas do Partido (PACHECO, 1984). Nos debates preliminares ao congresso, a polarização entre a defesa da nova posição efetivada pela

²⁶⁵ O conteúdo e os impactos desta declaração na orientação partidária já foram abordados neste trabalho, no decorrer do capítulo II, entre as páginas 69 e 74.

Declaração de Março ditou as principais discussões, dividindo o encontro em torno da consolidação ou não das novas concepções adotadas (PRESTES, 2012). Criticando enfaticamente a nova linha estabelecida, João Amazonas, um dos antigos dirigentes contrários à reformulação efetivada com a *Declaração de Março*, assim se posicionou:

Aonde poderá conduzir esta linha? Ela só pode conduzir o proletariado e as massas trabalhadoras a um beco sem saída; a depositar suas esperanças no desenvolvimento do capitalismo e na burguesia; a acreditar na possibilidade de reformas profundas e consequentes dentro do regime atual; a descreer na necessidade da revolução. É uma linha de apologia do capitalismo, de ilusões na burguesia e de subordinação do proletariado aos seus interesses. Seguindo por este caminho o povo brasileiro não conseguirá livrar o país da dependência ao imperialismo e das sobrevivências feudais, não limpará o terreno para o socialismo no Brasil. [...] O capitalismo vai se desenvolvendo, é inegável. A burguesia cresce e defende certas posições antiimperialistas. Mas, no fundamental, uma boa parte da burguesia, pelo menos a mais poderosa, vai se conciliando com o imperialismo, se unindo a ele, progredindo à custa da inflação que recai penosamente sobre o povo. As “importantes modificações” verificadas na economia do país não tocam nem de longe nos restos feudais e no domínio do capital monopolista norte-americano que, ao contrário, tem conseguido aumentar a exploração do povo brasileiro. É equívoco pensar que as contradições entre o desenvolvimento do capitalismo e o monopólio da terra são antagônicas, como afirmam as Teses.²⁶⁶

A resolução política final aprovou em absoluto as modificações contidas na *Declaração* de 1958, consolidando a aposta do Partido no caminho pacífico e institucional na primeira etapa da revolução brasileira, assim como na participação da burguesia como parte indispensável da *Frente Única Nacionalista e Democrática*. Além disso, homologou também a posição contida na *Declaração*, que elevava a primeiro plano a contradição entre a nação brasileira e o imperialismo, acima da oposição também tida como fundamental em sua primeira etapa, entre o latifúndio e os resquícios “semifeudais” no campo e o pleno desenvolvimento capitalista e industrial do país (PRESTES, 2012). Em Pernambuco, esta concepção encontrou forte resistência dos comunistas que atuavam no setor agrário, junto às Ligas Camponesas. Segundo salientou Clodomir Moraes, começaram a surgir desta temática as primeiras discordâncias entre os comunistas (e outros ativistas) que atuavam dentro das Ligas Camponesas e a linha oficial pecebista. Na conferência regional do PCB em Pernambuco, que foi realizada em preparação ao V Congresso nacional do Partido, a polarização se acentuou em torno da pretensa enumeração das contradições, onde a luta antiimperialista adquiria formalmente o caráter de antagonismo principal acima da

²⁶⁶ Novos Rumos. 10-16 jun. 1960.

contradição interna, embora de solução também imediata, envolvendo a questão da concentração fundiária e os “resquícios feudais”:

Os comunistas metidos dentro das Ligas tinham enfoques diferentes. O documento central das Teses [...] dizia que no Brasil existia [...] duas contradições fundamentais: uma contradição entre a Nação e o Imperialismo e a outra entre as massas rurais e os latifundiários e os restos feudais. Nós que trabalhávamos com os líderes, achávamos que esse enfoque não era verdadeiro, porque poderia conduzir a equívocos muito sérios na prática. [...] Então, defendíamos outra tese: que não existia nada mais do que uma contradição fundamental e principal, estava entre o povo brasileiro, onde se devia incluir os camponeses, e o imperialismo e os seus representantes – os latifundiários, a chamada economia agroexportadora – que não pode ser separada dos norte-americanos e sua ação.²⁶⁷

Apesar do debate ter sido acirrado, envolvendo a publicação no jornal *Voz Operária* das distintas opiniões, as teses da maioria dos comunistas que atuavam no setor agrário foram derrotadas, inclusive em Pernambuco, onde também foram acusados por alguns militantes de desvio “campesinista”.²⁶⁸

Pelo fato das transformações socialistas não poderem se efetivar no respectivo momento pelo qual atravessava a sociedade brasileira, o PCB entendia que a contradição entre capital e trabalho não deveria constituir o foco de atuação principal dos comunistas, sendo necessário um pleno entendimento deste aspecto para que os conflitos de classe não prejudicassem a aliança com a burguesia, tida como imprescindível nesta etapa (ibidem). Mesmo que a estratégia da revolução antiimperialista e antifeudal já estivesse presente desde a fundação do PCB, e o Partido seguisse ressaltando a importância da tarefa de continuar organizando e mobilizando os trabalhadores, com a classe operária à frente, pela primeira vez o PCB aprovou em sua instância máxima, o congresso partidário (acima de qualquer discurso ou manifesto lançado por algum dirigente ou pelo próprio CC), um programa gradualista e reformista, onde o objetivo central – a tomada revolucionária do poder político – era substituído pela luta institucional, desencadeada *sempre* de forma legal e pacífica.

Conforme apontado por Pacheco (1984), “foram afastados do CC alguns dos mais destacados e antigos dirigentes do Partido, como Arruda Câmara, João Amazonas, Mauricio Grabois e Orlando Piotto”, e que devido ao “aprofundamento das divergências

²⁶⁷ Clodomir Morais. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 25/11/1982.

²⁶⁸ Idem.

entre a direção e a corrente sob a influência dos antigos dirigentes”, o Partido então “aproximava-se perigosamente da cisão” (p.219).

Em 1961 o PCB, confiando na sua teoria de democratização crescente da vida política do país, decidiu lançar uma nova campanha pela sua legalização, coletando assinaturas e realizando diversos comícios e atividades públicas em todo Brasil. Com o objetivo de fortalecer esta empreitada, eliminando os principais argumentos jurídicos que fundamentaram a sua proibição em 1947, o Comitê Central resolveu modificar o nome da organização para *Partido Comunista Brasileiro*, visto que o “do Brasil”, como era anteriormente denominado desde sua fundação, serviu de pretexto esdrúxulo para a alegação de que o Partido era apenas uma filial do Partido Comunista da União Soviética, sendo, portanto, acusado de ser uma associação estrangeira e a serviço do governo de outro país.²⁶⁹ Também foram realizadas mudanças estatutárias e programáticas, de cunho mais moderado, removendo as menções sobre a “ditadura do proletariado”, o “marxismo-leninismo” e o “internacionalismo proletário”, como parte do esforço para facilitar o reconhecimento legal do Partido (PRESTES, 2012).

Esta atitude foi o estopim definitivo para a cisão com os quadros que eram contrários às reformulações teóricas e que defendiam em linhas gerais o programa do IV Congresso. Em agosto de 1961, escreveram uma carta²⁷⁰ assinada por 100 militantes e solicitaram ao CC não realizar tais modificações sem um novo congresso para aprová-las. Anita Prestes pontuou que o V Congresso do PCB havia autorizado que o CC realizasse as modificações no projeto de estatutos que “se tornem necessárias para efeito do registro do partido no Superior Tribunal Federal” (Op. Cit., ibidem, p.45). Para a autora, a aprovação destas alterações pelo congresso partidário “desmentem as afirmações posteriores do grupo de ex-dirigentes do PCB” (ibidem, p.46). No entanto, na carta apresentada ao CC, os militantes descontentes afirmavam que a autorização que lhes foi concedida pelo V Congresso não possuía este alcance, limitando-se às “modificações exigidas pela Lei”, que seriam de acordo com o documento questões como “a destinação do patrimônio do Partido em caso de sua dissolução, a designação

²⁶⁹ Ver página 62.

²⁷⁰ Intitulada “*Em Defesa do Partido*”, embora mais conhecida simplesmente como “*Carta dos 100*”, foi enviada ao Comitê Central em agosto de 1961, sendo posteriormente publicada em abril de 1962 no jornal *A Classe Operária*, órgão já vinculado à nova agremiação comunista dissidente.

dos delegados junto aos tribunais e juízes eleitorais, a afirmação de que os membros do Partido não respondem pelas obrigações financeiras deste, etc.”²⁷¹

Como resposta, a direção do PCB entendeu a ação como uma atitude fracionária e, portanto, contrária ao *centralismo democrático*, devido ao fato de que, na prática, estes membros terem se constituído como um organismo à parte, atuando por fora das instâncias partidárias, tendo como desfecho a expulsão dos signatários. No início do ano seguinte, este grupo decidiu fundar um novo partido, dando-lhe o mesmo nome que o PCB possuía antes de modificá-lo, denominando-se Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e elaborando um programa que, embora apostasse na construção de uma frente com a burguesia nacional, reivindicava que somente através da tomada revolucionária do poder político, com a edificação de um novo regime, seria possível levar a cabo as transformações de caráter democrático e popular, como primeira etapa para as almejadas transformações socialistas (PACHECO, 1984). Em termos práticos, os objetivos pretendidos eram idênticos, residindo as diferenças no caminho geral a ser seguido (estratégia) e nos meios (tática) para alcançá-los, com o abandono ou não da via revolucionária, e na centralidade ou não da questão do *poder*. Por sua vez, a esperança no desenvolvimento capitalista autônomo nos marcos do regime vigente, além da própria teoria relacionada à crescente democratização da vida política no país e sua relação com a chegada ao governo de setores burgueses, eram questões que foram postas em xeque pelos comunistas dissidentes, como podemos verificar nestas críticas realizadas por João Amazonas, um dos ex-dirigentes expulsos do PCB e um dos principais fundadores do PCdoB:

O capitalismo, seguindo o caminho prussiano, pode se desenvolver no campo, conservando o latifúndio. Pode também o capitalismo crescer, subsistindo a dependência do país ao imperialismo. [...] O desenvolvimento do capitalismo e a participação da burguesia no poder não conduzem implicitamente à democratização do país. **A liberdade não é inerente ao capitalismo.** É indiscutível que uma sociedade capitalista necessita conceder certos direitos políticos à população. Isto surge objetivamente da própria exigência cultural determinada pelas necessidades da produção capitalista. Mas a concessão destes direitos pela burguesia é coisa muito relativa (grifos nossos).²⁷²

²⁷¹ Reproduzimos este documento completo no anexo E, a partir da página 251. Também se encontra disponível em: < http://grabois.org.br/portal/impriminot.php?id_sessao=49&id_noticia=127>.

²⁷² Novos Rumos. 10-16 jun. 1960.

Nesta outra citação, de autoria de Maurício Graboys,²⁷³ também realizada na época dos debates do V Congresso, a linha política da *Declaração de Março* de 1958 e sua relação com a questão do poder político e sua centralidade foram também duramente questionadas:

As tendências oportunistas de direita da *Declaração* se manifestam com maior nitidez na questão do **poder – problema fundamental da revolução**. [...] A *Declaração* chega a uma conclusão falsa ao abdicar por completo da luta por este objetivo, limitando-se a reivindicar modificações parciais na política e na composição de sucessivos governos, nos marcos do regime vigente (grifos nossos).²⁷⁴

O próprio secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, defensor da reformulação estratégica, também chegou a advertir o conjunto dos militantes acerca dos perigos do avanço de uma concepção de caráter “reformista” que, segundo ele, poderia produzir graves consequências para a atuação partidária em geral:

A crítica superficial de nossos erros políticos pode conduzir agora ao erro oposto, à preocupação exclusiva com o movimento que se processa gradualmente, abandonando a meta revolucionária da classe operária. Ora, uma tática que se baseia apenas nas conquistas imediatas e não objetiva atingir as transformações radicais nada tem de uma tática revolucionária, mas, pelo contrário, é uma tática reformista, que nos colocaria a reboque da burguesia.²⁷⁵

A campanha pela legalização do PCB conseguiu obter 60 mil assinaturas em todo país,²⁷⁶ 10 mil a mais do que o exigido pela legislação eleitoral do período, embora outros entraves, de natureza política, continuassem dificultando a aquisição do registro eleitoral (PRESTES, 2012). Em Pernambuco, os comunistas trabalharam ativamente, mobilizando a Frente do Recife e diversas personalidades políticas na campanha pelo reconhecimento jurídico do Partido. Houve inicialmente uma incerteza a respeito de como se posicionaria o governo de Cid Sampaio. Embora durante as eleições presidenciais Cid e as esquerdas tenham apoiado candidatos diferentes, predominou um ambiente democrático e as manifestações políticas em apoio ao candidato nacionalista

²⁷³ Tal como João Amazonas, Graboys foi signatário da *Carta dos 100*, sendo em seguida desligado do PCB e participando, como ato contínuo, da fundação do PCdoB.

²⁷⁴ Princípios. Jun. 1983.

²⁷⁵ Voz Operária. 29 mar. 1958.

²⁷⁶ Segundo nos contou José Maria, esta listagem, entregue à Justiça Eleitoral, quando do advento do golpe burguês-militar em 1964, viria a cair “na mão do Exército”. E com base nela, conseguiram informações mais precisas para mapear os comunistas e simpatizantes do PCB no país, intimando e processando milhares de pessoas que assinaram seus nomes em prol da legalização do Partido. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

não sofreram qualquer tipo de provocação policial, salvo alguns incidentes pontuais e sem maiores significados. Resumindo as preocupações do Partido na ocasião, Gregório Bezerra (2011) destacou que “agora, porém, tratava-se de uma campanha de massa pela legalidade do PCB. Como se comportariam Cid Sampaio e seu chefe de polícia? Cumpriria Costa Cavalcanti a missão de combater o comunismo?” (p.506). Como falado anteriormente, Costa Cavalcanti era um fervoroso anticomunista, e embora o desgaste entre Cid e os comunistas tenha se acentuado bastante ao longo do ano de 1961, o seu governo, entretanto, não buscou reprimir a campanha dos comunistas. Conforme concluiu Bezerra, “o governo de Cid Sampaio respeitou [...] nosso direito de colher assinaturas e realizar comícios e conferências, nosso esforço para conquistar a legalidade” (ibidem, p.507). Um ato solene na própria Assembleia Legislativa foi realizado, onde David Capistrano, dirigente local do PCB, efetuou um discurso em defesa da legalização do Partido, contando com o apoio de vários deputados, vereadores e lideranças políticas, entre os quais, Barros Barreto, chefe local do PST; Newton Cardoso, presidente regional do PSB; Pelópidas da Silveira, vice-governador; e Arthur Lima Cavalcanti, vice-prefeito do Recife (MELO, 2001).

Posteriormente, quando da ruptura oficial dos comunistas com o governo Cid, David Capistrano seria preso e processado, no momento em que era impressa a carta aberta de rompimento. Acusado de agitação contra o governo e subversão, Capistrano viria a responder ao processo criminal durante o ano de 1962. No mesmo processo, foi denunciado pelo “crime” de ser o responsável pela distribuição dos estatutos do PCB durante a campanha realizada pelo Partido para obter seu registro eleitoral. Segundo o *Jornal do Commercio*, em matéria publicada no dia 25 de julho de 1962, em depoimento perante o juiz Aníbal Wanderley, o líder comunista declarou “que a distribuição foi feita com o seu conhecimento e com a sua autorização, mas com a finalidade de angariar assinaturas para o registro do PCB no Tribunal Superior Eleitoral”, pois seria essencial que “o povo tomasse conhecimento do que é o PCB para poder assinar o pedido” (Op. Cit., MELO, 2001, p. 114). Este caso é bastante ilustrativo para demonstrar que o governo Cid não reprimiu a campanha pela legalidade do PCB muito mais pelo contexto existente no período, já que o rompimento formal entre Cid e os comunistas ainda não havia ocorrido, do que pelas pretensas características liberais e democráticas de seu governo. Desta forma, podemos verificar como a própria campanha

pela legalidade do Partido foi posteriormente utilizada para tentarem incriminar um dos principais dirigentes pecebistas, não conseguindo, contudo, alcançarem sucesso neste intento.

4.4 O acirramento da polarização nacional e o aprofundamento do desgaste na frente popular

Ao tomar posse na presidência da República, Jânio Quadros procurou realizar um governo com características mais ao centro do espectro político, principalmente com a aplicação da Política Externa Independente (PEI),²⁷⁷ surpreendendo assim, sobretudo, seus principais aliados udenistas. Jânio Quadros iniciou o processo de reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética, enviou João Goulart à China socialista e defendeu o direito de Cuba à autodeterminação,²⁷⁸ inclusive condecorando com a Ordem do Cruzeiro do Sul – a mais alta homenagem a cidadãos estrangeiros – a Ernesto “Che” Guevara, um guerrilheiro declaradamente comunista e um dos dirigentes do novo governo revolucionário cubano (SKIDMORE, 1988).

Apesar destas atitudes mais progressistas na política exterior, os comunistas brasileiros seguiram em sua oposição sistemática ao governo de Jânio Quadros, principalmente devido ao caráter conservador de sua gestão no plano interno, através da compressão de salários e da adoção de uma reforma cambial que sacrificaria a geração de empregos e elevaria o custo de vida, beneficiando unicamente os bancos e credores externos, seguindo severamente as diretrizes impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

²⁷⁷ Inaugurada oficialmente durante o governo de Jânio Quadros, visava um não alinhamento automático aos Estados Unidos, abrindo possibilidades de diálogos comerciais e diplomáticos com todos os países que pudessem oferecer benefícios econômicos para o Brasil. Segundo o então presidente, “não estamos absolutamente forçados de maneira formal a intervir na Guerra Fria entre o Oriente e o Ocidente. Estamos, portanto, em situação de seguir nossa indicação natural e atuar energicamente em prol da paz e do relaxamento da tensão internacional. [...] O primeiro passo para tirar proveito total das possibilidades da nossa posição no mundo consiste em manter relações normais com todas as nações”. Revista Brasileira de Política Internacional. dez. 1961.

²⁷⁸ Segundo Anita Prestes (2012), o PCB foi responsável pela “organização e mobilização de grandes manifestações populares em solidariedade ao país socialista” (p.49). Sobre isto, Clodomir Moraes afirmou que a invasão à ilha de anticastistas patrocinada pelo governo norte-americano gerou uma “grande indignação junto aos camponeses” que temiam que isto prejudicasse também sua luta pela reforma agrária no estado, razão pela qual, explicou, “cinco ou seis mil pessoas” se filiaram à Brigada Internacional para agir em defesa da Revolução Cubana, organizada de pronto pelos Comitês de Solidariedade a Cuba, cuja sede nacional, segundo o ex-dirigente, residia no Recife. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 25/11/1982.

Durante os sete meses do governo JQ [Jânio Quadros], os comunistas estiveram empenhados em denunciar sua política “entreguista” e mobilizar os setores populares e nacionalistas na luta pelas suas reivindicações mais sentidas, tendo em vista o processo de acumulação de forças voltado para a conquista de *um governo nacionalista e democrático*, o objetivo tático definido nas resoluções aprovadas pelo PCB (PRESTES, 2012, p.52, grifo da autora).

Com o processo inflacionário em descontrole, como herança do endividamento externo ocasionado pela intensificação da marcha industrializante no governo JK, e sem gozar de confiança entre as esquerdas, Jânio Quadros passou a enfrentar também a pressão de diversos meios de comunicação e líderes políticos influentes – mesmo da própria UDN, como Carlos Lacerda. Sem mais sustentação política dentro do Parlamento e diante de certa inquietação no meio militar, Jânio decidiu renunciar no dia 25 de agosto de 1961, com apenas sete meses de governo. Embora muito ainda se especule do ponto de vista historiográfico acerca das motivações pessoais e políticas de tal ato, seus efeitos práticos inegavelmente repercutiram em uma crise política de grandes proporções. Com a aceitação pelo Congresso Nacional de sua renúncia, caberia ao vice-presidente, João Goulart, tomar posse. O mesmo se encontrava na China em missão comercial, e rapidamente se articularam setores políticos e militares em prol de seu impedimento, sob o argumento de que Jango transformaria o Brasil em uma república sindicalista, ou até mesmo, socialista. Argumentavam os ministros militares que o líder trabalhista era um “agitador dos meios operários” e que seu governo poderia acarretar na “subversão das Forças Armadas, transformando-as em simples milícias comunistas” (SKIDMORE, 1988, p.257). Seu passado como ministro do Trabalho do último governo Vargas, quando aumentou em 100% o salário mínimo, trazia más recordações aos grupos empresariais que, sobretudo devido à crescente crise inflacionária que emergia sobre o país, ansiavam por uma administração que implicasse em uma política de austeridade nos gastos públicos e de arrocho salarial. Um presidente que defendia o legado getulista e que, além disso, era aclamado pelas alas mais ideológicas e sindicais do PTB, tendo ainda um diálogo amistoso com os movimentos populares mais radicais e com o próprio Partido Comunista, gerava um temor de múltiplas dimensões entre as camadas médias mais conservadoras, assim como nos círculos militares anticomunistas e entre os estratos sociais mais comprometidos com o status quo (ibidem).

Como Jango estava em visita à China, foi imediatamente empossado Ranieri Mazilli, presidente do Congresso Nacional e membro do PSD. Iniciando um novo movimento golpista, os três ministros militares de Jânio Quadros proclamam ser contrários à posse de Goulart, sendo incentivados por diversas lideranças da UDN e também do PSD. Afirmavam que se Jango retornasse ao Brasil seria preso. Neste período, efetivamente foi a Junta Militar que governou o país. Em todo o território nacional se iniciou uma forte repressão aos movimentos sociais,²⁷⁹ enquanto que o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, um dos mais influentes e radicais líderes do PTB, criava a “Cadeia da Legalidade” (ibidem). Consistia em uma central radiofônica que reunia a transmissão de cerca de 150 rádios em todo o Brasil – a maioria no Rio Grande do Sul – e até mesmo no exterior, difundindo mensagens de diversas organizações sociais de apoio à posse de Jango, rompendo a censura que havia sido instalada pela Junta Militar²⁸⁰ (FERREIRA, 2003). Contando com a adesão da Brigada Militar e do III Exército, sediado naquele estado – somando ambos 53 mil homens –, e conjuntamente à criação de milícias populares, comitês de resistência e batalhões operários, totalizando mais de 45 mil voluntários, Brizola preparava-se para a guerra civil. Sem embargo, o mandatário goiano, Mauro Borges, foi o único dos governadores do Brasil que aderiu aos apelos de Brizola para a confrontação armada aos ministros militares. Em Goiânia, além do apoio da Polícia Militar, “instituiu-se o ‘Exército da Legalidade’, composto por estudantes e populares que, armados e uniformizado, patrulhavam a cidade” (ibidem, p.333).

Em Pernambuco, a repressão contra os movimentos dirigidos pela esquerda foi intensa. Segundo Marcelo Mário de Melo – que chegou a ser detido na ocasião por atividades relacionadas à Campanha da Legalidade²⁸¹ –, durante o período “viveu-se uma amostra grátis de golpe militar em Pernambuco, sob a responsabilidade de Cid Sampaio, acumpliciado com os militares golpistas” (MELO, 1961, p.100). E prosseguiu o autor, descrevendo a situação naquele momento:

²⁷⁹ O ex-candidato presidencial e general reformado Henrique Lott foi preso por ordem do ministro da Guerra, imediatamente após lançar um manifesto em defesa da posse de João Goulart (SKIDMORE, 1988).

²⁸⁰ Antes ter sido oficializado o apoio do III Exército à ordem constitucional, e sendo iminente o bombardeio do Palácio Piratini, sede do executivo gaúcho, onde Brizola discursava para todo o Brasil através da Cadeia da Legalidade, este asseverou emblematicamente: “Esta rádio será silenciada [...]. O certo, porém, é que não será silenciada sem balas” (Op. Cit., FERREIRA, 2003).

²⁸¹ Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 26/08/1993.

A polícia ocupou as ruas, invadiu sindicatos e residências, fez prisões. Os trabalhadores da orla marítima entraram em greve de protesto, por tempo indeterminado, contra o golpe e pelo respeito à legalidade. O movimento estudantil dinamizou a resistência (ibidem, p.101).

A sede da União dos Estudantes de Pernambuco foi invadida e fechada pela polícia, assim como a sede do Sindicato dos Bancários, onde os dirigentes do CONSINTRA – que lá se encontravam em reunião – foram detidos. Por sua vez, a Faculdade de Direito do Recife, palco principal da greve estudantil que ocorrera cerca de três meses antes, em junho de 1961, foi cercada pela “Polícia de Cid”, como denunciaram de forma contundente os comunistas em seu Jornal *A Hora* (ibidem). Ainda segundo Marcelo Mário de Melo, a sede deste jornal também foi invadida, e seu diretor, David Capistrano, dirigente do PCB, foi preso em sua residência, assim como vários outros ativistas políticos.²⁸²

É dentro deste contexto, absolutamente polarizado e radicalizado, que se vai concretizando em Pernambuco a separação inevitavelmente irreversível entre Cid Sampaio e a Frente do Recife. O governador do estado inicialmente proclamou ser favorável à posse de Jango, mas depois retirou o que disse e procurou manter-se oficialmente neutro,²⁸³ embora tenha sido conivente com a forte repressão política desencadeada no estado. Desta forma, não foi de encontro às posições golpistas defendidas por vários membros do diretório nacional de seu partido, em especial Carlos Lacerda, então governador do estado da Guanabara e responsável por duras críticas em rede nacional de televisão ao presidente Jânio Quadros, imediatamente antes de sua renúncia, e que se converteu em um dos principais líderes civis a favor da Junta Militar e contra a posse de Jango, em flagrante violação à Constituição e às normas democráticas.²⁸⁴ Sucessivamente, enquanto a Frente do Recife defendia intransigentemente o empossamento de João Goulart como presidente, Cid Sampaio articulou no Rio de Janeiro uma reunião de governadores com o objetivo de encaminhar uma solução parlamentarista para o país,²⁸⁵ o que de fato viria a ocorrer, com a classe

²⁸² Marcelo Mário de Melo. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 26/08/1993.

²⁸³ Para mais informações, acessar: <<<http://www.legalidade.rs.gov.br/2011/08/o-parlamento-gaucha-no-movimento-da-legalidade-2/>>>

²⁸⁴ Sobre o papel de Carlos Lacerda, tanto antes, como depois da renúncia de Jânio Quadros, ver: Thomas Skidmore (1988).

²⁸⁵ O governador do Amazonas, Gilberto Mestrinho, filiado ao PTB, se recusou a participar da reunião e expôs os motivos em telegrama enviado diretamente a Cid Sampaio, alegando que “não reconheço autoridade [nos] ministros militares que também juraram respeitar [a] Carta Magna, decidirem sobre [o]

política consentindo com a posse de Jango, mas restringindo seus poderes e atribuições legais (PANDOLFI, 1984).

Um pouco antes da renúncia de Jânio Quadros, ocorreu em Pernambuco um acontecimento que viria a acirrar ainda mais as tensões entre o governo estadual e os movimentos populares. Em 31 de maio de 1961, Célia Guevara, mãe de Ernesto Guevara, foi convidada pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife para proferir uma palestra para os alunos. Como mais uma das graves implicações na realidade política de nosso país envolvendo a Revolução Cubana, o fato terminaria deflagrando o estopim de um episódio pitoresco que chegou a envolver até mesmo a intervenção das Forças Armadas para combater estudantes desarmados e pacíficos, gerando uma crise política dentro da base governista local que tomou ares enérgicos e dramáticos devido ao sensível tema da pretensa violação pelo poder executivo nacional da autonomia do estado de Pernambuco (CÉSAR, 2009).

O diretor da FDR, Soriano Neto, proibiu a realização da exposição²⁸⁶ e mesmo diante de vários esforços e pedidos das lideranças estudantis, portou-se de forma tão inflexível que mandou inclusive cortar a luz do prédio, fazendo com que a palestra tivesse que prosseguir “à luz de velas”. No outro dia, encaminhou um pedido de inquérito ao conselho técnico administrativo para punir os estudantes envolvidos, o que terminou sendo rejeitado por unanimidade na reunião, embora a mesma tenha proposto a instalação de uma comissão de inquérito para apurar o problema. Em contrapartida, os estudantes já demasiadamente críticos à gestão do diretor, decidiram por realizar uma assembleia na noite do dia 02 de junho e, como ato contínuo, deflagrar uma greve exigindo a remoção do diretor, ocupando em seguida a faculdade e impedindo seu funcionamento. Paralelamente, e por motivos distintos, o Diretório Central da Universidade Rural de Pernambuco²⁸⁷ declarou-se em assembleia permanente em solidariedade aos estudantes de Agronomia e Veterinária que reivindicavam melhores condições de estudo. No dia seguinte, estes decidiram também ocupar os prédios das

destino da Pátria contra [a] soberania popular. Violando lei suprema, em consequência, não aceito sugestão [de] Vossência”. Diário de Pernambuco, 02 set. 1961.

²⁸⁶ O pretexto apresentado inicialmente era de que o pedido para a realização da conferência não havia sido realizado dentro do prazo protocolar. Entretanto, em correspondência ao reitor da Universidade Federal o mesmo alegou que a palestra foi ministrada por uma “conhecida comunista e agitadora internacional”, demonstrando claramente que as motivações principais da rejeição residiam em seu notório anticomunismo (CÉSAR, 2009, p. 162).

²⁸⁷ Renomeada, desde 1967, como Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

respectivas escolas, enquanto que o presidente da União Nacional dos Estudantes, Oliveira Guanais, viajava ao Recife para materializar o apoio desta entidade à causa dos estudantes pernambucanos. Ampliando a dimensão do movimento, sindicalistas e políticos nacionalistas se manifestaram em defesa dos alunos em protesto, e a União dos Estudantes de Pernambuco decidiu deflagrar uma greve geral envolvendo as três universidades da capital – a Universidade do Recife,²⁸⁸ a Universidade Rural e a Universidade Católica (ibidem).

A repercussão do movimento em nível nacional superou todas as expectativas iniciais, chegando o assunto rapidamente à alçada do governo federal, que assumiu para si a responsabilidade de lidar com a parede universitária, sob a alegação de que os prédios ocupados eram autarquias da União. Ainda horas antes à deflagração do movimento grevista, o governador Cid Sampaio entregou o cargo temporariamente ao vice Pelópidas Silveira, viajando prontamente para Curitiba onde realizaria uma palestra sobre o tema da reforma agrária e, posteriormente, participaria de uma reunião da direção nacional da UDN. No exercício da função, Pelópidas procurou prestar seu auxílio para garantir uma saída negociada para o litígio, instando o governo federal a enviar um representante para dialogar com os estudantes. Subsequentemente, o ministro da Educação, Brígido Tinoco, viajou para o Recife, para conversar com os acadêmicos em greve, embora com diretrizes expressas do presidente de que qualquer demanda estudantil só seria analisada após a entrega dos prédios ocupados e o retorno imediato às aulas. O prefeito Miguel Arraes, integrante da Frente do Recife, praticamente deixando de lado todas suas demais atribuições administrativas ordinárias, atuou incansavelmente como mediador entre o ministro e os estudantes, no esforço para se chegar a uma solução negociada. Este envolvimento do prefeito, acusado principalmente pela imprensa no Centro-Sul do país de ser comunista, contribuiu para as acusações disseminadas por estes mesmos meios de comunicação de que, em certa medida, as autoridades locais ou estavam comprometidas com movimentos de “desestabilização” ou eram incapazes de contê-los, reforçando ainda mais a hipotética necessidade de uma ação drástica do governo federal – o que, com efeito, não tardaria (ibidem).

Não havendo possibilidade de desfecho conciliatório em curto prazo, o presidente Jânio Quadros se decidiu, então, pelo emprego das Forças Armadas para

²⁸⁸ Recebendo somente em 1965 a denominação atual de Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

debelar o movimento, desocupando à força durante a madrugada do dia 07 de junho os prédios da Faculdade de Direito do Recife e os de Veterinária e Agronomia da Universidade Rural. Ainda conforme César (2009), o IV Exército, situado na capital, desencadeou a ação temerária contra os estudantes de Direito, que decidiram não resistir. Cerca de 300 soldados participaram do “ataque”, portando bazucas, metralhadoras e fuzis, e até tanques de guerra foram utilizados na operação, apontando seus canhões para a faculdade e para os estudantes desarmados que lá se encontravam. Na Universidade Rural, a ação foi efetuada por um reduzido contingente de soldados, porém sem o uso de tanques ou armas pesadas. Como a greve não cessou mesmo com a desocupação, as tropas militares permaneceram nas ruas do centro do Recife, recebendo também reforços vindos do Rio de Janeiro, Piauí e Paraíba. As polícias civil e militar de Pernambuco também entraram em regime de prontidão, assim como os comandos da Marinha e da Aeronáutica do estado. Potencializando as dimensões excêntricas da situação, os contratorpedeiros Pará e Araguaia, além do cruzador Tamandaré, foram enviados ao Recife para reforçar as tropas na manutenção da “ordem” (ibidem).

Durante mais de uma semana, até o final da greve estudantil, as tropas militares guarneceram o centro da cidade, fechando o acesso a ruas e pontes, cercando e comprimindo o perímetro onde estava situada a Faculdade de Direito, desocupando violentamente também a Escola de Engenharia,²⁸⁹ para onde os alunos haviam se dirigido, transformando-a em “Quartel General da greve”.²⁹⁰ Dissipando passeatas de protesto de forma truculenta e chegando também a censurar emissoras de rádio, o IV Exército, sob a chancela presidencial, praticamente assumia o controle da capital, inclusive efetuando também prisões de lideranças sindicais e políticas, enviando-as para um presídio na ilha de Fernando de Noronha, deixando-as incomunicáveis. (ibidem). O

²⁸⁹ O general Osvaldo Mota, comandante do IV Exército, justificou a desocupação violenta afirmando que os estudantes estavam proferindo discursos de ataques às Forças Armadas (CÉSAR, 2009). Embora se assemelhe aos típicos pretextos utilizados pelas forças repressivas para legitimar ações congêneres, José Maria nos contou que havia presenciado alguns pronunciamentos mais agressivos de um estudante chamado Joel Câmara, que havia se “emocionado” enquanto discursava, inclusive apelidando os militares de “gorilas”. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

²⁹⁰ Após serem desalojados dos edifícios em que estavam, e abortarem um plano de ocupação de novos prédios universitários, denominado de *Operação Tobias*, os estudantes recorreram à Assembleia Legislativa, onde foram bem recebidos e guarnecidos pelas imunidades parlamentares que protegem tanto os mandatários como a instituição, impossibilitando qualquer investida das tropas federais naquele recinto. O presidente da Assembleia, Paulo Guerra, convidou os demais deputados a participarem de uma manifestação convocada pelo CONSINTRA em apoio aos protestos estudantis (CÉSAR, 2009).

relato do *Diario de Pernambuco* de 11 de junho de 1961 descreveu bem a situação vivida no estado nestes dias:

Várias prisões foram efetuadas nas últimas horas, sem que se possa precisar o número exato. Entre os detidos, estão: 1º. Ramiro Justino, um dos assessores sindicais do governador Cid Sampaio; 2º. Hiram Pereira, diretor de Administração do prefeito Miguel Arraes; 3º. David Capistrano, antigo deputado comunista (preso ao entrar num cinema, por dois cidadãos à paisana); 4º. Irineu José Ferreira, um dos diretores da Associação de Imprensa de Pernambuco; e outros. A prisão do Sr. Hiram Pereira equivaleu a um rapto ou sequestro. Estava ele em sua casa, quando chegou um veículo da Prefeitura do Recife, com um chamado urgente do Sr. Miguel Arraes. O Sr. Hiran entrou no carro, mas não chegou à Prefeitura. Posteriormente, a família foi informada pelo prefeito de que não o havia chamado. Presume-se que o Exército efetuou a prisão usando o próprio carro da Prefeitura, pois numerosos veículos do [governo do] estado e do município [Prefeitura], a pedido das forças federais, foram colocados à disposição do Exército (Op. Cit., MELO, 2001, p.98-99)²⁹¹.

A repressão ao movimento sindical decorria da solidariedade deste para com o movimento estudantil em greve. O CONSINTRA não apenas afirmou estar do lado dos estudantes em luta, através de declarações e notas públicas de apoio, como chegou a declarar-se em assembleia permanente durante dois dias e convocou uma manifestação de trabalhadores e estudantes contra a intervenção e repressão sistemática das tropas federais e em defesa da paralisação universitária. Segundo César (2009), “a formação de uma frente operária-estudantil intranquilizava os meios oficiais” (p.120), sendo o motivo principal da repressão aos sindicalistas e militantes de esquerda. Naquela época, o diálogo entre Cid e os sindicatos já havia se tornado bastante conflituoso. Segundo João Barbosa – ex-assessor sindical do governo Cid e um dos que figuravam na lista de sindicalistas ameaçados de prisão –, a assessoria sindical conseguiu durante o primeiro ano de governo garantir um relativo diálogo entre as classes trabalhadoras e o executivo estadual – como demonstrado na sua atuação frente à greve dos portuários, já mencionada neste capítulo –, mas que posteriormente passou a perder qualquer utilidade, visto que a maioria das questões grevistas terminaria sendo decidida pelo judiciário. Afirmou ainda que, já no segundo ano do governo Cid, os assessores sindicais consideraram-se “desligados” e deixaram de frequentar o palácio de governo,

²⁹¹ Na mesma edição, o jornal apresentou uma lista de 22 nomes de sindicalistas e ativistas políticos ameaçados de prisão – sendo que dois destes já se encontravam presos –, em uma atitude que só pode ser entendida como um intento de alertar estas lideranças de uma possível eminente prisão, assim como denunciar à sociedade o estado de truculência arbitrária que se abatera sobre a cidade. *Diario de Pernambuco*, 11 jun. 1961.

evidenciando o total desmoronamento das relações entre o governo estadual e o movimento sindical.²⁹²

O colossal aparato de guerra gerou grandes repercussões, dentro e fora do estado, ocasionando discursos acalorados na Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa e, inclusive, na Câmara Federal, onde foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a situação no Recife, sendo também convidado o ministro da Justiça, Pedroso Horta, para prestar esclarecimentos, principalmente a respeito da autorização do uso das Forças Armadas para reprimir um pacífico movimento de alunos em greve. Na Paraíba, Maranhão e São Paulo, paralisações estudantis de solidariedade aos universitários pernambucanos foram desencadeadas. Nestes estados, assim como em Alagoas e na Bahia, as tropas militares se movimentaram, ora interditando ruas, ora se colocando em regime de prontidão²⁹³ (CÉSAR, 2009).

Nos órgãos de imprensa nacionais e, especialmente, pernambucanos, as notas e depoimentos a favor e contrários ao protesto estudantil e ao uso de tropas federais cobriam as páginas dos periódicos, com enfoque especial na alegada “infiltração comunista” por trás do movimento, o que poderia ou não “justificar” a ação beligerante que foi iniciada, como podemos observar nesta matéria publicada no dia 13 de junho:

Os círculos militares não escondem agora que os altos comandos desta capital e do sul do país estavam realmente de posse de informações, as mais graves, sobre o vasto plano de agitações, organizado por elementos subversivos, inclusive com a participação de agentes internacionais. A greve estudantil poderia ser o estopim para que o plano fosse imediatamente desencadeado, **dependendo apenas de como agissem as autoridades federais em face do caso.** A pronta e enérgica ação dos comandos determinou justamente o fracasso do possível movimento (grifo nosso).²⁹⁴

Outra interpretação dos acontecimentos também era difundida, como podemos atestar nesta passagem veiculada inclusive no mesmo dia da citação anterior, embora extraída de um jornal diferente, sediado no Rio de Janeiro:

²⁹² João Barbosa. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 30/10/1985.

²⁹³ Notícias foram propagadas afirmando inclusive que regimentos do Exército teriam ocupado as faculdades na Paraíba e no Maranhão. Neste último estado, o mesmo teria ocorrido também com a ferrovia e os edifícios públicos (CÉSAR, 2009). Do mesmo modo, os alunos da Universidade de Minas Gerais entraram em greve em protesto contra a repressão sofrida pelos estudantes em Pernambuco e no Maranhão. Jornal do Brasil. 14 jun. 1961.

²⁹⁴ Diário de Pernambuco. 13 jun. 1961.

A impressão que tivemos nos últimos dias era a de que a capital de Pernambuco estava sob a ameaça de ocupação por grupos revolucionários e de que só a pronta ação das tropas do Quarto Exército, reforçadas por paraquedistas e fuzileiros navais, transportados por aviões da Força Aérea e por unidades da Marinha de Guerra, impediria a repetição da intentona de 1935. [...] Aqui, no Rio de Janeiro, e em outras capitais, esperava-se, a qualquer momento, a notícia de que o deputado Francisco Julião, à frente das Ligas Camponesas, marchara sobre a capital de Pernambuco e de que lá se instalara o primeiro *Soviete* do Nordeste. [...] É o caso de se perguntar, por que a nação inteira permaneceu, de uns dias para cá, na maior das inquietações? [...] Não há dúvida que a ordem deve ser mantida. Mas também é claro que o governo deve dar explicações (grifo nosso).²⁹⁵

Quatro dias depois, já encerrado o movimento paredista, o mesmo jornal realizou novos questionamentos, desta vez de uma forma mais incisiva:

É preciso que se diga, francamente, que o episódio no Recife tem sido muito mal analisado. Parece haver um propósito evidente, de alguns setores políticos, de armar uma tempestade em copo de água. Se os comunistas prepararam minuciosamente as agitações do Recife, então o País está de parabéns. Jamais se viu agitação tão errática, confusa e sem objetivo certo. Nunca os comunistas cometeram tantas asneiras, agindo contra a técnica que, ao longo de anos de experiência subversiva, elaboraram. Não há dúvida de que os comunistas se movimentaram no Recife. Mas eles – ao que tudo indica – não controlaram o movimento que é, tipicamente, estudantil, mais de acordo com a tradição de irredentismo do movimento acadêmico de Pernambuco do que com os métodos e hábitos comunistas. Há muita coisa mal explicada nesse caso do Recife.²⁹⁶

A desproporção até mesmo no aparato bélico utilizado em ambas as faculdades não foi accidental. Situada no centro da cidade, a Faculdade de Direito do Recife oferecia uma ótima oportunidade de treinamento para uma ação sediciosa, conforme destacou Cavalcanti (1978): “era evidente que tais manobras das forças federais já se constituíam em ensaio para a tomada do poder” (p.294). Ana Maria César (2009) especulou sobre as reais intenções do próprio presidente da República, a quem atribuía feições despóticas: “teria sido, assim, o incidente do Recife, uma manobra do presidente Jânio Quadros para testar seus poderes frente às Forças Armadas e o povo Brasileiro?” (p.187). Por sua vez, o jornal nacionalista *O Semanário* foi mais contundente, acusando o presidente Jânio Quadros de ter aproveitado a greve estudantil para “promover um ensaio geral de terrorismo e intimidação, que servirá de teste para suas almeçadas investidas ditatoriais. Ele que, em entrevista à Revista ‘*Manchete*’ [...] afirmara que só poderia governar o

²⁹⁵ Jornal do Brasil. 13 jun. 1961.

²⁹⁶ Jornal do Brasil. 16 jun. 1961.

Brasil ‘a pau’, cumpre agora o seu lema”.²⁹⁷ Na mesma edição, mais adiante, prosseguia o jornal nas acusações que, se talvez exageradas, não podiam ser desprezadas pela esquerda pernambucana durante os acontecimentos:

À medida que a reação estudantil engrossava, o governo redobrava o aparato bélico e mandava para os jornais um noticiário safadamente malicioso, tentando envolver na crise as “Ligas Camponesas”, o Conselho Sindical de Pernambuco e algumas organizações populares, para então apresentar a crise como uma “revolução comunista”, que lhe ensinaria fechar as entidades estudantis, as Ligas Camponesas, alguns sindicatos e jornais (aspas do autor).²⁹⁸

Na madrugada do dia 16 de junho, às vésperas das provas parciais que ocorreriam no dia 20 daquele mês,²⁹⁹ o Comando de Greve conseguiu lograr um acordo com o governo federal, e em assembleia com os demais alunos, garantiu a aprovação da proposta de encerramento da paralisação. Com o canal de diálogo aberto com o governo, o adiamento das provas parciais, e a enorme repercussão que o movimento alcançou nacionalmente, os estudantes conseguiram algumas vitórias em seus objetivos, embora sabendo que mesmo que se concretizasse, como viria a ocorrer, o afastamento do diretor da Faculdade de Direito,³⁰⁰ a luta por uma reforma universitária mais profunda ainda teria diversos outros capítulos. A consequência mais inquietante, entretanto, e que seguiu repercutindo tanto na imprensa pernambucana como na Assembleia Legislativa do estado, mesmo depois de findado o movimento, foi a propalada “violação da autonomia do estado”, assim como o emprego de tão descomunal equipamento beligerante para sufocar uma agitação universitária. Haveria objetivos dissimulados, e até mesmo intencionais, de exagerar o clima de tensão com o fito de, ao reprimir os estudantes de maneira tão enérgica, enviar um sinal de advertência aos movimentos populares e de esquerda em Pernambuco, como as Ligas Camponesas e a própria Frente do Recife? Seria a proteção do “princípio da

²⁹⁷ O Semanário. 29 jun./06 jul. 1961.

²⁹⁸ Idem.

²⁹⁹ Após o fim da greve estudantil, as provas parciais terminaram sendo adiadas, com a concordância do presidente Jânio, para o mês de agosto do corrente ano (CÉSAR, 2009).

³⁰⁰ No dia 19 o presidente da República nomeou uma comissão de sindicância para apurar as demandas dos estudantes, e ao chegar ao Recife, o Professor Soriano se afastou do cargo de Diretor, assumindo suas funções o vice-diretor Sérgio Loreto Filho. A comissão de sindicância, embora não tenha apontado “desmandos”, entendeu haver falhas graves no sistema administrativo da faculdade, ocasionando assim “desajustamentos entre o corpo discente e o corpo docente que é preciso urgente sanar”, reforçando a própria “conveniência de continuar o professor Soriano Neto afastado de suas funções de diretor da Faculdade de Direito até que se completem e se encerrem as [devidas] providências” (CÉSAR, 2009, p.152).

autoridade”, argumento principal utilizado pelo governo federal para justificar a intervenção militar, além do “restabelecimento da ordem” ameaçada pela “infiltração comunista” na direção do movimento reivindicatório, um sinal de alerta às entidades de classe e aos partidos legalmente constituídos da Frente do Recife das possíveis consequências de manterem relações amistosas e alianças com o Partido Comunista? Estas indagações e reflexões permearam os pensamentos de vários líderes da esquerda nacionalista, e junto com elas, o questionamento à atitude que desempenhou Cid Sampaio em meio à crise política desencadeada pela intervenção de tropas federais no estado. Segundo César (2009), o vereador comunista Carlos Duarte “acusava o governador Cid Sampaio de omissão diante da flagrante intervenção de forças federais no estado”. Já o deputado oposicionista Francisco Falcão declarou que, “numa hora como essa, estaria ao lado do governador mesmo sendo um adversário, na defesa da autonomia de Pernambuco” (p.172). A bancada de esquerda, associada a algumas correntes do PSD, divulgaram uma nota na imprensa protestando contra as “violências consentidas à ‘autonomia de Pernambuco’, numa subjacente alusão à conduta do governo do estado” (CAVALCANTI, 1978, p.294).

Cid Sampaio, ao tomar conhecimento do clima de tensão existente no estado e nos círculos políticos nacionais devido ao desencadeamento das ações estudantis, amplificadas pela possibilidade concreta de adesão dos sindicatos e das Ligas Camponesas, assim como da própria intervenção militar das Forças Armadas, decidiu retornar às pressas à capital pernambucana, no dia 06 de junho, já tomando parte nas negociações com o ministro da Educação, Brígido Tinoco, e o comandante do IV Exército, o general Osvaldo Mota, reassumindo plenamente suas funções de governador. Retornou, portanto, três dias após a propagação das notícias sobre a greve, antes de finalizar seus compromissos partidários no Rio de Janeiro. Iniciou os diálogos tanto com as autoridades civis e militares, assim como com as partes mais francamente em conflito, visitando o diretor Soriano Neto e o Reitor Manoel Rodrigues da URP e divulgando apelos aos estudantes, como o transmitido na TV durante o dia 09 de junho, em que pedia aos alunos para “demonstrar a coragem de parecer fracos aos menos avisados e voltar às aulas, pois isso não é uma frustração, um recuo, ou uma covardia”, e advertia aos que estariam “tirando proveito” político da situação – referindo-se

implicitamente aos sindicatos e partidos de esquerda – visto que estes “precisam ter cuidado, [pois] não podem insuflar os rapazes à desordem” (CÉSAR, 2009, p.73).

Embora buscando manter uma certa postura de neutralidade aparente, por um lado bastante influenciada pelo próprio apoio prestado ao presidente Jânio Quadros durante a campanha eleitoral, e por outro também devido ao seu distanciamento cada mais vez maior das esquerdas, o governo Cid não hesitou em justificar, tanto do ponto de vista legal como político, a utilização das Forças Armadas na desocupação das faculdades e sua respectiva manutenção nas ruas do centro da cidade no período de vigência da greve.

O Exército pode ficar onde quiser no solo do país. O povo brasileiro não está acostumado a respeitar a Constituição. Os estudantes nesse arrojo [...] se esquecem de formular suas reivindicações e ocuparam um prédio federal ilegalmente. [...] A ocupação de uma escola, por legítima que pareça, é exorbitante. Se o governo agisse sob essa pressão, tendo o diretor da Faculdade de Direito e o reitor da Universidade Rural de Pernambuco fora de suas funções e de suas delegações, criava-se um grave precedente. Amanhã eram outros que exorbitariam, eram outros grupos, criava-se a desordem prejudicando o desenvolvimento do país (ibidem, p.74).

Agindo em consonância com tal posicionamento, não externou – o mandatário pernambucano – nos dias de inquietude e turbulência, qualquer desaprovação contra as prisões de lideranças sindicais e políticas realizadas pelo IV Exército, além de não ter concedido permissão para a manifestação que pretendia realizar o CONSINTRA em conjunto com os estudantes e em solidariedade ao movimento que estes últimos encabeçavam, assim como também em repúdio ao emprego dos efetivos militares e contra a repressão sistemática infligida contra os movimentos populares no estado.³⁰¹

O jornal *O Semanário*, na mesma matéria em que dizia que “o vice-governador Pelópidas da Silveira e o prefeito de Recife, Sr. Miguel Arraes, desde o primeiro momento colocaram-se ao lado dos estudantes”, lembrava que “o governador Cid Sampaio, [...] há muito tempo anda de pires na mão atrás do presidente da República, para ver se consegue “algum” para atenuar os efeitos desastrosos da Instrução 204³⁰² em

³⁰¹ O CONSINTRA estava decidido a empreender a concentração mesmo sem a aprovação do governo estadual, mas na véspera de sua realização, na noite do dia 12 de junho, resolveu voltar atrás e cancelar a manifestação, em virtude de um abrandamento das hostilidades entre os estudantes e o Exército e pela possibilidade mais palpável de uma saída negociada para o litígio (CÉSAR, 2009).

³⁰² Foi uma resolução adota pelo governo de Jânio Quadros em março de 1961, eliminando o sistema de leilões de câmbio, permitindo assim a realização de operações cambiais no mercado livre para produtos importados. Segundo o economista Celso Furtado (1975), este decreto foi aplicado “sem as precauções

seu estado”.³⁰³ Também é indicativo acerca de sua postura a entrevista de Pedroso Horta, ministro da Justiça, que não apenas defendeu a atuação de Cid Sampaio durante a greve como afirmou que este, assim que voltou ao Recife, havia colaborado “com o governo federal, até que a parede terminasse”.³⁰⁴

Outra questão que reverberou no desgaste progressivo da Frente Popular diz respeito à atuação do Instituto Brasileiro de Ação Democrática em Pernambuco. Foi fundado ainda no ano de 1959, precisamente no mês de maio, criado com o apoio do governo dos Estados Unidos e de empresários norte-americanos e brasileiros interessados em combater a influência dos setores nacionalistas e de esquerda na esfera política brasileira. Sua tática residia na produção de massivas campanhas publicitárias e de marketing, onde as ideias de esquerda eram combatidas – principalmente disseminando o medo do comunismo e propagando os valores culturais liberais característicos da civilização ocidental –, além de apoiar técnica e financeiramente candidaturas de políticos declaradamente contrários ao movimento nacionalista em expansão. O IBAD teve uma intervenção cada vez mais atuante na vida política brasileira, até o momento em que, após a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e da comprovação e exposição do seu envolvimento no financiamento ilegal de campanhas eleitorais, foi oficialmente proibido pela Justiça brasileira no final do ano de 1963.

Segundo Gregório Bezerra, ao final de sua gestão Cid Sampaio resolveu se envolver com o IBAD, que já era denunciado pelas esquerdas como um instrumento do imperialismo ianque para combater o movimento nacionalista, sendo apelidado pelos comunistas de “Instituto de Ação Fascista Americano”.³⁰⁵ Esta decisão, traduzida em seus resultados práticos no que tange às ações e opções políticas que foram levadas a cabo, inviabilizaria em absoluto qualquer possibilidade de continuidade da aliança entre Cid e a Frente do Recife. Ao aderir ao IBAD, assim como ao Instituto de Pesquisa e

necessárias”, provocando um “desequilíbrio no esquema de financiamento do setor público, cujas consequências foram percebidas na época” e que foi o ponto de partida para os problemas econômicos que influenciariam negativamente “tanto na redução do nível de emprego, quanto no aumento da pressão inflacionária” (p.32).

³⁰³ O Semanário. 29 jun./06 jul. 1961.

³⁰⁴ Jornal do Brasil. 17 jun. 1961.

³⁰⁵ Gregório Bezerra. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/05/1982.

Estudos Sociais (IPES)³⁰⁶ e à *Aliança para o Progresso*,³⁰⁷ em conjunto com a maioria dos dirigentes locais e nacionais da UDN (JACCOUD, 1990), Cid Sampaio optava definitiva e irreversivelmente por um lado dentro da polarização política que tomava conta do país, diante da qual nenhum estado da federação e nenhum partido político poderia ficar alheio.

Através do IBAD, o dinheiro americano jorrou no Recife, de todas as fontes – dos ditos “programas de ajuda”, tipo *Aliança para o Progresso e Alimentos para a Paz*, às contribuições de empresas ianques sediadas no Nordeste. [...] Em Pernambuco o manipulador dos recursos do IBAD foi o usineiro Cid Sampaio³⁰⁸ (CAVALCANTI, 1978, p.299, grifo do autor).

Somado ao grande desgaste ocasionado em virtude do episódio envolvendo a greve estudantil e a intervenção das tropas federais em Recife, conjuntamente ao esvaziamento da assessoria sindical e o fim do diálogo com o movimento operário e camponês, a aliança policlassista que havia elegido Cid Sampaio como governador já não existia e não tinha possibilidades de se reconstruir senão em ilusórias esperanças que, ao menos em termos de conotações partidárias, logo iriam se dissipar.

A burguesia agroindustrial do Nordeste [que Cid representava] integra-se com bastante rapidez à oposição nacional, ao governo nacionalista, submetendo-se ao modelo e aos planos do capitalismo associado. Esta opção cortava qualquer perspectiva de autonomia, mas em compensação a livrava da incômoda presença de forças populares que tendiam a ampliar suas reivindicações e questionar o próprio conteúdo da dominação de classes (SOARES, 1982, p.78).

4.5 Os conflitos envolvendo a SUDENE e a ruptura definitiva da aliança

No final do ano de 1961, Cid Sampaio e as esquerdas já estavam praticamente rompidos. Contudo, um novo e derradeiro agravamento – envolvendo a SUDENE e a aprovação de seu Primeiro Plano Diretor – viria a cindir inexoravelmente a frente popular. Na luta pela fundação da Superintendência, a Frente do Recife e os udenistas

³⁰⁶ Foi Fundado em 29 de Novembro de 1961 por empresários brasileiros associados ao imperialismo norte-americano. Atuava em conjunto com o IBAD, procurando aglutinar os movimentos de direita no país e frear o avanço das esquerdas – que, por conseguinte, os acusavam de ser diretamente financiados pelo governo dos EUA.

³⁰⁷ Criada em 1961, pelo presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, cujo objetivo era fornecer ajuda econômica e social para os países da América Latina com o fito de diminuir as tensões sociais e os conflitos de classe, assim como minimizar a influência da Revolução Cubana no continente.

³⁰⁸ Segundo o autor, a afirmação de que Cid seria o principal operador do IBAD em Pernambuco é confirmada pela obra de Moniz Bandeira (1977): *O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*.

marcharam unidos, fortalecendo a unidade em torno do governo Cid. Entretanto, visões distintas acerca da função e alcance da autarquia colocariam mais uma vez em lados opostos estes dois blocos políticos responsáveis pela organização das Oposições Unidas. Apesar de Cid ter declarado posteriormente, referindo-se ao superintendente Celso Furtado e os demais governadores dos estados nordestinos, que “havia perfeita sintonia entre nós”,³⁰⁹ ele e a UDN defendiam um projeto mais vinculado às práticas assistencialistas do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), mais condizente com as perspectivas de manutenção do latifúndio e do poder local das burguesias agrárias algodoeiro-pecuaristas. Enquanto que, por sua vez, o Primeiro Plano Diretor, elaborado pelo economista Celso Furtado, almejava ir mais a fundo nas dificuldades econômicas do Nordeste e nas principais causas referentes aos problemas da seca e das condições de vida no semiárido nordestino.

Sem mais contar com o apoio udenista, e assim, por conseguinte, do próprio poder público estadual, a Frente do Recife se mobilizou junto às classes subalternas para defender o Plano Diretor, o que se converteu em um embate direto contra o governo Cid (AGUIAR, 1993).

Qual a direção do "ataque frontal" da SUDENE? A captura do Estado no Nordeste pela oligarquia agrária algodoeiro-pecuária, sob a forma de intervenção do DNOCS [...]. Não pode fazê-lo exatamente porque a força das classes populares em emergência no Nordeste cobrará, em algum momento, os direitos que tem nessa confluência de forças para "descapturar" o Estado; e essa confluência é uma coligação de desiguais, com interesses desiguais: entre o ano de sua criação e até a aprovação do seu primeiro Plano Diretor, que somente surgirá em 1961, decorridos dois anos de sua criação, a SUDENE conhecerá desdobramentos cuja lógica dependerá do alinhamento e realinhamento do conjunto das forças sociais que a apoiavam, e no limite, do realinhamento mesmo entre forças que se opunham. É o caso, por exemplo, do realinhamento entre as forças da burguesia industrial nordestina e da burguesia internacional-associada do Centro-Sul com a própria oligarquia agrária algodoeiro-pecuária do Nordeste, no momento em que o questionamento da viabilidade da economia da zona semiárida começou a passar necessariamente pelo questionamento da estrutura fundiária e do direito de propriedade. É o caso, também, da própria dissociação de forças entre a burguesia industrial nordestina e a burguesia internacional-associada do Centro-Sul, no momento em que a primeira começa a perceber que os favores administrados pela SUDENE vão parar, inevitavelmente, às mãos da segunda. É o caso, por exemplo, da crescente gravitação da própria SUDENE em relação às forças populares do Nordeste, no momento, em que começa a gerir-se a oposição da própria burguesia industrial do Nordeste ao organismo regional de planejamento, e este começa a depender mais das forças populares do Nordeste para destruir seu opositor principal, o "velho" Estado cristalizado no DNOCS, para implementar a passagem da economia do

³⁰⁹ Cid Sampaio. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 22/04/1984.

Nordeste à economia nacional integrada. Momento esse que tem seu ponto de fusão, por exemplo, no movimento popular, que talvez pela primeira vez na história nacional vai reivindicar em praça pública, em comício, a aprovação do Primeiro Plano Diretor (OLIVEIRA, 1985, p.118-119).

Este comício a que se referiu Francisco de Oliveira ocorreu justamente no Recife, no dia 06 de dezembro,³¹⁰ onde as esquerdas possuíam força significativa para fazer frente aos interesses das oligarquias rurais, que neste momento já entravam em relativa sintonia com os interesses da burguesia regional e do que o autor denomina de burguesia “internacional-associada” do Centro-Sul do país. No entanto, as “classes produtoras” manifestaram seu apoio à luta pela proteção da SUDENE, inclusive paralisando todas as atividades comerciais, bancárias e industriais durante uma hora, durante a realização do protesto.³¹¹

Conforme o relato de Jáder de Andrade que, como já dito anteriormente, trabalhava na equipe da SUDENE naquela época, os trabalhadores de Pernambuco e também de outros estados nordestinos organizaram uma greve em defesa da proposta inicial elaborada por Celso Furtado e sem as emendas que foram aprovadas no Congresso Nacional, tendo Arraes, como prefeito, encabeçado uma lista de apoio ao Plano Diretor, seguido por várias outras personalidades de esquerda.³¹² Cid deveria encabeçar a lista, mas recusou-se a assiná-la.³¹³ As alterações realizadas pelos parlamentares, de autoria do senador paraibano Argemiro de Figueiredo, da UDN, eram entendidas tanto pelas esquerdas como pelas classes empresariais como uma “mutilação” da Superintendência.³¹⁴ Uma nota oficial foi veiculada na imprensa pelas principais entidades patronais, instando à manutenção de uma mínima unidade em torno da preservação da SUDENE.

As classes produtoras de Pernambuco, inteiramente solidárias com o povo do Nordeste, na nobre batalha pela aprovação do Plano Diretor da SUDENE, ao lado das demais classes, sentem-se na obrigação de fazer os seguintes apelos: 1.º) Efetuem-se as demonstrações públicas, procurando limitá-las aos altos objetivos almejados, evitando-se insultos pessoais que um excessivo clima

³¹⁰ Este comício contou com a participação de quatro governadores nordestinos, além de prefeitos e deputados. Diário de Pernambuco. 07 dez. 1961.

³¹¹ Idem.

³¹² Jáder de Andrade. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 18/04/1990.

³¹³ De acordo com o sindicalista Gilberto Azevedo, que foi também assessor sindical do governo Cid, esta lista convocatória foi assinada, além de Arraes, também pelos presidentes da Assembleia Legislativa e da Câmara Municipal, pelo vice-governador Pelópidas Silveira, além de representantes do CONSINTRA e inclusive da própria Federação das Indústrias. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 26/05/1986.

³¹⁴ Diário de Pernambuco. 05 dez. 1961.

emocional poderá propiciar; 2.º) As indústrias suspendam suas atividades, simbolicamente às 17 horas do dia 6, fazendo soar as suas sirenes enquanto o comércio e atividades congêneres cerrem as suas portas também à mesma hora; 3.º) Lutemos, pacificamente, até alcançarmos a nossa meta, que se imporá à opinião pública do país e ao Congresso Nacional, como uma reivindicação justa e inadiável do sofrido Nordeste do Brasil; 4.º) Conclame-se, finalmente, o alto senso de civismo do povo para **evitar o divisionismo da Frente Única da luta comum, não se deixando envolver pela ação dos perturbadores da ordem**, que seria aproveitada pelos nossos adversários para desfigurar a nossa meritória campanha (ibidem, grifo nossos).³¹⁵

Segundo José Maria, o governo Cid reprimiu violentamente as quatro greves que foram deflagradas – dos metalúrgicos, dos tecelões, dos portuários e dos trabalhadores do moinho –, com a polícia invadindo a sede dos sindicatos e prendendo vários de seus dirigentes. De acordo com ele, este fato teria sido o estopim para o rompimento definitivo entre o mandatário estadual e as esquerdas, constituindo-se como “a gota d’água do copo que já estava cheio”. Como ato contínuo, “a Frente do Recife retirou o apoio a Cid”.³¹⁶

Consoante à narrativa exposta por Jáder de Andrade, quando Cid Sampaio tomou conhecimento da grande concentração popular no comício em prol do Plano Diretor que então se realizava no centro da cidade – mais especificamente na Praça da Independência –, decidiu se dirigir para lá. Subiu no palanque, discursou e foi energicamente vaiado pela multidão de populares que lá se encontravam.³¹⁷ Segundo registrou a imprensa pernambucana, o governador foi acompanhado por alguns apoiadores, após participar do evento, da praça até ao Palácio Campo das Princesas, sede do executivo estadual. Uma vez lá, Cid realizou um discurso para seus aliados e criticou em especial o PCB, afirmando que os “comunistas não dão soluções para o presente, falam em revolução, mas não proclamam publicamente seus planos para depois da revolução” (AGUIAR, p.198).

Em matéria divulgada logo ao dia seguinte, o *Diário de Pernambuco* asseverou que, “enfrentando manifestações de grupos hostis, governador falou no comício e

³¹⁵ O comunicado foi subscrito no dia 05 de dezembro de 1961, sendo assinado por Antônio Galvão, Renato Brito Bezerra de Melo, Manoel Victor Teles Moreira e Wilson Campos, representando, respectivamente, a Associação Comercial de Pernambuco, a Federação das Indústrias de Pernambuco, o Sindicato dos Bancos de Pernambuco e a Federação do Comércio Atacadista. *Diário de Pernambuco*. 06 dez. 1961.

³¹⁶ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

³¹⁷ Ainda segundo Jáder de Andrade, Cid “falou durante quarenta minutos, [e foram] quarenta minutos de vaia; ninguém ouvia [...] o que ele dizia”. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 18/04/1990.

defendeu a SUDENE”.³¹⁸ Referindo-se ao ocorrido como uma “trama”, o periódico também reproduziu o depoimento do apresentador do comício, o afamado jornalista Helio Polito, que criticou a ausência de ação policial quando se iniciaram as vaias ao governador, qualificando também as mesmas como um ato de “traição”:

Essa atitude irresponsável e criminosa daqueles que, organizada e traiçoeiramente, planejaram e executaram a vaia ao Sr. Cid Sampaio veio apenas dar a impressão ao resto do Brasil, de que o senador Argemiro de Figueiredo tinha razão: que, efetivamente, o movimento era de tendência comunista, quando ao contrário todos nós sabemos que de comunistas não poderiam taxados nem eu, nem o governador do Rio Grande do Norte, nem o governador da Paraíba, e nenhum daqueles homens de bem que foram à praça pública tão somente levados por um ideal.³¹⁹

E concluiu em um tom bastante inflamado:

Enganam-se aqueles que traíram julgando que me usaram como “inocente útil”. Em meu programa na próxima terça-feira, saberei falar ao público, desmascarando esses traidores que fogem aos compromissos assumidos, isto é, os de se solidarizarem com a nossa campanha com objetivos meramente ditados pelo patriotismo e pelo amor a esta região. Saberei apontar esses traidores. E farei mais: convidarei todos aqueles que não traem, que não são comunistas, que são homens de bem para que, reunidos todos, possam prestar ao Sr. Cid Sampaio a nossa solidariedade e a nossa palavra de desagravo, a fim de que o Brasil inteiro saiba que não somos terra de bandidos.³²⁰

De acordo com os relatos de José Maria, as vaias foram espontâneas e partiram principalmente dos operários grevistas que foram duramente reprimidos pelo governo estadual, assim como dos estudantes que também sofreram perseguições durante os incidentes envolvendo a paralisação universitária e a Campanha da Legalidade pela posse de João Goulart como presidente. Como testemunha ocular privilegiada dos eventos que se sucederam durante o comício em prol da SUDENE, em virtude de estar em cima do palanque, nos contou também que, durante o discurso de Cid, um grande tumulto se iniciou, agravando ainda mais a tensão, quando Olímpio Mendonça, membro da UDN e diretor de administração da Secretaria de Segurança Pública, tentou prender um estudante que estava proferindo termos ofensivos contra o governador, e no alvoroço que se seguiu, com os populares tentando evitar a prisão, Olímpio teria sacado sua arma e disparado contra o calçamento, tendo um dos projeteis ricocheteado e ferido outro jovem. A confusão resultante teria acirrado ainda mais os ânimos, fazendo com

³¹⁸ Diário de Pernambuco. 07 dez. 1961.

³¹⁹ Idem.

³²⁰ Idem.

que as vaias aumentassem em proporção e intensidade. O secretário de polícia – ainda segundo José Maria – teria fugido pelas estreitas ruas do centro temendo ser linchado pelos populares.³²¹ No *Diario de Pernambuco*, o relato dos tiros também foi divulgado, embora sem menção a quem os tivesse efetuado. Também foi dito na mesma matéria que ninguém teria sido alvejado pelas balas, apesar de logo em seguida tenha sido noticiado que “em consequência dos dois disparos feitos, apareceram à noite no Pronto Socorro, com ligeiras escoriações, os Srs. João Pereira Valois, Braz Batista dos Santos e Olímpio Mendonça”.³²² O mesmo jornal também publicou uma nota própria, intitulada “*Sem emendas e sem comunistas*”, responsabilizando o PCB pelos acontecimentos envolvendo o desagravo popular à conduta do governo estadual:

“Os Diários e Emissoras Associados” de Pernambuco, como todos os jornais, rádios e televisões da grande cadeia nacional, mantêm-se firmes no seu decidido apoio ao movimento do Nordeste, a favor da aprovação do Plano Diretor da SUDENE. A nossa posição está em perfeita coerência com os mais altos interesses de toda a região, contrários a qualquer influência de caráter político-partidário no assunto. Estamos, por isso, perfeitamente à vontade ao **condenar a infiltração de grupos a serviço da agitação** que, como sempre, só aproveitam dos legítimos movimentos de opinião pública para os escusos fins a que visam. Nesta hora, em que, arregimentados, os extremistas procuram transformar uma iniciativa digna e altamente louvável em veículo de suas agitações, os “Diários e Emissoras Associados” de Pernambuco reafirmam a sua posição ao Plano Diretor da SUDENE, **repudiando a exploração comunista e conclamando os líderes democráticos e as classes conservadoras à união indestrutível das legítimas forças do Nordeste**, para evitar que os mau brasileiros, a serviço de filosofias e doutrinas espúrias – violentadoras da nossa tradição de liberdade – possam obter a vitória de dividir as forças do Nordeste, enfraquecendo-as. **Os agitadores, os comunistas, jamais desejaram a melhoria de nossas condições de vida**; como tal não podem desejar sinceramente a aprovação de um planejamento com essa finalidade. Reajamos, enquanto é tempo, **expurgando os agitadores**, para que o movimento de alto significado como este a que assistimos não venha a se transformar em campo de atividade extremista. Lutemos pelo Plano Diretor da SUDENE, **sem emendas e sem comunistas** (grifos nossos).³²³

Estas declarações evidenciam concretamente o rompimento incontestado das classes abastadas com os comunistas e, por conseguinte, com os setores mais progressistas do movimento nacionalista, inviabilizando quaisquer futuras possibilidades de, ao menos em curto prazo, restabelecer uma frente popular entre a burguesia e as classes oboiras.

³²¹ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

³²² *Diario de Pernambuco*. 07 dez. 1961.

³²³ Idem.

Segundo as análises de Francisco de Oliveira, o alinhamento de Cid à USAID, e como consequência, aos interesses norte-americanos, que tinham como objetivo “esvaziar a SUDENE”, ocasionou os motivos principais dos conflitos entre Cid e a política desenvolvimentista empreendida por Celso Furtado, intensificando as contendas entre as classes produtoras e a esquerda nacionalista.³²⁴

Em fevereiro de 1962, o PCB havia redigido uma carta aberta ao governador para ser veiculada em seu jornal local, *A Hora*, onde explicava ao povo pernambucano as razões pelas quais havia decidido romper com o governo estadual, atacando de forma contundente a gestão de Cid Sampaio. No dia anterior à publicação do respectivo texto, o DOPS invadiu a redação³²⁵ e empastelou o jornal (MELO, 2011), procurando impedir ou ao menos minimizar o alcance negativo que estas críticas poderiam ter entre os círculos intelectuais e os setores populares mais simpáticos às posições do PCB. No entanto, com base em diversos outros meios alternativos, o PCB garantiu uma publicização considerável da respectiva carta, inclusive também, posteriormente, através de seu periódico oficial, frustrando os planos do governo e de sua polícia (CAVALCANTI, 1978). Neste momento, o governo Cid já não se importava tanto em procurar manter a imagem democrática e de tolerância política que caracterizou a primeira metade de seu mandato. Os comunistas acusaram a administração estadual de se converter em um governo exclusivamente udenista, de desprezar os movimentos sociais e de se aliar ao IBAD e à *Aliança Para o Progresso* (PANDOLFI, 1984). Nos dizeres da carta reproduzidos por Soares (1982), “Cid renegou as medidas defendidas na campanha eleitoral, passou a reprimir o movimento dos trabalhadores, ligou-se ao imperialismo americano e procurou esvaziar a SUDENE” (p.78).

³²⁴ Francisco de Oliveira. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 27/05/1986.

³²⁵ Além da invasão, a polícia prendeu nove funcionários da gráfica do jornal, assim como o líder comunista David Capistrano, que foi processado durante o ano de 1962 sob a acusação de que, com a carta aberta contendo críticas ao governador, estivesse querendo promover agitação e subversão no estado (MELO, 2011). Em depoimento perante à Justiça, este alegou que o comunicado teve suas motivações em virtude “de ter o governador do estado deixado de cumprir compromisso assinado quando candidato ao cargo de governador, em abril de 1958”. Diário de Pernambuco. 07 ago. 1962. Este compromisso a que se referiu Capistrano foi o Manifesto das Oposições Unidas, publicado em 07 de abril de 1958, antes das eleições estaduais. Foi o documento base para aliança entre a Frente do Recife e a UDN, sendo assinado tanto por Cid Sampaio, como pelo próprio David Capistrano. O Manifesto pode ser visto na íntegra no anexo D, a partir da página 242.

Dentro do PCB, a ruptura com Cid, ou a forma e o momento em que ocorreram, não foram consensuais. Paulo Cavalcanti (1978), embora se reportando à aliança da Frente do Recife com a burguesia como mero “incidente eleitoral, logo esvaziado pelos acontecimentos que se sucederam” (p.278), avaliou que seu rompimento teria sido prematuro, e atribuiu parte da responsabilidade ao próprio PCB:

Um pouco pela continuidade das posições retrógradas dos integrantes da Associação Comercial, ávidos do desfrute do poder, sequiosos de favoritismo, um pouco pelo sectarismo dos comunistas, ou da maioria do seu Comitê Estadual, o certo é que se criou uma divisão entre Cid e as esquerdas, mais cedo do que deveria acontecer (ibidem, p.278).

Por outro lado, José Maria afirmou que os membros do Partido sempre estiveram inteirados do caráter temporário da aliança:

[Todos] sabiam, da cidade ao campo estava todo mundo ciente. Porque nosso objetivo era desbancar dois políticos, Cordeiro de Farias e Etelvino Lins [chefe do PSD na época]. E para isso o Cid se prestava porque tinha uma oposição muito forte da UDN contra o PSD, que era o partido de Etelvino. [...] E aí existia um ranço político da UDN, liderada por Cid Sampaio [e] Leal Sampaio, contra o governo [de] Cordeiro de Farias, porque não conseguiram ganhar as eleições. [...] Daí a UDN criou uma grande mágoa política contra Etelvino, contra Cordeiro de Farias e contra o PSD. Então, [...] pelos cálculos que a gente fazia, do eleitorado [...] a UDN detinha 30%, junto com a burguesia [...]. O governo do estado tinha 40% e a esquerda liderada pelo Partido Comunista tinha seus 30% mais ou menos. Estava dividido, 30, 30 e 40. Etelvino achava que o Partido Comunista não iria se unir com a UDN [...]. Não havia essa união, não havia possibilidade [mas] houve. [...] Se uniu a UDN com o PCB, aí foram 60% contra os 40% de Etelvino.³²⁶

Também corroborando com o último relato, Ivo Valença, dirigente do PCB no período, afirmou que o Partido nunca esperou mais da aliança policlassista do que o que esta poderia oferecer. Referindo-se aos comunistas, disse que “nunca tivemos ilusões, como partido revolucionário, com o governo de Cid. Sabíamos e prevíamos o que ia acontecer, porém, era a única maneira de desbancar o PSD”.³²⁷ Para Gregório Bezerra:

O que nós queríamos era destruir a oligarquia *etelvinista* e *cordeirista* e, para isso, tinha que se encontrar um homem forte, de pulso e esse homem, naquele momento, foi Cid Sampaio. Não havia outro que pudesse somar como Cid realmente somou; e não ficamos arrependidos por isso não (grifos nossos).³²⁸

³²⁶ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

³²⁷ Ivo Valença. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 06/06/1986.

³²⁸ Gregório Bezerra. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/05/1982.

Apesar do desfecho da experiência de aliança entre trabalhadores e empresários em Pernambuco, o PCB seguiu com suas posições de construção da *Frente Única Nacionalista e Democrática*, acreditando na exequibilidade de transformações graduais e dentro da ordem institucional, apostando na “burguesia nacional” como aliada neste processo. Nos dizeres de Soares (1982), o Partido “não aprofunda as razões do esfacelamento da Frente Desenvolvimentista”, não compreendendo que seu papel “deveria ser apenas a de abrir espaço para a organização independente do proletariado” (p.79). Entretanto, ao menos em Pernambuco, o desenlace foi exatamente este, através da eleição de Miguel Arraes, com a Frente do Recife chegando ao governo do estado. De acordo com José Maria, “a prova que foi certo” foi que os comunistas pavimentaram desde o início uma alternativa popular, com Arraes, não criando ilusões com a continuidade de um governo udenista, salientando que, “durante o processo de aliança com Cid, nós preparamos nosso próprio caminho”.³²⁹

Pode-se, portanto, concluir que a opção pela aliança com a UDN foi um acerto do ponto de vista tático, visto que abriu o caminho para as esquerdas chegarem definitivamente ao governo estadual. Evidentemente, este percurso trilhado também pode ter sido um aprendizado *necessário* para o amadurecimento político das classes populares, uma vez que começaram a compreender que a industrialização em si, embora bem-vinda, não seria capaz de resolver os principais problemas sociais existentes. A esse respeito, Paulo Cavalcanti teceu algumas considerações pertinentes:

A gente sempre se pergunta: “industrialização para que e para quem?” A industrialização de Cid era para manter a classe operária a nível de classe explorada. Salários, em via de regra, abaixo do normal e no poder as elites, os líderes, as chamadas classes produtoras. [...] Então, não é só desenvolver e industrializar, é resolver os problemas de estrutura: problema da terra; problema da habitação; problema da educação.³³⁰

O governo de Cid Sampaio abriu inegavelmente um novo horizonte para as classes populares pernambucanas. Seu caráter modernizante e mais liberal conferiu às esquerdas um novo patamar de atuação política, uma vez derrotada a oligarquia pessedista. A aliança entre burgueses e trabalhadores possuía suas evidentes limitações, mas foi através dela que o movimento nacionalista pôde progredir no estado. Sua relevância para o desenvolvimento político e econômico de Pernambuco foi

³²⁹ José Maria da Silva. Entrevista concedida ao autor em 28/05/2015.

³³⁰ Paulo Cavalcanti. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 03/06/1982.

reconhecida pelo próprio PCB, que longe de realizar qualquer autocrítica desta aliança, sempre a considerou como algo necessário e importante para o avanço do movimento popular e nacionalista. Resumindo em uma única frase, Gregório Bezerra conseguiu sintetizar de maneira sublime o legado do governo udenista, afirmando que “Cid, principalmente aqui em Pernambuco, é o maior... da burguesia.”³³¹

³³¹ Gregório Bezerra. Entrevista concedida ao arquivo FUNDAJ em 28/05/1982.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo deste tema, depois de mais de meio século decorrido, possibilita algumas facilidades significativas, tanto para com os autores que se destacaram nos estudos pioneiros destes acontecimentos – devido ao maior volume de acervo e informações disponíveis –, como e, principalmente, para com os intelectuais e lideranças políticas que vivenciaram o período, tecendo análises e defendendo posições em meio à sucessão dos eventos. Todavia, a extensa bibliografia produzida, do mesmo modo que a vasta quantidade de depoimentos acessíveis, amplia as dificuldades e a complexidade desta pesquisa, em razão das acirradas disputas políticas envolvidas e das concepções ideológicas e interpretações distintas existentes.

Os anos 50 e 60 foram de intensa atividade política, intelectual e cultural no Brasil. Foi uma época de grandes esperanças, onde o destino do país – e com ele o das grandes massas laboriosas – estava em disputa. Os movimentos sociais – integrados por estudantes, operários, camponeses, intelectuais e trabalhadores em geral – cresciam e viviam seu apogeu político, ao mesmo tempo em que despertavam uma reação cada vez mais enfurecida das elites econômicas e dos setores mais conservadores da política brasileira, além dos oligopólios internacionais e seus agentes internos, precipitando e aguçando a luta de classes e a divisão entre dois polos antagônicos.

A formação da frente popular em Pernambuco, com a denominação de Oposições Unidas – que aglutinou numa mesma aliança política e social desde usineiros, industriais e comerciantes a camponeses, operários e setores das classes médias urbanas –, esteve diretamente relacionada ao desenvolvimento industrial e à urbanização, intensificados no governo de Juscelino Kubitschek, e ao fortalecimento e expansão do movimento nacionalista em todo o Brasil. A divergência em torno da necessidade de modernização econômica do estado de Pernambuco, conjuntamente com as disputas comerciais com seus concorrentes burgueses no Centro-Sul do país, além da cisão com uma fração da elite local – associada ao latifúndio e às práticas patrimonialistas e coronelísticas de exercício do mando, culminando nas greves de trabalhadores e empresários contra a aprovação de um novo Código Tributário e nos movimentos comuns de protestos contra o autoritarismo e a repressão do governo

pessedista –, possibilitou que uma parcela mais dinâmica da burguesia pernambucana se somasse às lutas dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, que possuíam forte respaldo entre o eleitorado metropolitano e estavam em franca ascensão, muito mais fortalecidos e unificados através da consolidação da Frente do Recife, conquistando, como ato contínuo, a Prefeitura da capital. Apesar de terem sido fundamentais os acordos políticos envolvendo as principais lideranças dos partidos e entidades de classe, a substancial capacidade e singularidade da frente popular derivava do elevado nível de consciência e organização das classes sociais implicadas, estas não sendo de forma alguma coadjuvantes, mas sim protagonistas deste processo histórico, e sem as quais nenhuma mudança social pode efetivamente ocorrer.

O foco especial na atuação do PCB se deveu a três fatores. O primeiro está relacionado à sua força predominante nas camadas trabalhadoras do Recife, conseguindo desta forma estar na vanguarda dos principais movimentos populares do estado e, através de sua tática frentista, pôde adquirir um papel de liderança entre as esquerdas, mesmo estando na ilegalidade e sofrendo investidas e perseguições policiais. O segundo aspecto se remete ao fato deste Partido ser o único que, dentro da frente popular, possuía uma visão estratégica da aliança, além de todo um arcabouço teórico, analisando e debatendo a realidade nacional e local, bem como pontuando a necessidade da união com a “burguesia nacional” como parte essencial de sua concepção da revolução brasileira em sua primeira etapa. Por fim, foi a organização que, tanto dentro da Frente do Recife como fora dela, a que mais defendeu a necessidade desta coalizão, utilizando-se de sua influência junto aos grupos de esquerda e entre as massas obreiras para assegurar a unidade com a UDN e as classes empresariais. Sem o PCB, portanto, não poderia ter surgido naquela época a frente popular em Pernambuco – ou ao menos não nos moldes e nas circunstâncias em que efetivamente ocorreu.

O principal equívoco do PCB consistiu em, após a *Declaração de Março* de 1958, estabelecer uma relação mecânica e determinista entre o progresso capitalista e industrial no Brasil e a consequente democratização crescente da política institucional no país, sendo a participação da burguesia no governo o reflexo direto disto. Tendo esta análise como ponto de partida para suas reflexões, concluiu que as transformações sociais de caráter democrático e popular poderiam ser alcançadas no marco do regime vigente, de forma gradual e pacífica, olvidando o caráter de classe do Estado e

ignorando a possibilidade de desenvolvimento do capitalismo sem romper com o latifúndio e o imperialismo, afastando as classes subalternas e inviabilizando a pretensa construção da *Frente Única Nacionalista e Democrática* nos limites da legalidade eleitoral. Vale salientar, porém, que todo este processo ocorreu em meio a uma acirrada disputa interna entre os comunistas brasileiros, que divergiam acerca das consequências mais imediatas dos progressos industriais, assim como da tática de ação partidária, ocasionando uma cisão. Deste modo, a convivência comum nas lutas cotidianas dos militantes pecebistas com os socialistas, trabalhistas e católicos de esquerda contribuiu substancialmente para uma influência recíproca entre os atores que integravam o movimento nacionalista.

Durante a primeira metade de seu mandato, o governo Cid conseguiu garantir uma relativa estabilidade nas fileiras da frente popular, inclusive com o apoio da UDN à candidatura de Miguel Arraes da Frente do Recife nas eleições da capital. Contudo, o agravamento crescente da polarização nacional, provocado pelo fortalecimento do movimento sindical e camponês, por um lado, e o aumento da interferência do imperialismo norte-americano, através de programas como o IBAD, IPES, USAID e a *Aliança para o Progresso*, por outro, principalmente devido ao acirramento da Guerra Fria desencadeado pela vitória e progressiva radicalização da Revolução Cubana, viriam a solapar a possibilidade de continuidade dessa aliança. A fração da burguesia pernambucana considerada como mais dinâmica e potencialmente modernizante, temendo o avanço dos movimentos populares em geral, e dos comunistas em particular, terminaria por renunciar à viabilidade de um projeto de desenvolvimento democrático e nacional – e, sobretudo, regional –, concordando em se submeter aos ditames do imperialismo e aceitando a manutenção do latifúndio e das relações atrasadas e pré-capitalistas no campo brasileiro, em especial no Norte e Nordeste do país.

No último ano do governo de Cid Sampaio, quando novamente os movimentos sociais voltaram a ser intensivamente reprimidos, as esquerdas decidiram romper oficialmente com a UDN, articulando sua própria escalada rumo ao executivo estadual. A despeito de ser criticado por alguns estudiosos em virtude de suas idealizações e erros de análise, o PCB, bem como sua correspondente opção tática pela coalizão com a burguesia, nos limites da conjuntura do estado, demonstrou, em nosso entendimento, possuir uma brilhante leitura da realidade local e de suas perspectivas práticas, tendo

estas últimas sido realizadas com eficiência e destreza pelos comunistas pernambucanos. Desde o início, os membros do Partido estavam cientes do caráter pragmático do apoio a Cid, visto como a única possibilidade de derrotar um governo oligárquico que reprimia violentamente as organizações de esquerda e representava os setores mais retrógrados da política regional. A evolução econômica e industrial auferida pelo estado, assim como a posterior chegada da Frente do Recife ao governo estadual comprovou o acerto da tática pecebista, que pavimentou o caminho para o triunfo eleitoral da esquerda nacionalista, em consequência da maior liberdade política alcançada – sobretudo nos dois primeiros anos de governo – e pelo progressivo enfraquecimento da máquina eleitoral pessedista em seus redutos rurais. Neste sentido, podemos verificar como na teoria marxista, que mesmo considerando os interesses da burguesia industrial como contrários aos da classe operária, é possível conceber situações onde estas classes possam se unir em prol de objetivos comuns. Esta concepção, exposta na teoria leninista da revolução em etapas, se converteu na principal alternativa defendida pelos comunistas nos países onde o capitalismo não havia adquirido seu pleno desenvolvimento e eram, conseqüentemente, explorados pelas potências imperialistas.

Evidentemente, nosso estudo parte de um viés entre tantos outros possíveis, e longe de procurar estabelecer rígidas conclusões acerca desta temática, objetivou fornecer mais uma contribuição para o contínuo enriquecimento da pesquisa historiográfica sobre este importante período de nosso passado político, em que a produção intelectual, os conflitos de classe e a polarização social chegaram a níveis bastante elevados, sendo difíceis de serem iguados e reciprocamente interrelacionados nestas respectivas proporções. Por outro lado, o recorte histórico realizado não nos permitiu ir até o fim do ciclo histórico que se encerrou com o golpe burguês-militar de 1964, não sendo possível, assim, nos aprofundar nas lições que, em nível nacional, pôde o PCB tirar da experiência da frente popular em Pernambuco. Certamente que seu êxito alcançado com a vitória de uma candidatura nacionalista e de esquerda para a sucessão do governo estadual, bem como o triunfo da Campanha da Legalidade – demonstrando o vigor do movimento popular e democrático ao garantir a posse do trabalhista João Goulart na presidência do país –, contribuíram para o aumento de uma confiança, até

certo ponto idealizada, no papel a ser desempenhado pela burguesia brasileira no processo histórico de emancipação nacional.

No entanto, o rompimento das esquerdas com a burguesia agroindustrial que ocorreu em Pernambuco demonstrou na prática as dificuldades de se efetivar esta aliança, principalmente em nível nacional. As circunstâncias que lhe tornaram possível naquele período derivaram de especificidades regionais e locais, mas que não poderiam persistir diante do agravamento da radicalização política que ocorria no plano nacional e internacional. Desta forma, por que teria o PCB continuado apostando nesta opção tática para o país – mesmo ciente de suas fragilidades – e creditando na solidez das instituições democráticas e na efetiva construção de uma ampla frente nacionalista, cada vez mais restrita aos círculos esquerdistas e às classes trabalhadoras? É possível estabelecer alguma relação entre a guinada tática do PCB a partir de 1958, com o advento da *Declaração de Março*, e a frágil resistência popular que se observou durante o golpe burguês-militar de 1964? Por outro lado, até que ponto é possível comparar as frentes populares dos dias atuais com as do caso estudado? São questões que, pelo escopo e pelo recorte histórico, este trabalho não pôde fornecer mais do que alguns subsídios para uma reflexão que, eventualmente, poderemos nos dedicar em um momento posterior.

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Tecendo lutas, abrindo espaços:** mulheres nos movimentos sociais dos anos 50. Recife: Editora Oito de Março, 2004.
- AGUIAR, Roberto Oliveira de. **Recife: da Frente ao Golpe:** ideologias políticas em Pernambuco. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1993.
- ASSIS, Laura de Oliveira; GONÇALVES, Leandro Pereira. **A renovação pecebista nos anos 50:** um projeto inspirado na ideologia gramsciana, 2009. Disponível em <<http://www.revistalabor.ufc.br/Artigo/revista2/leandro.pdf>> Acesso em: 24/07/201.
- BANDEIRA, Luiz Moniz. **O governo João Goulart:** as lutas sociais no Brasil (1961 – 1964). 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O governo Kubitschek:** desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BEZERRA, Gregório. **Memórias.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BRAYNER, Flávio Henrique Albert. **Partido Comunista em Pernambuco:** mudança e conservação na atividade do partido comunista brasileiro em Pernambuco (1954 – 1964). Recife, PE: Editora Massagana, 1989.
- CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto, como o caso foi:** da Coluna Prestes a queda de Arraes. (Memórias). São Paulo, SP: Editora Alfa-Omega, 1978.
- CÉSAR, Ana Maria. **A faculdade sitiada:** a greve dos estudantes de Direito do Recife, em 1961, que envolveu o Exército e a presidência da república. Recife: CEPE, 2009.
- CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro:** conflito e integração (1922 – 1972). Tradução de Celso Mauro Paciornik. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- COMITÊ CENTRAL DO PC (B) DA URSS. **História do Partido Comunista (Bolchevique) da URSS.** Fortaleza: Manoel Lisboa, 1999.
- DANTAS, Rodrigo César de Araújo. **O PCB e a Frente Popular em Pernambuco:** encontros e desencontros de uma trajetória idealizada (1945-1958). Recife: UFPE, 2012. 80 p. Monografia (graduação) – Bacharelado em Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. **Revista Brasileira de História**, São Paulo / ANPUH, v. 27, 1994.

_____. **PTB: do getulismo ao reformismo (1945-1964)**. 2º. Ed. São Paulo: LTr, 2011.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: _____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3. p. 301-342.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 7ª. Ed. São Paulo: Nacional, 1967.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 7ª. Ed. São Paulo: Nacional, 1979.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. 2ª. Ed. São Paulo: Global editora, 1983.

_____. **Estratégia e tática**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

JACCOUD, Luciana de Barros. **Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955-1968**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990.

LENIN, Vladimir. Duas Táticas da Socialdemocracia na Revolução Democrática. In: _____. **Obras Escolhidas**. 2ª. Ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1982, v. 1, p. 381-472.

_____. **O Estado e a Revolução**. 2º. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LIMA, Álvaro Gonçalves da Costa; LIMA, Francisco de Assis; SAMICO, Armando Hermes Ribeiro. **Aspectos da atividade do comunismo em Pernambuco**. Recife: Secretária da Segurança Pública – Delegacia Auxiliar, 1958.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MAZZEO, Antonio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: _____; LAGOA, Maria Izabel, (orgs.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 153-170.

MELO, Marcelo Mário de. **David Capistrano: entre teias e tocaias**. Recife: Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2001. (Perfil Parlamentar Século XX, v. 6).

MONTENEGRO, Antonio Torres; SANTOS, Taciana Mendonça. Lutas políticas em Pernambuco... A Frente do Recife chega ao poder (1955 - 1964). In: Jorge Ferreira; Daniel Aarão Reis, (Orgs.). **As esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 451-488.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. **Prestes: lutas e autocríticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

MORAIS, Clodomir. **Queda de uma oligarquia**. 2ª. Ed. Recife, Pernambuco: Gráfica editora do Recife S/A, 1959.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Nacionalismos e Reforma Agrária nos Anos 50. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v. 18, n. 35, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100015> Acesso em 10/08/2014

_____. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3. p. 155-194.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamento e conflitos de classe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro: 1922 – 1964**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

PAGE, Joseph A. **A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil, 1955-1964**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães: consolidação e crise de uma elite política**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco – Massangana, 1984.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento:** A contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. 2ª. Ed. São Paulo, SP: Editora brasiliense, 1978a.

_____. **A Revolução Brasileira.** 6ª. Ed. São Paulo, SP: Editora brasiliense, 1978b.

_____. **História econômica do Brasil.** 48 reimpr. da 1ª. Ed. de 1945. São Paulo, SP: Editora brasiliense, 2008.

PRESTES, Anita Leocádia. Sobre os 50 anos da "Declaração de março de 1958" do PCB. **Novos Temas**, v. 1, p. 57-71, 2009.

_____. **Da Declaração de Março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros:** as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático, 2011. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo237merged_document_247.pdf> Acesso em: 15/08/2014.

_____. **Luiz Carlos Prestes:** o combate por um partido revolucionário (1958-1990). São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. **Memória do PCB:** duas táticas e uma mesma estratégia – do “Manifesto de Agosto de 1950” à “Declaração de Março de 1958”, 2013. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0B7usajQaylSFdGgzMVFPaEY3WWc/edit?pli=1>> Acesso em: 15/08/2014

PRESTES, Luís Carlos. Organizar o povo para a Democracia. In: _____. **Problemas atuais da Democracia.** Editorial Vitória, 1947. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1947/democracia/index.htm>> Acesso em: 06/08/2014

SANTANA, Marco Aurélio. A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92). In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel, (orgs.). **Corações vermelhos:** os comunistas brasileiros no século XX. São Paulo: Cortez, 2003, p. 171-205.

SANTIAGO, Vandeck. **Francisco Julião, as Ligas e o golpe militar de 1964.** Recife: COMUNIGRAF, 2004.

SANTOS, Taciana Mendonça. **Alianças políticas em Pernambuco:** a(s) frente(s) do Recife (1955-1964). Recife: UFPE, 2008. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1989.

SKIDMORE, Thomas Elliot. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930- 1964**. 9ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955 – 1964**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à Revolução Brasileira**. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1978.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: A árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: fábrica de ideologias**. São Paulo: Ática, 1977.

VIANNA, Marly. A Aliança Nacional Libertadora. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGOA, Maria Izabel, (orgs.). **Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 31-60.

WEFFORT, Francisco Correa. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

ZAIDAN FILHO, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista: 1922-1930**. São Paulo, SP: Editora Vértice / Revista dos Tribunais, 1988.

FONTES DOCUMENTAIS

A CRISE no Recife. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 71, nº. 139, 16 jun. 1961. Cad. 1, p. 6.

ACUSADO de subversão, chefe comunista é interrogado em juízo. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 137, nº. 176, 07 ago. 1962. Cad. 1, p. 6.

A ESTRUTURA, os métodos e a ação dos Partidos Comunistas. In: **Resoluções do 3º Congresso da III Internacional Comunista**. Moscou: 1921. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/tematica/1921/congresso/estrutura.htm>> Acesso em: 29 de julho de 2014.

AMAZONAS, João. Uma Linha Confusa e de Direita. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, 10-16 jun. 1960. p. 10.

AMEAÇADOS de prisão. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 136, nº. 131, 13 jun. 1961. Cad. 1, p. 3.

ARRUDA, Diógenes. Programa do Partido Comunista do Brasil: bandeira de luta e da vitória. In: Informe apresentado, em nome do Comitê Central, no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCB. **Problemas**: Revista Mensal de Cultura e Política. Rio de Janeiro, nº. 64, dez./fev. 1954-1955. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/arruda/1954/11/congresso.htm>> Acesso em: 05/06/2015.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Resolução nº. 1.841. Processo nº. 411/412. **Cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 maio 1947. Disponível em: <<http://www.justicaeeleitoral.jus.br/arquivos/tse-resolucao-1841-cancelamento-do-registro-do-pcb>> Acesso em: 12/04/2015

CARTA da Emancipação Nacional. In: **Convenção pela Emancipação Nacional**. Rio de Janeiro, 05 abr. 1954. Disponível em:<<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/Media/X9/BRANRIOX90ESIACL103P2.pdf>> Acesso em: 27 de julho de 2014.

CLASSES produtoras dão todo apoio à passeata de protesto. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 137, nº. 277, 05 dez. 1961. Cad. 1, p. 3.

COMANDOS militares estavam informados de vasto plano subversivo: greve seria estopim. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 136, nº. 131, 13 jun. 1961. Cad. 1, p. 3.

DECLARAÇÃO sobre a Política do PCB. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, nº. 459, 22 mar. 1958. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/1958/03/pcb.htm>> Acesso em: 20/08/2014.

DIMITROV, Georgi. **La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional en la lucha por la unidad de la clase obrera contra el fascismo**. In: Informe ante el VII Congreso Mundial de la Internacional Comunista. 02 ago. 1935. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/dimitrov/1935.htm>> Acesso em: 05/07/2015.

_____. **The People's Front**. dez. 1935. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/dimitrov/works/1936/12.htm>> Acesso em: 10/07/2015.

_____. **Unity of the Working Class Against Fascism**. In: Concluding speech before the Seventh World Congress of the Communist International. 13 ago. 1935. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/dimitrov/works/1935/unity.htm>> Acesso em: 10/07/2015.

EM DEFESA do Partido, 1961. Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/imprimot.php?id_sessao=49&id_noticia=127> Acesso em: 05/05/2015.

ENFRENTANDO manifestações de grupos hostis, governador falou no comício e defendeu SUDENE. **Diario de Pernambuco**, Recife, ano 137, nº. 279, 07 dez. 1961. Cad. 1, p. 3.

ESTUDANTES mineiros em greve. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 71, nº. 137. 14 jun. 1961. Cad. 1, p. 1.

GRABOIS, Maurício. Duas Concepções, Duas Orientações Políticas. **Princípios**. São Paulo, nº. 6, Jun. 1983. p. 17-22.

GREVE termina: hoje Jânio recebe estudantes de Pernambuco. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 71, nº. 140, 17 jun. 1961. Cad. 1, p. 5.

MARIGUELA, Carlos. O programa do Partido, as experiências das eleições de 3 de outubro e as nossas tarefas para a campanha eleitoral de 1955. In: Intervenção no IV Congresso do PCB. **Problemas**: Revista Mensal de Cultura e Política. Rio de Janeiro, nº. 64, dez./fev. 1954-1955. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marighella/1954/11/programa.htm>> Acesso em: 12/04/2015.

MAZZO, Armando. Memória: Armando Mazzo – o prefeito vermelho. Poá, SP: **Teoria e Debate**, nº. 03, jun. 1988. Entrevista concedida a Paulo de Tarso Venceslau. Disponível em: <<http://imaginariosantoandre.wordpress.com/2011/04/27/o-primeiro-prefeito-comunista-do-brasil-era-de-santo-andre>> Acesso em: 02/03/2015

MESTRINHO não atendeu apelo de Cid. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 136, nº. 201, 02 set. 1961. Cad. 1, p. 1.

NICOLAEVSKI, Boris. Estudantes de Pernambuco resistem aos tanques e navios de guerra enviados pelo governo federal. **O Semanário**, Rio de Janeiro, ano VI, nº. 265, 29 jun./06 jul. 1961. p. 7.

NOTA oficial. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 137, nº. 278, 06 dez. 1961. Cad. 1, p. 3.

NOVO governo será o trampolim da política de “terra arrasada”. **Folha do Povo**, Recife, ano 13, nº. 298, 19 nov. 1958. p. 1-2.

PARA QUE mais aumentos? O povo deve protestar. **Folha do Povo**, Recife, ano 13, nº. 299, 20 nov. 1958. p. 1-2.

POLITO denuncia trama e diz que apontará traidores. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 137, nº. 279, 07 dez. 1961. Cad. 1, p. 3.

PRESTES, Luís Carlos. São Indispensáveis a Crítica e a Autocrítica de Nossa Atividade para Compreender e Aplicar uma Nova Política. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, nº. 460, 29 mar. 1958b. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/prestes/1958/03/29.htm>> Acesso em: 20/08/2014.

_____. Informe de Prestes ao IV Congresso. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, ano 7, nº. 1365, 28 nov. 1954. p. 12.

_____. Nossa política: Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação. **Problemas**: Revista Mensal de Cultura e Política. Rio de Janeiro, nº. 29, ago./set. 1950. Disponível em: < [http:// www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm](http://www.marxists.org/portugues/prestes/1950/08/01.htm) > Acesso em: 20/03/2015.

QUADROS, Jânio da Silva. Nova Política Externa do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, ano IV, nº. 16, dez. 1961. p. 150-156. Disponível em: <<http://brasilrepublicano.com.br/fontes/31.pdf>> Acesso em: 05/06/2015.

RECIFE. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 71, nº. 136, 13 jun. 1961. Cad. 1, p. 6.

RECIFE parou uma hora para defender Plano Diretor da SUDENE. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 137, nº. 279, 07 dez. 1961. Cad. 1, p. 1.

RICCORDI, Paulo de Tarso. 27 de agosto: Um domingo sob ameaças de ataque, tensão e muito medo: tanques atravessavam a cidade – iriam defender ou atacar o Piratini? **Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul**, 2011. (O Parlamento gaúcho no movimento da Legalidade). Disponível em: <<http://www.legalidade.rs.gov.br/2011/08/o-parlamento-gaucha-no-movimento-da-legalidade-2/>> Acesso em: 10/07/2015.

SEM emendas e sem comunistas. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 137, nº. 279, 07 dez. 1961. Cad. 1, p. 1.

SINDICATOS debaterão o aumento das passagens com o engenheiro Murilo Coutinho. **Folha do Povo**, Recife, ano 13, nº. 299, 20 nov. 1958. p. 2.

SINDICATOS não aprovam o aumento de passagem. **Folha do Povo**, Recife, ano 13, nº. 301, 22 nov. 1958. p. 1.

TELES, Luís. O programa do PCB e a luta pela independência nacional. In: Intervenção no IV Congresso. **Voz Operária**, Rio de Janeiro, nº. 292, 18 dez. 1954. p. 3.

VERBERADO o atentado à Constituição: serve ao imperialismo americano o fechamento da Liga da Emancipação. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, ano 9. nº. 1835, 14 jun. 1956. p. 1.

LISTA DE ENTREVISTAS

ACERVO UTILIZADO NO ARQUIVO FUNDAJ/INDOC/CEHIBRA

Projeto: Preservação da memória do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

1. Marcelo Mário de Melo – 26//08/1993

Projeto: O movimento político-militar de 1964 no Nordeste: catálogo da história oral

2. Antônio Bezerra Baltar – 06/08/1984
3. Cid Feijó Sampaio – 22/04/1984
4. Clodomir Santos de Moraes – 25/11/1982
5. Clóvis Ribeiro do Rêgo Melo – 20/11/1984
6. Ennes Paulo Crespo – 10/07/1985
7. Fernando Brito de Albuquerque Maranhão – 28/11/1984
8. Francisco Julião Arruda de Paula – 21/09/1982
9. Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira – 27/05/1986
10. Gilberto de Oliveira Azevedo – 26/05/1986
11. Gregório Lourenço Bezerra – 28/05/1982
12. Ivo Carneiro Valença – 06/06/1986
13. Jäder Figueiredo de Andrade e Silva – 18/04/1990
14. Jarbas de Holanda Pereira – 27/05/1986

15. João Barbosa de Vasconcelos – 30/10/1985
16. Júlia Santiago da Conceição – 02/12/1983
17. Maurílio Figueira Ferreira Lima – 22/02/1985
18. Miguel Batista – 19/02/1987
19. Nelson Rosas Ribeiro – 01/08/1985
20. Olímpio Washington Telha de Mendonça – 17/05/1985
21. Paulo da Silveira Rosas – 06/09/1984
22. Paulo Figueiredo Cavalcanti – 03/06/1982
23. Pelópidas da Silveira – 23/01/1985
24. Rômulo Fernando de Aguiar Lins – 15/10/1986

LISTA DE ENTREVISTADOS PELO AUTOR

1. Clodomir Santos de Moraes – 25/08/2011.
2. José Maria da Silva – 20/07/2014 e 28/05/2015.

ANEXO A

CARTA DA EMANCIPAÇÃO NACIONAL

A vida do povo brasileiro torna-se cada vez mais insuportável, pelas dificuldades e sofrimentos que lhe são impostos. As populações das cidades e do campo, realizadoras da riqueza nacional, não dispõem dos mais indispensáveis meios de subsistência, moradia e cultura, compatíveis com a dignidade humana.

A indústria nacional é impedida de desenvolver-se, em consequência da ação nefasta dos trustes e monopólios norte-americanos, aos quais são concedidos, cada dia, maiores privilégios. O comércio exterior, inteiramente submetido aos interesses desses trustes, está estrangulado. A produção agrícola continua sujeita aos processos mais atrasados e rotineiros, e a debater-se em crescentes dificuldades de escoamento. As imensas riquezas minerais estão inproveitadas para o progresso do país, sendo, ao contrário, levadas para o estrangeiro, em proveito exclusivo dos mesmos trustes.

Contra o nosso povo praticam-se frequentemente toda sorte de violências e arbitrariedades. A Constituição Brasileira é desrespeitada, mormente em seus dispositivos que garantem o direito dos cidadãos e as franquias democráticas. Os desmandos das autoridades são uma prática de todo instante.

As virtudes criadoras de milhões de brasileiros, tão ricas e fecundas no campo cultura, são desencorajadas e tolhidas. Todo o valioso patrimônio nacional nas letras, nas artes e nas ciências, está desamparado e submetido a um intenso processo de aviltamento.

A corrupção e o descalabro administrativo aprofundam-se cada vez mais, fazendo surgir por toda parte escandalosas negociatas. O governo não pode fugir à responsabilidade por todas essas calamidades que afligem e fazem sofrer o povo, ainda mais agravada pelos golpes sucessivos contra a

soberania nacional, diretamente atingida em acordos e tratados lesivos aos interesses do país.

O crescente ânimo de luta que tem sempre caracterizado nosso povo, através de sua história, é expresso hoje pela ação unida de milhões de brasileiros, confiantes no destino de nossa pátria, que terá certamente um futuro de progresso pacífico, de bem-estar e felicidade, e entendimento amistoso com todas as nações.

As memoráveis campanhas patrióticas que temos vivido integram-se no poderoso movimento de emancipação nacional. Surgem todas as condições para que o povo empreenda a grande jornada emancipadora.

A bandeira da mais ampla unidade está assim desfraldada.

Com base nessa unidade, todas as forças democráticas e patrióticas de nosso povo são concitadas, acima dos horizontes partidários e concepções particulares de cada um, para a realização do grande esforço comum, capaz de emancipar econômica e politicamente nossa querida pátria da crescente dependência de interesses estrangeiros a que está submetida, e capaz de conduzi-la pela estrada do progresso.

A defesa da indústria nacional e a criação da indústria pesada constituem condição básica para a conquista da independência econômica. Para isso são indispensáveis: a nacionalização das fontes de energia elétrica hoje em mãos de monopólios estrangeiros; a radical modificação da política financeira e cambial do governo, abertamente voltada contra a industrialização; o aproveitamento intensivo de nossos recursos minerais; e uma adequada reforma agrária capaz de assegurar a criação um amplo mercado interno, com a eliminação das condições de miséria e atraso em que vive a nossa população rural.

Impõe-se a nacionalização da distribuição do petróleo, hoje em poder da *Standard Oil*, bem como a vigilante defesa de nossas jazidas. Não é mais possível tolerar a continuação da pilhagem das nossas reservas de manganês, monazita e outros minérios por parte dos trustes norte-americanos.

É dever impreterível dos patriotas a salvaguarda da soberania nacional, atingida pela ratificação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, e tantos outros tratados antinacionais, que abrem as portas do Brasil a missões colonizadoras militares, econômicas e administrativas, visando implantar sua tutela em nosso território.

Nada devemos consentir na continuação das restrições à nossa liberdade de comércio externo impostas pelo governo norte-americano, e defendemos a ampliação do intercâmbio comercial, pelo imediato restabelecimento de relações com todos países do mundo, inclusive com os países do leste europeu e da Ásia, o que permitirá o alívio de nossas dificuldades econômicas.

No âmbito interno pugnamos por amplas e efetivas medidas que ponham termo ao insuportável e constante encarecimento da vida, proporcionando aos que vivem do trabalho melhores e mais humanos níveis de remuneração e existência.

Impõe-se do mesmo modo a defesa da cultura nacional ameaçada, o estímulo ao pleno florescimento das ciências, da literatura, das artes e o amparo à indústria cinematográfica nacional.

A luta pelas liberdades e em defesa dos direitos fundamentais do homem, inscritos na Constituição, é parte integrante do histórico movimento da emancipação nacional. Sem liberdade não é possível defender os interesses do povo e a própria honra nacional. Sem a completa emancipação do Brasil não teremos assegurada a plena liberdade.

Conclamamos finalmente todo povo brasileiro – industriais, funcionários, intelectuais, operários, profissionais liberais, camponeses, comerciantes, militares, estudantes, donas de casa e magistradas – a manifestar o seu apoio a este patriótico movimento nascido sob o signo da mais ampla unidade de vontades e anseios, para conquista da emancipação nacional.

Rio de Janeiro, 05 de Abril de 1954.

ANEXO B

CARTA DE SALVAÇÃO DO NORDESTE

As condições de retardamento do Nordeste mantêm em planos inferiores de vida todos os seus habitantes.

Num quadro de calamidades naturais periódicas, grande número de problemas entrava o desenvolvimento da região. Vive o nordestino uma situação de dificuldade, que não se coaduna com seu espírito de iniciativa e capacidade de trabalho.

Ao flagelo das secas juntam-se os males do latifúndio, quase sempre improdutivo, as deficiências de transporte, a dispersão da população, o analfabetismo, as endemias e carências alimentares.

As atividades industriais estão cada dia mais sufocadas. Falta-lhes adequado estímulo financeiro e tecnológico. O potencial de Paulo Afonso ainda não proporciona os níveis de produtividade necessários ao desenvolvimento da região. Também a larga possibilidade de produtos nordestinos, com vantagens para o desenvolvimento das fontes comerciais, internas e externas, está por aproveitar.

Embora insuficientes à magnitude dos problemas, têm sido obtidos resultados que honram o brasileiro nas obras contra as secas, na criação de estradas regionais e, mais recentemente, nos empreendimentos de Mataripe e Paulo Afonso.

Arrostando a dependência econômica em que ainda se encontra o país, a iniciativa privada nordestina, demonstrando sua capacidade realizadora, constrói indústrias têxteis, alimentares, de cimento e de adubos.

Apesar de todos esses esforços, permanecem as dificuldades para o desenvolvimento independente da economia do Nordeste. Mantêm-se a seca como ameaça periódica, o rotineirismo rural, as deficiências de distribuição de energia em certas áreas e até mesmo a ausência total, em outras.

A cultura popular nordestina, de tão ricas tradições, estiola-se à falta de amparo e estímulo, sendo indispensável preservá-la e criar um clima propício ao seu amplo florescimento.

Em tais condições, forma-se uma consciência pública das causas e soluções para os problemas regionais e nacionais. Tal consciência conduz à compreensão de que os problemas do Nordeste são problemas do Brasil e que ao governo federal cabe a maior parcela de responsabilidade por sua solução.

O Congresso de Salvação do Nordeste conclui pela necessidade de inelutável de se eliminar os entraves ao desenvolvimento regional. Assim, convoca o governo e a iniciativa privada a substituir por empresas nacionais as concessionárias estrangeiras de serviços públicos, inequivocamente incapazes de cumprir os seus encargos para com a coletividade.

Para incrementar a industrialização e obter o bem-estar das populações regionais, o que só se tornará possível com a ampliação do mercado interno, outros entraves deverão ser afastados, como os efeitos das secas periódicas e o regime de grande propriedade improdutiva.

Urge a ampliação dos mercados exteriores do Brasil. A discriminação das zonas de comércio tem conduzido nossa balança de trocas a uma situação deficitária e dependente das manobras especulativas.

Entretanto, como condição primordial para qu seja removidos os fatores negativos que entravam o progresso do Nordeste, é indispensável o exercício da democracia.

O Congresso de Salvação do Nordeste deposita irrestrita confiança na união de vontades do povo nordestino a todos conclamando para a solução dos seus problemas.

PRINCIPAIS PONTOS DAS RESOLUÇÕES FINAIS

O CONGRESSO DE SALVAÇÃO DO NORDESTE

RECOMENDA:

NO SETOR DA ENERGIA ELÉTRICA

a) – que os governos estaduais encarem o problema da energia elétrica em sua amplitude, em toda a região nordestina, elaborando planos ou programas que visem a resolvê-lo racionalmente, quer quanto à geração e transmissão, nas zonas não servidas pela Cia. Hidro-Elétrica do São Francisco, quer quanto à distribuição e ao fomento do consumo em todas as áreas.

b) – o estudo imediato dos mercados regionais de consumo de energia, tendo em vista o suprimento de suas necessidades atuais e as perspectivas de seu desenvolvimento, inclusive por meio de medidas fomentadoras de consumo;

c) – o exame acurado das possibilidades de mobilização de recursos financeiros, públicos e privados, inclusive empréstimos que não entrem em livre desenvolvimento dos serviços, e do aproveitamento de bens já existentes, para serem aplicados na produção e distribuição de energia elétrica mediante convênios celebrados pelos estados do Nordeste e a União, de um lado, e pelos estados e municípios, de outro;

d) – a instituição de empresas regionais de produção e distribuição de energia elétrica para a execução de programas orientados no sentido das necessidades de cada estado e condicionados às possibilidades reais de atuação articulada com a União, os municípios e os particulares;

e) – que se levem na devida conta a função e o programa da Cia. Hidroelétrica do São Francisco, de forma a conciliar os interesses desta com os dos estados, municípios e empresas privadas;

f) – que se promova a imediata intervenção nas empresas Pernambuco *Tramways and Power Company Ltd*, Cia. de Energia Elétrica da Bahia, *Telephone Company of Pernambuco Ltd*, e congêneres de outros estados do Nordeste, para assegurar uma rápida melhoria de serviço;

g) – que se dê início, logo depois da encampação, à organização das referidas empresas regionais previstas na letra d);

h) – o estudo das áreas mais favoráveis à prática da irrigação e colonização orientada, bem como o daquelas em que ocorrem matérias-primas reclamadas pelos mercados consumidores e passíveis de benefício local;

i) – a promoção de medidas junto à Cia. Hidroelétrica do São Francisco, para que construa a linha pioneira do Vale do São Francisco, para que construa a linha pioneira do Vale do São Francisco, cujos estudos estão programados;

j) – o estímulo às medidas necessárias para que seja obtida a redução de tarifas, tornando-as mais acessíveis aos consumidores, sem, contudo, comprometer a estabilidade financeira das empresas produtoras e sua expansão;

k) – o estudo das medidas tendentes à eletrificação ferroviária, como fator de poupança das reservas florestais e, ainda, no intuito de ampliar o mercado de consumo da Cia. Hidroelétrica do São Francisco.

NO SETOR DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

a) – a ampliação do mercado consumidor interno, particularmente pela elevação do poder aquisitivo das cidades e do interior, incentivando-se a produção e a produtividade;

b) – a instalação, no menor tempo possível, de duas refinarias de petróleo para o Nordeste, traduzindo-se esta recomendação num voto de confiança à ação da Petrobrás;

c) – o levantamento imediato da carta pesqueira da costa nordestina e a promoção de medidas para a instalação de uma grande indústria de pesca nesta região;

d) – o estudo de um programa de desenvolvimento para a agroindústria do açúcar, que possibilite o soerguimento econômico desta tradicional atividade da região;

e) – a adoção medidas tendentes à reforma tarifária, baseada na tributação “ad valorem”, substituindo-se as numerosas e desnecessárias categorias de importação pelo sistema de três categorias, observada a gradação de essencialidade, de maneira a implicar na proteção à indústria nacional;

f) – a correção da política do câmbio e do comércio exterior, objetando proibir as importações supérfluas e o disciplinamento da remessa de lucros das empresas estrangeiras;

g) – a promoção de medidas para que sejam possibilitados à rede bancária do Nordeste recursos financeiros, através de empréstimos oficiais, facilidades de redesconto, de contratos, de penhor, para aplicação em fins reprodutivos na agricultura e na indústria;

h) – o restabelecimento de relações comerciais diretas com todos os mercados do Leste Europeu e China.

NO SETOR DO TRABALHO

a) – a revisão do salário mínimo dos estados nordestinos, tendo em vista, em cada caso, a elevação do custo de vida;

b) – estímulo ao salário mínimo profissional, com 50 por cento sobre o salário mínimo adotado;

c) – a adoção de uma escala móvel de salário, até que se torne efetivo o congelamento de preços;

d) – rigorosa fiscalização das leis trabalhistas de proteção ao trabalho da mulher e do menor;

e) – a elevação para 120 dias da licença especial à gestante;

f) – a extensão aos trabalhadores estatais e do campo da legislação trabalhista;

g) – estímulo à necessidade de votação imediata, no Congresso Nacional, do Projeto de Lei nº. 107/55, que altera a Lei de Acidentes do Trabalho;

h) – a extinção das sobrevivências feudais no campo, nas relações de produção;

i) – a participação na administração dos Institutos de Aposentadorias e Pensões pelos Sindicatos;

j) – o pagamento imediato da dívida da União às instituições de previdência;

k) – o reforçamento da unidade e organização sindical;

l) – a autonomia sindical, com eleições sindicais livres;

m) – o reconhecimento das comissões inter-sindicais, do direito de greve e da Confederação dos Trabalhadores do Brasil;

n) – a adoção do salário familiar para os trabalhadores.

NO SETOR DOS MINÉRIOS

a) – maior desenvolvimento aos serviços de pesquisas e prospecção dos recursos minerais e águas subterrâneas;

b) – apoio econômico decisivo e suficiente às organizações minerais do Nordeste que apresentam caráter de utilidade e rentabilidade, objetivando a sua industrialização progressiva;

c) – o estudo da exportação dos nossos minérios estratégicos e da capacidade das nossa jazidas, a fim de que não fiquem comprometidas a segurança nacional e as possibilidades de industrialização do país;

d) – a promoção de medidas para criar junto às escolas de Engenharia a organização dos cursos de geologia e engenharia de minas;

e) – a promoção de medidas para apressar o andamento do projeto de estruturação do Ministério de Minas e Metalurgia, no Congresso Nacional;

f) – a organização pelos governos do Nordeste dos serviços de produção mineral, contratando-se técnicos especializados;

g) – a criação de um Instituto de Hidrogeologia na Chapada de Araripe, em condições de servir a toda a região nordestina;

h) – a promoção de medidas junto aos órgãos competentes para que deem o seu maior esforço à prospecção das jazidas minerais necessárias ao desenvolvimento industrial da região;

i) – apoio ao Congresso de Defesa dos Minérios, a realizar-se em outubro próximo, em Belo Horizonte;

j) – a desaprovação ao chamado Acordo Atômico, recentemente celebrado pelo governo brasileiro e contrário aos interesses da segurança nacional.

NO SETOR DA TERRA

a) – a promoção de medidas para execução de uma reforma agrária, que atenda aos reclamos das populações rurais e vise ao desenvolvimento da economia do país e à maior produção de gêneros de subsistência;

b) – a imediata desapropriação das terras situadas no Polígono das Secas, à jusante dos grandes açudes públicos, ou que tenham sido beneficiados por obras e serviços do Governo;

c) – a execução de medidas paralelas, ou posteriores à reforma agrária, que assegurem o desenvolvimento das atividades agrícolas, através de crédito e assistência técnica;

d) – o reflorestamento em bases racionais e crédito a longo prazo para sua execução;

e) – o cumprimento do Código Florestal, no que toca ao auxílio financeiro e técnico aos proprietários que executem planos de reflorestamento ou de conservação, tendo em vista a proteção dos cursos d'água e à defesa do solo;

f) – estímulo à diversidade da produção, com o aproveitamento racional da terra;

g) – a instituição de núcleos agrícolas, em bases cooperativas, para a produção dos gêneros de primeira necessidade, nas zonas próximas aos centros de consumo;

h) – a expansão do crédito rural supervisionado, com a promoção de medidas para a entrega ao Banco do Nordeste do Brasil dos recursos que lhe são destinados por Lei;

i) – estímulo ao desenvolvimento do cooperativismo, não somente pelas campanhas de esclarecimento popular, como pela promoção de cursos especiais;

j) – estímulo à implantação do Serviço Social Rural;

k) – a adoção de medidas necessárias para nucleamento e aldeamento das populações rurais, erradicação de hábitos e plano assistencial;

l) – apoio à campanha encetada pela União dos lavradores e Trabalhadores do Brasil, em favor da reforma agrária.

NO SETOR DAS MIGRAÇÕES

1 – Criar as condições no próprio Nordeste tendentes a nele fixar o nordestino migrante. Estas condições a serem criadas devem compreender desde a realização de grandes projetos de colonização e irrigação, em terras a serem desapropriadas por interesse social, ao financiamento agrícola e assistência social aos homens com suas famílias.

2 – Para o caso dos que migram de qualquer forma, que o Governo assegure uma rede de hospedarias localizadas nas zonas de emigração, nas estradas de passagem e nos centros de destino, que permita ao migrante com sua prole o mínimo de condições materiais de assistência alimentar, sanitária, médica, social e religiosa.

3 – Além da prestação de assistência prevista no item 2, que seja feita nestas hospedarias uma triagem completa sobre profissões e empregos, de modo a facilitar o levantamento, no Sul e no Norte, das possibilidades da prévia colocação para os migrantes, orientando-se estes quanto à documentação de que devem ser portadores, a fim de facilitar-lhes a obtenção de empregos nas zonas para onde se dirigem.

4 – Que o Governo coíba terminantemente o aliciamento clandestino destes migrantes potenciais e estabeleça normas rígidas para humanizar as condições de transporte.

5 – Que o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, criado o ano passado por Lei do Congresso, procure alargar e aprofundar o seu programa já iniciado de colonização com nacionais e relativo à montagem de uma rede de hospedarias no território nacional, de modo a assegurar uma assistência completa ao trabalhador rural brasileiro em migração do Nordeste para o Sul e para o extremo Norte.

6 – Que o Governo dê início, imediatamente, e a começar pelos estados Nordestinos, à instalação e funcionamento do Serviço Social Rural.

7 – Recomenda-se, ainda, que os poderes públicos, através do Serviço Social Rural, ou do órgão apropriado, estabeleça uma completa fiscalização e um sistema de proteção quanto ao tratamento recebido pelos nordestinos nas fazendas para onde se destinam, para o que deve o Governo articular-se com as organizações de trabalhadores rurais já existentes em certas áreas do País.

NO SETOR DO TRANSPORTE

a) – a reestruturação, em moldes industriais, da administração das empresas de navegação integrante do Patrimônio Nacional, dando-se-lhes encargos distintos, conforme se destine à navegação de longo curso, à cabotagem e à navegação fluvial;

b) – a adoção de um programa oficial de recuperação a expansão da frota mercante do país, mediante compra no exterior de unidades indispensáveis à substituição de navios obsoletos;

c) – a adaptação, para a construção naval, de um dos estaleiros nacionais, dando-se início a um racional programa de renovação sistemática e de expansão da Marinha Mercante do país;

d) – o estudo para a formação de uma empresa regional de cabotagem, no Nordeste, capaz de cooperar com as empresas federais e de servir às necessidades de desenvolvimento locais;

e) – a organização, pela Comissão do Vale do São Francisco, de uma empresa oficial, destinada a unificar os serviços mantidos pelos governos de Minas gerais e da Bahia, no Rio S. Francisco;

f) – a execução de um programa de reequipamento dos portos organizados do Nordeste, diante do espírito de hierarquização dos portos internacionais e de cabotagem;

g) – a construção dos portos de cabotagem de Fortaleza e de Areia Branca, tendo em vista a sua significação regional;

h) – a adoção de um programa de reaparelhamento das ferrovias regionais, dando-se-lhes organização adequada, criando-se inclusive, uma Divisão Rodoviária auxiliar;

i) – a interligação das estradas de ferro do Nordeste, dando-se preferência à interligação Campina Grande-Patos, São Rafael-Patos e Pedro Avelino-Macau; ligação de Arcoverde a um ponto marginal do S. Francisco, a estudar;

j) – a ampliação dos serviços de transportes ferroviários suburbanos, inclusive mediante construção de novas linhas;

k) – a manutenção da atual legislação rodoviária, no que se refere ao regime financeiro de Fundo Rodoviário Nacional;

l) o aumento de dotações orçamentárias especiais para impulsionar a construção e a pavimentação de estradas, de acordo com as necessidades econômicas de cada região;

m) – a promoção de medidas para a aprovação do Projeto ora em curso no Congresso Nacional, determinando seja aplicado especificamente em pavimentação de rodovias a diferença entre o custo da gasolina importada e o da oriunda das refinarias nacionais;

n) – o exame da oportunidade da municipalização dos transportes coletivos dos grandes centros urbanos, reunindo todos os sistemas e coordenando-os de modo a assegurar-lhes perfeito funcionamento e plena expansão;

o) – o exame da situação dos atuais concessionários de transportes automóveis, na eventualidade da efetivação, por etapas, da municipalização dos serviços, objetivando o alívio da permanente situação de insegurança financeira em que se encontram as empresas particulares;

p) – o entrosamento no sistema urbano do transporte ferroviário eletrificado;

q) – a adoção de uma política nacional de fomento à produção de peças e acessórios para veículos motorizados;

r) – a prioridade cambial à importação de peças indispensáveis à movimentação do parque industrial de auto-veículos;

s) – a expansão dos serviços telefônicos dos grandes centros de população do Nordeste, com a perspectiva de interligações municipais e estaduais;

t) – a execução, com melhores verbas orçamentárias, do Plano Postal Telegráfico Nacional.

NO SETOR DAS SECAS

a) – a demarcação da área flagelada e organização de planos permanentes para o combate do flagelo;

b) – a promoção de medidas para o levantamento dos dados geográficos, geológicos, meteorológicos, hidrológicos etc., da região de calamidade;

c) – o estudo e ampliação, quando for o caso, das linhas do “Polígono”;

d) – a atualização das cartas da área das secas;

e) – a coordenação de todos os órgãos e serviços de combate ao flagelo, com a formação de uma entidade de direito público responsável pelas diretivas conjuntas das atividades e empreendimentos da União, dos estados e das organizações privadas;

f) – a elevação das verbas destinadas ao custeio das obras e serviços da área flagelada;

g) – o aproveitamento das bacias hidrográficas das regiões de baixos índices pluviométricos, estudando-se as possibilidades de intercomunicação dos cursos d’água e bem assim a perenização de tributários;

h) – a definição de um critério social para obras de irrigação, poços tubulares, pequenos e médios açudes, barragens subterrâneas, a fim de que os investimentos estatais se ajustem à capacidade econômico-financeira dos agricultores beneficiados;

i) – a ampliação e aperfeiçoamento do sistema de colônias agrícolas, assegurando-se ao lavrador, após cinco anos, o título de propriedade da terra;

j) – a transferência imediata para os estados da área do “Polígono” das sedes dos serviços federais de combate às secas;

k) a regularização do regime fluvial do Rio São Francisco;

l) – a promoção de medidas para o combate imediato à dispersão das populações da área do “Polígono”, pelo processo de aldeamento assistido;

m) – a realização, em futuro próximo, de um Congresso específico de estudo e de combate às secas, interessando a todos os estados que se integram na área do “Polígono”.

NO SETOR DA SAÚDE, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

a) – a intensificação da profilaxia das endemias que representam maior ameaça ao Nordeste;

b) – a elevação das verbas da União, dos estados e dos municípios, relativas à defesa da saúde da populações nordestinas;

c) – a elevação das verbas específicas, destinadas ao combate à mortalidade infantil;

d) – a promoção de edições populares dos livros didáticos;

e) – a adoção, pelos governos estaduais, nas escolas de primeiras letras, de livros de leitura que reflitam as condições do meio de cada região geográfica;

f) – a criação de imensa rede escolar que permita a execução do princípio da obrigatoriedade do ensino primário e profissional;

g) – a modificação da atual política educacional brasileira, de modo a ajustar a Escola às condições regionais, atribuindo-se aos municípios maiores possibilidades e responsabilidades nesse setor;

h) – a adoção do congelamento das unidades escolares, tendo em vista os níveis atuais;

i) – a revisão imediata dos salários dos professores, de modo a ajustá-los à elevação do custo de vida;

j) a elevação das verbas orçamentárias destinadas à concessão de bolsas escolares;

k) – a criação da merenda escolar, ou sua rápida melhoria, nos cursos primários e profissionais mantidos pelo Poder Público;

l) – o aumento do número de bibliotecas populares, principalmente nos municípios de maior densidade demográfica;

m) – o plano conjunto, pela União, estados e municípios, de uma ampla e eficiente política de defesa da cultura regional, conservadas as suas características populares;

n) – a defesa de cidades e monumentos históricos do Nordeste;

o) – estímulo à criação artística e defesa do folclore e das tradições culturais;

p) – a adoção de medidas para a isenção tributária aos materiais destinados à difusão da cultura, às casas de espetáculo etc.;

q) – a assistência efetiva às populações indígenas, estimulando-se as suas atividades culturais;

r) – a criação no Nordeste, pelo governo federal, de institutos de pesquisas sociais e científicas, nos moldes do Instituto Joaquim Nabuco, do Recife;

s) – a realização, em futuro próximo, de um Congresso de defesa da cultura nordestina, com apoio de entidades culturais, de artistas plásticos, de intelectuais etc.;

t) – o amparo às instituições destinadas à educação de surdos-mudos, de cegos, etc.;

u) – apoio às conclusões do 1.º Congresso Nacional de Trovadores e Violeiros, realizado na Bahia e estímulo à efetivação de outras iniciativas deste gênero;

NO SETOR DA AGRICULTURA

a) – a defesa dos produtos do Nordeste com a concessão de crédito e implementos agrícolas;

b) – estímulo à lavoura de subsistência, com a formação de “faixas verdes” próximas às cidades de maior densidade demográfica e instituição de prêmios aos produtores;

c) – a instalação imediata, no município pernambucano de Sertânia, da “Usina Piloto”, de industrialização do caroá;

d) – a criação, pelo governo federal, de um Instituto de Defesa das Fibras Nordestinas, com a aparelhagem técnica necessária às demonstrações do seu emprego e aproveitamento;

e) – o financiamento, pelo Banco do Nordeste, aos agricultores durante as entressafras;

f) – a adoção de um plano de ajuda, pelos governos, às associações de produtores ou beneficiadores de caroá, agave, algodão, açúcar, cacau, mamona, café, carnaúba, e a imediata melhoria técnica, no tratamento das mesmas;

g) – a promoção de recursos ao Instituto Agrônômico do Nordeste, para que possa preencher as suas finalidades;

h) – a demarcação da área ecológica do algodão mocó e promoção de medidas atinentes ao desenvolvimento da produção e beneficiamento dessa fibra;

i) – a extensão, aos trabalhadores do campo, da legislação social.

O CONGRESSO DE SALVAÇÃO DO NORDESTE, além de outras recomendações, que irão constar no Documentário, a ser largamente difundido no país, aprovou as seguintes moções: apoio ao Plano Prático de Cinco Anos para a Exploração do Petróleo, aprovado pela Convenção Nacional de Defesa do Petróleo; ao 1.º Congresso de Estivadores do Brasil; à Liga de

Emancipação Nacional; à Confederação dos Trabalhadores do Brasil; à Campanha de Defesa da Amazônia.

O CONGRESSO DE SALVAÇÃO DO NORDESTE, por decisão unânime, manifestou aplausos: à Assembleia Legislativa de Pernambuco e à Câmara Municipal do Recife; à Associação Pernambucana de Servidores do Estado; à direção do Clube Português; Ao Serviço Social Contra o Mocambo; aos Círculos Operários Católicos; ao Departamento de Documentação e Cultura, da Prefeitura Municipal do Recife; ao Teatro de Amadores de Pernambuco; ao Teatro de Adolescentes; ao Corpo Coral do Colégio Agnes Erskine; à representação da CHESF em Pernambuco; ao Ministério de Agricultura; ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; à Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco; à Empresa Jornal do Comércio, pela campanha de esclarecimento contra a Pernambuco Tramways; à Comissão do Vale de S. Francisco; ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas; aos industriais, comerciantes e empresários de ônibus, que colaboraram para o êxito do Congresso; à imprensa e rádio do Recife e de outras capitais do Nordeste, pela contribuição valiosa que emprestaram ao certame; às companhias de navegação aérea Panair do Brasil, VARIG e Lóide Aéreo Nacional, pelos serviços prestados durante o Congresso; à Associação dos Comerciantes Retalhistas de Pernambuco; à Associação da Imprensa de Pernambuco e ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Pernambuco.

Recife, agosto de 1955.

ANEXO C

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DO PCB

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

Modificações importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, definida pelas seguintes características: agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e da circulação.

Nos quadros desta estrutura atrasada, foi-se processando um desenvolvimento capitalista nacional, que constitui o elemento progressista por excelência da economia brasileira. Este desenvolvimento inelutável do capitalismo consiste no incremento das forças produtivas e na expansão, na base material da sociedade, de novas relações de produção, mais avançadas.

Por sua própria natureza e ainda por se chocar com a resistência de elementos econômicos atrasados e sofrer a pressão do imperialismo, o desenvolvimento capitalista nacional vem-se realizando num ritmo bastante desigual, se bem que tenha se acelerado nos últimos vinte anos.

O desenvolvimento capitalista nacional já trouxe resultados que modificaram sensivelmente a vida econômica e social do país. Assim é que foi construído no Brasil um parque industrial, que abastece o mercado interno da quase totalidade de artigos de consumo comum. A indústria de meios de produção elevou a sua participação de 20 a 33% no conjunto da produção industrial, entre os anos 1939 a 1956. Num prazo relativamente breve, de 1944 a 1956, o volume físico da produção industrial total foi duplicado. Surgiu e se fortaleceu no setor da indústria pesada um capitalismo de Estado de caráter

nacional e progressista, que abrange empresas poderosas como a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional. Embora mais lentamente, também na agricultura vem-se desenvolvendo o capitalismo, que se traduz no crescimento do número de assalariados e semi-assalariados, bem como na multiplicação da quantidade de máquinas e instrumentos agrários. Ampliou-se de modo acentuado o mercado interno, sendo que o volume do comércio de cabotagem entre 1921 e 1955 aumentou de cinco vezes.

Em consequência do desenvolvimento capitalista, cresceram os efetivos do proletariado industrial e aumentou o seu peso específico no conjunto da população. Enquanto esta duplicou de 1920 até hoje, o número de operários industriais aumentou de sete vezes no mesmo período, passando de 275.000 a cerca de dois milhões. Simultaneamente surgiu e se fortaleceu cada vez mais uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país.

O desenvolvimento capitalista, entretanto, não conseguiu eliminar os fatores negativos, que determinam as características do Brasil como país subdesenvolvido. Ao tempo em que se incrementam as forças produtivas e progridem as novas relações de produção capitalistas, conservam-se em vastas áreas as relações atrasadas e permanece a dependência diante do imperialismo, particularmente o norte-americano.

Com a penetração do capitalismo na agricultura, combinam-se, em proporção variável, os métodos capitalistas à conservação do monopólio da terra e das velhas relações semifeudais, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo. O Brasil continua a ser um país de grande concentração latifundiária: em 1950, os estabelecimentos agrícolas com 500 hectares e mais constituíam 3,4% do número total de estabelecimentos e abrangiam 62,3% de toda a área ocupada. As sobrevivências feudais obstaculizam o progresso da agricultura, que se realiza, em geral, lentamente, mantêm o baixíssimo nível de vida das massas camponesas e restringem de modo considerável as possibilidades de expansão do mercado interno. As sobrevivências feudais são um dos fatores que acentuam a extrema

desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, especialmente entre o sul e parte do leste, que se industrializam, e o resto do país, quase inteiramente agrário.

Apesar de detida sua penetração em algumas importantes esferas da economia brasileira, o imperialismo continua a dominar posições-chave em ramos fundamentais. Esta penetração é realizada em elevado grau, sobretudo pelos monopólios norte-americanos que, a partir da Segunda Guerra Mundial, alcançaram o predomínio absoluto sobre os seus competidores. Os investimentos diretos norte-americanos aumentaram de 193,6 milhões de dólares, em 1929, para 1.107,0 milhões de dólares em 1955. Cerca de 60% dos financiamentos estrangeiros procedem dos Estados Unidos, Mais de um terço do comércio exterior brasileiro é realizado com os Estados Unidos, que, além disso, dominam o mercado internacional de nossos principais produtos de exportação e podem, assim, fazer do comércio exterior um instrumento de controle da vida econômica e política do país.

Mantendo embora o seu predomínio, o imperialismo norte-americano enfrenta no Brasil a crescente concorrência de outras potências imperialistas, principalmente da Alemanha Ocidental e da Inglaterra.

A exploração imperialista impõe pesado tributo à nação, transferindo para o exterior considerável parte do valor criado pelos trabalhadores brasileiros, o que reduz, em consequência, a taxa de acumulação capitalista no país, diminui o ritmo do seu progresso e influi no baixo nível de vida da sua população.

A independência política do Brasil sofre sérias restrições em virtude da situação de dependência econômica. À medida que a nação se desenvolve, aguça-se o seu antagonismo com o imperialismo norte-americano. O desenvolvimento capitalista nacional exige cada vez mais, como seu instrumento, uma independência política completa, que se traduza numa política exterior independente e na proteção consequente do capital nacional contra o capital monopolista estrangeiro.

Enquanto altera a velha estrutura econômica e cria uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional, arcaica e em decomposição. Este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece.

A DEMOCRATIZAÇÃO DA VIDA POLÍTICA NACIONAL

O desenvolvimento capitalista do país não podia deixar de refletir-se no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político e na composição do governo.

O Estado brasileiro atualmente representa os interesses dos latifundiários, dos setores de capitalistas ligados ao imperialismo, particularmente ao norte-americano, e também da burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional. Daí surgem contradições e tipos diversos de compromisso de classe no seio do próprio Estado. Os diferentes interesses de classe reapresentados nos órgãos do Estado encontram pontos de contato e de acordo, mas, ao mesmo tempo, lutam entre si para impor determinados rumos à política estatal, chegando por vezes a conflito aberto, como em agosto de 1954 e em novembro de 1955.

As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. Este novo curso se realiza no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas.

A democratização do regime político do país, que tomou impulso com os acontecimentos de 1930, não segue o seu curso em linha reta, mas, enfrentando a oposição das forças reacionárias e pró-imperialistas, sofre, em certos momentos, retrocessos ou brutais interrupções, como sucedeu com o Estado Novo, com a ofensiva reacionária de 1947 ou por ocasião do golpe de 1954. Mas o processo de democratização é uma tendência permanente. Por

isto, pode superar quaisquer retrocessos e seguir incoercivelmente para diante. Vem-se firmando assim, em nosso país, a legalidade democrática, que é defendida por amplas e poderosas forças sociais.

A Constituição promulgada em 1946 encerra traços reacionários que resultaram da correlação de forças existente na época de sua elaboração e expressam aspectos retrógrados da estrutura econômico-social brasileira. Ao mesmo tempo, a Constituição consagra as liberdades democráticas e os direitos sociais das massas alcançados após a derrota mundial do nazifascismo e do Estado Novo em nosso país: as liberdades de expressão, inclusive de imprensa, de reunião e de organização, o direito de greve etc. As massas trabalhadoras das cidades têm obtido vitórias na justa luta pela concretização de seus direitos já consolidados em lei, como a liberdade sindical, a previdência social e outros. A democratização do país também influi, menos acentuadamente, nas zonas rurais, onde o despotismo dos grandes senhores de terra é obrigado a ceder terreno, conquanto ainda perdure. Os atentados cometidos pelos elementos reacionários do aparelho do Estado encontram a resistência cada vez mais eficiente das massas na defesa das liberdades e direitos constitucionais. Tudo isso explica por que, no curso da vida política recente do país, as forças nacionalistas e democráticas se colocaram ao lado da Constituição, como sucedeu a 24 de agosto de 1954 e a 11 de novembro de 1955, ao passo que as forças golpistas pró-imperialistas atentaram contra ela.

O processo de democratização se reflete no Parlamento. É verdade que os setores reacionários e entreguistas ainda possuem poderosas posições naquela instituição e conseguem impor decisões opostas aos interesses nacionais, a exemplo da aprovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, da rejeição de uma legislação social para os trabalhadores do campo e da cassação do direito de representação parlamentar para o Partido Comunista. É igualmente inegável, porém, que vem aumentando nas sucessivas legislaturas o número de parlamentares nacionalistas e democráticos, integrantes dos mais variados partidos. Isto indica o aumento da influência da burguesia nesses partidos e a utilização do voto por grandes setores das massas,

particularmente do proletariado, para apoiar uma política nacionalista e democrática. Se bem que o processo eleitoral ainda esteja submetido a restrições antidemocráticas, as massas têm conseguido influir na composição do Parlamento e pressionando sobre ele com a ação extraparlamentar, já o levaram a adotar decisões positivas para a emancipação nacional, a exemplo do monopólio estatal do petróleo e da política nacionalista dos minerais atômicos.

O processo de desenvolvimento capitalista e a participação da burguesia no poder do Estado se refletem também na composição do atual governo. Em decorrência da coligação de que surgiu, o governo do Sr. Juscelino Kubitschek tomou um caráter heterogêneo, com um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês.

A composição do governo do Sr. Juscelino Kubitschek é, em virtude disso, o resultado de um compromisso entre as duas alas que o integram. Este compromisso é frágil, não anula as contradições internas do governo e não impede a luta que lavra no seu seio. Apoiado nas massas, na Frente Parlamentar Nacionalista e no setor nacionalista das Forças Armadas, o setor nacionalista do governo tem influído para importantes decisões positivas. Disto são exemplos expressivos a defesa do monopólio estatal do petróleo e a manutenção de um clima de legalidade constitucional na vida política. Por outro lado, sob a pressão do setor entreguista e do imperialismo norte-americano, os elementos nacionalistas do governo têm sido levados a vacilações, derrotas e mesmo a graves capitulações, como foi o caso da cessão do arquipélago de Fernando de Noronha aos Estados Unidos.

As contradições existentes no seio do governo se manifestam em todas as esferas de sua atividade.

A política exterior permanece em geral caudatária do Departamento de Estado norte-americano, mas se fortalece a pressão do setor nacionalista por importantes modificações como a exigência do estabelecimento de relações com a União Soviética e demais países socialistas.

O governo tem desenvolvido, apoiado no povo, formas nacionais e progressistas de capitalismo de Estado, a exemplo da Petrobrás e de Volta Redonda. O capitalismo de Estado vem sendo um elemento progressista e antiimperialista na política econômica do governo, mas este ainda permite que empresas de capitalismo de Estado realizem uma política favorável ao imperialismo, como no caso dos financiamentos do BNDE ou da distribuição, pelos trustes, da energia produzida nas centrais elétricas estatais.

Enquanto toma medidas de interesse nacional, ao defender o café contra a especulação das firmas norte-americanas no mercado interno e mundial, o governo continua a propiciar inversões imperialistas à base de excepcionais privilégios, que suscitam protestos dos círculos mais representativos da burguesia. As medidas de reforma agrária não figuram sequer nos planos governamentais. A inflação e a carestia de vida continuam sendo fatores de instabilidade da economia nacional e de crescentes dificuldades para as massas.

A política do governo do Sr. Juscelino Kubitschek não atende, assim, aos interesses nacionais e às aspirações das massas populares em questões essenciais, contendo, entretanto, aspectos positivos de caráter nacionalista e democrático. À medida que os aspectos negativos da atuação do governo se tornam mais evidentes, acentua-se a luta por modificações na sua composição e na sua política num sentido favorável aos interesses nacionais e populares. Esta luta é apoiada pelo setor nacionalista do próprio governo e aprofunda as suas contradições com o setor entreguista.

É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país. Para atingir este objetivo, as forças progressistas têm interesse em defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrática.

**CRESCER NO MUNDO INTEIRO AS FORÇAS DA PAZ, DA DEMOCRACIA
E DO SOCIALISMO**

Na situação do Brasil, no desenvolvimento de suas forças antiimperialistas e democráticas, influem poderosamente as modificações essenciais verificadas na situação internacional, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

A característica nova e principal de nossa época, o seu conteúdo fundamental, é a transição do capitalismo ao socialismo, iniciada pela Grande Revolução Socialista de Outubro na Rússia. O socialismo ultrapassou os marcos de um só país e se transformou num sistema mundial vigoroso e florescente, que exerce influência positiva na evolução política e social de todos os povos. São enormes os êxitos econômicos e culturais dos países socialistas, e em primeiro lugar da União Soviética, que já assumiu a vanguarda em importantes ramos da ciência e da tecnologia, marchando para superar, em breve prazo histórico, o país capitalista mais adiantado, os Estados Unidos, quanto aos índices fundamentais da produção por habitante. Estes êxitos crescentes atraem para a ideia do socialismo a consciência das grandes massas de todos os continentes. Aplicando com justeza os princípios do marxismo-leninismo às condições nacionais específicas, fortalecem-se os partidos comunistas e operários de numerosos países do mundo capitalista. O movimento comunista mundial elevou a novo nível a sua unidade. A luta da classe operária obtém grandiosas vitórias e constitui uma força decisiva na situação internacional.

Fato novo de imensa significação é o adiantado processo de desagregação do sistema colonial do imperialismo. Populações de mais de um bilhão de pessoas se libertaram do jugo colonial e alcançaram a independência política, enquanto os povos ainda submetidos àquele jugo intensificam a sua luta de libertação, colocando em situação cada vez mais difícil as potências imperialistas. Surgiu no mundo uma vasta zona de paz, que abrange os países socialistas e os países da Ásia e da África amantes da paz e promotores de uma política de defesa da sua soberania e de emancipação econômica.

A luta contra o imperialismo norte-americano, pela democracia e pela paz eleva o seu nível na América Latina. As ditaduras terroristas a serviço dos

monopólios dos Estados Unidos, estão sendo derrubadas, o que abre caminho para o avanço do processo democrático e emancipador. A política de chantagem guerreira praticada pelos círculos de Washington vem fracassando na América Latina, à medida que se acentua o alívio da tensão internacional.

Em consequência do impetuoso ascenso do socialismo e das vitórias do movimento de libertação nacional, acelerou-se o processo de debilitamento e decomposição do imperialismo. Não só se reduziu drasticamente a área do seu domínio, como se agravaram as contradições entre os países imperialistas e dentro de cada um deles. Aumentam as dificuldades econômicas nos Estados Unidos, onde a produção vem caindo, enquanto cresce o número de desempregados, o que delineia uma perspectiva de crise econômica.

O imperialismo norte-americano é o centro da reação mundial. Segue uma política de atentados contra a soberania nacional de todos os povos, de corrida armamentista e preparativos de uma terceira guerra mundial, que seria a mais terrível catástrofe para a humanidade.

As guerras de agressão continuam a encontrar terreno na existência do imperialismo e este ainda tem desencadeado bárbaros atentados contra numerosos povos. Em virtude, porém, da correlação de forças favorável ao socialismo e às forças amantes da paz, surgiu em nossa época a possibilidade real de impedir as guerras. A luta pela paz — tarefa primordial de todos os povos — tem condições para ser plenamente vitoriosa. A política consequente de coexistência pacífica praticada pela União Soviética e pelos demais países socialistas ganha a simpatia dos povos, desfaz as manobras da "guerra fria" e consegue resultados concretos no sentido do alívio da tensão internacional. A rápida cessação da agressão imperialista ao Egito mostrou mais uma vez que a causa da paz e da libertação nacional tem a seu favor forças mais poderosas do que os agentes da guerra.

As modificações na arena internacional criam condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo, tornam mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade. A

possibilidade de uma transição pacífica ao socialismo se tornou real numa série de países.

O ascenso do socialismo, da causa da paz e do movimento de libertação nacional no mundo inteiro influi de modo positivo no crescimento das forças políticas antiimperialistas e democráticas no Brasil. A nova situação internacional cria condições favoráveis ao desenvolvimento econômico de nosso país, a libertação da dependência em relação ao imperialismo, à democratização da vida política nacional. Estas condições são especialmente favoráveis à aplicação de uma política externa independente e de paz, em benefício da emancipação econômica da nação. Uma política desta ordem, que muitos países do mundo capitalista já praticam, encontra o apoio de poderosas forças que atuam no cenário mundial.

Conquanto se beneficie da influência dos fatores positivos da situação internacional, o povo brasileiro é obrigado a enfrentar a pressão e os atentados do imperialismo norte-americano, que ocupa posições-chave na economia de nosso país e interfere nas questões de sua política interna e externa. Não obstante as derrotas que tem sofrido, não cessa a penetração econômica dos monopólios norte-americanos. Os círculos dirigentes dos Estados Unidos, com o apoio dos setores entreguistas, tomam medidas para vincular o Brasil aos preparativos bélicos e aos planos de uma terceira guerra mundial. Esta é a mais grave ameaça que pesa sobre a nossa pátria e contra esta ameaça tendem a unir-se todos os brasileiros favoráveis à manutenção da paz.

A luta contra o imperialismo norte-americano, pela independência nacional do Brasil é parte integrante da luta pela paz mundial. As vitórias da causa da paz no mundo inteiro contribuem para os êxitos da luta emancipadora de nosso povo. Existem condições para derrotar a política de dependência ao imperialismo norte-americano e anular suas ameaças. A situação internacional é favorável às forças que lutam pela paz, pela emancipação nacional e pela democracia no Brasil.

APROFUNDA-SE A CONTRADIÇÃO ENTRE A NAÇÃO BRASILEIRA E O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

As modificações na situação econômica e política do país, bem como na situação internacional, determinam importantes alterações na disposição das forças sociais e definem o caminho para a solução dos problemas da revolução brasileira.

Como decorrência da exploração imperialista norte-americana e da permanência do monopólio da terra, a sociedade brasileira está submetida, na etapa atual de sua história, a duas contradições fundamentais. A primeira é a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações de produção semifeudais na agricultura. O desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução destas duas contradições fundamentais.

A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na etapa atual. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo.

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária, com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho; ao desenvolvimento independente e progressista da economia nacional e à democratização radical da vida política. Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária brasileira.

Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento econômico capitalista entra em choque com a exploração imperialista norte-americana,

aprofundando-se a contradição entre as forças nacionais e progressistas em crescimento e o imperialismo norte-americano que obstaculiza a sua expansão. Nestas condições, a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos tornou-se a contradição principal da sociedade brasileira.

O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os entreguistas que o apóiam. A derrota da política do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos abrirá caminho para a solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática no Brasil.

Para realizar a sua política de exploração e de vinculação de nosso país aos seus planos guerreiros, o imperialismo norte-americano conta com o apoio de setores de latifundiários e de setores da burguesia. Servem ao imperialismo norte-americano os latifundiários que estão ligados, por seus interesses, à exploração imperialista, numerosos intermediários do comércio exterior, os sócios de empresas controladas pelo capital monopolista norte-americano e determinados agentes de negócios bancários e comerciais.

Estes setores — minoria verdadeiramente ínfima — constituem as forças entreguistas que, dentro e fora dos órgãos de Estado, sustentam a política de dependência ao imperialismo norte-americano.

Ao inimigo principal da nação brasileira se opõem, porém, forças muito amplas. Estas forças incluem o proletariado, lutador mais consequente pelos interesses gerais da nação; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura retrógrada que se apóia na exploração imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir as suas atividades em virtude dos fatores de atraso do país; a burguesia, interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; os setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano, derivadas da disputa em torno dos preços dos produtos de exportação, da concorrência no mercado internacional ou da ação extorsiva de firmas norte-americanas e de seus agentes no mercado interno; os grupos da burguesia ligados a

monopólios imperialistas rivais dos monopólios dos Estados Unidos e que são prejudicados por estes.

São forças, portanto, extremamente heterogêneas pelo seu caráter de classe. Incluem desde o proletariado, que tem interesse nas mais profundas transformações revolucionárias, até parcelas das forças mais conservadoras da sociedade brasileira. A sua consequência na luta contra o imperialismo norte-americano não pode ser evidentemente a mesma, porém todas essas forças possuem motivos para se unirem contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. Quanto mais ampla for esta unidade, maiores serão as possibilidades de infligir uma derrota completa àquela política e garantir um curso independente, progressista e democrático ao desenvolvimento da nação brasileira.

A FRENTE ÚNICA E A LUTA POR UM GOVERNO NACIONALISTA E DEMOCRÁTICO

As tarefas impostas pela necessidade do desenvolvimento independente e progressista do país não podem ser resolvidas por nenhuma força social isoladamente. Disto decorre a exigência objetiva da aliança entre todas as forças interessadas na luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano. A experiência da vida política brasileira tem demonstrado que as vitórias antiimperialistas e democráticas só puderam ser obtidas pela atuação em frente única daquelas forças.

A frente única se manifesta nas múltiplas formas concretas de atuação ou de organização em comum, que surgem no país, por iniciativas de diferentes origens e de acordo com as exigências da situação. Entre estas formas, a mais importante atualmente é o movimento nacionalista. O seu desenvolvimento expressa um grau mais elevado de unidade e concentração das forças antiimperialistas. Constituiu um fato novo, resultante não só de fatores objetivos, entre os quais o desenvolvimento do capitalismo, que fortaleceu as posições da burguesia, como também das lutas patrióticas de massas, que se travaram durante muitos anos com a participação combativa do proletariado e de sua vanguarda comunista. Tendem a unir-se e podem

efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia e os setores de latifundiários que possuam contradições com o imperialismo norte-americano.

O movimento nacionalista vem exercendo influência para elevar a consciência antiimperialista das massas e para agrupar os setores nacionalistas dos partidos políticos, do Parlamento, das Forças Armadas e do próprio governo. Superando as divergências que existem entre os seus participantes, o movimento nacionalista atrai para a sua frente de luta entidades, partidos, correntes e personalidades do mais variado caráter social e orientação política. Assim é que a Frente Parlamentar Nacionalista, cujo aparecimento tem notável significação em nossa vida política, unificou a ação de grande número de parlamentares pertencentes aos mais diversos partidos com representação no Congresso, quer sejam governistas ou oposicionistas.

O movimento nacionalista vem surgindo nas diferentes regiões com plataformas que, ao lado de pontos comuns, apresentam questões variadas, de acordo com a influência de determinadas forças políticas e da maior sensibilidade, por motivos locais, a esta ou aquela reivindicação antiimperialista. Os comunistas consideram que é necessário tudo fazer, dentro do mais alto espírito de unidade, para impulsionar o movimento nacionalista, ampliar seu caráter de massas e ajudar sua coordenação em escala nacional. Isto contribuirá para acelerar a polarização em processo entre as forças antiimperialistas e democráticas, de um lado, e as forças entreguistas, do outro lado.

Os comunistas devem ser um fator por excelência unitário dentro da frente única nacionalista e democrática. Por isso, não condicionam a sua permanência na frente única à total aceitação de suas opiniões. Os participantes da frente única poderão aceitar essas opiniões somente como resultado de sua justeza, de sua força persuasiva e, acima de tudo, da sua comprovação pela experiência política concreta. Defendendo firmemente suas opiniões, os comunistas consideram que, se forem justas, tais opiniões acabarão sendo aceitas pelas massas e pelos aliados, vindo a prevalecer

através de processos democráticos, dentro da frente única. Os comunistas não são exclusivistas e, ao mesmo tempo que encaram com espírito autocrítico a sua própria atividade, aceitam e valorizam as opiniões corretas procedentes das outras forças da frente única.

Sendo inevitavelmente heterogênea, a frente única nacionalista e democrática encerra contradições. Por um lado, há interesses comuns e, portanto, há unidade. Este é um aspecto fundamental e explica a necessidade da existência da frente única, a sua capacidade de superar as contradições internas entre os seus componentes. Por outro lado, há interesses contraditórios e, portanto, as forças sociais integrantes da frente única se opõem no terreno de certas questões, esforçando-se para fazer prevalecer seus interesses e pontos de vista.

O proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista. Entretanto, marchando unidos para atingir um objetivo comum, a burguesia e o proletariado possuem também interesses contraditórios.

A burguesia se empenha em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico do país, intensificando a exploração das massas trabalhadoras e lançando sobre elas o peso das dificuldades. Por isto, a burguesia é uma força revolucionária inconsequente, que vacila em certos momentos, tende aos compromissos com os setores entreguistas e teme a ação independente das massas.

O proletariado tem interesse no desenvolvimento antiimperialista e democrático consequente. A fim de assegurá-lo, ao mesmo tempo que luta pela causa comum de todas as classes e camadas que se opõem à exploração imperialista norte-americana, o proletariado defende os seus interesses específicos e os das vastas massas trabalhadoras e bate-se por amplas liberdades democráticas, que facilitem a ação independente das massas. O

proletariado deve salvaguardar, por isto, a sua independência ideológica, política e organizativa dentro da frente única.

É indispensável, entretanto, jamais perder de vista que a luta dentro da frente única é diferente, em princípio, da luta que a frente única trava contra o imperialismo norte-americano e as forças entreguistas. Neste último caso, o objetivo consiste em isolar o inimigo principal da nação brasileira e derrotar a sua política. Já a luta do proletariado dentro da frente única não tem por fim isolar a burguesia nem romper a aliança com ela, mas visa defender os interesses específicos do proletariado e das vastas massas, simultaneamente ganhando a própria burguesia e as demais forças para aumentar a coesão da frente única. Por se travar dentro da frente única, esta luta deve ser conduzida de modo adequado, através da crítica ou de outras formas, evitando elevar as contradições internas da frente única ao mesmo nível da contradição principal, que opõe a nação ao imperialismo norte-americano e seus agentes. Assim, é preciso ter sempre em vista que as contradições de interesses e divergências de opinião dentro da frente única, embora não devam ser ocultadas e venham a causar dificuldades, podem ser abordadas e superadas sem romper a unidade.

Os comunistas de modo algum condicionam a sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. Tendo por objetivo a ampliação e a coesão da frente única, os comunistas trabalham para que as forças antiimperialistas e democráticas, principalmente as grandes massas da cidade e do campo, aceitem a direção do proletariado, uma vez que esta direção é, do ponto de vista histórico, a única capaz de dar à frente única firmeza e consequência política. A conquista da hegemonia do proletariado é, porém, um processo de luta árduo e paulatino, que avançará à medida em que a classe operária forjar a sua unidade, estabelecer laços de aliança com os camponeses e defender de modo acertado os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única.

Para a unidade da classe operária tem grande importância o fortalecimento do movimento sindical. Este alcançou numerosas vitórias nos

últimos tempos, possibilitando aos trabalhadores defender o seu nível de vida, restabelecer a liberdade sindical e elevar o seu grau de unidade e organização. As organizações intersindicais têm contribuído para a unidade da classe operária, mas a experiência vem demonstrando que o movimento sindical tem avançado igualmente à medida que se fortalece a unidade de ação dos trabalhadores nos sindicatos, federações e confederações, isto é, nos quadros da organização sindical existente no país. O movimento sindical tem avançado igualmente à medida em que os trabalhadores aprendem a utilizar as conquistas da legislação social vigente e procuram concretizá-la e aperfeiçoá-la, influenciando no Parlamento, com a pressão de massas, para a aprovação de novas leis. Os sindicatos e as demais organizações profissionais não devem servir a objetivos partidários, mas precisam ser instrumentos da unidade dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas, na luta por suas reivindicações imediatas, pelo direito de greve, pelo melhoramento da previdência social etc. Simultaneamente, cabe aos sindicatos um grande papel no amplo movimento nacionalista e democrático.

Os camponeses constituem a massa mais numerosa da nação e representam uma força cuja mobilização é indispensável ao desenvolvimento consequente das lutas do povo brasileiro. O movimento camponês se encontra, entretanto, bastante atrasado, sendo baixíssimo o seu nível de organização. Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa de arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas. Assim é que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semi-assalariados em sindicatos, que já obtiveram vitórias em contendas com fazendeiros. Tem grande importância a defesa jurídica dos direitos já assegurados aos camponeses. A ação de massas se mostra indispensável para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento e

conquistar a aprovação de leis que correspondam aos interesses dos trabalhadores agrícolas, inclusive a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo.

As camadas médias urbanas são extremamente sensíveis às reivindicações de caráter nacionalista e democrático. Aos pequenos negociantes, ao funcionalismo civil e militar e a outros setores da pequena burguesia cabe um posto destacado nas lutas do povo brasileiro. Importante papel desempenha a intelectualidade, que em sua esmagadora maioria está interessada no progresso e na emancipação nacional. Como setor mais combativo da intelectualidade, o movimento estudantil tem dado importante contribuição às lutas do povo brasileiro. A unidade dos estudantes das mais diversas tendências doutrinárias e políticas é um fator essencial para o fortalecimento das organizações estudantis, universitárias e secundárias, que têm sido baluartes da frente única nacionalista e democrática. Seguindo o exemplo dos estudantes, a juventude dos sindicatos, dos clubes esportivos e recreativos pode unir-se e obter vitórias na luta por suas reivindicações.

A formulação dos objetivos comuns, num processo de discussão democrática, vai-se tornando necessária para a frente única à medida que aumenta a envergadura de suas tarefas. Os comunistas são de opinião que uma plataforma de frente única deve incluir os seguintes pontos fundamentais:

- 1) Política exterior independente e de paz — Estabelecimento de relações amistosas com todos os países, acima de diferenças de regime social, na base do respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, de não agressão, de não intervenção nos assuntos internos e da igualdade de direitos e vantagens recíprocas. Desvinculação de compromissos com quaisquer blocos militares, denúncia de tratados belicistas e de ajustes antinacionais como o da cessão de Fernando de Noronha. Apoio às propostas que visem ao alívio da tensão internacional e ao término da "guerra fria". Apoio às lutas de libertação nacional de todos os povos.
- 2) Desenvolvimento independente e progressista da economia nacional — Intercâmbio comercial com todos os países, inclusive os países socialistas.

Desenvolvimento da iniciativa estatal nacionalista nos setores do petróleo, energia elétrica, siderurgia, minerais estratégicos e outros setores básicos. Proteção e estímulo da iniciativa privada nacional. Execução de um programa federal para o desenvolvimento das regiões mais atrasadas do país e, em particular, incentivo à industrialização do nordeste. Revogação dos privilégios cambiais ou de qualquer outra ordem concedidos ao capital estrangeiro, selecionando suas inversões de acordo com os interesses do desenvolvimento do país e sem prejuízo dos empreendimentos nacionais. Dar preferência aos financiamentos em geral, governamentais ou não, sempre que não condicionados a exigências políticas e escolhendo livremente aqueles que, seja qual for sua procedência, ofereçam melhores condições no que se refere a juros, prazos de amortização e assistência técnica.

- 3) Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas — Redução das taxas de arrendamento e prolongamento dos seus prazos contratuais. Defesa dos camponeses contra a grilagem e os despejos. Facilitar aos camponeses o acesso à terra, particularmente junto aos centros urbanos e vias de comunicação. Garantia da posse da terra e entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros. Aplicação dos direitos dos trabalhadores do campo já consolidados em lei. Legislação trabalhista adequada ao campo. Facilitar aos camponeses o crédito bancário, particularmente do Banco do Brasil, os transportes, a armazenagem e a assistência técnica.
- 4) Elevação do nível de vida do povo — Combate enérgico à inflação e à carestia. Equilíbrio orçamentário e política tributária que não sacrifique as massas nem prejudique as atividades produtivas. Salários e vencimentos que assegurem melhores condições de vida aos trabalhadores e ao funcionalismo. Democratização dos órgãos governamentais de controle do abastecimento e dos preços, de tal maneira que possam servir efetivamente aos interesses das massas populares. Aumento das verbas destinadas à educação e saúde do povo. Estímulo ao desenvolvimento da cultura nacional. Aplicação efetiva e melhoria da legislação trabalhista.

- 5) Consolidação e ampliação da legalidade democrática — Garantia dos direitos democráticos contidos na Constituição. Abolição completa das discriminações políticas e ideológicas. Garantia do direito de greve e dos direitos sindicais dos trabalhadores. Direito de voto aos analfabetos, bem como aos soldados e marinheiros.

Os comunistas apresentam esta plataforma para um amplo debate do qual possa resultar a formulação unitária dos objetivos comuns das forças nacionalistas e democráticas.

A frente única nacionalista e democrática acumula forças à medida que luta por soluções positivas para os problemas colocados na ordem do dia, realizando-as na proporção de sua capacidade e das condições favoráveis de cada momento. A exigência dessas soluções positivas para os problemas brasileiros conduz, inevitavelmente, à necessidade de um governo que possa aplicar com firmeza em todas as esferas da política interna e exterior a política de desenvolvimento e de emancipação reclamada pelo povo brasileiro. A luta das correntes nacionalistas e democráticas para alcançar modificações na composição e na política do governo atual assume, e tende a assumir cada vez mais, o caráter de luta por um governo de coligação nacionalista e democrática.

Um governo nacionalista e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente e aplicar uma política externa de independência e de paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir as liberdades democráticas.

O desenvolvimento da situação no país indica que esta orientação política pode vir a ser gradualmente realizada por um ou por sucessivos governos que se apóiem na frente única nacionalista e democrática.

Um governo nacionalista e democrático dependerá fundamentalmente do apoio das massas e, por isto, o ascenso do movimento de massas não poderá deixar de influir no sentido da radicalização de sua composição e de

sua política. Esta radicalização será também resultado da necessidade inevitável de medidas mais enérgicas e profundas diante dos atentados do imperialismo norte-americano e das forças entreguistas e reacionárias no país.

O curso dos acontecimentos no Brasil indica, por conseguinte, a possibilidade real de um processo em que, sob a pressão das ações independentes das massas e diante da necessidade de medidas mais consequentes contra o inimigo principal da nação, um governo de coligação nacionalista e democrática abrirá caminho para uma nova correlação de forças, que possibilite completar as transformações revolucionárias exigidas pelo desenvolvimento econômico e social de nossa pátria.

Ainda que dispostos a participar dos governos de caráter nacionalista e democrático, os comunistas os apoiarão de modo resolutivo, mesmo que não venham a fazer parte de sua composição.

O CAMINHO PACÍFICO DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Os comunistas consideram que existe hoje em nosso país a possibilidade real de conduzir, por formas e meios pacíficos, a revolução antiimperialista e antifeudal. Nestas condições, este caminho é o que convém à classe operária e a toda a nação. Como representantes da classe operária e patriotas, os comunistas, tanto quanto deles dependa, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade.

O caminho pacífico da revolução brasileira é possível em virtude de fatores como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário e o desenvolvimento da frente única nacionalista e democrática em nosso país. Sua possibilidade se tornou real em virtude das mudanças qualitativas da situação internacional, que resultaram numa correlação de forças decididamente favorável à classe operária e ao movimento de libertação dos povos.

O caminho pacífico significa a atuação de todas as correntes antiimperialistas dentro da legalidade democrática e constitucional, com a utilização de formas legais de luta e de organização de massas. É necessário,

pois, defender esta legalidade e estendê-la, em benefício das massas. O aperfeiçoamento da legalidade, através de reformas democráticas da Constituição, deve e pode ser alcançado pacificamente, combinando a ação parlamentar e a extraparlamentar.

O povo brasileiro pode resolver pacificamente os seus problemas básicos com a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas e consequentes na estrutura econômica e nas instituições políticas, chegando até à realização completa das transformações radicais colocadas na ordem do dia pelo próprio desenvolvimento econômico e social da nação.

A fim de encaminhar a solução de seus problemas vitais o povo brasileiro necessita conquistar um governo nacionalista e democrático. Esta conquista poderá ser efetuada através dos seguintes meios mais prováveis;

- 1) Pela pressão pacífica das massas populares e de todas as correntes nacionalistas, dentro e fora do Parlamento, no sentido de fortalecer e ampliar o setor nacionalista do atual governo, com o afastamento do poder de todos os entreguistas e sua substituição por elementos nacionalistas.
- 2) Através da vitória da frente única nacionalista e democrática nos pleitos eleitorais.
- 3) Pela resistência das massas populares, unidas aos setores nacionalistas do Parlamento, das Forças Armadas e do governo, para impor ou restabelecer a legalidade democrática, no caso de tentativas de golpe por parte dos entreguistas e reacionários, que se proponham implantar no país uma ditadura a serviço dos monopólios norte-americanos.

O complexo desenvolvimento da vida política nacional é que determinará como será realizada a conquista de um governo nacionalista e democrático.

Sejam quais forem as vicissitudes que o povo brasileiro tiver de enfrentar para resolver pacificamente os seus problemas, será sempre necessário o

amplo desenvolvimento da luta de classes do proletariado, dos camponeses e das camadas médias urbanas em defesa dos seus interesses específicos e dos interesses gerais da nação.

A escolha das formas e meios para transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças patrióticas. No caso em que os inimigos do povo brasileiro venham a empregar a violência contra as forças progressistas da nação é indispensável ter em vista outra possibilidade — a de uma solução não pacífica. Os sofrimentos que recaírem sobre as massas, em tal caso, serão da inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro.

Quanto aos comunistas, tudo farão para alcançar os objetivos vitais do proletariado e do povo um caminho que, sendo de luta árdua, de contradições e de choques, pode evitar o derramamento de sangue na insurreição armada ou na guerra civil. Os comunistas confiam em que, nas circunstâncias favoráveis da situação internacional, as forças antiimperialistas e democráticas terão condições para garantir o curso pacífico da revolução brasileira.

PELA VITÓRIA DA FRENTE ÚNICA NACIONALISTA E DEMOCRÁTICA NAS ELEIÇÕES

A experiência política do país vem demonstrando que o povo já alcançou importantes vitórias dentro do Parlamento e dos órgãos legislativos nos estados e municípios. Esta experiência também já demonstrou que é possível eleger nacionalistas e democratas para os postos executivos. As eleições constituem, portanto, um acontecimento de excepcional importância em nossa vida política.

As eleições, no Brasil, ainda estão submetidas a sérias restrições antidemocráticas. Certas destas restrições derivam do poder econômico e político concentrado em mãos das classes exploradoras e são inevitáveis mesmo nas melhores condições da democracia burguesa. Outras, porém, são restrições possíveis de eliminar ainda no regime atual, à medida que avança o processo de democratização. Os comunistas lutam, por isto, pela extensão do

direito de voto aos analfabetos, bem como aos soldados e marinheiros. Lutam, igualmente, pela restituição da legalidade ao Partido Comunista, fazendo cessar uma discriminação anticonstitucional, consumada numa conjuntura reacionária e mantida até hoje em flagrante desrespeito aos postulados da Carta Magna.

As restrições antidemocráticas que ainda pesam sobre o processo eleitoral não impedem, porém, a afirmação da sua crescente importância para determinar os rumos da vida política do país. Combinadas a outras formas pacíficas e legais de lutas de massas, as eleições podem dar vitórias decisivas ao povo. Massas de milhões vêm utilizando o voto para expressar a sua vontade e influir nos destinos da nação. A participação mais entusiástica nas eleições é, assim, um dever para os comunistas.

Esta participação não visa exclusivamente obter pequenos proveitos imediatos e utilizar uma oportunidade para fazer agitação de palavras de ordem. O objetivo fundamental da participação dos comunistas nas eleições consiste em eleger para os postos executivos e legislativos os candidatos da frente única, que possam fortalecer os setores nacionalistas do Parlamento e do governo. Todo o trabalho eleitoral dos comunistas, seja em âmbito nacional como em estadual e municipal, deve ser considerado uma parte do trabalho geral de formação e desenvolvimento da frente única, visando sempre a mudança da correlação de forças políticas e a conquista de um governo nacionalista e democrático.

Os comunistas se empenham, por este motivo, em contribuir para a constituição de amplas coligações eleitorais, que tenham força para levar à vitória os candidatos da frente única. A ação independente dos comunistas se realizará, não fora, mas dentro da frente única. Lutando, na medida de suas possibilidades, para eleger seus próprios candidatos, os comunistas não adotam, porém, uma posição exclusivista, colocam acima de tudo a necessidade de desenvolver e fortalecer a frente única e consideram que a vitória de candidatos não comunistas da frente única é também sua vitória. Esta orientação contribuirá para aprofundar nacionalmente e em cada local a

polarização em processo entre nacionalistas e entreguistas, a fim de isolar e derrotar os candidatos comprometidos com o imperialismo norte-americano.

Buscando formar amplas coligações eleitorais, que levem à vitória os nacionalistas e os democratas, é necessário ter em vista a composição de classe mais ou menos heterogênea dos partidos políticos brasileiros, sem, entretanto, estabelecer identidade entre eles. Os comunistas apóiam os elementos nacionalistas e democratas que existem em todos os Partidos. Tais elementos constituem uma ala considerável do PSD, a qual tem lutado com relativo êxito contra a ala reacionária do mesmo partido, ligada aos latifundiários mais retrógrados e a interesses imperialistas. Em proporção menor, existem elementos nacionalistas na UDN que se chocam com a alta direção nacional do seu partido, ainda dominada por conhecidos golpistas e porta-vozes do imperialismo norte-americano. Partidos como o PTB, o PSP e o PSB, que possuem maior base popular nos centros urbanos, apresentam uma tendência nacionalista e democrática mais acentuada. O PTB, cujo maior contingente eleitoral provém das massas trabalhadoras, de modo geral orienta-se por uma política nacionalista e popular. O mesmo ocorre com o PSB, cuja base social repousa em setores da pequena burguesia urbana e, em particular, da intelectualidade. Tanto o PTB como o PSB já defendem plataformas nacionalistas e democráticas.

À medida que se desenvolve o capitalismo no país, os partidos políticos brasileiros adquirem um caráter cada vez mais estável e nacional. Em virtude, porém, da extrema desigualdade de desenvolvimento que se verifica entre as diferentes regiões, os partidos políticos não puderam ainda superar as divergências, por vezes agudas, que lavram entre as suas seções estaduais e até mesmo municipais. Esta circunstância não pode deixar de ser levada em conta, a fim de distinguir, com justeza, as variações de orientação entre os diretórios nacionais, estaduais e municipais.

Os comunistas apóiam nas eleições os partidos, alas e seções de partidos e personalidades de atuação nacionalista reconhecida, não os

confundindo, porém, com os falsos nacionalistas, que procuram enganar o povo com a sua demagogia eleitoreira.

É com esta visão das eleições e de suas perspectivas essenciais que comunistas se mobilizam para tomar parte nos pleitos de 1958 e 1960.

FORTALECER O PARTIDO PARA A APLICAÇÃO DE UMA NOVA POLÍTICA

O proletariado brasileiro necessita uma vanguarda marxista-leninista organizada e combativa a fim de realizar sua política de classe. O Partido Comunista do Brasil, que é esta vanguarda, deve ser capaz de cumprir o seu papel na ação política concreta.

Isto exige que o nosso Partido se depure de persistentes defeitos e adquira qualidades novas. O subjetivismo, que exerceu longo domínio em nossas fileiras, deve ser combatido em profundidade, através da reeducação dos dirigentes e militantes no espírito de uma nova política, que emane diretamente das condições objetivas de nosso país e seja a correta aplicação dos princípios universais do marxismo-leninismo, às originais particularidades concretas do desenvolvimento histórico-nacional. O abandono dos princípios universais do marxismo-leninismo, como síntese científica da experiência do movimento operário mundial, conduz inevitavelmente à desfiguração do caráter de classe do Partido, e à degenerescência revisionista. Mas o desconhecimento das particularidades concretas do próprio país condena o Partido, irremediavelmente, à impotência sectária e dogmática.

As concepções dogmáticas e sectárias, que nas condições atuais de nosso Partido constituem o perigo fundamental a combater, se opõem de modo radical ao próprio caráter da missão que os comunistas têm a cumprir. À frente da classe operária deve estar um Partido que saiba dirigir a luta pelos objetivos revolucionários na ação política corrente, diária, determinada pelas próprias exigências do movimento real das massas, das classes e das forças políticas. A esta característica essencial se subordinam as atividades de agitação e propaganda, do trabalho de massas e de organização do Partido.

Para que os comunistas possam cumprir sua importante tarefa, devem estar a serviço das massas e lançar-se decididamente à atividade junto às massas. Ao invés de se voltarem apenas para o trabalho interno do Partido, precisam dedicar o fundamental de suas energias à atuação legal nas organizações de massas e aí exercer uma função eminentemente construtiva. É indispensável, por conseguinte, tomar as medidas adequadas para que o maior número possível de quadros, militantes e dirigentes, realizem atividades legais entre as massas. Participando das lutas de massas nos movimentos reivindicativos, nas campanhas políticas, nas eleições, os comunistas não têm outro fim senão o de tornar vitoriosas as aspirações das massas, aprender com elas e educá-las a partir do nível de consciência que já atingiram. Os comunistas devem ser em toda parte batalhadores isentos de exclusivismo, abnegados e consequentes, pela construção da frente única nacionalista e democrática.

O Comitê Central concita a todos os militantes a empenharem-se no fortalecimento do Partido para torná-lo o instrumento adequado à execução vitoriosa da nova política traçada nesta Declaração, que deve guiar, de agora em diante, toda a atividade do Partido.

Rio, março de 1958.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.

ANEXO D

MANIFESTO-PROGRAMA DAS FORÇAS DE OPOSIÇÃO PARA A CAMPANHA GOVERNAMENTAL

As forças políticas e econômicas de oposição, reconhecendo que toda ação política só poderá ser decisiva se baseada na realidade econômico-social, resolveram proceder a uma análise preliminar da atual conjuntura do nosso estado, a fim de assentar suas diretrizes e fixar sua posição política, em consonância com os interesses do povo e da terra de Pernambuco.

A pobreza do solo, as condições climáticas e topográficas desfavoráveis, uma agricultura voltada para a produção de artigos que existem em excesso nos mercados nacional e mundial, as endemias reinantes e a carência de recursos e planos para combatê-las, a falta de um programa de desenvolvimento econômico e uma elevada taxa de crescimento demográfico, são fatores que contribuem para tornar extremamente difícil e complexa a solução dos nossos problemas básicos. Estas não são, na verdade, as causas exclusivas da progressiva miséria do nosso povo, mas, no seu conjunto, atuam no sentido de agravar a má distribuição da propriedade territorial, a pequena expressão do setor industrial, a carência de recursos para aplicação na economia e nos serviços públicos e o reduzido volume do capital privado.

É evidente que não se pode deixar de reconhecer que estes problemas não se limitam pura e simplesmente ao âmbito de determinadas regiões, assumindo, muitas vezes, um caráter nacional, desde que as condições sócio-econômicas em cada uma delas dependem do conjunto da economia do país.

O importante é conhecer e estudar as peculiaridades de cada área, buscando soluções para os problemas específicos, tendo em vista os interesses da economia nacional.

Daí por que se torna imprescindível a adoção de uma política que contribua para fazer com que desapareçam as desigualdades entre as diversas áreas geoeconômicas de que se constitui o Brasil.

Entretanto, seria ilusão pretender solucionar problemas peculiares a cada região, sem que, antes, se definissem os rumos de uma política econômica nacional. E seria erro tentar reduzir a importância que tem para o desenvolvimento de nossa economia a forma de exploração das riquezas minerais do país, principalmente o petróleo, o controle das fontes de energia elétrica e sua distribuição, a defesa das principais indústrias básicas e de transformação dos produtos agrícolas e as relações comerciais indiscriminadas com os outros países.

Quando tais problemas não são encarados justa e decididamente, dentro de um critério nacionalista, o desenvolvimento do país pode ser retardado, cabendo ao povo maior dispêndio em dinheiro, pela remessa de lucros, juros e amortizações do que o valor dos investimentos estrangeiros em alguns setores da nossa economia.

Não há nisso, evidentemente, o menor propósito de encarar como maléfica a aplicação de capitais oriundos de outros países. A colaboração estrangeira é necessária e, em certos casos, mesmo indispensável, não devendo, entretanto, ser obtida a troco de concessões perigosas à soberania política e à independência nacional. Apenas, deve-se reconhecer que o povo brasileiro cabe a maior parcela de esforço no sentido de expandir sua economia, retendo o poder de decidir sobre a exploração de suas riquezas.

POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Hoje, em todo país há um clima de ansiedade pelo desenvolvimento econômico. As mais diversas camadas sociais, através de seus líderes e órgãos classistas, reclamam medidas capazes de promover a expansão econômica do Brasil, constituindo-se em insignificante minoria aqueles que se antepõem a tão salutares desígnios. Apesar de poucos, tudo fazem para confundir o interesse geral com os seus apetites de grupo, tentando fazer crer que o crescimento de seus negócios particulares significa um fator de expansão da riqueza coletiva.

Tais grupos não hesitam em se amparar em forças internacionais, de onde retiram sua maior capacidade para especular no mercado mundial, em prejuízo do nosso progresso.

Não é isso que entendemos por desenvolvimento econômico. Entendemos que o desenvolvimento econômico é o processo de aumentar a produção de bens e serviços que devem ser postos à disposição da comunidade; o incremento da produção de gêneros alimentícios, tecidos, calçados, medicamentos, materiais elétricos, transporte, comunicações, hospitais, saneamento, água, escolas, casas residenciais, divertimentos, enfim, tudo aquilo que contribui para promover o bem estar coletivo. Desenvolvimento econômico, é, portanto, o incremento da produção de todos esses bens e serviços e não a especulação e a negociata, que propiciam o acréscimo de lucros ilegítimos a meia dúzia de pessoas.

Ora, se entendemos o desenvolvimento econômico nacional dessa maneira, não podemos deixar de estranhar a tese daqueles que advogam um fluxo maior de inversões numa determinada região, pretendendo justificar tal iniciativa com argumentos falazes, como os de maior rendimento, maiores lucros de aplicação de capitais feita em regiões mais desenvolvidas. Na prática, seria admitir que a região sul absorvesse os novos fatores de produção, que devem ser empregados para a expansão da economia nacional, condenando as regiões mais atrasadas, especialmente o nordeste, à renúncia aos ganhos do desenvolvimento econômico, deixando as suas populações a caminho único da migração, como meio de sobrevivência. Tal processo não nos conduziria ao fortalecimento da unidade nacional; levaria algumas regiões a um estágio de desenvolvimento mais adiantado enquanto outras áreas do país, pelo pauperismo gradativo, ou sob a forma aguda de um colapso, seriam arrastadas fatalmente à desagregação e à ruína. Não se trata, pois, de considerar apenas os efeitos diretos, de ganhos imediatos para esta ou aquela área, mas de elevar em conta a política de desenvolvimento sob todos seus aspectos – econômicos, sociais e políticos. Por esse motivo, somos favoráveis e nos batemos por uma revisão da política econômica nacional, tendo em vista as peculiaridades das diversas regiões que compõem o Brasil.

RESPONSABILIDADE POLÍTICA

A ideia de que os erros de nossa política econômica são devidos à má vontade desse ou daquele governo, não devem prevalecer. Muitos dos erros cometidos e várias injustiças que se têm verificado contra essa ou aquela região, decorrem, principalmente, da prevalência de interesses grupais e da improvisação. A ausência de estudos e da aplicação de um planejamento global, sem que se desprezem as características regionais, são, na realidade, responsáveis por muitos de nossos males. Do mesmo modo, grupos têm influenciado na política nacional, procurando falsas teorias de desenvolvimento, visando atender a interesses individuais.

Hoje, entretanto, seus métodos são bastante conhecidos. Por isso mesmo, as condições se apresentam favoráveis à sua derrota. Só teremos êxito, contudo, no exercício dessa política com a ampliação e consolidação do nosso regime democrático, através do esclarecimento do povo, conquistando o maior número possível de cadeiras na Câmara Federal, na Assembleia Legislativa e nas Câmaras Municipais, bem como governo estadual, de modo a permitir uma maior participação do nosso estado na política nacional, fortalecendo as correntes que se batem pelo desenvolvimento independente da nossa economia.

Muitas vezes, grupos políticos, por omissão e desconhecimento dos nossos problemas, preocupados exclusivamente com as posições de mando, não defendem os interesses nacionais, nem se esforçam para resolver os problemas fundamentais da região.

A situação de Pernambuco evidencia esse fato. Há mais de uma dezena de anos, o estado se debate em crises sucessivas. Os índices econômicos demonstram que a produção agrícolas e industrial pernambucana representa, percentualmente, cada vez menos no conjunto da produção brasileira. E, periodicamente, o estado é assolado pela seca, forçando suas populações, como agora, a migração em massa em busca da sobrevivência. Diante desses fatos os governos estaduais despreocupados com os nossos problemas básicos, quando não estão em luta com o governo central, em face de

pretensões duvidosas, tratam de apoiar-se neste, com o fim exclusivo de obter cargos rendosos para “afilhados”, parentes e correligionários.

Devemos ter em vista que num país subdesenvolvido, particularmente num estado pobre, como o nosso, onde são demasiadamente escassos os capitais privados disponíveis, não se pode pensar em expansão econômica, melhoria das condições de vida das massas, sem a ação governamental. Esta é a razão de ser, em Pernambuco, da substituição dos grupos que o dominam. Com efeito, os governantes de hoje, os mesmos de 20 anos atrás, pretendem o poder para usá-lo, como sempre o fizeram em benefício dos colégios políticos, que lhes asseguram os postos. A máquina eleitoral, as delegacias do interior, a renda do jogo de azar, as nomeações de professores por “pistolões”, sem respeito aos concursos, e a ampliação desordenada do quadro funcionalismo público, passando por cima da lei e dos direitos adquiridos de velhos servidores, tem sido as únicas preocupações dos nossos governantes durante os últimos anos. Este, o fenômeno que se vem verificando durante mandatos sucessivos, em que os homens mudam, mas a mentalidade dos agrupamentos políticos dominantes continua sendo a mesma, enquanto se elevam, no estado, os índices de pobreza e avulta o drama das grandes massas de desajustados sociais.

ALGUNS PROBLEMAS PERNAMBUCANOS

Diante desse quadro, urge um trabalho prévio de planejamento a fim de ser elaborado um programa concreto para Pernambuco, em torno do qual possam ser mobilizadas todas as camadas da população, de modo a permitir a nossa participação efetiva no progresso nacional. Só assim, substituindo o grupo político dominante, adotando outros conceitos e diferentes processos de governar, será possível fazer com que o nosso estado não somente participe dos ganhos de uma política de desenvolvimento, mas também auxilie, de forma concreta, a luta nacional pelo desenvolvimento da economia brasileira.

Os problemas pernambucanos, tomados como pontos essenciais de um programa dessa natureza, poderiam ser:

a) ESTUDOS E PLANEJAMENTOS

Fazer um estudo global da economia pernambucana. Com tal providência, tornar-se-á possível o planejamento das atividades econômicas, afim de obter-se o máximo de rendimento de todos os fatores de produção. Nesses estudos deve ser incluída a prospecção mineralógica. Para essa tarefa, o Estado deve arcar com as despesas de preparo de uma equipe de profissionais, buscando auxílio de instituições nacionais e internacionais.

b) INDUSTRIALIZAÇÃO

1) Aproveitamento e defesa das fibras regionais. Muitas de nossas fibras são exportadas para o exterior como matéria prima bruta. Se elas fossem industrializadas aqui, proporcionariam ao país uma maior quantidade de divisas, além de garantir maior emprego para os pernambucanos, deixando no estado o lucro industrial, que permitiria o desenvolvimento ulterior de outras fontes de riquezas.

2) Indústria Química. Há no estado uma grande quantidade de matéria prima que poderia ser aproveitada para a produção de artigos que hoje importamos. Esse tipo de indústria é considerado básico, porque é com a indústria química que se obtêm uma série de produtos indispensáveis ao funcionamento de muitas outras indústrias.

3) Desenvolvimento da Indústria Pesqueira. Nesse setor de atividade, o estado pode não somente ter uma fonte de alimentação para as populações, mas, também, um importante meio de obter divisas. Nessa indústria, deve ser considerada a massa de pescadores existentes, que não pode ficar entregue ao abandono, como se encontra atualmente.

4) Estimular e apoiar a pequena indústria metalúrgica existente, fazendo com que ela, dentro de um prazo relativamente pequeno, venha atender as necessidades do estado.

5) Pleitear da Petrobrás a instalação de uma refinaria de petróleo. Nada justifica que sendo o Recife o posto de distribuição para o Nordeste, não se tenha ainda tornado efetiva a instalação de uma refinaria.

6) Indústria Siderúrgica. O Nordeste pode consumir cinquenta mil toneladas de ferro por ano, o que reclama a instalação de uma usina Siderúrgica em Pernambuco. Hoje, com o progresso da técnica, a instalação de uma unidade siderúrgica depende principalmente da orientação dos poderes públicos, criando condições para sua implantação.

7) Indústria de Celulose, fermentação e de aproveitamento do melaço, caldas e resíduos da indústria açucareira. Com isto, além da proteção dos cursos d'água, poderá ser criada, também, uma fonte de fornecimento de proteínas, alimento básico para o desenvolvimento da pecuária.

c) CRÉDITO

1) Fazer com que o Banco do Nordeste do Brasil passe a atuar como banco promotor de investimentos. É inteiramente injustificável que esse estabelecimento de crédito, tendo saído do período deficitário, não haja iniciado ainda as inversões para a expansão da economia regional.

2) Propiciar a expansão do crédito, através de maior rede bancária, principalmente no interior, criando-se o banco do estado e mobilizando-se os recursos de estabelecimentos oficiais de crédito, de modo a assegurar;

- a) Assistência financeira à pequena indústria, possibilitando principalmente as operações de penhor industrial e o financiamento para a aquisição da matéria prima;
- b) Financiamento agrícola, com a generalização do penhor das safras e do “warrant” das colheitas a fim de evitar a venda na folha e a especulação no período das safras. Para tanto, há necessidade de um governo chamar a si a responsabilidade do levantamento das pequenas propriedades agrícolas, tendo em vista legalizar os títulos de domínio dos proprietários.

d) AGRICULTURA

1) Executar um plano de valorização e colonização das margens do São Francisco e de outras áreas que se prestem para uma cultura diversificada.

Deve ser estudada a forma utilização dessas áreas, através da venda a lavradores sem terras, procurando-se criar a propriedade média, mais rentável economicamente, obtendo-se para isto a cooperação do governo e de estabelecimentos de crédito federais.

2) Estudar o problema da terra no estado tendo em vista orientar a produção de cada área

3) Criar parques experimentais com o objetivo de seleção e de fornecimento de sementes e mudas.

4) Assistência técnica efetiva aos agricultores utilizando-se as demonstrações práticas in-loco e os meios de divulgação, de modo a modernizar os processos adotados hoje na agricultura e pecuária.

5) Lutar por uma política de justo preço para o produto agrícola de modo a assegurar a melhoria das condições de vida do homem do campo.

e) ENERGIA ELÉTRICA

1) Utilizar, ao máximo, a energia de Paulo Afonso no interior e procurar resolver o problema de sua distribuição na capital, através de empresas nacionais, evitando-se o elevado preço das tarifas.

f) ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL

Em aliança com os órgãos de classe, criar uma rede de escolas técnico-profissionais, a fim de preparar a mão de obra especializada, de acordo com a solicitação da economia local.

g) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1) Criação da Secretaria do Trabalho para que em cooperação com os órgãos federais assista e propicie a aplicação da legislação trabalhista, preservando os direitos dos trabalhadores.

2) Estender o direito do salário mínimo aos servidores do estado.

3) Aperfeiçoar a técnica administrativa com o fim de dar maior rendimento aos serviços públicos, atendendo à coletividade e tornando possível a melhoria do padrão de vida do funcionalismo.

4) Reformar o atual Código Tributário do estado, ajustando-o aos superiores interesses do desenvolvimento econômico e às necessidades de realização do Poder Público.

5) Criar a polícia de carreira, a fim de evitar os processos e suborno e intimidação, que furtam ao povo o livre exercício dos seus direitos constitucionais.

Recife, 14 de Abril de 1958.

ANEXO E

EM DEFESA DO PARTIDO

(Carta dos cem)

Ao Comitê Central
do Partido Comunista do Brasil

O suplemento de Novos Rumos, de 11/8/61, publica o Programa e os Estatutos de um chamado Partido Comunista Brasileiro. O camarada Prestes, em manifesto dirigido ao povo, estampado no mesmo jornal, diz que aqueles documentos serão encaminhados ao Tribunal Superior Eleitoral, visando ao registro de tal partido.

Esses documentos constituem, a nosso ver, violação frontal dos princípios partidários, aberta infração das decisões do 5º Congresso, ferem a disciplina e atingem a própria unidade do Partido. O artigo 32 dos Estatutos diz: “[...] As decisões do Congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro Congresso [...]”.

No entanto, o Comitê Central alterou o nome do Partido, modificou profundamente os Estatutos e apresentou um novo programa, atribuições exclusivas do Congresso, exorbitando, assim, as suas funções.

O 5º Congresso autorizou tão-somente o Comitê Central a introduzir, para fins de registro no TSE, as modificações exigidas pela Lei, tais como a destinação do patrimônio do Partido em caso de sua dissolução, a designação dos delegados junto aos tribunais e juízes eleitorais, a afirmação de que os membros do Partido não respondem pelas obrigações financeiras deste etc.; o que não constava dos Estatutos aprovados naquele Congresso.

Tanto o Programa quanto os Estatutos, a serem apresentados à Justiça Eleitoral, referem-se ao Partido Comunista Brasileiro. Trata-se, portanto, de alteração do nome do nosso Partido, assunto não submetido ao Congresso e

que nem consta de suas resoluções. O Comitê Central não apresentou qualquer justificativa.

É certo que em determinadas circunstâncias se torna necessário mudar o nome do Partido. Tudo depende, porém, das condições concretas e das peculiaridades da revolução. Mas sempre como decorrência de decisão do Congresso.

Quais os fatos que impõem no Brasil a modificação do nome da organização partidária dos comunistas? A mudança realizada, do ponto de vista da língua, não tem qualquer significação. Mas no que se relaciona ao aspecto político, essa alteração aparentemente pequena é uma séria concessão às forças reacionárias.

Os elementos mais retrógrados do país, em sua luta sistemática contra a vanguarda revolucionária da classe operária, desde 1945, vinham afirmando que o fato de o nosso Partido ter como designação Partido Comunista do Brasil e não Partido Comunista Brasileiro significava que o Partido não era brasileiro, mas sim um instrumento da política externa da União Soviética. Tergiversação tão cretina que jamais encontrou eco no seio do povo.

Os acontecimentos se encarregaram de refutar aquela calúnia estúpida, mostrando que o Partido Comunista do Brasil é um partido patriótico por excelência, o melhor, o mais abnegado e o mais consequente defensor dos interesses dos trabalhadores.

Justamente por essa razão, sempre manteve sólidos laços de amizade e solidariedade com o Partido Comunista da União Soviética; destacamento mais experiente e provado do movimento comunista internacional.

Ao introduzir a modificação no nome do Partido, o Comitê Central dá margem a explorações e fornece elementos para justificar uma das mais infames calúnias dirigidas contra os comunistas brasileiros.

É sumamente ridículo pensar que a legalização do Partido está na dependência de chamar-se Partido Comunista Brasileiro e não Partido Comunista do Brasil. O argumento de que seria necessário outro nome para solicitar novo registro do Partido, porque o Tribunal havia cassado o seu registro com o antigo nome, não procede.

Não foi por esse motivo que o TSE pôs na ilegalidade o Partido. Serviu de pretexto a acusação infundada de que o Partido não satisfazia às exigências do artigo 141, § 13 da Constituição da República.

Neste caso, então, se existem as condições políticas para o registro do Partido, seria suficiente reafirmar expressamente que o Partido defende a pluralidade dos partidos e respeita os direitos fundamentais do homem.

Na realidade, essa alteração tem sentido mais grave – procura-se registrar um novo partido, com programa e estatutos que nada têm a ver com o verdadeiro Partido Comunista.

O que os comunistas desejam e a classe operária e o povo aspiram é a legalização do seu velho e tradicional Partido que durante mais de 39 anos luta pela democracia, pela libertação nacional, pelo bem-estar dos trabalhadores e por transformações revolucionárias na sociedade brasileira, tendo em vista alcançar o socialismo e o comunismo.

A luta pela legalidade do Partido é uma luta política e não pode ser feita escondendo-se seus objetivos, sua doutrina e suas tradições.

Assim pensando, não podemos concordar com a alteração do nome do nosso glorioso Partido.

Outra questão de princípio diz respeito ao Programa, cuja aprovação é também de competência exclusiva do Congresso. O documento dado à publicidade em Novos Rumos como sendo o programa dos comunistas é a negação do Partido revolucionário do proletariado em troca de uma hipotética legalidade.

O programa em apreço é uma renúncia completa aos princípios. Inadmissível sob qualquer alegação. É um programa inaceitável para um partido operário, próprio de um partido burguês, menos avançado que os programas do PTB e do PSB. O referido programa não foi aprovado no 5º Congresso do Partido. Este, limitou-se a elaborar uma Resolução Política.

Agora, o Comitê Central apresenta um programa do qual eliminou as formulações mais radicais que se pode ainda encontrar na Resolução Política do 5º Congresso. Veja-se, por exemplo, o problema da reforma agrária.

Enquanto a Resolução diz que os comunistas têm o dever de lutar à frente das massas camponesas por uma reforma agrária que liquidasse o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários, o programa do Partido Comunista Brasileiro refere-se de maneira genérica à “efetivação da reforma agrária em todo país” e apresenta medidas parciais menos avançadas do que as propostas no projeto do deputado Joffily, o qual conta com o inteiro apoio do governo federal.

Por um imperativo da disciplina partidária somos obrigados a acatar a resolução Política do 5º Congresso, a lutar por sua aplicação. Mas nada nos obriga a aceitar um condensado reformista das medidas nela expostas como Programa do Partido, uma vez que o 5º Congresso não tomou qualquer deliberação a esse respeito.

Além disso, modificações foram introduzidas nos objetivos programáticos finais do Partido. O 5º Congresso abordou essa questão nos Estatutos, no qual está claramente expresso que o “objetivo programático final do Partido Comunista do Brasil é o estabelecimento do socialismo e do comunismo”. Agora, tanto o Programa quanto os Estatutos do Partido Comunista Brasileiro dizem que esse partido tem “como objetivo final o estabelecimento do socialismo”.

Por que o comunismo foi excluído como objetivo? Procurando ganhar as boas graças da Justiça Eleitoral, o Comitê Central fala vagamente em socialismo, palavra que, desprovida de seu conteúdo, hoje qualquer burguês

mais ou menos perspicaz acena demagogicamente para iludir as massas que despertam para o verdadeiro socialismo vitorioso em países com uma população de mais de um bilhão de pessoas.

Se na época em que Marx viveu o comunismo ainda era meta a alcançar, objetivo remoto que o Partido operário incluía em seu programa, na atualidade, quando a sociedade comunista está sendo construída na União Soviética, é um absurdo esconder esse objetivo.

O programa é para nós comunistas uma questão vital. A opinião pública brasileira encontra-se completamente confundida sobre os verdadeiros fins e o modo de atuar do Partido. Nestas condições, é necessário ter um programa claro e preciso.

Não cabem as omissões nem a dubiedade. Mais do que nunca precisamos ter em conta os ensinamentos de Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista: “Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins”.

Assim pensando, não podemos concordar com o Programa do chamado Partido Comunista Brasileiro.

O mesmo espírito de capitulação se observa nos Estatutos. Questões de princípio, essenciais, foram postas de lado, silenciadas de modo oportunista. Tentando conseguir, de qualquer maneira, o registro eleitoral do denominado Partido Comunista Brasileiro, o Comitê Central, desrespeitando as decisões do 5º Congresso, retirou dos estatutos qualquer referência ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário.

No curso da preparação do 5º Congresso todas as tentativas de eliminar essas questões foram derrotadas.

Os Estatutos, com as modificações introduzidas, identificam-se, na maioria de seus dispositivos, com os Estatutos dos demais partidos políticos,

deixando de ser um instrumento de formação de quadros e de educação ideológica dos militantes comunistas.

A afirmação nos Estatutos aprovados no Congresso de que o “Partido Comunista do Brasil orienta-se pelo marxismo-leninismo, pelos princípios do internacionalismo proletário” define o caráter do Partido e o distingue dos demais partidos, não é questão secundária que pode ou não figurar na nossa Lei interna.

Os princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário constituem a base que assegura a unidade partidária. São o traço de união que liga os comunistas de cada país e do mundo inteiro.

A exclusão da referência à doutrina do proletariado contraria a declaração da Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários, realizada em novembro de 1957, em Moscou; e reafirmada pela reunião dos 81 Partidos em 1960.

Diz a declaração: “A aplicação do materialismo dialético ao trabalho prático, a educação dos quadros e das amplas massas no espírito do marxismo-leninismo – esta é uma das tarefas atuais dos Partidos Comunistas e Operários”.

Como pôr em prática essa indicação se os próprios Estatutos do Partido, estampados no órgão central, omitem qualquer referência ao marxismo-leninismo?

Quando a experiência vitoriosa da classe operária em todo mundo e o desenvolvimento sem precedentes dos países socialistas comprovam a força e a invencibilidade do marxismo-leninismo, quando as ideias do socialismo científico despertam grande interesse entre as amplas camadas do povo brasileiro, particularmente entre a juventude, deixar de mencionar que o Partido se guia por essa teoria significa renunciar às posições revolucionárias; significa, por melhores que sejam as intenções, dar razão aos revisionistas contemporâneos.

Não há por que deixar de proclamar que o Partido se rege pelo internacionalismo proletário, que une em um todo harmônico o verdadeiro patriotismo – à luta para emancipar nossa Pátria da dominação imperialista e para libertá-la de qualquer espécie de opressão – à luta comum dos trabalhadores de outros países pela paz, pela democracia e pelo socialismo.

Os princípios do internacionalismo proletário são parte integrante da estrutura orgânica dos partidos operários de vanguarda, impregnam suas atividades em todos os terrenos.

Ao solicitar seu registro eleitoral, o Partido deve afirmar o princípio de que mantém decididamente sua solidariedade com os trabalhadores do mundo inteiro. A eliminação do princípio do internacionalismo proletário nos Estatutos revela o quanto o nacionalismo burguês penetrou no Partido.

Assim pensando, não podemos concordar com as modificações de fundo levadas a cabo nos Estatutos do Partido.

As mudanças feitas no nome, no Programa e nos Estatutos, infringindo as decisões do 5º Congresso, objetivam o registro de um novo partido e, por isso, se suprime tudo o que possa ser identificado com o Partido Comunista do Brasil, de tão gloriosas tradições. Ora, precisamente o partido que deve conquistar sua legalidade é o Partido Comunista do Brasil e não um arremedo do partido de vanguarda do proletariado.

Agora, trata-se do Partido Comunista Brasileiro e não do verdadeiro Partido Comunista do Brasil, que é negado sob o pretexto de contornar possíveis dificuldades na Justiça Eleitoral.

As modificações introduzidas não são formais, pois tanto o Programa quanto os Estatutos não poderão em nada ser alterados sob pena de o novo partido ter seu registro cassado, caso obtenha a legalidade. Nesse sentido o Código Eleitoral é taxativo.

Diz seu artigo 141: “O diretório que se tornar responsável por violação do programa ou dos estatutos do seu partido político, ou por desrespeito a qualquer de suas deliberações regularmente tomadas, incorrerá em pena de dissolução”.

Assim, os documentos publicados em Novos Rumos são os documentos básicos que nortearão a atividade do novo partido que não poderá sair dos estreitos marcos por eles fixados. Tanto isso é verdade que a nova nomenclatura já está sendo usada, até mesmo por esse Comitê Central. Tais fatos representam uma clara tentativa de liquidar com o tradicional Partido de vanguarda da classe operária e substituí-lo por uma organização desprovida de características revolucionárias.

É uma nova e mais perigosa manifestação de liquidacionismo, tendência já várias vezes surgida no movimento comunista brasileiro.

Neste caso, é bastante oportuna a citação de Lenin sobre o liquidacionismo, ao defini-lo como as tentativas de “liquidar (isto é, dissolver, destruir, anular, suprimir) a organização existente do Partido e substituí-la por uma associação informe mantida a todo custo dentro dos marcos da legalidade (isto é, da existência ‘pública’ legal), embora para isso seja preciso renunciar de modo claro e aberto ao programa, à tática e às tradições (isto é, à experiência passada) do partido”.

A legalidade do Partido não pode ser obtida com manipulações jurídicas, nem por intermédio de concessões em matéria de princípios, e muito menos tentando enganar com manobras a justiça das classes dominantes, pois, em última instância, os enganados serão os trabalhadores e os próprios comunistas.

A conquista do registro eleitoral do Partido é assunto eminentemente político que depende da luta e da correlação de forças de classe, tanto na esfera nacional quanto internacional.

Se a solução para a conquista dessa legalidade fosse exclusivamente jurídica, então por que, em passado recente, a Justiça Eleitoral não reconheceu o Partido Popular Progressista e a Aliança Democrática Brasileira que satisfizeram todas as exigências da Lei Eleitoral, possuíam nomes que em nada lembravam o comunismo, tinham estrutura e nomenclatura bem diversas das do Partido Comunista do Brasil e direções em que não havia comunistas?

Embora tais partidos não fossem marxistas-leninistas, as forças da reação temiam a simples possibilidade de que eles viessem a oferecer suas legendas aos candidatos comunistas. Por isso o tribunal não lhes concedeu registro, alegando que sua existência burlaria a sentença que pôs o nosso Partido na ilegalidade.

Somos favoráveis a uma campanha que possibilite o retorno do Partido à vida legal. Acreditamos ser possível alcançar essa meta. Mas, queremos a legalidade do Partido revolucionário da classe operária que tenha como doutrina o marxismo-leninismo e se guie pelos princípios do internacionalismo proletário.

Na presente conjuntura, na qual se agrava a tensão internacional, devido à política provocadora dos círculos governamentais dos Estados Unidos, e quando no Brasil cresce o sentimento das massas por transformações revolucionárias, mais do que nunca é indispensável a existência de um partido com programa e tática revolucionários e estatutos leninistas – enfim, um partido marxista-leninista.

É de se estranhar, portanto, que justamente nesta conjuntura, o Comitê Central apresente documentos que fogem da definição de um verdadeiro partido revolucionário proletário.

A nossa atitude ao enviar essa carta ao Comitê Central é ditada pelo dever de combater a violação das decisões do 5º Congresso, pelo desejo de assegurar a unidade partidária e salvaguardar a existência do Partido como organização política revolucionária de vanguarda da classe operária.

Estamos convencidos de que a unidade do Partido, à base dos princípios marxistas-leninistas, é primordial.

A conduta do Comitê Central fere a unidade porque muitos militantes, conscientes do seu papel e em defesa das próprias decisões do 5º Congresso, não aceitarão que se liquide o velho Partido, e a ele permanecerão fiéis, mantendo bem alta a bandeira de suas melhores tradições.

A existência de um partido marxista-leninista é uma necessidade objetiva no desenvolvimento da sociedade brasileira que ninguém poderá evitar.

Diante da situação criada pelo Comitê Central a ele nos dirigimos, apelando para o espírito de partido de seus membros, no sentido de que acatem as decisões do 5º Congresso, substituindo os documentos publicados em Novos Rumos por outros que se coadunem com as decisões do último Congresso, ou então convoquem um Congresso Extraordinário para resolver sobre a mudança do nome do Partido e as modificações no Programa e nos Estatutos.

Ao adotar essa posição, confiamos que nas fileiras do próprio Partido existam forças suficientes para derrotar as tendências errôneas e encontrar o acertado caminho para resolver as dificuldades que o Partido enfrenta.

Agosto de 1961

ANEXO F

HISTÓRICO POLÍTICO DE JOSÉ MARIA DA SILVA*

* Redigido pelo mesmo quando requereu ao Estado uma indenização em decorrência das perseguições que sofreu durante o Regime Militar.

Alagoano de Maceió, eu, José Maria da Silva, 73 anos, cheguei no Recife nos finais de 1949, comecei a trabalhar na indústria da construção civil como carpinteiro. No mesmo ano passei a atuar na luta política da campanha do PETRÓLEO É NOSSO. Em 1950, com outros companheiros da construção civil, me filiei ao Partido Comunista Brasileiro – PCB e passei a fazer parte da Liga de Emancipação Nacional e o sindicato da classe.

Participei do movimento pela autonomia política do Recife, que até então não tinha o direito de eleger o seu prefeito, fiz parte da campanha político-eleitoral do 1º prefeito eleito Pelópidas Silveira.

Em 1956, os comunistas foram preso pelo governo do general Cordeiro de Farias sob a ação do DOPS dirigido pelo famigerado delegado Álvaro da Costa Lima. Fiquei na clandestinidade. Em 1957, houve uma pequena abertura política e o dirigente comunista camponês Gregório Bezerra retornou a Recife. A partir de então, como tarefa do PCB junto Gregório participei das articulações que culminaram com a indicação de Cid Sampaio para candidato ao governo. Durante a campanha de 1958 me dediquei como carpinteiro e depois como radiotécnico dos trabalhos do Comitê Central da campanha de Cid Sampaio localizado na Rua do Hospício e dirigido pelo companheiro Gregório Bezerra.

Depois da vitória voltei à produção, mas em 1959, novamente convocado pelo PCB e Gregório, fui como radiotécnico para colaborar com a vitoriosa campanha de Miguel Arraes para a Prefeitura do Recife.

Nunca deixei de militar no PCB. Durante três anos (1959 até julho de 1962) trabalhei na construção civil e, novamente convocado pelo PCB, fui nomeado para o antigo IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos

Industriários) como bombeiro hidráulico. Nesse período, depois do expediente na repartição, me dedicava à campanha eleitoral de Miguel Arraes para governador em Outubro de 1962.

Dias antes do golpe militar de 1º de Abril de 1964, entrei de férias da repartição (mês de Abril), como tinha férias acumuladas tirei logo em seguida mais 30 dias, durante esse tempo, por orientação do PCB, tive que me esconder, pois estava sendo procurado pelo DOPS. Antes do final das minhas férias fui afastado do serviço e depois saiu minha demissão sumária do IAPI, baseada no Ato Institucional nº. 1.

A partir daí minha vida virou um inferno devido à dura clandestinidade. Para sobreviver fui trabalhar numa obra de construção (casa residencial do Dr. Paulo Ferreira, cirurgião do Hospital Agamenon Magalhães) num local quase deserto do bairro de boa viagem. Fui obrigado a me afastar da família, pois minha casa estava sendo vigiada pelos arakes da Polícia Civil do DOPS.

Através de terceiros enviava o custeio da feira para minha mulher alimentar os quatro filhos menores. Ainda hoje sou agradecido à família do Dr. Paulo, que me permitiu morar dentro da obra, pois não teria para onde ir devido à ameaça de ser preso. Em virtude de uma bronquite e asma crônicas severas fui amparado pelo Dr. Paulo, que sempre me fornecia os remédios. Eram 24 horas direto na obra sem sair, inclusive nos domingos e feriados. Durante esses 2,5 anos encontrava esporadicamente com minha esposa e filhos as escondidas. Terminada a construção continuei trabalhando em outras, mas vivendo nessa nova casa do Dr. Paulo e sua esposa Alba, que me deram guarida. Apesar das dificuldades durante esse tempo, tive encontros clandestinos com dirigentes do PCB (David Capistrano, Julia Santiago, Adalgisa Cavalcanti e outros) e cumpria as tarefas do Partido participando de reuniões clandestinas. Em 1967, numa semiclandestinidade, aluguei uma pequena casinha no Cordeiro e voltei a viver com minha família, que antes estava na casa de um irmão meu que tinha receio da minha presença, com medo de ser prejudicado pela minha ação política.

Infelizmente, a partir de 1967, a bronquite e asma crônicas voltaram a me prejudicar e o pneumologista que me tratou proibiu-me de exercer a profissão dentro da construção civil. Assim sendo, pra sobreviver tive que passar a trabalhar com o companheiro dentro de sua oficina de eletrônica na Rua da Palma, que me garantiu o “pão” durante a recuperação da saúde. Em 1968 passei a fazer os consertos de aparelhos de eletrônica em casa, como autônomo, e me mudei para a Rua Cipotânea nº. 98 (onde moro até hoje), nesse período fui absolvido por unanimidade do processo (Inquérito Policial Militar) do antigo IAPI. Absolvido, porém sem direito de retornar às minhas funções.

De 1969 a março de 1966 continuei trabalhando e realizando as tarefas a mim confiadas pelo PCB (participei de todas as campanhas eleitorais votando nos candidatos do antigo Movimento Democrático Brasileiro que eram apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro). Entre os meses de fevereiro de 1974 e fevereiro de 1975, participei da tarefa de reorganização do PCB em Pernambuco e estive numa grande reunião na granja de Diniz Cabral em Goiana (durante o período de organização do evento tive vários encontros com companheiros comunistas, tais como: Manoel Teodózio, Severino Andrade Cavalcanti – o Índio –, Diniz Gomes Cabral de Casa Amarela, Horácio José do Nascimento – Horácio do Gás –, e um assistente do Comitê Central do PCB, Wenceslau de Oliveira Moraes).

No dia 05 de março de 1976 fui sequestrado por araaues do DOPS na entrada da Rua Cipotânea, onde moro, às 17 horas e levado encapuzado e algemado para o Quartel da Polícia do Exército em Olinda. Na ocasião fui interrogado e torturado psicologicamente durante os cinco dias e fisicamente (com tapas, empurrões e “tamboretadas” na cabeça... pelo fato de não dá as respostas desejadas pelos algozes). No dia 10/03/1976 fui libertado na porta do Quartel e só aí entendi onde estava preso: Quartel da PE de Olinda. Vale salientar que não pude identificar os inquisidores, pois estava o tempo todo encapuzado, e no dia da libertação fui entregue a outras pessoas com vozes diferentes daquelas que me interrogaram.

Depois disso, fui denunciado em 08/10/1976 na Auditoria de Guerra na Rua da Moeda, Recife Antigo, como incurso no Art. 43 da Lei 898/69 folha 202/04. A denúncia foi aceita no dia 13/10/1976 folha 152, mas foi absolvido o dia 08/05/1978 por sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 7ª Circunscrição da Justiça Militar folha 155.

A partir dessa data da prisão fiquei conhecido das forças da repressão, que tiraram minhas fotos de frente e perfil e, seguindo as normas de segurança do Partido, fiquei um tempo na “geladeira”, sem poder atuar para não prejudicar os companheiros que ainda não tinham sido atingidos pela polícia política. Só a partir de Agosto de 1979, com a anistia, voltei à militância político-partidária.

Desde então continuo na militância do PCB, onde me encontro até hoje, lutando por um Brasil para os brasileiros e contra os oportunistas que tentaram acabar com o PCB fundando o Partido Popular Socialista.

Com a anistia fui reintegrado no final de 1979 ao antigo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), só que na função de auxiliar operacional de serviços diversos (servente), pois com a reforma da Previdência a função de bombeiro hidráulico foi extinta. Fui prejudicado, pois apesar de ser técnico em eletrônica, carpinteiro, bombeiro hidráulico, marceneiro e eletricista (função que passei a desempenhar a partir de 1980), fiquei recebendo salário de servente. Tentei reverter essa injustiça administrativamente, mas a Direção do INAMPS negou. Recorri a Brasília, que também não atendeu meu pleito. Assim sendo, me aposentei em 1994 com remuneração de servente.

Esses são os fatos da minha vida político-partidária, assim sendo, penso que faço jus à indenização aprovada na Assembleia para os anistiados políticos de Pernambuco.

Recife, 31 de Janeiro de 2003.

José Maria da Silva.